

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas
Programa De Pós-Graduação Em Sociologia

Caio César Assis de Resende

**O DESASTRE DA LAMA INVISÍVEL EM ITATIAIUÇU-MG COMO UM
PROCESSO:
o sofrimento social das pessoas atingidas.**

Belo Horizonte

2024

Caio César Assis de Resende

**O DESASTRE DA LAMA INVISÍVEL EM ITATIAIUÇU-MG COMO UM
PROCESSO:
o sofrimento social das pessoas atingidas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Santiago Dias Junior

Belo Horizonte

2024

301	Resende, Caio César Assis de.
R433d	O desastre da lama invisível em Itatiaiuçu-MG como um processo [recurso eletrônico] : o sofrimento social das pessoas atingidas. / Caio César Assis de Resende. - 2024.
2024	1 recurso online (200 f.): pdf Orientador: Cláudio Santiago Dias Júnior.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Sociologia – Teses. 2. Desastres ambientais – Aspectos sociais – Teses. 3. Sofrimento - Teses. 4. Barragens de rejeitos – Medidas de segurança – Teses. I. Dias Júnior, Cláudio Santiago. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - SECRETARIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado do discente CAIO CÉSAR ASSIS DE RESENDE, intitulada: "**O desastre da lama invisível em Itatiaiuçu-MG como um processo: o sofrimento social das pessoas atingidas.**" A Banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): Cláudio Santiago Dias Júnior - Orientador (DSO/UFMG), Bráulio Figueiredo Alves da Silva (DSO/UFMG) e Luciano Rodrigues Costa (UFV). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2024.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Braulio Figueiredo Alves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2024, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Santiago Dias Junior, Professor do Magistério Superior**, em 16/12/2024, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Rodrigues Costa, Usuário Externo**, em 16/12/2024, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3818477** e o código CRC **EDC62275**.

Referência: Processo nº 23072.273225/2024-11 SEI nº 3818477

AGRADECIMENTOS

Agradeço à terra, principalmente a parcela localizada na cidade mineira de São Tiago, por onde pisou e frutificou minha grande avó paterna Noeme Resende, a quem devo gratidão por compartilhar conversas e afetos que regaram de amor minhas raízes, e para onde retornou, em meio aos estudos deste presente trabalho. Terra esta, palco das danças e dos sorrisos memoráveis de meu pai, sempre presente em minhas memórias e em meu âmagô, ainda vivo em cada poro de minha existência.

Agradeço também aos ventos, responsáveis por propagar os movimentos harmônicos de importantes melodias que me fizeram aproximar de um grande amigo ainda na juventude, Betão, que logo cedo se tornou o senhor Tenente Herbert Lucas. Com o tempo, os sons musicais deram lugar às sirenes dissonantes cada vez mais profundas em sua solidão. Seu sofrimento social o levou à autoexclusão, definido por um militarismo que mata civis despídos e fardados. Ventos turvos pelos quais passam sua mãe, Waldeth, mas enquanto houver uma camisa branca e preta pendurada no varal, estaremos torcendo contra a tempestade - junto ao Helton meu grande irmão.

Sobretudo, agradeço a água, sinônimo de vida, que perpassa os corpos daqueles que ainda persistem em caminhar ao meu lado, mesmo quando as tormentas nos fazem cambalear. Agradeço a companhia de minha mãe Rosemary que, como um rio inquieto, ainda busca o mar ao meu lado. Também agradeço a presença de Ana Carolina Gamarano em minha vida, com quem compartilho a existência e suas interpretações mais profundas, um flume de intensa leveza que traz o amor que acalenta os meus dias.

Agradeço também ao tempo, tão precioso nessa vida hodierna, principalmente àqueles gastos em tornar essa pesquisa possível. Agradeço a solidariedade e empatia de Nayara Ribeiro, coordenadora da AEDAS – Itatiaiuçu, que prestou o apoio necessário para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também ao Rodrigo Seabra pelo suporte e colaboração no trabalho, como também ao meu primo Matheus Vinicius, a quem estimo e tenho bastante carinho. Sobretudo, agradeço a todos os entrevistados que se prontificaram a responder as perguntas, ainda que densas e difíceis pelo contexto por qual perpassam.

“Tudo que passa é permanente” (Pantico rocha)

RESUMO

Em 8 de fevereiro de 2019, foi acionado o Plano de Ação de Emergência da Barragem de Mineração (PAEBM) na região próxima à barragem da ArcelorMittal de Serra Azul, na cidade de Itatiaiuçu/MG. Desde então, os moradores das comunidades atingidas de Pinheiros e Vieiras convivem com medos e inseguranças, além do desmantelamento de todas suas redes de sociabilidades construídas na região. Este trabalho tem por objetivo compreender as configurações históricas do município até a percepção da população atingida acerca de suas afetações e o sofrimento social relacionados ao acionamento. Nos moldes da Sociologia de Elias, compreende-se o desastre e a relação saúde-doença como um processo, de forma dinâmica e não linear. Nesse sentido, a primeira parte do trabalho se atém às figurações históricas “glocalizadas” em jogo, buscando compreender as dinâmicas de poder, os processos civilizatórios e a formação das estruturas sociais. Destarte, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que se atém à formação do Estado moderno brasileiro até o alvorecer do Leviatã mineiro, sempre os relacionando à genealogia contextual de Itatiaiuçu. A segunda parte adentra os corpos e mentes afetados, em uma análise da situação social dos indivíduos interdependentes através de relatos de vida. Buscou-se compreender o sofrimento social das pessoas afetadas, um conceito em movimento norteado pelas recentes concepções biopsicossociais em saúde. Através de descrições densas, foram dispostas as entrevistas realizadas com os actantes em jogo, sobretudo por meio de um diálogo com a bibliografia em questão, a fim de conhecermos a perspectiva destes e o sofrimento social relatado na região. Ambas as partes buscam responder as perguntas: qual o contexto macrocósmico se configura o microcosmo das comunidades atingidas? Como elas percebem seu próprio sofrimento social? Os resultados indicam uma relação incômoda entre sujeito e ordem social, resultante do nexos entre violência estrutural, agência e sofrimento social. Logo, as afetações em saúde das pessoas atingidas, seja em seus corpos ou mentes, são condicionadas pelas perdas de objetos sociais, sobretudo pela precariedade social intensificada pelas mudanças abruptas nas integrações organizadas das redes de sociabilidades das comunidades afetadas. Outrossim, conclui-se que o indivíduo moderno interioriza de forma egocentrada, seja pela economia moral neoliberal, seja pelas ciências subdivididas entre epistemes e micropoderes instituídos, uma interpretação individual do seu sofrimento que é social.

Palavras-chave: lama invisível; Itatiaiuçu; processo; interdependência; figurações; configurações; rede; modernidade; civilização; saúde; modelo biopsicossocial; sofrimento social; mineração; PAEBM; violência lenta; objetos sociais; consubstancialidade; actante; Sociologia Processual; relatos de vida.

ABSTRACT

The disaster of the invisible mud in Itatiaiuçu as a process: the social suffering of the affected

On February 8, 2019, the Mining Dam Emergency Action Plan (originally, PAEBM) was activated in the region near the ArcelorMittal Serra Azul dam, in the city of Itatiaiuçu/MG. Since then, the inhabitants of the affected communities of Pinheiros and Vieiras have lived in fear and insecurity, in addition to the dismantling of all their social networks historically built up in the region. This work aims to understand the historical configurations of the municipality up to the perception of the affected population about its effects and the social suffering related to the activation. According to Elias' sociology, the disaster and the health-disease relationship are understood as a process, in a dynamic and non-linear way. In this sense, the first part of the work focuses on the "glocalized" historical figures at play, seeking to understand the power dynamics, the civilizing processes and the formation of social structures. Thus, a bibliographical research was carried out in historical archives, covering the formation of the modern Brazilian state up to the dawn of the Leviathan of Minas Gerais, always relating them to the contextual genealogy of Itatiaiuçu. The second part explores the affected bodies and minds, analyzing the social situation of interdependent individuals through life narratives. Here, we sought to understand the social suffering of the people affected, a concept in movement, guided by recent biopsychosocial conceptions of health. The aim was to understand the social suffering of the affected people, a concept in movement, also guided by recent biopsychosocial concepts in health. Through close cooperation, the interviews conducted with the game's actors were arranged, mainly through a dialogue with the bibliography in question, in order to understand their perspective and the social suffering reported in the region. Both parties seek to answer the following questions: what is the macrocosmic context that configures the microcosm of the affected

communities? How do they perceive their own social suffering? The results indicate an uncomfortable relationship between the subject and the social order, resulting from the nexus between structural violence, agency and social suffering. Therefore, the health effects of those affected, whether in their bodies or minds, are conditioned by the loss of social objects, especially by the social precariousness intensified by the abrupt changes in the organized integrations of the social networks of the affected communities. Furthermore, it is concluded that the modern individual internalizes in an egocentric way, whether through the neoliberal moral economy or through the sciences subdivided between epistemes and instituted micropowers, an individual interpretation of his suffering that is social.

Keywords: invisible mud; Itatiaiuçu; process; interdependence; figurations; configurations; network; Modernity; civilization; health; biopsychosocial model; social suffering; mining; PAEBM; slow violence; social objects; consubstantiality; actant; Process Sociology; life narratives.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEDAS – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

ANM – Agência Nacional de Mineração

ATI – Assessoria Técnica Independente

CAMF – Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico

CNDSS – Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais em Saúde

CNS – Conferência Nacional de Saúde

COVID-19 – *Coronavirus disease* 2019

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CRP – Conselho Regional de Psicologia

DSS – Determinação Social em Saúde

EIA – Estudos de Impacto Ambiental

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

MPF – Ministério Público Federal

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Plano de Ação de Emergência

PAEBM – Plano de Ação de Emergência da Barragem de Mineração

PSB – Plano de Segurança de Barragem

SUS – Sistema Único de Saúde

TAP – Termo de Acordo Preliminar

ZAS – Zona de Auto Salvamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão político-administrativa	29
Figura 2 - Serra do Itatiaiuçu e seus limites municipais	30
Figura 3 - Vista parcial da Serra Azul.....	51
Figura 4 - Mineradoras da Serra do Itatiaiuçu	55
Figura 5 - Comunidades atingidas e suas referências –	62
Figura 6 - Tipos Urbanos em Itatiaiuçu	63
Figura 7 - Igreja de Nossa Senhora de Aparecida e sua praça.....	67
Figura 8 - Festa de Nossa Senhora de Aparecida (Festa da Criança)	68
Figura 9 - Pico Da Pedra Grande.....	69
Figura 10 - Capela de Nossa Senhora do Rosário.....	69
Figura 11 - Festa de N.S. do Rosário – Povoado de Vieiras.....	70
Figura 12 - Praça Nossa Senhora da Aparecida em Pinheiros no dia do Acionamento do PAEBM	72
Figura 13 - Mapa de pontos de bloqueio	73
Figura 14 - Posto de Controle n.13.....	74
Figura 15 - Placas de rota de fuga.....	74
Figura 16 - Mapa do sistema de Alerta por Sirenes	75
Figura 17 - Exemplo de comércio fechado na região	76
Figura 18 - Abandono dos territórios e de seus modos de vida.....	77
Figura 19 - A proibição do acesso às propriedades	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Eventos de falhas de barragem de mineração no Brasil (1986-2019).....	88
Tabela 2 - PIB por Valor Adicionado Bruto (mil reais) por Setores. Valor Absoluto, representatividade e Variação Percentual. Itatiaiuçu, 2004-2014	59

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Digressões	16
2.1 Problemas conceituais	18
2.2 Questões metodológicas	23
PARTE 1	28
3. Imersões	28
3.1 Contextualização geográfica e morfológica de Itatiaiuçu Erro! Indicador não definido.	
3.2. O processo civilizador entre as Minas	31
3.2.1. Predisposições	31
3.2.2. A Guerra dos Emboabas e o alvorecer do Leviatã mineiro	33
3.2.3. Outras figurações em jogo.....	36
3.2.4 O Estado “civilizado”.....	39
3.2.5. A primavera brasileira e sua ponte para o passado.....	46
3.3 Consequências da modernidade	80
3.3.1 A saúde como um processo.....	80
3.3.2 Neoextrativismo e seus riscos	Erro! Indicador não definido.
3.4. A Itatiaiuçu “tardia”	50
3.4.1. A ArcelorMittal e seus rejeitos.....	54
3.4.2 Para além dos minérios	58
□ Distrito de Pinheiros.....	66
□ Povoado de Vieiras.....	68
3.4.4. O acionamento do PAEBM e seu mar de lama invisível	70
PARTE 2	80
4. Afetações	95
4.1. O dia que não terminou	95
4.2 A desterritorialização e suas vidas provisórias	104
4.3 A “violência lenta”	111
4.4. O sofrimento social	116
4.4.1. O conceito	120
4.4.2. Perda de objetos sociais.....	126
4.4.3. Corpos e mentes adoecidos	139
□ As “incertezas tóxicas”.....	140
□ A lama invisível e a pandemia de COVID-19.....	147
□ Consustancialidades em jogo	156
□ A dessubjetivação e a autoexclusão	169
PARTE 3	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185

1. Introdução

Lembro-me daquela tarde de janeiro que se espreitava comum a todos os cidadãos como eu, atarefados em seus afazeres cotidianos, na qual o sol aparecia secundário numa janela qualquer, enquanto paisagens exuberantes se transmutavam nas áreas de trabalho dos computadores herméticos. Eu transitava entre salas universitárias e escritórios de pesquisa em minha graduação, em meio ao bioma urbano e distante do “meio ambiente”, do qual, na cidade, não nos sentimos parte. Ainda que focado em gráficos e tabelas, não me esqueço da notícia que parou os corredores e fez o sol se tornar ainda mais distante, enquanto as telas se fixaram então nas imagens sórdidas de um crime em andamento.

Três anos após o desastre da Samarco em Mariana, ocorria novamente o rompimento de mais uma barragem de rejeitos minerários¹ em Minas Gerais, dessa vez em Brumadinho. Se a primeira, com 18 mortos, teria sido um “acidente” ou uma tragédia esporádica, a segunda veio numa sequência inimaginável, um espanto que trouxe medo e insegurança a toda a população mineira por força do inaceitável número de 270 mortos e de uma imagem que tão cedo não seria esquecida por nenhum brasileiro. Era “espantoso que tal desastre [tivesse ocorrido] quatro anos após um fracasso catastrófico da barragem de rejeitos envolvendo a mesma empresa Vale, no mesmo estado de Minas Gerais” (UNITED, 2020 p. 4).

Sobretudo, era um momento político e econômico turbulento, com várias imposições neoliberais de austeridade como consequência. Esses acontecimentos corroboravam, então, uma evidente deterioração nas políticas de controle e regulação do Estado, que sofria um desmantelamento gradual. Porém, diante do ocorrido em Brumadinho, os riscos de um novo rompimento de barragens de rejeitos minerários que utilizavam o método de construção a montante,² o mesmo que as duas em questão, se tornavam ainda mais vívidos, quase

¹ “A barragem de rejeito é uma estrutura de terra destinada a armazenar resíduos sólidos e água provenientes da mineração. Na fase denominada ‘beneficiamento de minérios’, a quantidade de resíduos produzidos é muito alta e a sua distribuição pode ser feita sobre a superfície do terreno, em bacias de disposição compostas por barragens” (MINAS GERAIS, 2019, p. 13).

² O Plano de Segurança para as comunidades próximas a barragens de mineração aponta três métodos de construção de barragens de rejeito: a jusante, linha de centro e a montante. O método a montante “é considerado o método mais comum de construção de barragens, com custos menores, por ocupar uma área menor, além de utilizar menos material. Por outro lado, este método também está associado à maioria

viscerais, entre os escombros da sociedade mineira.

Após a tragédia de Mariana, a comissão extraordinária de barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou uma legislação relacionada ao licenciamento e à fiscalização de barragens de rejeitos no estado, o Projeto de Lei nº 3.676, de 2016. Esse dispositivo foi desenvolvido com base na revisão de propostas anteriores, que sugeriam, por exemplo, “a proibição do uso de barragens de rejeitos”, como no caso do Projeto de Lei nº 3.056, de 2015. Mas foi apenas diante do desastre de Brumadinho que se delineou uma resolução (ANM, 01/2019 – publicada em diário oficial no dia 31 de janeiro de 2019) capaz de dar fim às partes sigilosas de processos administrativos da mineração, levando à inspeção de diversas barragens no estado e revelando que muitas delas estavam sob risco iminente de rompimento (SANTANA, 2022).

Contudo, embora acionados dispositivos jurídicos em reação às grandes tragédias ocorridas, as iniciativas do poder público e da sociedade civil, organizadas em torno de ajustes nos sistemas de licenciamento sobre a segurança das barragens, ficaram limitadas a algumas iniciativas empreendidas pelas mineradoras de estender seu controle sobre os territórios, por meio de outros métodos de governança, a fim de estabelecer novos arcabouços jurídicos e, então, novas formas de acumulação (NERI, 2023). Dessa maneira, se constituíram em Minas Gerais diversos polos de conflitos ambientais:

Situações em que grupos e classes sociais afetados por diferentes projetos econômicos contestam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização com vistas à denúncia, à defesa dos direitos e à melhoria da sua condição socioambiental de existência (ZHOURI, 2013, p. 78).

Assim as minas passaram da lama ao caos. A partir daquele 25 de janeiro de 2019, várias barragens preexistentes viram seus níveis de emergência repentinamente elevados,³

dos casos de rompimento de barragens de rejeitos de mineração. Em sua formação, os rejeitos são depositados na própria barragem e tornam-se uma primeira camada de contenção que, no decorrer do tempo, será adensada, servindo como fundação e fornecendo material para fazer novos diques de alteamento. [...] [A] barragem a montante cresce em forma de degraus” (MINAS GERAIS, 2019, p. 14).

³ Como no Condomínio de luxo Solar da Lagoa e no vilarejo Rio do Peixe, na zona rural de Nova Lima; nas

iniciando um processo traumático em que

sirenes tocaram em diversas comunidades onde viviam pessoas a jusante de barragens alteadas pelo método a montante – o mesmo utilizado nas duas barragens que ruíram em 2015 e 2019. Subitamente, moradores que viviam à sombra dessas estruturas foram colocados para fora de casa em função da elevação súbita do nível de risco a elas associado. (NERI, 2023, p22)

Foi o que ocorreu em Itatiaiuçu, cidade próxima a Brumadinho, que ainda se encontrava abalada e sensibilizada com o desastre em Córrego do Feijão duas semanas antes. Também ali as pessoas vivenciaram uma experiência profunda de emergência envolvendo uma barragem. Na madrugada do dia 8 de fevereiro de 2019, os moradores das comunidades de Pinheiros e Vieiras foram compulsoriamente retirados de suas casas pela Defesa Civil com o apoio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, direcionados para a praça principal da comunidade sem tempo de organizar suas mudanças, deixando para trás desde documentos pessoais e fotografias a objetos de valor e animais de estimação; tiveram suas histórias de vida abruptamente interrompidas naquele momento turbulento (NERI, 2023, p.20). Era o início do processo de evacuação da Zona de Autossalvamento (ZAS)⁴ próxima à barragem de Serra Azul, desencadeado pela declaração da mineradora responsável, a ArcelorMittal, sobre a alteração para o “nível 2” de estado de emergência da barragem – de uma escala que vai de 1 a 3 – o que exigia a ativação do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM).⁵

Segundo relatos, as circunstâncias foram de tensão e pânico, e as informações sobre o que estava acontecendo eram confusas e imprecisas. Para muitos, o rompimento da barragem já

regiões de Miguel Burnier e Pires, em Ouro Preto; povoados de Socorro, Tabuleiro e Piteiras, em Barão de Cocais, municípios da região Central do Estado; e de Macacos, distrito de Nova Lima (MARIANO; DAMÁZIO, 2019).

⁴ “A ZAS corresponde à área a jusante da barragem em que, em caso de emergência, não há tempo suficiente para intervenção das autoridades. A Lei Estadual nº 23.291/19, de Minas Gerais, define como a porção passível de ser atingida em 30 minutos ou a 10 km do curso do vale, sendo considerada a maior entre essas distâncias, delimitadas a partir da crista da barragem” (LIMA.2023).

⁵ “O PAEBM é o documento criado pelo empreendedor que identifica as situações de emergência que porventura possam ocorrer em função de problemas de instabilidade na barragem. Este plano deve estabelecer as ações imediatas para a regularização do dano, além das ações dos agentes integrantes do sistema de comunicação da anomalia. Tem, pois, a importante função de reduzir os danos com perda de vidas, em caso de rompimento da barragem. Esse estudo é obrigatório a todas as barragens de mineração, classificadas como de alto dano potencial e consta do volume V do Plano de Segurança de Barragem (PSB)” (SANTANA, 2022).

havia ocorrido; para outros era questão de tempo. Ao passar das horas daquele dia ainda incipiente, as pessoas telefonavam umas às outras a fim de se comunicarem acerca do evento incerto. Na praça, já pela manhã, algumas fizeram um tipo de cadastro realizado pela mineradora. Várias famílias foram avisadas de que não poderiam retornar às suas casas, sendo levadas a um hotel na cidade de Itaúna. Aquelas que não quiseram se deslocar ou que não foram cadastradas pela empresa se dirigiram para as casas de parentes e amigos.

Nos dias subsequentes, a incerteza pairava no ar. Para as pessoas hospedadas no hotel, a vida pacata dos afazeres cotidianos, como o cuidado com os animais e plantas, das frutas e hortaliças, deu lugar a uma convivência incômoda entre apartamentos minúsculos e distantes de suas rotinas. A moradia provisória durou em média 30 dias e em seguida algumas daquelas pessoas foram realocadas para casas e apartamentos alugados pela mineradora. Muitas se mudaram de grandes loteamentos ou parcelamentos pequenos, em áreas abertas e arborizadas, para apartamentos em áreas urbanas, no centro de Itatiaiuçu e arredores, enquanto outras permaneceram abrigadas em casas de familiares, sem a liberdade de usufruto de sua própria terra.

As ruas e residências localizadas na ZAS foram interditadas, então o acesso sem autorização prévia e sem o acompanhamento de funcionários da mineradora se tornou proibido, controlado por postos de bloqueios instalados em pontos estratégicos. A mineradora ArcelorMittal fixou nas três comunidades algumas placas sinalizando rotas de fuga e pontos de encontro para facilitar o resgate em caso de ruptura da barragem, além da instalação de sirenes de alerta de emergência⁶ ao longo de toda área de ZAS - ações que simbolizavam a iminência do rompimento, instaurando angústias e receios por parte da população.

Após a ativação do PAEBM, em 21 de fevereiro de 2019 foi firmado o Termo de Acordo Preliminar (TAP) entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a ArcelorMittal, com a aprovação da Comissão Representativa dos Atingidos, criada para monitorar o cumprimento do acordo e seus desdobramentos. Conforme mencionado na cláusula primeira do termo, seu objetivo era

[...] a imposição de medidas emergenciais a serem implantadas pela

⁶ Conforme exigido pelo ofício 02/2019 (GMG/CEDEC)

compromissária (ArcelorMittal) para proporcionar todos os meios e condições necessários para início da reparação dos impactos causados pelo acionamento do PAEBM em decorrência da alteração da classificação de fator de segurança da barragem de rejeitos da compromissária, com respectiva declaração de situação de emergência nível 2, com remoção preventiva de indivíduos que estavam inseridos na Zona de Autossalvamento – ZAS. (MINAS GERAIS, 2019, p. 4)

O TAP determinava uma série de medidas a serem tomadas pela empresa responsável pelos danos, incluindo algumas destinadas a mitigar os prejuízos sofridos pelas pessoas atingidas, como auxílio emergencial, moradia provisória e transporte na ZAS, mas, sobretudo, a contratação de uma auditoria independente para monitorar o processo de descaracterização da barragem e a contratação de uma Assessoria Técnica Independente (ATI) para acompanhar as pessoas afetadas, escolhida pelas próprias comunidades. Por decisão assemblear da comunidade, em maio de 2019 foi escolhida a Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) para prestar o referido apoio.⁷

Nesse contexto, o objetivo geral da instituição contratada seria o de elaborar um Plano de Reparação Integral para as pessoas impactadas pelo acionamento do PAEBM. Sob essa diretiva, a AEDAS definiu suas metodologias específicas de trabalho, sendo uma delas a realização de diagnóstico socioeconômico, cuja principal função era a de identificar as pessoas atingidas por meio do cadastramento e, posteriormente, sistematizar todas as perdas e danos sofridos pelas comunidades. No ato do cadastro, as pessoas atingidas passaram por algumas etapas: a) formulário em formato de *survey*, no qual respondiam a perguntas fechadas de caráter quantitativo; b) levantamento de campo; c) delimitação dos terrenos: geoprocessamento e definições do uso e usufruto das propriedades imobiliárias; d) tomadas de termo – entrevista individual, de caráter qualitativo, para os relatos de danos morais e perdas imateriais das pessoas atingidas.

Foi na construção desse diagnóstico que me vi afetado e que passei a me preocupar com o objeto deste trabalho. Era meado de 2020 e a pandemia de COVID-19 amedrontava todo o planeta. Ainda assim, o Plano de Reparação Integral era urgente e precisava ser realizado. Fui contratado inicialmente para realizar as tomadas de termo dos primeiros grupos de

⁷ <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/acordo-garante-inicio-da-prestacao-de-assessoria-tecnica-aos-atingidos-por-barragem-em-itatiaiuçu.shtml>

peessoas atingidas cadastradas pela instituição. Naquela etapa, psicólogos, servidores sociais, antropólogos e sociólogos foram responsáveis por conduzir uma escuta empática e assertiva que levantasse os danos subjetivos daquelas pessoas – o que se denominou “tomada de termo”. Aceitei ainda receoso aquele trabalho e me transferi para a cidade de Itatiaiuçu, onde me estabeleci por alguns meses. O cuidado para se evitar o contágio pelo coronavírus era intensivo e as entrevistas presenciais ocorriam com todo o cuidado sanitário possível. O medo e a angústia ali compartilhados conosco pelos moradores locais pouco tinham a ver com o vírus, mas eram certamente intensificados pela situação por que passava o mundo inteiro. As pessoas nos relatavam dores imensas sofridas diante das perdas materiais e imateriais ocorridas por ocasião da evacuação relativa ao acionamento do PAEBM. Naquelas salas fechadas, eu me adentrava na vida inteira de crianças, jovens, adultos e idosos, absortos em sofrimentos diversos. As máscaras que protegiam seus rostos não podiam esconder seus prantos, tampouco suas sentidas lamentações dissolvidas em desespero.

Densas como foram, aquelas entrevistas me introduziram em boa parte da configuração social local e no desmantelamento comunal vivido por aquelas pessoas. Ao transitar pelas experiências sensíveis dos interlocutores a partir da escuta, além do meu convívio cotidiano com a região, pude experimentar o lugar do outro, decerto aceitando participar e deixando-me afetar (SAADA, 2005) pelas figurações (ELIAS, 2001) ali em jogo. A barragem gritava. As placas de rota de fuga já amedrontavam também a mim. As faixas de protestos instaladas nas portas dos comércios bradavam a cólera ali despertada. Nas ruas vazias durante o dia, os silêncios eram ensurdecadores. Mais de uma vez, acordei no escuro da noite assustado por algum barulho que me remetia às sirenes, incessantemente citadas durante o dia no trabalho por aqueles que já não dormiam há tempos por medo delas. Lembro-me dos olhares dilacerados pelas dores que as pessoas não conseguiam externar. Lembro-me das folhas da vegetação em volta do escritório, empoeiradas pelos caminhões que passavam aos montes, apressados, sobre aquela ponte já desgastada que ligava as duas margens do rio Veloso – tão falado pelos moradores de forma familiar e vívida ao lembrarem do passado, mas agora vago e mórbido por consequência das ações minerárias na região.

Enfim, naquelas entrevistas, muitas pessoas atingidas relataram deterioração em sua saúde em decorrência dos eventos relacionados ao PAEBM. Muitas narravam o surgimento ou

agravamento de doenças como hipertensão, diabetes, labirintite e hipotireoidismo, enquanto outras diziam ter problemas para dormir, depressão e ansiedade devido às preocupações e transtornos gerados pelo acionamento. Os próprios entrevistados buscavam separar suas doenças físicas das mentais, mas ambas se relacionavam diretamente à perda de sociabilidade e dos vínculos a que os indivíduos foram ali submetidos. O interrogatório buscava umnexo causal que, embora bastante nítido para os entrevistados, pairava em meio às “incertezas tóxicas” quanto aos produtos sociopolíticos daquelas afetações (TEIXEIRA, 2014). Fadadas a dizer aquilo que ainda não tinham tido tempo para elaborar, com seus sentimentos ainda mergulhados em um presente nebuloso, aquelas pessoas experimentavam um quadro perverso em que o corpo sentia e sabia (Idem, p.24), mas ainda era preciso verbalizar, interpretar, enquadrar suas dores em discursos técnicos distantes de suas materialidades que dificultavam provar aquilo que era tão real a elas.

Com as mudanças abruptas na organização da vida e de suas interações, as pessoas se viram sem perspectiva de futuro e sem amparo diante da total perda de confiança em si e nos outros, ambas sintetizadas pelo distanciamento de familiares e amigos, pela perda de momentos de lazer e de trabalho e, sobretudo, pela incapacidade de desenvolver sua própria vida individual e coletiva durante todo aquele momento, sem perspectivas de uma resolução. Este trabalho, então, trata essencialmente de compreender a percepção dessa população acerca de suas afetações e o sofrimento social relacionados com o acionamento. O objetivo aqui proposto é analisar o contexto de forma processual por meio da ótica caleidoscópica da Sociologia e entender as afetações biopsicossociais daqueles eventos na saúde local. Mas, antes de imergirmos nas configurações sociais em jogo e em seus actantes em cena, é preciso nos debruçarmos nos fundamentos teóricos e epistemológicos que baseiam este trabalho.

2. Digressões

“Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem!” (HERÁCLITO)

Nas experiências das entrevistas de tomada de termo, a separação conceitual entre doenças físicas e mentais pareciam sempre entrelaçadas nas respostas dos entrevistados, trazendo luz

às “incertezas tóxicas” dos discursos e sendo diferenciadas, de fato, apenas no formulário estruturado que norteava as perguntas. Embora a afetação em saúde mental fosse visível a qualquer um que vivenciasse um pouco a situação local, havia uma necessidade intrínseca de um processo de reparação, mas também das disposições epistêmicas modernas da ciência, de determinar e comprovar empiricamente sua frequência, tanto pelas pessoas atingidas, ao relacioná-las a alguma deterioração em saúde física, quanto pelos processos jurídicos normativos de reparação, que buscavam alçar um nexo de causalidade com o PAEBM.

De toda forma, as palavras ali desenvolvidas pareciam enquadradas numa espécie de armadilha conceitual. Ainda que a ATI tivesse sua responsabilidade para com os direitos dos atingidos, era sobretudo o desenvolvimento dos conceitos distribuídos pela divisão do trabalho dos sistemas peritos em jogo talvez o grande responsável pela armadilha. Para a instituição, seus objetivos se limitavam às demandas dos próprios órgãos jurídicos responsáveis pela resolução do conflito ambiental, inclusive no levantamento de provas da própria vítima e na recriação das representações e experiências do sofrimento. Por outro lado, as ciências médicas e de assistência psicossocial que circundavam as comunidades individualizavam os corpos adoecidos ao buscar amenizar as consequências sociopolíticas do desastre, enfatizando o “tratamento” como forma indireta de intensificação do sofrimento (DAS, 2007). Decerto, tal procedimento estava condicionado a uma sala de audiência que se comportava como “instituição habitada” (ULMER, 2019) onde era “preciso exibir, performar e traduzir as perdas enfrentadas em um idioma técnico de evidenciação, ao qual, no entanto, as narrativas dos moradores não pode[ia]m aderir” (TEIXEIRA, 2014). Por óbvio, a inserção de equipes técnicas de apoio no território fez ressoar interpretações e conexões específicas das pessoas afetadas relacionando-as ao acionamento do PAEBM. Entretanto, é mesmo sobre o jogo e seus significantes em interação o que se buscou compreender neste trabalho.

Fez-se necessário, portanto, um distanciamento dessas instituições e, além disso, uma submersão conceitual por meio de uma percepção crítica e filosófica para entender as dimensões históricas dos significados e seus significantes em jogo. Portanto, a fim de contemplar a necessidade “de construção de uma ciência mais holística, interpretativa e crítica, que se ocupe de enxergar as relações sociais e suas propriedades em uma perspectiva mais ampla e profunda” (PAULA et al, 2024). Essa pesquisa se aterá inicialmente aos

pressupostos ontológicos e epistemológicos que a sustentam, como a seguir.

2.1 Problemas conceituais

Em contraste ao racionalismo moderno influenciado pelo Iluminismo, a filosofia vitalista buscou se atentar totalmente para as “experiências da vida”⁸ a partir do século XVIII (PORTOCARRERO, 2009). Esse movimento se desenvolveu entre os campos estéticos da filosofia e da poesia, mas também na ciência, e se concentrou na iniciativa de relacionar a vida – enquanto uma totalidade – com a cultura – enquanto cultivo e criação (MIRANDA, 2017). Para os vitalistas existiria uma “força vital” intrínseca aos seres vivos, que não poderia ser explicada apenas pelas leis físicas e químicas. Como para Bergson “a vida é uma tendência, uma mudança contínua, um fluxo incessante” (1907). Sua ideia era a de que a inteligência humana parecia conceber o mundo em termos de categorias fixas e estáticas, enquanto a realidade, e especialmente a vida, é fundamentalmente dinâmica e fluida (idem). Na filosofia, Nietzsche buscou romper com a linearidade do pensamento filosófico ocidental, basicamente cartesiano, para trafegar além do bem e do mal ao definir essa força vital como a “vontade de potência” que impulsiona todos os seres vivos. Sua síntese, portanto, pairava sobre a ciclicidade da vida:

Tudo vai, tudo volta; a roda da vida gira sem cessar. Tudo morre; tudo volta a florescer; correm eternamente as estações da vida. Tudo se destrói, tudo se reconstrói, eternamente se edifica a mesma casa da existência. Tudo se desagrega, tudo se saúda outra vez; o anel da vida conserva-se eternamente leal a si mesmo. A todos os momentos a vida principia; ao redor de cada aqui, gira a bola acolá. O centro está em toda parte. O caminho da eternidade é tortuoso. (NIETZSCHE, 1985, p.167)

Na sociologia, nos introduzimos ao vitalismo por meio de Simmel, que, ao negar o positivismo, se orientara numa lógica perspectivista, entendendo a vida, principalmente nas metrópoles e suas relações fluidas, como dinâmica e impossível de ser reduzida, reificada

⁸ “O vitalismo é constitutivo do conceito de vida em sua especificidade de objeto biológico e empírico, para cujo conhecimento será buscado, a partir do final do século XVIII, algo invisível e mais fundamental. Como explica Jacob, o recurso a um princípio vital decorre da atitude da biologia, da necessidade de separar os seres das coisas e de fundar esta separação não na matéria, cuja unidade é reconhecida, mas nas forças. Neste caso, o vitalismo é considerado como aquilo que funciona como fator de abstração, a noção de vida desempenhando um papel preciso no saber. A vida é aquilo que se investiga no animal ou na planta, é o objeto da análise. É esta fração de desconhecido que faz com que o organismo seja diferente da coisa e a biologia da física” (PORTOCARRERO, 2009).

ou congelada. Aqui, o “ser” está em caminho, caminhante, sua perspectiva está sempre em alteração, em movimento. Para ele, mais importante que a partida ou a chegada é o caminho, o “caminhar” no sentido grego de método (SIMMEL, 2005). Também Nietzsche, ao discorrer sobre o dinamismo da vida, propõe que “estas unidades, a que nós chamamos organismos, são ainda contudo pluralistas. Não existem na realidade quaisquer indivíduos, mas sobretudo os indivíduos e organismos não são outra coisa senão abstração” (Nietzsche, 2003, p.59).

Tanto por orientações filosóficas quanto científicas, o vitalismo se pretendeu radical, crítico ao determinismo iluminista, para dar vazão ao real, ao devir, ao novo. No campo das ciências naturais, tal movimento irrompeu novos caminhos de pesquisas ligadas à vida entre os séculos XVIII e XIX. Biólogos franceses e alemães, inicialmente, compreenderam a necessidade de ruptura com o pensamento científico racionalista moderno. Daí “[...] os médicos vitalistas foram os principais antagonistas do modelo fisiológico do corpo-máquina, tradição que passava de René Descartes [...] à iatromecânica [...]” (ALFONSO-GOLDFARB *et al*, 2011, p. 636). Este movimento científico só seria retomado anos mais tarde com a perspectiva biopsicossocial em saúde, a qual veremos mais tarde.

Entretanto, aqui nos aproximamos de Elias. Talvez em paralelo aos vitalistas, o autor compreende a vida em seu dinamismo próprio, o que conceberia também como processo, e então considera a dificuldade de entendermos a vida em si a partir das premissas lineares do racionalismo moderno. O autor compreendia alguns termos como abstratos, como “indivíduo” e “sociedade”, presos apenas nos discursos e nas linhas tênues da Sociologia. Nesse sentido, a noção de organismos e indivíduos está mais ligada a uma interdependência relativa a níveis simples e complexos de integração, e a abstração nasce justamente da linguagem e dos sentidos, visto que tais codificações se encontram nos níveis mais altos em unidades organizadas que se autonomizam (ELIAS, 1980). Outrossim, o autor entendia que a “**identidade-eu**” não existe sem uma “**identidade-nós**”, pois a identidade humana está, constantemente, em processo – ou seja, o “**eu**” é uma percepção moderna, sendo o conceito de indivíduo uma construção hodierna na história dos homens (ELIAS, 1994).

Problemas da autoconsciência “indivíduo” e “sociedade” conduzem o pensamento, invariavelmente, a becos sem saída, feitos de pseudoproblemas insolúveis. A ideia que ele sugere, a imagem de

duas entidades diferentes, separadas por um extenso abismo ou por uma antítese insuperável, responde, em larga medida, por todas as intermináveis discussões sobre a questão de quem “chegou” primeiro, o “indivíduo” ou a “sociedade” – variações sobre a velha charada do ovo e da galinha –, ou sobre a outra questão, de qual deles determina qual: “Deve-se partir dos ‘indivíduos’ para compreender as ‘sociedades’ ou dos fenômenos sociais para explicar os indivíduos?” (ELIAS, 1994, p.68)

Para Elias, elas não se diferem, e sim se interpenetram. Ainda assim, a ciência ocidental, entorpecida pela noção do “eu”, se encontra dividida entre os conceitos e definições dos estudos dos níveis altos e baixos de integração dos organismos objetos de estudo. A questão aqui é: na divisão social do trabalho moderno – à qual as ciências também se submeteram e na qual parecem se legitimar, a partir de suas microfísicas de poder institucionalizadas (FOUCAULT, 1970) – suas limitações impossibilitam interdisciplinaridades, devido às linguagens já petrificadas da realidade segmentada?

Acerca, por exemplo, da realidade⁹ das pessoas atingidas em Itatiaiuçu, as dimensões vividas do sofrimento separadas pelos conceitos de saúde mental e física determinaram uma nova forma de violência simbólica experienciada por elas. Logo, pensar a saúde mental em termos puramente biológicos ou mesmo individualizada pelo plano psicológico traria névoa sobre a realidade dos actantes e suas sensibilidades. Dessa maneira a névoa se tornaria vento, um vento que não voa:

Dizemos ‘o vento sopra’ como se o vento fosse realmente algo em descanso que, num dado momento, começa a mover-se e a soprar. Falamos como se o vento se pudesse separar do seu ‘sopro’, como se pudesse haver um vento que não soprasse. (ELIAS, p.122)

A ciência, pois, deve ser a propulsão dos ventos, a catalisadora das pulsões, viva como o próprio ar, a fim de subverter uma história progressiva, linear e ocidental. Sem preâmbulos, deve-se deixar levar e não tentar controlar o objeto, tampouco se emudecer com as armadilhas conceituais pelas quais a linguagem ocidental – e sua construção social maniqueísta – se legitimou. Elias (1980) pode ser um teórico para o início dessa

⁹ Acerca da compreensão da realidade, esse trabalho se aterá ao conceito lacaniano de “real”, manifestado em situações que os significantes falham, sobretudo em sua essência traumática, aquilo impossível de ser dito, ou seja, aquilo que resiste absolutamente à simbolização. Para Lacan, o real não é a “realidade” do mundo físico, mas sim o que está fora da estrutura simbólica que usamos para compreender o mundo. (Lacan, 1998)

desconstrução – ou descolonização. O autor questiona a dualidade, sempre conflituosa, presente na linguagem ocidental, que acaba por aprisionar também a ciência. Nesse sentido, a reificação de seus objetos, assim os isolando num estado de repouso, e a utilização de “instrumentos de comunicação e de pensamento que derivam de uma tradição particular de discurso e de pensamento sem que se proceda a uma nova avaliação”, tornam a ciência incubadora de seus próprios conceitos, tornando-os estáticos diante de uma realidade móvel, erro comum que Elias define como redução-processual (ELIAS, 1980). Propõe, então, que a Sociologia visualize seus objetos de forma processual, distante de conceitos fixos, entendendo os discursos a partir de seu dinamismo e interdependência. É, portanto, o desafio em trazer movimento e profundidade às vivências cotidianas das pessoas atingidas em jogo que norteia o presente trabalho. Para tanto, utilizaremos de conceitos e terminologias que alcancem ou busquem alcançar o dinamismo próprio das configurações sociais em questão e suas experiências no mundo.

Não obstante, como se atuasse num aprimoramento das ideias elisianas, Latour desenvolve conceitos que não petrificam a realidade, mas que a mantêm em movimento, como o conceito de “**actante**”, numa tentativa exitosa de alcançar o movimento e a ação, considerando o meio, os humanos e os não humanos ao entorno. “A sociologia da modernidade, a sociologia do social, tem dificuldade de categorizar aquilo que se movimenta, ordenar aquilo que não tem forma. Que no fim interrompe o movimento de associação em vez de retomá-lo” (LATOUR, 2012, p.26). Elias diagnostica, mas Latour remedia e desenvolve conceitos móveis. O conceito de actante se faz necessário ao ir além da concepção de “ator” de Elias, entendendo que os não humanos também interagem e modificam a realidade – sendo a realidade social algo construído pelas interações entre actantes. Latour complementa Elias, trazendo a concepção de rede como definição do mundo, do cosmos, como se a realidade estivesse integrada em entrelaçamentos, o que configura uma rede de interdependências entre humanos e não humanos. A realidade, portanto, deve ser interpretada “sem sufocar os conceitos com ninharias” (LATOUR, 1994, p.33). Surge então uma das repostas das questões supracitadas: mesmo que a ciência moderna tenha acompanhado as divisões do trabalho ocidental e se subdividido em várias ciências a partir de preceitos individualizantes, no fim todas elas são sociais, pois são definidas por seus aspectos humanos, políticos, contextuais: a dimensão social não existe para Latour, pois ela não se separa das outras dimensões – tudo é social! Assim, estudar os aspectos físicos e mentais da saúde é também

estudar o contexto social dos actantes em interação, evitando o erro moderno que separa o mundo natural do mundo social.

Com Latour, também questionamos os dualismos presentes nas ciências para entendermos a natureza. Esse autor também, assim como Nietzsche e Elias, busca romper com o humanismo, com o antropocentrismo das ciências. As naturezas estão imbricadas nas construções de mundo e na convivência com este. Latour também rompe com a dicotomia “sociedade *versus* natureza”, defendendo a morte da “natureza”, bem como a morte do “social”, pois não existem em si se tais conceitos são classificações utilizadas para entendê-los, mas que não se separam objetivamente – ou seja, os não humanos não são totalmente objetos, e o social não é somente subjetivo. Desse modo, Latour compreende que os processos de associação e formação dos vínculos em redes são processuais, dinâmicos e contínuos. Assim, os sistemas sociais estão em constante movimento.

Portanto, para além de fazer saltarem as profundidades subjetivas do discurso de seus objetos de forma dinâmica e rizomática, a Sociologia deve também descolonizar seu próprio discurso científico, ou mesmo se desterritorializar, já que “a lógica binária e as relações biunívocas dominam ainda a psicanálise (...), a linguística e o estruturalismo, e até mesmo a informática” (DELEUZE e GUATTARI, 1980) – e, sobretudo, as Ciências Sociais. É inerente a uma sociedade de escrita o desafio de transmitir a realidade múltipla por meio de palavras unidimensionais, mas também deve fazer parte de sua ciência a superação desse modelo discursivo, cartesiano e dicotômico, a fim de alcançar as múltiplas dimensões da vida, tornando as palavras mais próximas da fluidez dinâmica da existência. A linguagem dicotômica e binária nos levou aos céus, mas nos distanciou de nós mesmos, por isso a ciência deve ser pulsão, viva como o vento, guiada pelo desejo de se deixar levar, e não o de tentar controlar seu objeto. Faz-se necessário, portanto, “reatar o nó górdio que atravesse o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos, a natureza e a cultura” (LATOUR, 1994). Dessa forma, as afetações em saúde do público-alvo dessa pesquisa serão analisadas a partir da “vida nua” das pessoas atingidas, suspensas de suas humanidades nas quais “exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção” (AGAMBEN, 2010, p. 16; LE BLANC, 2007).

Nesse sentido, optou-se pelo uso do conceito de “sofrimento social”, entendendo o fenômeno como um “fato social total”. Sua utilização se justifica na tentativa de compreender os modos de agência locais, individual ou coletivo, em suas experiências fluidas e interpenetradas, como aspectos processuais da vida social (PUSSETTI *et al*, 2011) da região afetada – sem, contudo, se perder em reduções-processuais entre as palavras e as coisas. – o que veremos mais tarde.

2.2 Questões metodológicas

Para entender o caso específico de Itatiaiuçu, este trabalho será apresentado em duas partes distintas, ambas movimentadas de cima para baixo e de baixo para cima, da estrutura para a agência e vice-versa. Primeiramente, serão discutidas as configurações sociais e suas formações históricas ao longo do tempo. Essa parte inicial dimensionará o espaço-tempo específico em questão por meio da contextualização geográfica das comunidades atingidas e do processo “civilizador” mineiro, em interação com o contexto mundial interdependente, até debruçar-se em referenciais bibliográficos que se aproximem da realidade local. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que ilustrasse essas configurações de forma genealógica, numa abordagem processual, enfatizando a longa duração dos processos sociais, a formação dos poderes locais (ROBERTSON, 2003) e a interconexão entre o desenvolvimento psicológico e social dos moradores de Itatiaiuçu, destacando, por fim, aquelas comunidades atingidas pela lama invisível. A pesquisa bibliográfica, portanto, partiu do pressuposto multidisciplinar do objeto, atravessando conceitos e teorias que vão desde a Psicologia e a Sociologia, passando pelas Ciências Socioambientais, a Geografia, Epidemiologia, Filosofia e Psiquiatria. Esse percurso se deu por pesquisas em plataformas científicas *online*, livros e artigos, assim como por indicações e citações de grandes referências das áreas supracitadas que se relacionam com essas temáticas.

Na segunda parte, adentrar-se-á nos relatos de vida das pessoas atingidas, a fim de se compreender sociologicamente o sofrimento social diante da lama invisível de Itatiaiuçu a partir das construções argumentativas dessa população, e como elas associam seus sofrimentos ao acionamento. Segundo Vilelas (2009, p.105) a investigação qualitativa é "uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem". Para tanto, buscou-se

atravessar os microcosmos da região afetada sob uma perspectiva etnossociológica, tentando entender como a lama invisível interferiu nas relações interdependentes dos actantes atingidos a ponto de modificar suas trajetórias e, conseqüentemente, sua saúde. Metodologicamente, este trabalho baseou-se na noção de “relatos de vida” de Bertaux (1999) para alcançar as redes, os actantes, seus vínculos e controvérsias, bem como suas interdependências em movimento contínuo. A partir dos relatos de vida, a pessoa compartilha informações baseadas em sua própria perspectiva, refletindo a realidade que construiu ao longo do tempo. Essa visão é influenciada por fatores como sua posição social, seus valores pessoais e sua individualidade. Bertaux compreende o microcosmo como “todos eles estruturados mais ou menos pelas mesmas configurações de relações socioestruturais” (COSTA *et al*, 2020). Então, nos utilizamos de entrevistas com foco nos relatos de vida para se aprofundar nos mundos de coerência estruturada de cada actante, adentrando em seu mundo de compreensão sobre o antes, o durante e o depois da lama invisível. Na investigação qualitativa, de cunho biográfico, “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BODGAN & BIKLENS, 1994). Apenas desse modo alcançaríamos o indivíduo actante e as estruturas sociais em jogo num processo (ELIAS, 2008). Os relatos de vida foram propiciados por entrevistas presenciais e virtuais, buscando a amplitude dos diálogos bem direcionados, tomando a experiência do sujeito como ponto central. Aqui, pois, a biografia se encontra com a etnografia: “Biografia e etnografia são respostas às (mesmas) aflições: o problema de ambas e também o seu mérito é que são muitas e diversas as aflições às quais são chamadas a responder” (KOFES *et al*, 2015).

Trata-se da aplicação de entrevistas com foco em relatos de vida de nosso público-alvo, a ver, pessoas adultas das comunidades atingidas em Itatiaiuçu, atentando-se às pluralidades consubstanciais de cada experiência. Sobre a seleção dos sujeitos participantes da pesquisa, seguiu-se a amostra intencional ou amostra de julgamento, que, assim como percebe Babbie (2004), constitui um tipo de amostra não probabilística na qual o pesquisador seleciona as unidades de observação baseado no próprio julgamento acerca de atributos úteis e importantes ao seu problema de pesquisa. Portanto, para a escolha dos sujeitos, estabeleceu-se diálogos com a ATI atuante no território a fim de selecionar, por meio de seu banco de dados, pessoas atingidas que se enquadrassem nos seguintes critérios: (a) pessoas que se

autodeclararam possuidoras de problemas em saúde antes do acionamento; (b) pessoas que autodeclararam alguma piora em saúde após o acionamento, além de (c) pessoas que autodeclararam não possuir qualquer problema em saúde antes do acionamento; e (d) outras que relataram não ter tido problema em saúde após o acionamento. Além disso, optou-se por selecionar adultos de ambos os sexos e de raças/cores diversas, sem distinção de classe, considerando os perfis “conscientemente diversificados” (BERTAUX, 1999). Dessa forma, as entrevistas foram repetidas até atingir um “ponto de saturação”, o que segundo Bertaux garantiria um número significativo de casos, a partir do qual a representatividade da amostra fosse garantida. Assim, para Bertaux, a saturação consistiria uma base sólida para a generalização, “cumprindo no enfoque biográfico exatamente a mesma função que tem a representatividade da amostra na pesquisa por questionários” (Idem). Além disso, segundo Albarello et al (1995, p.213), "na abordagem biográfica prevalece o princípio geral de relatos de vida suficientemente [...] diversificados [...] o que implica que as entrevistas sejam recolhidas segundo um plano que possa garantir a representatividade do conjunto da problemática". Portanto, no fim, foram escolhidos outros actantes segundo perfis que se mostraram necessários durante processo de campo, como os caseiros e casos complexos de saúde mental, totalizando 13 (treze) entrevistas. O contato com a ATI foi crucial para a determinação dos entrevistados, bem como o acesso de alguns dados cadastrais importantes, como telefone, data de nascimento, sexo, raça e comunidade de origem.

A análise da situação social dos indivíduos interdependentes foi realizada, portanto, por meio de estudo observacional de caráter descritivo, com abordagem qualitativa. As perguntas endereçadas aos entrevistados foram baseadas na noção de “sofrimento social” (KLEINMAN *et al*, 1997), no intuito de verificar o sofrimento individual em interdependência com as estruturas sociais e econômicas. Dessa forma, as entrevistas objetivaram entender como as pessoas atingidas percebiam e vivenciavam o sofrimento causado pela condição social adversa (Idem) relativa ao acionamento, assim como acesso a recursos, segurança, e também a percepção de injustiça social (FARMER, 2003), além de “considerar as maneiras pelas quais o sofrimento afeta as percepções e práticas cotidianas” (DAS, 2007). Por fim, as perguntas se atentaram às condições físicas, mentais e sociais, de acordo com as referências biopsicossociais em saúde, a fim de alcançar o sofrimento social como um todo, entrelaçando uma à outra, em respeito ao fluxo processual e dinâmico do sofrimento. Seguiram, portanto, o seguinte roteiro, sem, contudo, seguir sua risca:

Introdução: Qual sua história com a região de Pinheiros/Vieiras?

Antes do acionamento

Onde trabalhava antes do acionamento? Conseguia trabalhar normalmente antes do acionamento? Como era sua saúde antes do acionamento? Fazia atividades físicas antes do acionamento? Fazia atividades de lazer antes do acionamento? Como era sua alimentação antes do acionamento? Qual era sua relação com a natureza na comunidade? Tomava algum medicamento de uso contínuo antes do acionamento? Quais eram as preocupações diárias antes do acionamento? Acredita que podia tomar decisões em relação à própria vida? Tinha acesso a moradia digna antes do acionamento? A educação? Ao meio ambiente? Quais eram os planejamentos sobre o futuro? Como era seu convívio com amigos, familiares e vizinhos antes do acionamento? Como era a prática religiosa antes do acionamento? Participava de eventos culturais antes do acionamento? Conseguia garantir saúde e bem-estar a sua família antes do acionamento? Conseguia garantir alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos aos familiares antes do acionamento?

Depois do acionamento

Houve mudanças no trabalho? Como é sua saúde depois do acionamento? Faz atividades físicas e de lazer depois do acionamento? Como é sua alimentação depois do acionamento? Como é sua relação com a natureza após o acionamento? Passou a tomar algum medicamento de uso contínuo? Conseguir expressar suas dores físicas e emocionais? Se existem, consegue pedir ajuda? Quais as preocupações diárias após o acionamento? Houve dificuldades para dormir? Sente-se inseguro ou em tensão constante? Acredita que pode tomar decisões em relação à própria vida após o acionamento? Acredita ter perdido o ânimo? Acredita ter perdido a coragem de viver? Tem acesso a moradia digna, educação e meio ambiente após o acionamento? Como é o planejamento do futuro após o acionamento? Como lidou com a pandemia de COVID-19 em meio ao cenário do acionamento? Como é seu convívio com amigos, familiares e vizinhos depois do acionamento? Como é a prática religiosa depois do acionamento? Participa de eventos culturais depois do acionamento? Conseguir garantir saúde e bem-estar a sua família depois do acionamento? Conseguir

garantir alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos aos familiares depois do acionamento? Sente vergonha relativamente a alguma coisa? Se sente confiante em viver com os outros? Se sente isolado? Se sente desrespeitado?

As entrevistas foram gravadas para o processo de descrição densa, objetivando repetir falas que apreendessem informações e sentidos. Posteriormente, foi realizada a transcrição de todas elas e, ao fim de cada narrativa, elaborou-se uma síntese dos relatos de vida a partir de uma análise de conteúdo das experiências das pessoas atingidas, dispostas no texto de acordo com o contexto em discussão. Para Albarello et al (1995, p.121) a análise de conteúdo é um trabalho indutivo realizado pelo pesquisador, "na medida em que tem de descobrir as categorias pertinentes a partir das quais é possível descrever e compreender a realidade observada". Nessa parte, para preservação das identidades e do anonimato de seus entes em relação, foram escolhidos nomes fictícios que seguiram uma lógica predefinida segundo personagens e anagramas de codinomes inspirados na obra literária "Suor" de Jorge Amado. Destaca-se que os dados resultantes das entrevistas e das documentações foram armazenados em formato digital na plataforma Google Drive do pesquisador e estão disponíveis para apreciações.

PARTE 1 – Contextualização de Itatiaiuçu

A cultura como sistema aberto, como acto e drama que se expressa na palavra e na imagem para análise e interpretação do quotidiano. (ELIAS, 1980)

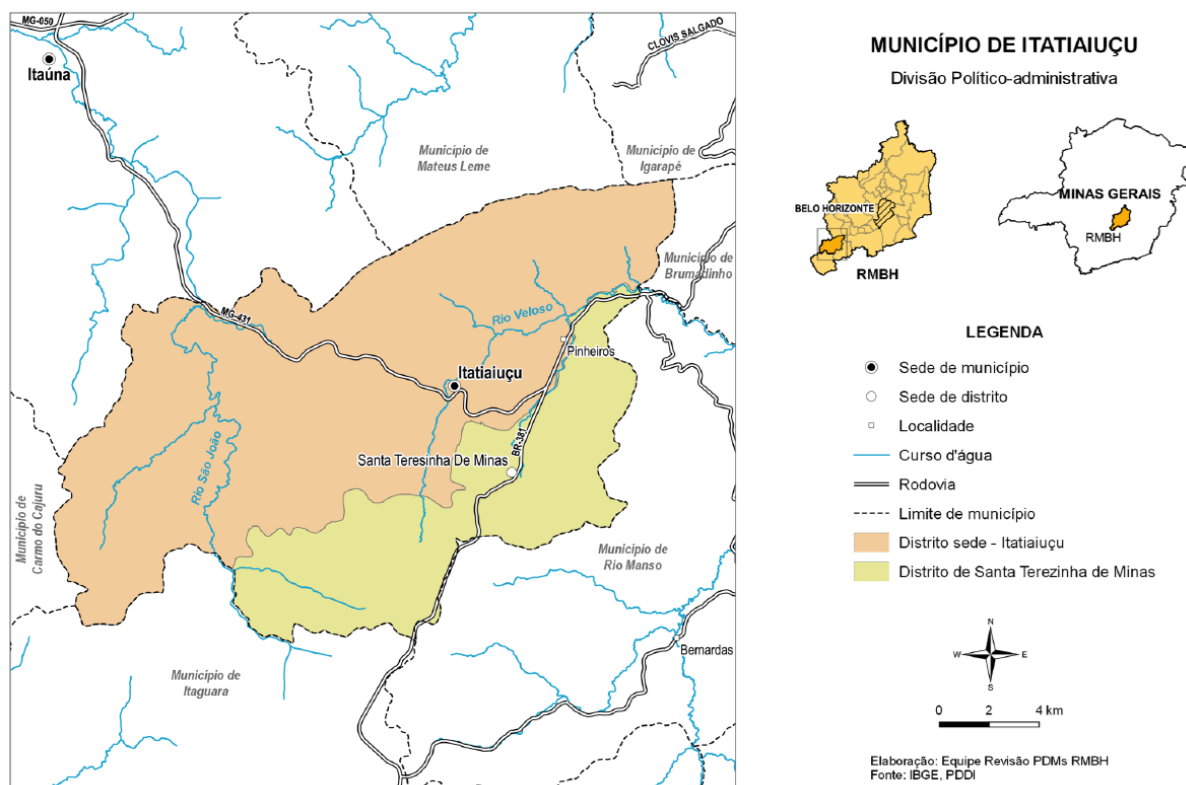
3. Imersões

Este capítulo se aterá às contextualizações geográficas e históricas de Itatiaiuçu a fim de situar o município no jogo amplo das interações com o mundo e seus significantes. Por ora, nos aprofundaremos em alguns dados sólidos a fim de situarmos no espaço nosso objeto de estudo. A cidade de Itatiaiuçu está localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na macrorregião Central e microrregião de Itaguara, situada a 58 km da capital mineira. De acordo com o censo demográfico de 2022, Itatiaiuçu tem uma população de 12.966 habitantes, com uma densidade demográfica de 43,93 pessoas por km², possuindo uma área de 295.145 km². Ademais, o município faz divisa com outros: Igarapé, Mateus Leme, Itaúna, Carmo do Cajuru, Itaguara, Rio Manso e Brumadinho. Em 2006, o artigo 24 da Lei Municipal 1.009¹⁰ subdivide as regiões de Itatiaiuçu da seguinte forma: Sede Municipal, distrito de Pinheiros, distrito de Santa Terezinha e dez povoados - Ponta da Serra, Samambaia, Curtume, Chaves, Rio São João, Medeiros, Pedras, Morro do Pião, Vieiras e Córrego do Paiol. Ainda que o plano diretor do município (ITATIAIUÇU, 2017) considere apenas o distrito-sede e o distrito de Santa Terezinha, conforme Figura 1, nos ateremos à Lei Municipal para tratar das comunidades atingidas: o distrito de Pinheiros e o povoado de Vieiras.

¹⁰ Disponível em

https://www.itatiaiuçu.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Leis_1009_2006?cdLocal=5&arquivo=%7BA026DACC-8DBA-A2DB-BB8D-EAD3E8EE5DDC%7D.pdf

Figura 1 - Divisão político-administrativa

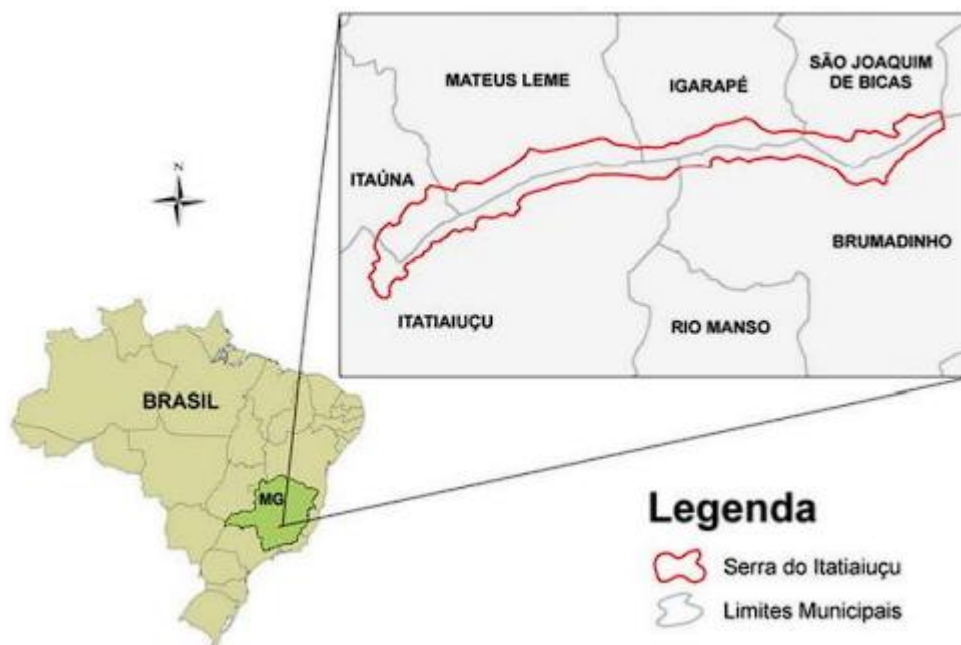


Fonte: ITATIAIUÇU, 2017

A cidade de Itatiaiuçu possui uma significativa complexidade geológica, pois parte de seu território está situada no Quadrilátero Ferrífero.¹¹ Essa região é uma das províncias geológicas mais relevantes globalmente, devido ao seu potencial natural, mineral e cultural (RUCHKYS *et al.*, 2013). Nela se encontra a Serra do Itatiaiuçu, também conhecida como Serra Azul ou Serra de Igarapé (FEAM, 2012), que abrange vasta área territorial, alcançando regiões pertencentes às cidades limítrofes do município de Itatiaiuçu (Figura 2), sendo um rico polo minerário de ferro que concentra atividades de muitas empresas desse segmento, como o trecho da chamada Serra Azul, situada a nordeste do município, sob controle da ArcelorMittal – da qual se trata este trabalho. A Serra do Itatiaiuçu possui intensa compartimentação, resultante da concentração de diversas estruturas de disposição de resíduos de mineração em uma área territorial relativamente pequena, causando impactos significativos tanto nas empresas quanto na população que vive ao redor.

¹¹ Segundo Neri (2023): “82% das reservas de minério de ferro no Brasil se encontram em Minas Gerais, sendo que cerca de metade dessas jazidas se localizam no Quadrilátero Aquífero-Ferrífero. Isso corresponde a 11,5 bilhões de toneladas dentre 170 bilhões de toneladas de reservas mundiais de minério de ferro”

Figura 2 - Serra do Itatiaiuçu e seus limites municipais



Fonte: YKS 2010 *apud* FEAM, 2012.

Além disso, o município está localizado na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba e também na bacia do Rio Pará. Uma parte significativa de seu território está inserida na bacia do Rio Manso, que é um dos principais afluentes do Rio Paraopeba e também um dos principais reservatórios dedicados ao abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ITATIAIUÇU, 2017). Os cursos d'água da região incluem o Ribeirão Itatiaia, o Córrego Samambaia e o Rio Veloso, que estão localizados acima do reservatório do Rio Manso e são classificados como de classe 1, considerada de alta importância hídrica, trazendo restrições rigorosas quanto ao recebimento de efluentes (Idem). Acerca das concessões do uso de água, em consulta ao banco de dados disponível no *site* do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM),¹² que compila as outorgas concedidas a partir de 2018 pelo próprio IGAM, pela Unidade Regional de Gestão das Águas (URGA) e pela Superintendência Regional de Meio Ambiente (SUPRAM), é possível observar que a maioria das outorgas concedidas é destinada ao uso relacionado à atividade de mineração, principal atividade econômica desenvolvida no município.

¹² Disponível em <http://www.igam.mg.gov.br/>

3.1. O processo civilizador entre as Minas

Nunca entre os homens floresceu uma invenção pior que o ouro; até cidades ele arrasa, afasta os homens de seus lares, arrebatada e impele almas honestas às ações mais torpes e incita ainda os homens ao aviltamento, à impiedade em tudo. (SÓFOCLES, 2003)

3.1.1. Predisposições

A seguir disporemos de dados históricos a fim de situarmos no tempo nosso objeto de estudo. Como propõe Elias, nos ateremos a uma abordagem “processual” da história da cidade de Itatiaiuçu e das comunidades atingidas, considerando-as como uma teia de relações em constante mudança, em vez de uma série de estados fixos. Abordaremos, pois, não apenas a história dos vencedores, mas tentaremos abarcar as perspectivas de resistência dos vencidos (FOUCAULT, 1976), na tentativa de compreender o processo contínuo de transformação das relações sociais e das configurações de poder, para assim nos aproximarmos do dinamismo essencial da história e entendermos os movimentos atuais dela própria. Aqui, tentar-se-á aprofundar, desse modo, em como os seres humanos foram afetados pelo seu ambiente natural, mas também como determinaram esse ambiente, como numa espécie de pesquisa sobre a História Ambiental (WORSTER, 1991) da região. A história oficial de Itatiaiuçu, como a de muitas cidades de Minas Gerais, está ligada à mineração de ouro e em sua busca pelas expedições colonizadoras, tornando secundários, por vezes, os processos de genocídio e escravização atrelados a essas histórias. Tentaremos, contudo, dar vozes a todas as figurações em jogo, ainda que limitados pelos arquivos históricos disponíveis atualmente.

A região de Itatiaiuçu era habitada pelos índios Cataguases e outras etnias (LIBANIO, 2018). Como indica o plano diretor, “o próprio topônimo do município deriva da designação indígena para a serra que o circunda, sendo um vocábulo tupi que significa: ita = pedra + tiaia = dentada + açu = grande (ou “a grande pedra dentada”) (ITATIAIUÇU, 2017). Entretanto, nos esbarramos nos limites da cultura oral dos povos indígenas, em detrimento da linguagem escrita dos dominadores, que já estabelecia suas idiossincrasias, bem como suas dualidades constituintes das perspectivas colonizadoras¹³. Como exemplo, Senna

¹³ Nos limitamos, aqui, à perspectiva colonizadora até mesmo nas próprias terminologias “indígenas” e “ameríndios”: a primeira pela crença dos exploradores europeus em encontrar a Índia e a segunda um misto desta e o nome dado ao “novo continente” explorado por Américo Vespúcio.

(1937) descreve a comunidade indígena dos Cataguás ou Cataguases como sendo os primeiros ocupantes das terras do Vale do Paraopeba, antes denominado Campos dos Cataguases, mas, com parte dessa descrição histórica comunal já afetada pelos brancos, denotando suas resistências nas tentativas de invasão destes. Além disso, como infere Ferreira (2014), Senna documenta tais indígenas de forma caricata, em descrições permeadas por estereótipos e preconceitos que justificavam a colonização e a violência contra essa população: “eram traiçoeiros e agressivos. Colocavam em perigo as zonas em que ficavam as terras férteis, às margens dos rios na extensão do Vale” (p.31). Embora haja indícios que ilustrem os Cataguases como aliados dos homens do sertão, como os emboabas, sabe-se que o processo de colonização em território brasileiro fora violento em suas práticas e enfrentamentos produzidos pela alteridade, sobretudo na perspectiva ameríndia local, “pela combinação entre a destruição e a assimilação do mundo indígena, o sertão dos Cataguases, Guaianases ou Araxás deu [deram] lugar às Minas Gerais” (MENDES, 2009), demandando mortes, fugas e mudanças territoriais dos povos originários.

A descoberta do ouro em Minas Gerais ocorreu principalmente entre 1693 e 1695, quando os bandeirantes paulistas encontraram jazidas no Rio das Velhas e em regiões próximas às atuais cidades de Sabará, Mariana e Ouro Preto. Esses eventos desencadearam um intenso fluxo migratório de colonos, tanto de outras partes do Brasil quanto de Portugal, com o objetivo de se estabelecer nas áreas mineradoras. Tal migração acabou levando à ocupação de áreas mais periféricas e menos conhecidas, como a região de Itatiaiuçu, que foi influenciada diretamente pela dinâmica econômica e social da mineração (FURTADO, 2001). De acordo com Costa (1998), embora a produção de ouro em Itatiaiuçu tenha sido menos expressiva, sua relevância reside na sua contribuição para a expansão territorial e econômica da mineração na capitania de Minas Gerais.

Os paulistas eram um grupo étnico específico que se consideravam “outros”, o que logicamente era contrário à Coroa portuguesa, visto suas intransigências diante da metrópole (RUSSEL-WOOD, 1999). De fato, os paulistas entendiam que as descobertas das minas demandaram seus próprios esforços, o que justificava suas desobediências ao poder central, mas a exclusividade na exploração das riquezas no sertão brasileiro era impossível (MATTOS, 1989), visto a imposição da Coroa relativas às posses de sua colônia, algo que veremos a seguir.

Os **emboabas** constituíam um grupo de colonos, em grande parte portugueses recém-chegados ao Brasil durante o ciclo do ouro, entre o final do século XVII e o início do século XVIII. Esse termo passou a ser usado pelos **paulistas** – bandeirantes e moradores de São Paulo e Santos – para se referir de maneira pejorativa a esses aventureiros, que passaram a competir pelo direito de explorar as minas de ouro recém-descobertas nas Minas Gerais. A palavra “emboaba” é de origem tupi e significa “pessoa que tem penas nas pernas”, em referência às botas e calçados usados pelos colonos europeus, contrastando com os bandeirantes que andavam descalços ou com trajes mais simples (RODRIGUES, 2015). Os emboabas são citados na bibliografia como “forasteiros” ou “não paulistas” que chegaram à região mineradora de Minas Gerais no final do século XVII e início do século XVIII e que, segundo Prado Jr. (1999), representavam o contingente mais numeroso e heterogêneo de migrantes, que, ao contrário dos paulistas, não tinham vínculos com o território da Capitania de São Paulo e muitas vezes possuíam recursos financeiros e redes comerciais que lhes permitiam dominar a exploração das riquezas das minas. Eram formados por forasteiros, advindos de variados locais como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, e, sobretudo, vinham de Portugal e tinham o apoio da Coroa Portuguesa (ROMEIRO, 2009).

3.1.2. A Guerra dos Emboabas e o alvorecer do Leviatã mineiro

A Guerra dos Emboabas eclodiu nas partes centrais de exploração do ouro em Minas a partir do conflito destes com os bandeirantes paulistas. A chegada dos emboabas ameaçava o domínio paulista e essa tensão crescente culminou na guerra aberta entre os grupos. Para os paulistas, o direito à exploração do ouro não era apenas econômico, mas também simbólico, ligado ao prestígio e à legitimidade de sua identidade como pioneiros e desbravadores. Os emboabas, por outro lado, buscavam se afirmar e conquistar esse capital econômico e simbólico através do domínio das minas e, por conseguinte, a expulsão dos paulistas. Se Melo entendia a Guerra dos Emboabas como a primeira repulsa ao português (1979, p. 45), esboço de um futuro levante nacionalista no Brasil-colônia, para Vasconcelos (1904) consistia em um fenômeno reacionário de um momento crítico, quando a sociedade, conservando ainda instintos do direito, buscava se salvar do “seu total e afrontoso aniquilamento”.

Essa disputa refletiu não apenas uma luta pelo controle dos recursos, mas também um embate entre diferentes visões de ocupação territorial e desenvolvimento econômico (FURTADO, 2001), sobretudo definindo a formação dos arraiais e dos centros urbanos locais. Tal conflito pode ser descrito como o alvorecer do leviatã mineiro, como ilustra Gomes (2020):

Nesse embate, os forasteiros, chamados de emboabas, expulsaram das minas aqueles que as tinham descoberto, os violentos sertanistas paulistas, permitindo que Portugal consiga maior controle da sociedade. Para colonizar os sertões, a Coroa vale-se dos sertanistas, mas, com a descoberta do ouro, eles se tornam um empecilho para a consolidação do poder central. A Guerra dos Emboabas, por ter colaborado para a domesticação da população sertaneja, para a monopolização do uso da força, para a centralização política, para o desenvolvimento da interdependência entre as pessoas e para o autocontrole das condutas, pode ser vista como um importante episódio do processo civilizador ocidental na América portuguesa. (p.8)

No fim, os vitoriosos emboabas determinaram o domínio dos poderosos locais, bem como o fortalecimento do poder central (CAMPOS, 2002), enquanto os paulistas se retiraram para outros locais da capitania, como os bandeirantes liderados por Manuel de Borba Gato. Derrotados na guerra, se embrenharam pelos sertões a oeste da província em busca do ouro da Serra do Itatiaiuçu, sendo o grupo um dos primeiros a povoar aquelas terras. Depois da fuga, ao se estabelecerem na região, a procura do ouro foi intensificada, inclusive com a chegada de garimpeiros e escravos, o que fazia crescer rapidamente o núcleo populacional. Ali, o “produto da garimpagem era armazenado na casa de Reserva, seguindo daí para Sabará. A Serra de Itatiaiuçu, desde o ano de 1693, servia de baliza àqueles que buscavam as riquezas das Gerais e Goiás” (ITATIAIUÇU, 2017).

Um dos integrantes da bandeira paulista de Borba Gato era seu genro Mateus Leme, neto de Fernão Dias Paes Leme, que se estabeleceu nas terras próximas da Serra do Itatiaiuçu, usufruindo das abundantes riquezas minerais então encontradas:

Por outro rumo os Penteados fundavam o arraial de Roça Grande, os Raposos exploravam o ribeiro de seu nome. João Leite da Silva Ortiz a serra do Curral d’El-Rei e seu sogro, o façanhudo Anhanguera (Bartolomeu Bueno da Silva também chamado Bartolomeu Bueno Feio), estabelecia-se no São João do Pará; Antônio Rodrigues do Prado em Pitangui, e **Mateus Leme no Itatiaiuçu**. (VASCONCELOS, 1904, p. 184/185).

No caso de Itatiaiuçu e sua região, é preciso nos ater ao clã da família Leme, participante ativa na fundação e desenvolvimento de diversas cidades da região¹⁴. Originada da pequena nobreza de Portugal, a família Leme migraria para o Brasil durante os primeiros anos da colonização:

A família Leme, que da Ilha da Madeira passou à vila de S. Vicente pelos anos 1544 a 1550, prendia-se à antiga e nobre família que possuiu muitos feudos na cidade de Bruges do antigo condado de Flandres, nos Países Baixos. O seu primitivo apelido em Flandres era *Lems*, que significa argila ou grêda (barro fino e delicado), com o que esta família quis salientar a sua nobreza entre os seus compatriotas; em Portugal este apelido foi corrompido em Lemes e Leme. (LEME, 1904, p.179)

Segundo a obra *Genealogia Paulistana* (LEME, 1904), um dos primeiros membros conhecidos da família a se estabelecer no Brasil foi Pedro Leme, que chegou à Capitania de São Vicente em 1532, vindo de Lamego, Portugal. Pedro Leme participou ativamente da colonização e foi um dos primeiros povoadores de São Paulo, desempenhando um papel importante na formação da sociedade paulista. Seus descendentes participaram das expedições bandeirantes, um deles era Fernão Dias Paes Leme que, após vários anos atuando no encarceramento de povos originários, recebeu do governador-geral, D. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça (governante colonial português), a carta patente de chefe da grande expedição com o título de “governador das esmeraldas”. Iniciou, então, uma expedição ao interior do Brasil com o objetivo de encontrar o mítico “El Dorado”, uma das mais extensas e caras expedições da era colonial, explorando grandes áreas do interior do Brasil (SILVA, 2006). Iniciada em 1674 quando Paes Leme já tinha 66 anos de idade, a expedição bandeirante foi acompanhada de seu companheiro Manuel Borba Gato (1628-1718) e culminaria na guerra e na retirada de alguns familiares para a Serra do Itatiaiuçu.

Na busca pela terra prometida, o *far west* brasileiro em busca do ouro determinou a presença de famílias colonizadoras no interior das Minas Gerais, seja como emboaba ou paulista,

¹⁴ Neste ensejo, é importante ressaltar como as redes de parentesco entre figuras importantes da colonização influenciaram na preservação e na transmissão do capital social (BOURDIEU, 2007) advindos da metrópole, perpassando gerações, formas de governo, mas, sobretudo, mantendo privilégios e prestígios, como vemos na citação a seguir: “o tenente general Manoel de Borba Gato, que há muitos anos está em mansa e pacífica posse de uma sorte de terra entre o Rio Paraopeba e a Cordilheira do Itatiaia e de Mateus Leme até fechar na barra [...]” (BARBOSA, 1971, p.282).

como no caso de Itatiaiuçu e região. Decerto, muitos exploradores se fixaram nas proximidades daquela serra, o que ocasionou o surgimento de um povoado. Enquanto o século XVII foi marcado por intensas explorações minerárias de ouro na região, sendo monitoradas pela Coroa portuguesa, o século seguinte se inicia com a fundação do arraial de Itatiaiuçu pelo bandeirante Mateus Leme (ITATIAIUÇU, 2017) – e, em seu curso, eclode uma crise da atividade mineradora e descontentamentos relativos às altas cobranças de impostos pela metrópole.

3.1.3. Outras figurações em jogo

A expansão da população ao redor das áreas de mineração resultou no crescimento populacional local, mas seu perfil demográfico era diverso. Isso pois, embora destituído de vigor e glória nas páginas brancas das histórias oficiais, os homens negros escravizados e alguns grupos indígenas sobreviventes da região mantinham-se atrelados àquelas terras, seja pelo trabalho, escravo ou não, seja pelas vivências ancestrais mantidas e resistidas no local. Wilhelm Ludwig von Eschwege (1979, p. 34) descreve a existência de assentamentos de escravizados fugitivos na “Serra Negra ou Itatiaiuçú”, que representavam uma forma de resistência significativa ao regime colonial, especialmente em áreas mais afastadas – quilombos compostos por africanos escravizados que fugiam das minas e das fazendas, buscando refúgio nas áreas de difícil acesso. Mas é sobretudo diante da crise na produção extrativista em Minas que a violência sofrida por essas populações vulnerabilizadas se intensifica, tornando-as bodes expiatórios da difusão de argumentos que justificassem a própria crise – movimento presente em vários outros momentos críticos da história ocidental.

Em 1749, a crise no setor era evidente. A queda na arrecadação dos quintos desde o ano anterior e o esgotamento de áreas mineradoras determinavam a expansão da agricultura e da pecuária por regiões anteriormente desocupadas (GUIMARÃES, 1999), o que possivelmente aumentou o trabalho escravo nas cidades mineiras. Naqueles tempos, Minas Gerais se encontrava “em total ruína e últimos suspiros, clamando há muitos anos sem se lhes dar remédio à sua ruína” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1999). O trabalho de Guimarães (1999) discorre criticamente sobre o documento *Códice Costa Matoso*, um requerimento dirigido à Coroa provavelmente datado entre os anos 1750 e 1751, segundo o autor. Nele, os senhores das terras aventam a criação de um sistema de seguros como solução para a crise mineira, algo que viabilizaria novas medidas para “o controle das fugas de

escravos e a ocorrência de novos descobertos” (GUIMARÃES, 1999. p.247). Entretanto,

[...] não só a queda da arrecadação preocupava o governo da Capitania. Os quilombos vinham, de longa data, sucedendo-se no contexto da sociedade escravista mineira. Apenas na década que vai de 1740 a 1750 foram descobertos e destruídos 14 quilombos na região das Minas. Para o mesmo período foram concedidas 69 patentes a profissionais especializados na repressão às fugas e aos quilombos. (idem, p.248)

Nessa repressão figura o personagem de nome Capitão Inácio de Oliveira, a partir do qual, tomando por base algumas citações acerca de suas atividades, podemos compreender a perspectiva colonizadora branca sob a égide da violência direcionada ao povo preto mineiro: “O cap. Inácio de Oliveira Campos deu combate a vários quilombos, na Serra Negra, aprisionou mais de 50 negros, que devolveu a seus donos, em Paracatu” (BARBOSA, 1971, p. 63); como também na seguinte descrição retumbante do mesmo capitão:

“[...] Inácio de Oliveira Campos. Espírito de bandeirante, com um quê de aventureiro, homem empreendedor, dirigiu diversas expedições ordenadas pelo capitão-general. De 1771 a 1773, esteve dirigindo pesquisas na região de Patrocínio, de onde regressou com notícias animadoras. Em Serra Negra, destruiu um quilombo, aprisionando várias dezenas de negros e muitos crioulos, que devolveu aos seus donos” (idem, p.376).

Como todos os arraiais de Minas Gerais, quiçá do Brasil, Itatiaiuçu cresceu em consonância com a institucionalização dos conflitos e com as determinações legais dos vencedores e de seus micropoderes sobre os vencidos (FOUCAULT, 1976). De todo modo, o arraial de Itatiaiuçu, inaugurado por Mateus Leme, se desenvolveu e com isso sofreu algumas mudanças sociodemográficas, como também administrativas: em 1837 eram “195 fogos [casas] e 1.058 almas [pessoas]” (MATOS, 1837, p.140), sendo em 1845 “Itatiá-Açú” caracterizada como uma “povoação medíocre [...] Com uma igreja da invocação de São Sebastião. Esta povoação era do termo da freguesia do Curral-d’El-Rei, e pertence [então] à nova freguesia[sic] do Matheos-Leme desde 1832” (SAINT-ADOLPHE, 1845, p. 502).

Em 1832, era curato do município de Bonfim pelo decreto imperial de 14 de julho de 1832

e paróquia por nº471, de 1º de junho de 1850 (ITATIAIUÇU, 2017). Como distrito, os documentos se referem por diversos nomes ao arraial, alguns inclusive o denominando de São Sebastião do Itatiaiuçu, provavelmente devido à devoção ao santo católico São Sebastião e à instalação da capela em seu nome. Dom Frei José da Santíssima Trindade, bispo da Arquidiocese de Mariana, em suas expedições entre 1821-1825 (Lima, 1998) descreve:

A capela de São Sebastião do Itatiaiuçu, distante da matriz 12 léguas e da de Mateus Leme 6, com 1.506 almas, sendo o seu cura o padre Isidoro Fortunato de Freitas. [...] Crismaram-se 1.363 pessoas. É a capela não grande, porém toda de pedra e cal, com bom adro fechado. Tem ornamentos para o comum, um só cálice, três altares e os vasos dos santos óleos de chumbo, que ficaram de os fazer de prata. Sua Excelência Reverendíssima deu de esmola para a perfeição da capela 50\$000 réis. (idem, p.134)

Em mesmo texto vemos que “o templo foi elevado a freguesia por lei provincial de junho de 1850, com o título de São Sebastião do Itatiaiuçu” (p.355). Como se verifica no recenseamento do Brasil de 1872, o arraial é representado como “São Sebastião de Itaiaiussu”. O documento é interessante por apresentar algumas informações históricas e demográficas, bem como o entendimento próprio dos seus elaboradores e do Estado brasileiro.

Sobre o contexto demográfico de Itatiaiuçu, às vésperas da abolição da escravidão no Brasil (1888), 12,6% da população referida ainda era constituída de escravizados e não era possível aos pretos e pardos a frequência em escolas. Além disso, a totalidade dos entrevistados se descreviam como católicos, embora houvesse uma única outra opção no questionário logo em negação à primeira (BRASIL, 1872). Sobre as profissões da população local, algumas considerações devem ser feitas acerca do contexto histórico, mas sobretudo das peculiaridades do município. Vemos que os profissionais liberais e os capitalistas são formados apenas por homens brancos brasileiros livres, e, apesar de poucos, uma vez que o local era ainda uma freguesia, se inserem num contexto socioeconômico dominado pela economia agrária e pela escravidão, onde o trabalho intelectual e especializado era restrito a uma pequena elite urbana. Vê-se claramente a divisão sexual do trabalho, em que mulheres se encontram nos trabalhos relacionados à costura e tecidos, em sua maioria solteiras, enquanto as casadas se encontravam expressivamente no serviço doméstico – embora o número de homens nesse segmento seja significativo. Por outro lado, os homens se

encontram massivamente nas atividades braçais e de rua, como nas manufaturas, comércios, na exploração dos metais e madeiras, jornaleiros e lavradores – este último merece maior atenção, já que possui os maiores números de empregados. Ainda que em sua maioria seja composta por homens, há número considerável de mulheres livres lavradoras, principalmente solteiras e viúvas. Ambos simbolizam o direcionamento econômico da cidade naquele momento para a agricultura. Outrossim, é curioso observarmos o conceito de “escravo” atrelado aos estrangeiros, pois, se consideramos apenas os escravizados negros vindos da África através de navios negreiros já no início da colonização portuguesa, muitos desses eram provavelmente nascidos e crescidos em solo brasileiro, inclusive seus antepassados mais próximos. Assim sendo, é possível delinear os efeitos da crise na extração minerária nessa época e, então, o enfoque nas atividades agrárias. A agricultura é um setor que demanda muita mão de obra, verificamos um total de 1.794 lavradores, sendo 246 escravizados (13,7%). Esse percentual é ainda maior nos serviços domésticos, com um total de 1.333 ocupados, dos quais 209 deles eram escravizados (15,7%) (Idem).

Logo após a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), verifica-se nos registros históricos da cidade que a Lei Estadual nº 319, de 16 de setembro de 1901 (IBGE CIDADES) transferiu a gestão do distrito de Itatiaiusu, que antes era atrelada ao município de Bonfim, para a recém-criada Itaúna. Num plano mais amplo, o período é marcado pelas ideias modernizantes de Estado e sua concepção de civilização, advindos das revoltas burguesas europeias, sobretudo a Revolução Francesa, como vemos a seguir.

3.1.4 O Estado “civilizado”

No caso brasileiro, sabe-se que a proclamação da República se deve à insatisfação de parte da elite agrária com a Abolição da escravatura, além de alguns descontentamentos de alas militares influenciados por ideais positivistas e insatisfeitos com o governo (CASTRO, 2000). O golpe que marca a ruptura com a monarquia significou a reação de grupos privilegiados que buscavam preservar seus interesses frente às mudanças sociais e econômicas da época, sem resolver questões como a exclusão social e a desigualdade, além de consolidar o protagonismo militar na política brasileira. Destarte, a República brasileira se inicia como uma imposição vertical das classes dominantes sem participação popular efetiva, mantendo muitas das estruturas de poder do período imperial (Idem).

Num nível de amplitude maior, o início do século XX é marcado pela consolidação dos Estados modernos e por sua monopolização da violência, sobretudo a partir do amadurecimento da governamentalidade dos corpos (FOUCAULT, 2008). Ao longo desse processo civilizador, os indivíduos passaram a regular mais seus impulsos, emoções e comportamentos (ELIAS, 1994). Entretanto, a disposição de constituições liberais é parte fundamental na perpetuação do poder dos vencedores de outrora – como na fase de acumulação primitiva de capital – atuando como um mecanismo de controle social e legitimação dos interesses dos grupos dominantes, com ares de validade jurídica (FOUCAULT, 1976). A formação do Estado moderno passa pelo monopólio da violência legítima (WEBER, 1999), como também pela arrecadação de impostos (ELIAS, 1994). Além disso, é próprio de sociedades desiguais a ideia de contrato social, pois necessita de petrificar no tempo sua hierarquia e privilégio diante dos dominados. Decerto, o Leviatã mineiro permaneceu intacto em suas posições nas figurações sociais, embora suas configurações tenham sido alteradas ao longo do tempo, como veremos a seguir. A exploração minerária é então legitimada pelo Estado republicano nascente, com sua centralização da força e a globalização de sua produção penetradas pela industrialização.

A história de Itatiaiuçu passa a ser atrelada, então, ao desenvolvimento do capitalismo moderno, conseqüentemente à extração de ferro, e isso se deve ao contexto social e econômico do século XX. A produção siderúrgica na primeira metade do século anterior, devido à franca decadência do ouro, se desenvolve, sobretudo, pelas altas demandas pelo ferro das indústrias emergentes, resultantes da recente Revolução Industrial. Porém, na década de 1880, a indústria siderúrgica mineira sofre com a abolição da escravidão “que a privou de sua única vantagem diante da concorrência estrangeira, a mão-de-obra regular representada pelo mancipio”, já que as primeiras fundições de ferro em Minas só foram possíveis graças aos conhecimentos metalúrgicos do povo escravizado africano (PAULA, 2001, p.135). Diante desse isolamento de Minas Gerais, atrelado também a seus processos produtivos ainda manufatureiros, bem como a uma nova demanda específica no cenário global, ocorre “a transformação de uma atividade doméstica em uma indústria siderúrgica comercial” (idem, p.136).

Na aurora da República, o estado então se torna uma referência internacional na produção

deste minério a partir do interesse global pelas jazidas de ferro brasileiras. Não era de se espantar, em meio ao fervor da era industrial, que as riquezas minerais do estado fossem cobiçadas por meio mundo. No fim mesmo do século anterior, em 1885, Francisco Ignacio Ferreira já documentava, em seu *Diccionario Geographico das Minas do Brazil*, a existência já escassa de ouro em Itatiaiuçu (p.587), e as abundantes minas de ferro assim adscritas:

Itatiaya-assú

Não fallando, senão de passagem, das abundantes jazidas de minério de ferro dos arredores de Ouro Preto, onde o combustível é escasso, só encontrei em quantidade este minério na serra de Itatiaya-assú, que é constituída quasi que essencialmente de oligisto compacto, disposto em camadas inclinadas de 65° com o horizonte, dirigidas N. 60° L, e mergulhando para L. O alto da serra é formado de itabirito compacto, estratificado e de canga, provindo da acção das aguas sobre os mesmos itabiritos. Na ponta occidental da serra, na mata da Conquista, situada a uma légua do arraial de Itatiaya-assú, o minério apresenta-se em grande quantidade no meio de uma terra argillosa, provindo dos talcitos. A extensão das matas e aguada excellente deste logar o tornam apropriado ao estabelecimento de pequenas fabricas de ferro. (FERREIRA, 1885, p. 596)

Em 1908, o presidente norte-americano Theodore Roosevelt promoveu o XI Congresso Internacional de Geologia, em Estocolmo, com o objetivo de pesquisar os usos industriais e a conservação dos recursos naturais do mundo para avaliar as reservas mundiais daquele minério. “Antes desse congresso, a riqueza e abundância do minério de ferro brasileiro eram completamente desconhecidas aos países industrializados” (PELAEZ, 1970). Tal avaliação assegurou a presença real de 3.000 milhões de toneladas de minério de ferro no Brasil, iniciando uma virtual corrida dos países industrializados às jazidas brasileiras anunciadas (idem, p. 140). O Quadrilátero Ferrífero mineiro então se tornou destino de grandes empresas estrangeiras. Entretanto, considerada uma das menores em disposição do minério, a Serra do Itatiaiuçu só veio a ser intensamente explorada mais tarde (FEAM, 2012, p. 63).

Os anos seguintes foram de fortúnios crescentes ao setor devido a incentivos para a indústria siderúrgica nacional, concedidos pelo governo federal a partir da década de 1920 (MOREIRA, 2018). A iniciativa significava uma nova premissa político-administrativa brasileira, que entrelaçava o projeto de industrialização do país com a ideia de soberania nacional (TEIXEIRA, 2014). Em Minas Gerais, a crise de exportação de café e os problemas de arrecadação, inclusive devido aos déficits da Rede Mineira de Viação, encontravam na

industrialização a única saída para a economia do estado, sobretudo orientada e promovida pelo setor público (DINIZ, 1981). O próprio desenvolvimento urbanístico modernizador da nova capital, Belo Horizonte, e a construção de sua região industrial

Tratava-se de um projeto complementar às indústrias extrativas e siderúrgicas já existentes no estado, posto que o intuito era possibilitar a transformação desses materiais no próprio estado de Minas Gerais, ampliando a arrecadação tributária e atendendo ao projeto modernizador da elite mineira. (TEIXEIRA, 2014, p.56)

Em curto prazo, alguns resultados foram significativos, como vemos em matéria de revista datada de junho de 1949, escrita por Cid Rebello Horta¹⁵, que ilustra uma linha de prosperidade mineira à época: “Já nesse ano o número de empresas siderúrgicas mineiras ascende[ra]m a 12, com a constituição das duas pequenas usinas de Divinópolis e Itaúna”. Com um editorial bastante otimista, o autor realiza um balanço da “próspera e brilhante” siderurgia mineira. Dentre tantas, tal artigo cita a produção significativa da empresa Corradi & Cia – inaugurada em 1925 pela família italiana de mesmo nome – de 1.212 toneladas de gusa naquele ano. Seu otimismo se justifica por suas próprias palavras: “sobrevindo e terminada a guerra, a siderurgia mineira continuou inalterável o ritmo de seu progresso” (p. 58).

A atividade de mineração de ferro na Serra do Itatiaiuçu começou na década de 1940, sendo conduzida por empreendedores de pequeno e médio porte (FEAM, 2012). O objetivo principal dessas iniciativas era suprir o mercado de ferro-gusa, um produto intermediário da indústria siderúrgica, que já estava presente na região nessa época, sendo os Corradi os precursores da construção do primeiro alto-forno de gusa no município de Itaúna. Decerto, a expansão do setor minério-metalúrgico de Minas Gerais esteve essencialmente relacionada aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, como o acordo de Washington, que acarretou o “apoio financeiro para construir uma moderna indústria siderúrgica integrada, totalmente verticalizada, das minas aos produtos acabados, em 1942” (SILVA, 1995). Já na década de 1950, por exemplo,

Quando o país passa por uma transição industrial, isto é, quando passa da ‘industrialização restringida’ para a fase da ‘industrialização pesada’, o papel de Minas é de se especializar no

¹⁵ Disponível em https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/107468/per107468_1949_00170.pdf

setor siderúrgico. É neste momento em que irá aumentar a participação do Estado e do capital estrangeiro no desenvolvimento deste setor. (PAULA, 2001, p.144)

Nesse contexto, a Siderúrgica Itatiaia, instalada em Itaúna, torna-se precursora na extração do minério de ferro na região, atrelando-se também à matéria-prima, processo repetido por várias outras empresas locais, como a Somisa Siderúrgica Oeste de Minas S.A. – antiga Corradi & Cia. Ltda, que antes apenas processava o minério. Essa aproximação entre as siderurgias locais e suas matérias-primas se dá pela chancela do Estado brasileiro, como vemos no Decreto nº 37.049, de 17 de março de 1955, em que a Siderúrgica Itatiaia recebe do então presidente João Café Filho uma autorização para funcionar como empresa de mineração “na qualidade de Administradora do imóvel em condomínio Retiro Sampaio[..] distrito de Itatiaiuçu, município de Itaúna, Estado de Minas Gerais, a pesquisar minério de ferro, numa área de sessenta e cinco hectares (65ha)” (BRASIL, 1955), dentre outros hectares, como “no lugar denominado Fábrica ou Samambaia, Distrito e Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais, numa área de 28,3153 ha” (BRASIL, 1977). Outras mineradoras locais como a Siderúrgica São Sebastião de Itatiaiuçu S.A. e a Minas Itatiaiuçu Ltda seguiram esse mesmo caminho.

Em matéria publicada em 2014 pela revista *Exame*,¹⁶ podemos interpretar que, em sua configuração local, os pequenos mineradores “instalaram-se na região nos anos [19]40 e passaram décadas vendendo alguns caminhõezinhos para pequenas siderúrgicas da região”, até criarem conglomerados de mineração, ambos coordenados por famílias locais. Destarte, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por mudanças estruturais nesse setor produtivo, a partir da centralização da produção e garantia de maior segurança no abastecimento, o que reflete uma tendência de concentração de capital e de integração vertical, típicas da modernização econômica que perpassava o país. Nesse cenário, ocorre a abertura do setor mineral brasileiro ao capital estrangeiro, e então, nas décadas seguintes, vê-se a substituição no comando dessas empresas, passando de famílias locais para “grandes empreendimentos, tornando a mineração cada vez mais globalizada” (FEAM, 2012).

Em paralelo, é nessa época, mais precisamente em 30 de dezembro de 1962, por meio da Lei Estadual nº 2764, que Itatiaiuçu se desmembra de Itaúna, se emancipando e se tornando um

¹⁶ Disponível em <https://exame.com/revista-exame/a-serra-vermelha/>

município de Minas Gerais (IBGE CIDADES). Com base nos dados do censo de 1960, é possível inferir que a população de Itatiaiuçu em 1962 provavelmente girava em torno de 6.000 a 6.500 habitantes (IBGE, 1961), assumindo uma taxa de crescimento demográfico anual de cerca de 1% a 1,5%, algo comum nas regiões rurais de Minas Gerais à época (COSTA, 1998). Esse crescimento moderado reflete as dinâmicas econômicas e sociais da cidade, que permanecia dependente da agricultura e de pequenas atividades mineradoras, sem grandes processos de industrialização.

Nesse contexto, as minerações de ferro na região específica de Serra Azul oscilavam economicamente entre bons e maus momentos (FEAM, 2012). Porém, sua exploração foi intensificada a partir da década de 1970 sem, no entanto, evitar passivos ambientais num contexto de produção já globalizado. Em seguida, muitas outras empresas intensificaram o aproveitamento mineral na região, mas a exploração, o beneficiamento e a disposição de estéreis e rejeitos praticados eram realizados também de forma irregular e sem o devido controle ambiental. O período do regime militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por uma política de desenvolvimento econômico acelerado, no qual o setor minerário foi bastante beneficiado e impulsionado, principalmente no estabelecimento de um dispositivo específico para a atividade: o Código de Mineração de 1967. O Estado-providência do governo militar, ao implementar suas estratégias de crescimento, adotou práticas de autoritarismo, equívocos de planejamento e permissividade na relação com o setor minerário (SILVA, 1995), com consequências duradouras para o meio ambiente e para as populações locais.

Além da falta de espaço para participação popular ou consultas públicas (MILANEZ *et al*, 2014), as decisões sobre projetos de mineração possuíam uma abordagem tecnocrática e centralizadora, e estes eram implementados com pouca ou nenhuma consideração com os passivos ambientais que essas atividades gerariam (PORTO-GONÇALVES, 2003). O governo militar, decerto, negligenciou a necessidade de políticas ambientais rigorosas, o que resultou em passivos ambientais que ainda afetam muitas regiões minerárias (MILANEZ *et al*, 2014). Por fim, o setor minerário, incentivado por políticas de abertura econômica e atração de investimentos estrangeiros, se aproveitou do ambiente de permissividade do governo militar, no qual o desenvolvimento econômico era priorizado em detrimento das regulamentações ambientais (FIGUEIREDO, 2007).

Nesse ínterim, a década de 1970 também foi palco de uma virada de perspectiva acerca do ambientalismo global. À época, foram criadas organizações importantes e instrumentos legais de proteção ambiental. O Dia da Terra foi celebrado pela primeira vez em 1970, mobilizando milhões de pessoas ao redor do mundo, marcado como o “dia primeiro” do ambientalismo (FLEURY *et al*, 2014); e em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, marcou o primeiro grande encontro internacional focado no meio ambiente (FEAM, 2012). Esse evento ajudou a consolidar o ambientalismo como uma pauta global e introduziu a ideia de que o desenvolvimento econômico deveria estar atrelado à sustentabilidade ambiental. Essas pautas se intensificam na década de 1980, sobretudo no contexto da redemocratização no Brasil, gerando algumas mudanças significativas na produção siderúrgica. Nas décadas seguintes, portanto, os empreendimentos minerários foram obrigados a definir melhores práticas para produção e recuperação das áreas (FEAM, p.65). Ocorre em 1992, por exemplo, a “Operação Serra Azul/Ressaca”, que buscava se atentar ao controle ambiental da sabida atuação predatória das mineradoras da Serra do Itatiaiuçu, ocasionando a paralisação de diversas delas, sendo o retorno das atividades condicionado ao licenciamento ambiental (SILVA *et al*, 1995).

Entretanto, concomitantemente a esses processos, a ideologia neoliberal ganhou força no cenário mundial. O conflito de forças entre os setores que buscavam uma maior atuação do Estado quanto à sua produção sustentável, como alguns progressistas, e aqueles que atuavam por uma menor participação estatal nos assuntos econômicos, como os neoliberais, marcou os primeiros anos de redemocratização. Porém, se a constituição cidadã se baseou em premissas republicanas de bem-estar social, os anos subsequentes à sua promulgação precisaram se adequar ao novo contexto neoliberal, sobretudo diante das dificuldades econômicas enfrentadas no início da década de 1990 – como alta inflação, baixa competitividade industrial e um elevado déficit público. No âmbito nacional, o Plano Real e as políticas do Consenso de Washington pressionaram o Brasil a reduzir o papel do Estado na economia (BRESSER-PEREIRA, 1999). O governo estadual de Minas Gerais, assim como aquele no nível nacional, enfrentou pressões para reduzir seu déficit fiscal e aumentar a eficiência das empresas públicas, especialmente aquelas ligadas à mineração, siderurgia e energia (ALMEIDA, 1995). O governo mineiro logo desenhou as privatizações parciais da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e da Companhia Vale do Rio Doce. Esta última era uma empresa lucrativa e estratégica para o desenvolvimento nacional, e sua venda

ao setor privado significava a perda de soberania sobre um dos maiores recursos minerais do país (SANTANA, 2001).

As políticas neoliberais em Minas Gerais se refletiram também na tentativa de atrair investimentos privados para o setor industrial, com a criação de incentivos fiscais para empresas internacionais e nacionais. Essa política de atração de capital estrangeiro foi impulsionada pela ideia de que a globalização e a abertura de mercados trariam competitividade e inovação para o setor produtivo mineiro, que ainda estava fortemente dependente da mineração e da produção de bens de baixo valor agregado (TAVARES, 1999). Além disso, a administração pública mineira passou por reformas administrativas para reduzir o tamanho do Estado e melhorar sua eficiência. Programas de ajuste fiscal foram implementados com o objetivo de conter o crescimento da dívida pública estadual, o que implicou cortes de gastos públicos e redução de investimentos em infraestrutura e serviços sociais (SANTOS, 2002).

Por fim, os efeitos sociais negativos dessas privatizações foram as demissões em massa, aumento das tarifas de serviços públicos e a perda de controle de ativos estratégicos que poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico de longo prazo, favorecendo grandes corporações e investidores estrangeiros em detrimento dos interesses da população mineira (SANTOS, 2003). Ademais, o que se viu foi uma desregulamentação do setor minerário por essas políticas que envolviam a flexibilização das regras de concessão para exploração mineral e a simplificação dos processos de licenciamento ambiental (BRESSER-PEREIRA, 1999).

Nesse cenário, as políticas estatais de desregulamentação e o incentivo às empresas, sobrepujados internacionalmente pelas novas demandas do mercado global – principalmente por meio do crescimento industrial chinês e da valorização do minério de ferro no início do século XXI – “colocou[-aram] a Serra do Itatiaiuçu novamente em evidência” (FEAM, 2012, P.65). É o que veremos na seção 3.4.

3.1.5. A primavera brasileira e sua ponte para o passado

“As palavras voam, os escritos permanecem”. Assim Michel Temer introduziu uma carta endereçada a Dilma Rousseff em 2015, iniciando o processo que acarretaria no *impeachment*

dessa e marcaria uma cicatriz na história democrática recente brasileira. Os idos de 2010 alavancaram tensões políticas por todo o mundo. A crise econômica do final da década anterior, somada à guerra híbrida na disputa por influências geopolíticas, desencadearam primaveras ensurdecedoras por todo o globo. No Brasil, os ventos disformes romperam a prevalência do que Gonçalves *et al* denominaram “neoeextrativismo progressista”, exercido pelos governos petistas do início do século, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva. Essa política objetivava aumentar o protagonismo do Estado no crescimento do setor mineral, para que a robustez da renda mineral fosse destinada, majoritariamente, para iniciativas de combate à desigualdade social (2018, p.350), nos moldes de uma racionalidade política intrínseca ao neoliberalismo social. O marco do *impeachment* de Dilma Rousseff de 2016 simbolizou a virada para um novo modelo político-econômico do Estado brasileiro, agora a partir de um neoeextrativismo liberal-conservador no governo de Michel Temer (GONÇALVES *et al*, 2018), ainda ávido pela expansão da extração mineral, porém sem uma orientação ativa e distributiva, deixando sua organização sob as “forças de mercado” (*idem*, p.350).

Essa mudança de perspectiva era clara. Por exemplo, as discussões iniciadas em 2009 acerca de uma mudança legislativa no Código de Mineração de 1967, inestancável desde o governo militar, amadureceram até o governo Dilma, em 2013, apresentar sua proposta de Código Mineral. Entretanto, esse processo entrou em dormência diante das pautas políticas efervescentes dos anos posteriores, sobretudo pelo desinteresse do setor minerário quanto a uma nova regulação frente o posicionamento crítico da sociedade, acalorado pelo desastre de Mariana, como também por algumas disputas internas no poder legislativo, então focado no processo de *impeachment* (*idem*, p. 359). A pauta minerária retornou à agenda política somente em 2016, já com o novo “governo” Temer, “saindo de um papel intervencionista para fomentador” (CPRM, 2017 *apud* Gonçalves *et al*, 2018).

Sendo assim, houve na transição Dilma-Temer uma clara redução da abertura democrática para o debate sobre as alterações do Código. Se por um lado o governo Dilma, com todas as suas limitações, apresentou um Projeto de Lei para ser debatido no legislativo, o governo Temer optou por fazer as mudanças por meio de Medidas Provisórias, reduzindo consideravelmente as oportunidades de debate e a capacidade de pressão da sociedade. (*idem*, p.360)

De todo modo, em seu cerne, a política de Temer se conciliava aos interesses das empresas

mineradoras. Sua estratégia “fomentadora” visou a, dentre outras coisas: garantir estabilidade regulatória e segurança jurídica; reduzir os prazos e desburocratizar a outorga de títulos minerários; e expandir o número de áreas disponíveis para serem ofertadas ao setor privado (MENDO, 2017). Outrossim, sem a promulgação formal de um novo Código Mineral, várias alterações na legislação foram feitas no governo Temer, como a revisão das alíquotas de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM) e a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM). Entretanto, um olhar mais atento sobre tais dispositivos observaria que essas mudanças fomentaram um Estado cada vez menos presente, sobretudo no que se refere à própria ANM, atuante mais como promotora da mineração do que como agente reguladora da atividade (GONÇALVES *et al*, 2018. p.382).

Considerando assim certa permissividade ao setor, esses direcionamentos institucionais determinaram uma passividade do Estado brasileiro em seu trabalho primordial na regulação das atividades minerárias. Se no âmbito federal essa flexibilização institucionalizada se deu por um discurso neoliberal tardio, também em Minas Gerais “a legislação ambiental estadual foi modificada de forma a reduzir o rigor do controle sobre as atividades poluidoras” (MILANEZ *et al*, 2019). Já nos governos de Aécio Neves (2003-2010), o que se via era influência política nas decisões técnicas relacionadas à política ambiental do estado, além de fragilidades processuais e da oligarquização de seus conselhos (CARNEIRO, 2005; LASCHEFSKI, 2011). Essa cooptação entre o Estado e o setor minerário não foi diferente no governo teoricamente antitético de Fernando Pimentel (2015-2019). Partidário da modernização do setor, teve como prática “sinais incontestes de maior flexibilização e menor rigor para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras” (MILANEZ *et al*, 2019).

Portanto, entre 2016 e 2017, foi possível perceber que, sob a justificativa de dar mais “celeridade” ao licenciamento ambiental, o que se fazia era aumentar o poder de ingerência do governo sobre os órgãos do estado e limitar possibilidades de questionamento dos projetos pelas agências ambientais.

Se do ponto de vista legal as mudanças enfraqueciam a capacidade de as agências estaduais garantirem que as atividades econômicas não degradassem significativamente o meio ambiente, a “principal” experiência de governança ambiental de Minas Gerais, ou mesmo do país, ocorreu em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, por meio de acordos extrajudiciais entre Estado e empresas mineradoras. (idem, p.4)

Além da inadequação dos sistemas de monitoramento e gerenciamento de barragens no Brasil, a tragédia de Mariana corroborou a responsabilização das corporações envolvidas, questionando o papel das regulações governamentais que, em muitos casos, são insuficientes para lidar com as complexidades do setor minerário (FERNANDES *et al*, 2019). Entretanto, a resposta do estado mineiro não foi a esperada, delegando às mesmas corporações responsáveis o papel de recuperação sobre as consequências de suas ações. As respostas trágicas da falta de regulação do mercado invariavelmente são refutadas por argumentos paradoxais que demandam ainda mais liberdade às empresas capitalistas, o que torna o Estado cada vez mais autofágico. Milanez (2019) defende que a experiência emergencial do caso denotou uma mudança de paradigma na atuação do estado mineiro, passando de uma regulação fraca para uma regulação privada (nos termos de uma privatização da política ambiental no estado), sintetizada na criação da Fundação Renova – “uma organização privada [uma *joint venture* da Vale e da BHP Billiton] responsável pela recuperação, mitigação e compensação dos impactos socioeconômicos e socioambientais na Bacia do Rio Doce” (idem).

Obviamente, os planos de reparação acerca do desastre de Mariana demonstraram a continuidade de seus processos de vitimização, se renovando por meio da atuação das corporações na (des-)reestruturação social das regiões impactadas (LASCHEFSKI, 2019; VITTI, 2019 *apud* MAGNO, 2023). O modelo de financiamento e sua estrutura interna caracterizam a Renova como uma fundação corporativa, sem a autonomia que prenuncia (MELENDI *et al*, 2021), e sua atuação se tornou exemplo dos

[...] atuais processos de neoliberalização, das inovações nas práticas de resolução dos conflitos e “riscos sociais”, dos mecanismos de “captura regulatória” de setores dos Estados pelas empresas, das formas das corporações de lidar com os riscos sociais e com seus críticos, da atuação de diversos agentes internacionais em questões nacionais e subnacionais e das modificações institucionais e normativas nos períodos de crise capitalista. (VITTI, 2019, p.16)

Como resultado, o Ministério Público Federal (MPF) sugeriu, em 2021, a retirada da Fundação Renova da condução do processo de reparação e, em março de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) também aprovou um novo acordo de reparação, que incluiu mudanças na governança e no controle das ações reparatórias, buscando corrigir as falhas do modelo anterior. Ademais, o desastre em Mariana determinou a criação do projeto de lei de

iniciativa popular “Mar de Lama Nunca Mais” (PL 3.695/2016), que tinha em seu cerne propostas para reduzir o risco de novos rompimentos. Porém, mesmo com a comoção popular criada à época, o projeto se arrastou pelas casas legislativas, se modificando em vários aspectos, até o desastre de Brumadinho trazer de volta os moldes iniciais daquela que se tornou a Lei Estadual 23.291/2019, estabelecendo, enfim, novas regras e formas de controle sobre barragens de rejeito – sem, contudo, reverter significativamente o quadro geral de flexibilização da legislação ambiental em Minas Gerais (MILANEZ *et al*, 2019).

Dessa forma, Minas Gerais experienciou os tristes sons dos “grunhidos das pilhagens” (GONÇALVES *et al*, 2018) antes sólidas que então se desmancharam no ar. Mariana veio como uma tragédia, em 2015, mas Brumadinho trouxe a evidência sobre o que ocorria nas minas: uma série de desastres-crimes produzidos pela “irracionalidade sistêmica do capital” (MÉSZÁROS, 2007). Faz-se necessário, portanto, compreender essa mesma configuração sistêmica que perpassa especificamente a Itatiaiuçu pós moderna, ou melhor, tardia.

3.3. A Itatiaiuçu “tardia”

O princípio particular à ecologia ambiental é o de que tudo é possível, tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis. Cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. (GUATTARI, 2013)

A mineração na Serra do Itatiaiuçu passou por um processo de transformação estrutural que se refletiu em mudanças significativas nas dinâmicas econômicas e sociais da região ao longo do tempo. Inicialmente caracterizada por uma exploração manual e artesanal, conduzida por pequenos aventureiros que se arriscavam nesta atividade, a mineração foi progressivamente incorporada por empresas familiares locais. Esses actantes, ao longo do tempo, cresceram e consolidaram suas operações, refletindo uma fase de transição do capitalismo familiar para um modelo mais corporativo e globalizado, como já exposto.

Conforme essas empresas familiares se expandiam, elas passaram a ser adquiridas por grandes grupos econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, em negociações milionárias. Esse processo de concentração de capital evidencia a inserção da atividade

mineradora local em cadeias produtivas globais, com foco em atender à demanda internacional por matérias-primas, especialmente minério de ferro. A partir disso, observa-se uma intensificação dos investimentos voltados para a modernização tecnológica e para o aumento da produtividade, alinhados com os imperativos do mercado global. No entanto, essa expansão não ocorreu sem desafios. A atividade mineradora envolveu questões complexas de ordem ambiental, devido aos impactos causados pela extração de recursos naturais; de ordem social, com mudanças significativas na dinâmica das comunidades locais e na geração de empregos; de ordem tecnológica, exigindo inovações para tornar o processo mais eficiente; e de ordem logística, especialmente no que se refere ao escoamento da produção para mercados internacionais.

A seguir, podemos ver uma vista parcial da Serra Azul e suas minerações de ferro ao longo de quase toda sua extensão:

Figura 3 - Vista parcial da Serra Azul



Fonte: ArcelorMittal, 2014

O início do século XXI foi marcado pela alta valorização do minério de ferro. Dessa forma, a Serra do Itatiaiuçu, região especialmente localizada próxima à malha ferroviária regional (FEAM, 2012), se destacou pela disposição de recursos econômicos de elevada lucratividade para a demanda nacional e internacional. A serra, pois, “passa a estar no foco da atenção das grandes mineradoras, marcando um período de fusões e aquisições dos ativos e direitos minerários para grandes empresas do setor” (idem, p.66), ainda que alguns entraves estruturais dificultassem sua viabilidade econômica, como a “carência de uma logística intermodal mais adequada para o transporte do minério e conflitos de uso de água, por abrigar um dos maiores mananciais de abastecimento de água de Belo Horizonte” (idem,

p.67).

Além disso, a política brasileira para a mineração entre 2000 e 2010 foi caracterizada por diversas mudanças voltadas à modernização do setor, com o objetivo de aumentar sua competitividade no cenário internacional, ao mesmo tempo em que se abordavam questões de sustentabilidade e os impactos sociais da atividade mineradora. Nesse período, o Brasil experimentou um crescimento expressivo na produção de minerais, impulsionado pela forte demanda global por matérias-primas, especialmente da China, e pela valorização das *commodities* (DIAS, 2013).

Como resultado dessa difusão de fatores, a indústria extrativa mineral denotou expressiva expansão entre os anos de 2000, quando tal atividade respondeu por 37,10% do total da produção econômica em Itatiaiuçu, e 2010, quando a participação atingiu valores correspondentes a 84,81%, referentes ao Valor Adicionado Fiscal do município (ITATIAIUÇU, 2017, p.120). A partir de então, os valores de arrecadação do município, ou seja, a compensação financeira pela exploração de recursos minerais, sinalizaram um aumento considerável (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013). Em comparação à RMBH que apresenta o setor de serviços com maior representatividade em relação à produção e ao produto interno bruto, Itatiaiuçu encontra na indústria sua principal fonte de geração de riqueza (ITATIAIUÇU, 2017).

No período, a representatividade da Indústria – atividades intensivas em capital – aumenta consideravelmente, passando de 58,85% em 2004 para 73,54% em 2014, percentuais bastante superiores à média metropolitana. No outro extremo a Administração Pública e a Agropecuária tem a participação consideravelmente reduzida em termos de composição do PIB. (idem)

A indústria minerária em Itatiaiuçu se torna, portanto, a grande responsável pela oferta de empregos formais, respondendo em 2015 por mais de 60% dos postos de trabalho na cidade. Entretanto, esses empregos eram característicos por sua menor qualificação/remuneração (idem, p. 127). Ainda assim, a equipe de revisão do plano diretor do município buscou retratar o modo como a renda era distribuída nas unidades geográficas locais bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários: “quanto maior a faixa de rendimento, maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a

faixa, maior o acréscimo populacional” (idem, p.137). Destarte, destaca-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita no município de Itatiaiuçu em 2017, o que, segundo o levantamento, determina “de fato maior distribuição de renda, porém com rendimentos individuais equalizados a um nível cada vez mais baixo” (idem, p.139). Sobre isso, em comparação com outros municípios do estado de Minas Gerais, Itatiaiuçu se encontrava em 3º lugar quanto ao PIB per capita e na 4º posição entre todos os municípios do país (IBGE, 2022). Porém, “ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações, uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos” (ITATIAIUÇU, 2017). Nesse sentido, para se entender o grau de concentração de renda do município, nos referimos aos índices de GINI, aferidos em 2017 pelo seu plano diretor, que concluiu: “O município apresenta redução tanto no índice de GINI como na razão 10 por 40, demonstrando queda na concentração de recursos locais. [...] Essa melhor distribuição acontece, no entanto, através de uma ampliação das bases de menor remuneração” (idem, 2017).

Nesse último ano apenas 0,81% da população de Itatiaiuçu é caracterizada como extremamente pobre, movimento de aguda queda pelo qual também passam a RMBH e o Brasil percentuais respectivamente iguais a 1,25% e 6,62% em 2010. Apesar desse cenário, há ainda elevada propensão à pobreza na localidade. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Itatiaiuçu mostra-se bastante superior ao da RMBH – 31,21 % contra 19,33% em 2010. (idem, p.140)

Além disso, é comum nas Minas o discurso predominante que relaciona a farta atividade minerária aos benefícios sobre as condições de vida nos municípios onde ocorre. Neri (2023) argumenta que os discursos sobre a dependência das cidades com relação à extração minerária, bem como o emprego e o desenvolvimento econômico local, não se sustentam:

Para além de não representar ganhos significativos de prosperidade para as cidades hospedeiras e seus habitantes, a extração de minério de ferro deteriora a qualidade de vida nesses territórios, ocasionando e agravando conflitos ambientais de diversas matizes. (idem, p.52)

Apesar de movimentar grandes quantias de dinheiro e de ser a principal atividade econômica de Minas Gerais, a mineração tem, ao longo da história, acumulado um grande passivo ambiental. Esse impacto é refletido nas milhões de toneladas de minério extraídas

anualmente da serra do Itatiaiuçu. Entre os principais impactos ambientais negativos na região estão a modificação da paisagem, a perda de biodiversidade (tanto da fauna quanto da flora), o uso excessivo de água, a erosão e o assoreamento de rios e córregos, além do aumento de ruídos, poeira, buracos nas estradas e o desgaste provocado pelo trânsito contínuo de caminhões e máquinas pesadas. Segundo o plano diretor, “salvo alguns trechos ainda conservados, como a área do Pico do Itatiaiuçu ou Pedra Grande, tombado pelo município de Igarapé através do Decreto Municipal n. 0 1.318/2008, as demais áreas têm sido objeto de intensa atividade minerária” (ITATIAIUÇU, 2008, *apud* ITATIAIUÇU 2017). Nesse contexto, são perceptíveis algumas mudanças na economia dos municípios circunscritos pela mineração na Serra do Itatiaiuçu, mas ainda permanecem a degradação ambiental e alguns impactos inerentes da atividade minerária – como o acionamento do PAEBM em 2019 da mina Serra Azul, sob responsabilidade da mineradora ArcelorMittal.

3.3.1. A ArcelorMittal e seus rejeitos

Embora a exploração minerária na região da Serra do Itatiaiuçu seja dividida por muitas mineradoras (figura 4), nosso trabalho se aterá à Minas Itatiaiuçu Ltda. Fundada em 1969 pela família Tavares, atuava na exploração na mina Córrego Fundo desde então (FEAM, 2012). Sua estratégia de produção resultou em grandes volumes de rejeitos estocados, “o que possibilitou a preservação dos volumes da barragem de rejeito¹⁷” (FEAM, 2012), utilizando um método de beneficiamento de grande impacto ambiental.¹⁸

Dada a perspectiva de aproveitamento do *sinter feed*, a Minas Itatiaiuçu iniciou o processo de separação da fração *sinter* do restante do rejeito, estocando este material em pilha própria. Como

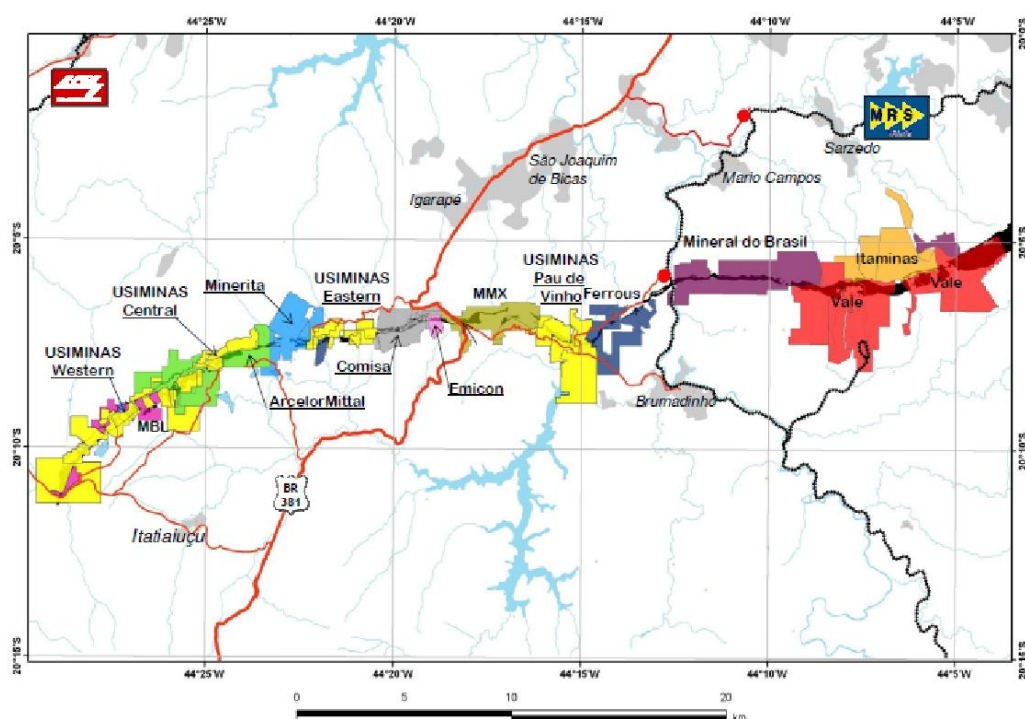
¹⁷ “A atividade de tratamento ou beneficiamento do minério de ferro consiste em diversas operações de alteração granulométrica, que visam à concentração ou purificação do minério, por intermédio de métodos físicos ou químicos, sem alteração da constituição química dos minerais da alteração granulométrica. [...] O processo de beneficiamento do minério pode ser a seco ou a úmido. Entretanto, comumente, na Serra do Itatiaiuçu, esse processo se dá a úmido, pelas características do minério. A partir do beneficiamento, são obtidos o minério bitolado/granulado, *lump/granulado*, *sinter feed* e *pellet feed*” (YKS; FEAM, 2012, p.91).

¹⁸ Esse “processo de beneficiamento mineral tem como resultado um concentrado e um rejeito. Caso o rejeito proveniente dessa fase apresente muitos minerais de interesse econômico, isso significa que os procedimentos utilizados no tratamento não foram eficientes, caracterizando um beneficiamento de baixa recuperação. Esta baixa recuperação resultará em perdas financeiras para os empreendimentos, além de aumentar o volume de rejeitos, que serão depositados no meio ambiente e conseqüentemente irá aumentar o impacto ambiental da atividade, podendo causar a poluição do ar, solo e dos cursos d’água” (FEAM, 2012, p.92).

a Minas Itatiaiuçu foi uma das pioneiras na região a realizar este tipo de separação, os volumes estocados são consideravelmente grandes, o que possibilitou a preservação dos volumes da barragem de rejeito. (YKS; FEAM, 2012, p. 68)

Em 2007, a empresa foi adquirida pela London Mining Brasil Mineração S/A, e, logo depois de uma reavaliação das jazidas que superestimou valores anteriores, foi vendida em 2008 para a ArcelorMittal,¹⁹ que herdou, pois, todo esse volume de rejeitos. Os investimentos dessa multinacional no Brasil visavam garantir o abastecimento da usina ArcelorMittal Belgo, que fabrica aços longos usados na construção civil, além de possibilitar a exportação de minério para outras usinas da empresa ao redor do mundo (KATTAH, 2008, p. B19).

Figura 4 - Mineradoras da Serra do Itatiaiuçu



Fonte: MOHALLEM (2018) *apud* VIVEIROS (2009)

No plano macropolítico, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) intensificou a cooperação entre diversas instâncias governamentais com o objetivo de alinhar o

¹⁹ Com sede em Luxemburgo, esse conglomerado multinacional de produção de aço opera em mais de 60 países, com fábricas localizadas na Ásia, África, Américas e Europa. Sua formação ocorreu em 2006, quando a Mittal Steel Company, pertencente ao bilionário indiano Lakshmi Mittal, adquiriu 96% das ações do grupo Arcelor. A Arcelor havia sido criada em 2001 pela fusão de três grandes empresas: Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange – ARBED (Luxemburgo), Usinor (França) e Aceralia (Espanha).

desenvolvimento do setor minerário às preocupações ambientais. Essa colaboração foi essencial para a formulação de novas diretrizes relacionadas ao licenciamento ambiental de projetos de mineração. Na tentativa de uma regulação maior do setor, sobretudo a partir da agenda ambiental e das demandas das comunidades afetadas pela mineração, em 2010 foi promulgada a Política Nacional de Segurança de Barragens que tinha como fundamentos:

- I – a segurança de uma barragem deve ser considerada nas suas fases de planejamento, projeto, construção, primeiro enchimento e primeiro vertimento, operação, desativação e de usos futuros;
- II – a população deve ser informada e estimulada a participar, direta ou indiretamente, das ações preventivas e emergenciais;
- III – o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la;
- IV – a promoção de mecanismos de participação e controle social;
- V – a segurança de uma barragem influi diretamente na sua sustentabilidade e no alcance de seus potenciais efeitos sociais e ambientais (BRASIL, 2010).

Voltando ao caso de Itatiaiuçu, os planos da ArcelorMittal se concentraram inicialmente na expansão de sua produção de minério por meio de nova concessão de lavra, obtida pela Portaria de nº 051 de 12/02/2010. Dessa forma, a empresa procurou adequar o seu processo de licenciamento ambiental, visando à sua regularização:

Em 22/02/10, a empresa, já sob a titularidade da ArcelorMittal, obteve Licença de Instalação (LP+LI, Certificado nº 013, Processo COPAM 366/90/018/09) para construção de um sistema de desaguamento dos rejeitos finos da planta de beneficiamento. A Licença de Operação correspondente foi obtida em 07/05/2012 (Certificado nº 081/2012). Este sistema, com o uso de hidrociclones e baía de sedimentação, viabilizou o desaguamento dos rejeitos finos, permitindo sua disposição em pilha de estéril/rejeito, em codisposição.

Em 26/02/2013, foi obtida a Revalidação da Licença de Operação para o empreendimento como um todo (Certificado nº 001/2013), contemplando todos os dispositivos existentes à época da solicitação, incluindo a lavra a céu aberto, a Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), pilha de estéril/rejeito, barragem de rejeitos, pátio de abastecimento, obras de infraestrutura e estrada para transporte de minério/estéril.

Em 17/12/2013, foi obtida a Licença de Operação (Certificado nº 221/2013), contemplando a ampliação da escala de produção na

lavra, para 4.300.00 t/ano de ROM, e a ampliação da capacidade da Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), para 4.945.000 t/ano. Em 2014, entrou em operação a lavra de minério de ferro na área do Processo DNPM nº 812.593/73, focalizada no presente estudo, situada a oeste da Mina do Córrego Fundo, cujo material extraído é transportado e beneficiado na ITM da empresa na mina supracitada. Em 01 de junho de 2015, a área do Processo DNPM nº 812.593/73 foi objeto de cessão parcial à Mineração Usiminas – MUSA, como resultado de um acordo comercial entre as duas empresas, configurando a harmonia vigente entre estas mineradoras vizinhas, a qual propiciará plenas condições de uma lavra conjunta da jazida de minério de ferro que a área encerra. (ARCELORMITTAL BRASIL S/A; GEOMIL, 2017, p. 30-31).

Em janeiro de 2014, a empresa realizou os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para o processo de licenciamento relacionado ao reprocessamento de materiais da barragem de rejeitos de minério de ferro da Mina Córrego Fundo, com objetivo de recuperar economicamente “[...] finos de minério de ferro rejeitados no passado, acumulados na barragem, e a liberação dos espaços para outras utilidades nesta mineração” (ARCELORMITTAL, 2014). Tratava-se de uma barragem operada de forma contínua desde 1988, possuidora de considerável volume armazenado de finos, sendo seu último depósito de rejeitos ocorrido em 2012, marcando o fim da vida útil da estrutura (idem, p. 2). No que se refere aos riscos geotécnicos do empreendimento, o texto infere que:

Com a perspectiva da retomada e reprocessamento dos rejeitos, a necessidade de acompanhamento geotécnico se mantém e deve ser adotado o mesmo rigor utilizado na fase de operação, a despeito do fato de que a estrutura está progressivamente perdendo a água acumulada (adensamento), aumentando conseqüentemente os seus coeficientes de segurança em condições de carregamento por tensões efetivas (de longo prazo). Esta condição se tornará mais favorável à estabilidade na medida em que as camadas de rejeitos forem sendo progressivamente lavradas.

Feitas estas considerações, conclui-se que o impacto ambiental relativo aos riscos geotécnicos decorrentes da lavra da barragem é direto, adverso, constante ao longo da fase de operação (lavra de rejeitos) reversível com o término ou suspensão das operações, de média magnitude, com base nas atenuantes ressaltadas anteriormente, mas de grande importância por envolver uma questão de suma gravidade que é a segurança e o potencial de dano que representa uma indesejada ruptura. (ARCELORMITTAL, 2014, p. 211-212)

Portanto, a mineradora relaciona o aproveitamento econômico dos rejeitos com a segurança relativa ao término dessa utilização, reconhecendo a gravidade da situação, sobretudo com

o objetivo de substituir, à época, a estrutura para recebimento dos rejeitos da usina por um sistema de baias de desaguamento de rejeitos (ARCELORMITTAL, 2019). Ainda assim, algumas ações preventivas do Plano de Segurança da Barragem, que já constavam como obrigatórias na Política Nacional de Segurança de Barragens,²⁰ não foram realizadas, por exemplo: estratégias claras de divulgação e alerta para as comunidades potencialmente afetadas, como sirenes e formas de participação direta da comunidade.

Sobre os impactos ao meio antrópico relatados pelo empreendimento, são considerados predominantemente positivos pelo estudo, destacando a “manutenção do nível de empregos”, o “incremento no setor de serviços” e a “manutenção/incremento da arrecadação pública”. Por outro lado, os efeitos negativos se concentraram em afetações irrisórias e temporárias, como as “alterações e perdas de qualidade ambiental”, que se referem de forma geral aos “impactos ambientais decorrentes das atividades operacionais, como ruídos, vibrações e emissão de poeira, os quais causam mudanças temporárias na qualidade ambiental, que retornam à condição original ao término das atividades” (idem, p. 214).

Esses “efeitos colaterais da modernidade” afetam efetivamente a qualidade de vida da população, seja pelo impacto na qualidade do ar ou mesmo pelo prejuízo no usufruto das águas no entorno. Porém, o risco de rompimento, não citado no documento, é extremamente preocupante e afeta toda a população da região, além, claro, do meio ambiente. Ademais, ao contrário do que possa parecer, a mineração compreende uma parcela mínima da realidade vivida na região. Embora parte integrante da paisagem local, a mineração convive com outras formas de trabalho e subsistência, entre o campo e as fumaças, entre o “antigo” e o “moderno”.

3.3.2 Para além dos minérios

Além do trabalho minerário, o PIB do município de Itatiaiuçu é composto também pelo setor terciário, caracterizado por uma fragmentação de comércios e serviços básicos, incluindo a administração pública, e pelo setor agropecuário. Suas contribuições ao PIB municipal são

²⁰ “§ 1º Quando se tratar de barragens com Dano Potencial Associado Alto, nos termos do Anexo I, ou em qualquer caso, a critério do DNPM, o Plano de Segurança da Barragem deverá, ainda, ser composto pelo volume V, referente ao Plano de Ação de Emergência” (BRASIL, 2012).

referidas na tabela abaixo:

Tabela 1 - PIB por Valor Adicionado Bruto (mil reais) por Setores. Valor Absoluto, representatividade e Variação Percentual. Itatiaiuçu, 2004-2014

Setores	2004		2014		Var. 2004-2014
	Valor Absoluto	Rep. (%)	Valor Absoluto	Rep (%)	
Agropecuária	9.197,00	7.50%	28.269,00	1.57%	207.37 %
Indústria	72.140,00	58.85%	1.320.030,00	73.54%	1729.82 %
Serviços	29.714,00	24.24%	403.387,00	22.47%	1257.57 %
Adm. Pública	11.539,00	9.41%	43.364,00	2.42%	275.80 %
Total	122.589,00	100.00 %	1.795.051,00	100.00 %	1364.28 %

Fonte: (ITATIAIUÇU, 2017)

Sobre o primeiro, no setor terciário destacam-se “os subsetores do comércio varejista – segmento de menor barreira à entrada de novos empreendimentos – caracterizados por serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação; transporte e comunicações; serviços médicos, odontológicos e veterinários; e instituições financeiras” (ITATIAIUÇU, 2017). Além disso, pouco antes do acionamento do PAEBM, o plano diretor inferia sobre a expansão do mercado imobiliário na região, especialmente nas áreas rurais, muitas vezes impulsionadas pelo mercado informal e pela autoconstrução (ITATIAIUÇU, 2017). O mesmo plano diretor conclui:

- O setor de serviços vê ampliado seu valor absoluto, mas diminuída sua posição relativa, crescimento que vem à reboque da ampliação das atividades industriais e concentra-se em estabelecimentos de baixa complexidade;
- Dentre as atividades de maior crescimento destacam-se o setor de Transporte e Comunicações e Alojamento, sobretudo como suporte à atividade extrativa;
- A Sede apresenta-se como grande concentradora dos

estabelecimentos de serviços e comércios tendo em seu interior cerca de um terço das unidades. (Idem)

Dessa forma, verificam-se as disparidades na concentração de renda quanto aos bairros e distritos de Itatiaiuçu. O mesmo plano diretor indica o bairro Pio XII, na sede, como de maior acúmulo de renda, enquanto, em termos de vulnerabilidade social, os bairros São Francisco e Kennedy, no centro, e a comunidade de Pinheiros, às margens da BR-381, são os mais críticos (ITATIAIUÇU, 2017).

Já sobre o setor da agropecuária, dados do IBGE (2012) indicam que os números referentes ao setor em Itatiaiuçu representaram 1,44% do PIB total do município. Destaca-se a dependência do município em relação à mineração, “que se desenvolve em conflito com a preservação ambiental, com o patrimônio natural e turístico da região e com a atividade agrícola com fraca diversificação”. (ITATIAIUÇU, 2017). Ainda assim, não devemos compreender o setor agropecuário a partir de seus pequenos números relativos se comparados às demais atividades, levando em consideração “as especificidades locais e potencialidades da atividade agropecuária para o abastecimento regional de alimentos, para a conservação ambiental e para a manutenção de formas de vida de determinados grupos sociais”.

Na área agrícola, por exemplo, o município se caracteriza pela “produção de hortifrutigranjeiros e comercialização de oleaginosas”. Entretanto, os principais produtos de Itatiaiuçu nesse segmento são a cana, o tomate e o milho (ITATIAIUÇU, 2017). É considerável a quantidade desses produtos disponibilizados ao Ceasa Minas/BH, destacando-se inclusive no “fornecimento de brócolis, fava e couve-flor, no qual é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país” (idem). Além disso:

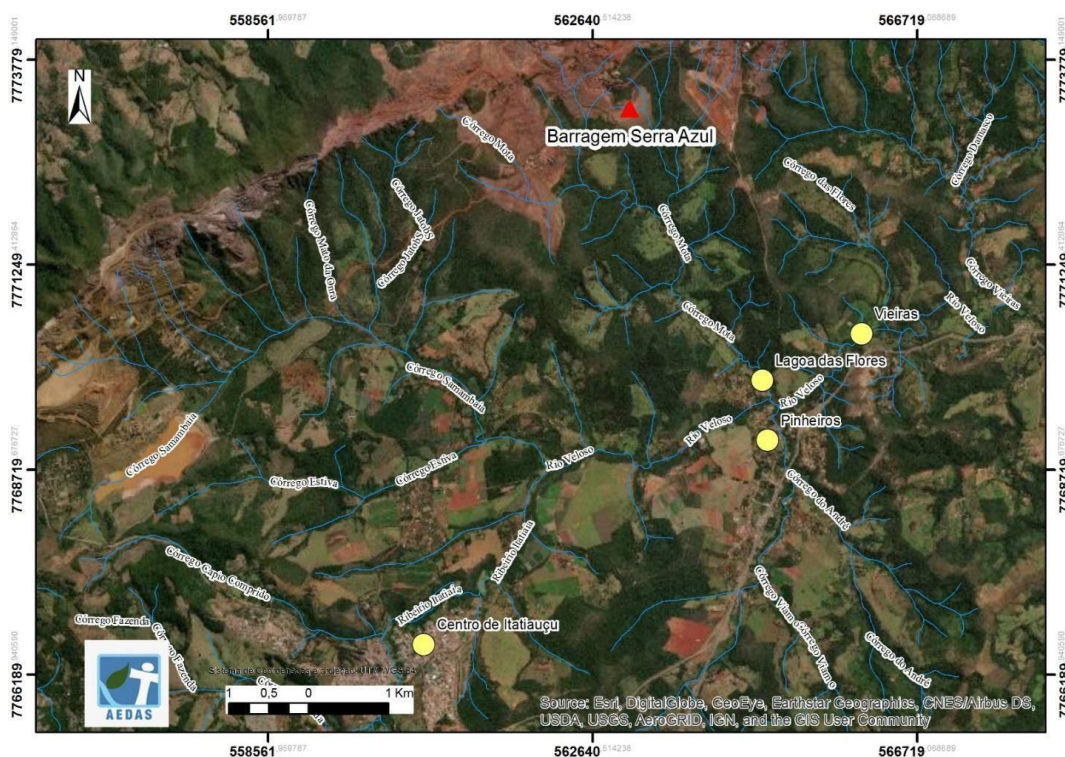
em termos de volume de produção, Itatiaiuçu se destaca na produção de mel, sendo o 4º município que mais produz na RMBH; na quantidade de rebanhos de caprinos, sendo o 6º município com o maior número; na quantidade de rebanhos de bubalinos e suínos, sendo o 9º município com o maior número; na produção de leite e criação de galos, frangas, frangos e pintos, sendo o 10º com o maior número dentro todos da RMBH. Além disso, em Itatiaiuçu ocorre a produção de ovos de galinha; rebanhos de bovinos, equinos e

ovinos; e a criação de galinhas. (idem, 2017)

Essas características definem a produtividade da cidade, essencialmente, pela representatividade da sua população rural. Podemos compreender essa realidade a partir do “novo rural” e essa “nova ruralidade” como um espaço onde a alteração no perfil das populações, no ambiente e nas condições de trabalho conseqüentemente também faz emergir um novo campo de trabalhos e formas de geração e produção de renda (BALSADI, 2001). Sendo assim, é notável que atualmente grande parte dos estudos voltados ao meio rural reforcem que as diferenças, antes estabelecidas entre o rural e o urbano como reflexo ou parte da relação entre esses meios de produção, estejam mais voláteis e menos definidas. De todo modo, a produção enquanto negócio que visa unicamente ao lucro não é o objetivo e finalidade última dos trabalhadores rurais (ABRAMOVAY, 1998).

Nesse cenário de novo rural e da produção terciária e agropecuária é que se encontram as comunidades atingidas pela lama invisível em Itatiaiuçu. Internamente, o acionamento afetou o distrito de Pinheiros e a comunidade rural de Vieiras, como vemos na Figura 5.

**Figura 5 - Comunidades atingidas e suas referências –
Centro de Itatiaiuçu e Barragem Serra Azul**



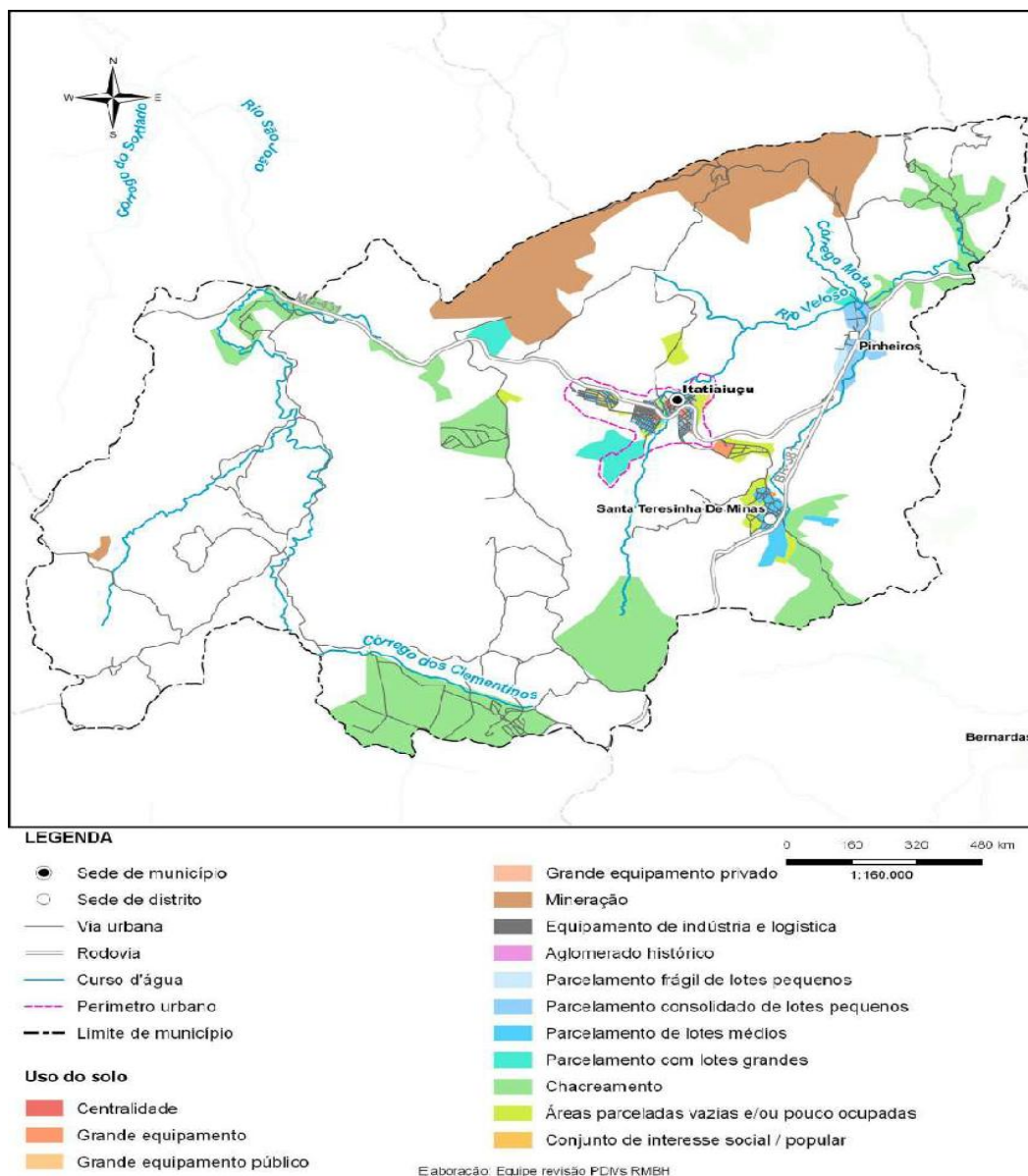
Fonte: AEDAS, 2019

A área de ZAS do PAEBM da ArcelorMittal alcança os perímetros da BR-381 (rodovia que tem em seu nome o bandeirante Fernão Dias), principal via escoadora das produções, que interliga a capital mineira à paulista, como também alcança a bacia do Rio Manso – a produção minerária na Serra de Itatiaiuçu é dependente e está situada próxima

[ao] reservatório de Rio Manso, cujo vertedouro praticamente coincide com a extremidade leste da Serra. Ao norte, a menos de 10 quilômetros e tendo a Serra do Itatiaiuçu como limite conformador da bacia hidrográfica, encontra-se o Reservatório de Serra Azul. Ambos os reservatórios são de grande importância para o abastecimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. (ITATIAIUÇU, 2017, p. 119)

A configuração dos tipos urbanos de Itatiaiuçu dá maior exatidão sobre usos e usufrutos do solo no município. Entretanto, o que nos interessa, sobretudo, é a verificação desses dados nas regiões afetadas, o que podemos visualizar no mapa a seguir:

Figura 6 - Tipos Urbanos em Itatiaiuçu



Fonte: ITATIAIUÇU, 2017

Dessa forma iniciamos a compreensão das comunidades a que este trabalho deve se ater. O distrito de Pinheiros é basicamente constituído de parcelamentos de lotes pequenos, enquanto Vieiras (canto superior direito do mapa) se entrelaça em chacreamentos. Produto de dinâmicas sociais e econômicas, a ocupação territorial moldada pela paisagem – e que também a molda – tem especificidades que são resultado das diversas interações construídas com determinado espaço geográfico ao longo do tempo. É essencial levar em conta as expressões culturais dessa sociedade, que estão refletidas na paisagem e evidenciadas por elementos urbanos e arquitetônicos, sobretudo a partir do conceito de território, “[...] o chão da população, ou seja, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer ao que nos pertence.

O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais exerce influência” (SANTOS, 2000, p.96). Mas é preciso ir além:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323)

As relações e suas configurações interpostas, portanto, geram, nutrem e reforçam vínculos de identificação que transformam simples espaços geográficos em territórios e locais de pertencimento (HAESBAERT, 2004). As pessoas dedicam uma parte de sua vida emocional ao longo do tempo nesses territórios, comunidades que lhes proporcionam uma sensação de pertencimento e afeto, protegendo-as das perplexidades do mundo externo (TUAN, 1980).

3.3.3. As zonas de sacrifício

Como já dito, a atividade minerária em Itatiaiuçu tem gerado, historicamente, um enorme passivo ambiental, apesar de seus lucros exorbitantes. Diversos impactos ambientais negativos podem ser observados como resultado das operações das mineradoras na região da Serra Azul: alteração na paisagem, perda de biodiversidade (afetando flora e fauna), consumo elevado de água, erosão e assoreamento de córregos e rios, além do barulho, buracos e poeira provocados pelo tráfego de caminhões e equipamentos pesados, dentre outros problemas.

Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) realizados pela ArcelorMittal em 2014 destacavam:

Dentre as comunidades existentes no município de Itatiaiuçu, aquela que está sujeita aos impactos diretos com maior intensidade é a comunidade de Pinheiros, situada a jusante desta retomada de finos da barragem, no entorno imediato do empreendimento.” (ARCELORMITTAL, 2014, p. 70).

Apesar de não constar do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), e diversamente a este, o

Volume V do Plano de Ação de Emergência para Barragem de Mineração (PAEBM) a que temos acesso²¹ reconhece os possíveis danos às comunidades atingidas e se propõe a divulgá-los junto a elas

O PAEBM da Barragem de Córrego Fundo tem por objetivo identificar as situações adversas que podem impactar a sua condição de segurança e estabelecer as ações a serem tomadas pelos responsáveis, bem como definir o fluxo de comunicação, em caso de suas constatações, a fim de evitar ou minimizar danos à vida, à saúde, à propriedade, ao meio ambiente, ou à integridade estrutural e/ou operacional da barragem, bem como à imagem da ArcelorMittal.

Neste contexto, com a implantação do PAEBM, a ARCELORMITTAL será capaz de:

- Identificar e analisar as possíveis situações de emergência;
- Aplicar procedimentos para identificação e notificação de mau funcionamento ou de condições potenciais de ruptura da barragem;
- Aplicar procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência com indicação dos responsáveis pelas ações;
- Ter uma estratégia e meio de divulgação e alerta para as comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência e entidades competentes;
- Seguir o plano de gerenciamento de comunicação de crise que vai desdobrar as ações relativas à comunicação, dialogando com as ações técnicas detalhadas neste documento (ARCELORMITTAL, 2019, p. 3-4).

Nesse documento, outra novidade é a citação de Vieiras, além de Pinheiros, como comunidade atingida. No tópico “Impacto Inundação em Itatiaiuçu – Pinheiros e Vieiras”, são detalhadas as extensões do risco de inundação nessa região, que perpassa o Rio Veloso e inclui previsões de impactos à “aldeia com potencial para a população e de estruturas em risco” (ARCELORMITTAL, 2019, p. 70).

Faz-se necessário, pois, entender os modos de vida dessas populações a jusante do empreendimento citado. A região de Pinheiros possui características urbanas e rurais, seja pela forma de habitação, de lazer ou mesmo de trabalho. Além dessa, outra comunidade a jusante da barragem é Vieiras, de configurações basicamente rurais e costumes tradicionais.

²¹ Emitido em 01/11/2010, logo após a elaboração da Lei nº 12.334, e revisto em 03/09/2019, portanto, posteriormente ao acionamento do plano.

- **Distrito de Pinheiros**

O distrito de Pinheiros está em constante crescimento. Segundo Silva (2014), sua urbanização se caracteriza por um intenso grau de integração, constando (na data de sua publicação) uma população estimada de 1.703 pessoas. Ali se localizam as ocupações com elevado grau de vulnerabilidade social associado à precariedade do ambiente urbano (ITATIAIUÇU, 2017; SILVA, 2014). Situado às margens da BR- 381, Pinheiros é constituído, majoritariamente, por “parcelamentos consolidados de lotes pequenos associados a usos rurais e apresenta uma pequena centralidade com oferta de comércio e serviços locais”, além de ser uma região ofertante de diversos sítios de fim de semana (ITATIAIUÇU, 2017).

Para além do comércio, Pinheiros, bem como Vieiras, se caracteriza pela agricultura familiar, plantações ornamentais para fins estéticos, cuidado com animais domésticos de forma afetiva e para fins de consumo e subsistência, de forma aproximada e não industrial. Ademais, os sítios e médios a grandes parcelamentos de imóveis são utilizados para fins recreativos, de final de semana, para festas, encontros em família e descanso ao ar livre, tendo em vista a proximidade com a região metropolitana.

O distrito dispõe de alguns equipamentos públicos, como uma Educação Infantil (CEMEI), serviço de transporte gratuito, que atende as comunidades rurais, uma unidade básica de saúde e um ginásio poliesportivo. Em relação aos serviços, estão presentes também um posto de gasolina, dois depósitos e um supermercado, totalizando 23 estabelecimentos (ITATIAIUÇU, 2017). Sua produção econômica principal é a de hortifrutigranjeiros (SILVA, 2014), dentre a qual se encontram variedades de hortas, produção de brócolis, couve-flor, jiló, uva, couve, cebolinha, dentre outros (ITATIAIUÇU, 2017).

O plano diretor descreve o **Conjunto Urbano do Núcleo do Bairro de Pinheiros** como

o principal espaço de vivência do povoado, desde a sua formação, em meados do século XX. Caracteriza-se por ser uma região de conagraçamento da comunidade, bem como é o espaço das manifestações culturais. As primeiras edificações do povoado foram construídas nesta área. A configuração dos lotes, apresenta as edificações, em sua maioria, sem recuo frontal, dotadas de grandes

quintais. O entorno do espaço se caracteriza pela ruralidade, o que contribui para a manutenção de sua ambiência. (IPAC *apud* ITATIAIUÇU, 2017)

No centro da localidade, encontra-se a Igreja de Nossa Senhora de Aparecida (figura 7) e, logo em frente, sua praça, ponto de encontro e de festividades autóctones. Assim, “[...] a Praça Nossa Senhora da Aparecida é o local para onde convergem todas as vias do povoado, sendo espaço relevante como área de convivência, descanso e contemplação” (IPAC, 2016). Ali se concentram as principais manifestação culturais, sociais e políticas do distrito, como a Festa de Nossa Senhora Aparecida (Festa da Criança, conforme figura 8), festas juninas, cavalgadas, shows e encontros diversos.

Figura 7 - Igreja de Nossa Senhora de Aparecida e sua praça



Fonte: IPAC, 2016

Figura 8 - Festa de Nossa Senhora de Aparecida (Festa da Criança)



Fonte: IPAC, 2016

- **Povoado de Vieiras**

Na região a leste da sede, os núcleos urbanos de Pinheiros e de Vieiras se destacam, ambos às margens da Rodovia Fernão Dias (BR-381). Próximo, portanto, de Pinheiros, o Povoado de Vieiras se encontra no entorno do Córrego Vieiras e aos pés da Pedra Grande (Figura 9), na Serra de Itatiaiuçu – patrimônio tombado também pelo município de Itatiaiuçu por força de Lei orgânica em 2016, “uma das únicas porções da cumeeira da Serra ainda preservada, localizada entre as cavas produzidas pela atividade minerária” (ITATIAIUÇU, 2017).²²

²² Desde 2023, a comunidade de Vieiras resiste às tentativas de exploração minerária nessas porções restantes da Serra do Itatiaiuçu. A ver: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Comunidade-de-Itatiaiuçu-resiste-a-mineracao-perto-de-Pedra-Grande/>

Figura 9 - Pico Da Pedra Grande



Fonte: ArcelorMittal, 2014

A comunidade se caracteriza pelo ecoturismo, além de ter concentração de ocupação residencial direcionada a usos rurais e sítios de fim de semana. Nessa região, também é importante a atividade agropecuária, tendo seus produtos escoados em sua maioria para o Ceasa e a cidade de Mário Campos (ITATIAIUÇU, 2017). Estruturalmente, Vieiras dispõe de um posto de saúde, a Escola João Gomes da Costa e da Capela do Rosário, ilustrada abaixo.

Figura 10 - Capela de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: ITATIAIUÇU, 2017

Além disso, “o Conjunto Paisagístico do Núcleo Urbano do Povoado de Vieiras se constitui por um pequeno agrupamento de edificações circundadas por uma região de campos e montanhas de beleza paisagística” (ITATIAIUÇU, 2017). Culturalmente, destacam-se as Folias de Reis e as festas juninas que ocorrem na região, mas a principal celebração na localidade é a Festa de Nossa Senhora do Rosário (figura 11), considerada patrimônio imaterial (ITATIAIUÇU, 2017).

Figura 11 - Festa de N.S. do Rosário – Povoado de Vieiras



Fonte: IPAC – 2015

3.3.4. O acionamento do PAEBM e seu mar de lama invisível

A tragédia de Brumadinho em 25 de janeiro de 2019 acabou por desencadear uma série de ações tomadas pelos poderes executivo e judiciário que afetaram diretamente as licenças de barragens alteadas pelo método a montante, além de estabelecerem regras e prazos obrigatórios para sua desativação e regularem a permanência de pessoas que moravam abaixo dessas estruturas (NERI, 2023). Logo, em 28 de janeiro, o Diário Oficial da União estabeleceu a Resolução nº 01, recomendando “aos órgãos e às entidades da administração pública federal ações e medidas de resposta à ruptura da barragem de Brumadinho” (BRASIL, 2019). A segunda resolução desse mesmo dia instituiu o Subcomitê de Elaboração e Atualização Legislativa, com o objetivo de elaborar o anteprojeto de atualização e revisão da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) de 2010 (idem, p.208). Ainda em 30 de janeiro, determinou-se a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM nº 2.765, designando a

descaracterização de todas as barragens de rejeitos de mineração construídas pelo método a montante.

Valendo-se da legislação vigente acerca dos Planos de Emergência estabelecida pela PNSB, várias empresas minerárias em Minas Gerais ativaram seus PAEBMs, sem, contudo, seguir qualquer protocolo legal, tampouco relacionados a alguma declaração técnica que afirmasse a ruptura iminente ou em andamento das estruturas de rejeitos.²³

[...] Depois do rompimento que pôs fim a centenas de vidas, instaurou-se uma grande preocupação com as barragens da noite para o dia: várias delas estão sendo classificadas em situação de risco. Não houve nenhuma mudança significativa no cenário, como grandes chuvas ou abalos sísmicos. O que mudou foi a postura de empresas, que não se arriscam mais ao assinar laudos de estabilidade para essas estruturas. O resultado é um terror generalizado entre aqueles que moram perto dessas barragens ou dependem de cursos d'água que estão próximos a elas. (MANUELZÃO, 2019)²⁴

Este movimento constitui-se o “terrorismo de barragem” (Idem) (LASCHEFSKI, 2020) em que o espaço da vida cotidiana local é transformado em território de medo, e de forma estratégica pelas mineradoras, segundo Laschefski (2020), por assim efetivarem processos de descomissionamento de barragens de rejeitos sem a necessidade de licenciamento ambiental, além da subvalorização das propriedades localizadas nas ZAS, o que facilita a aquisição de terras para expansão de suas atividades.

Assim, em 8 de fevereiro de 2019, as comunidades rurais de Barão de Cocais, situadas abaixo da mina Gongo Soco, da Vale, e Itatiaiuçu, sob a mina Serra Azul, da ArcelorMittal, foram evacuadas com a justificativa do aumento do risco de rompimento das barragens (idem). Focaremos, porém, no caso de Itatiaiuçu. Os moradores de Itatiaiuçu foram acordados na madrugada daquele dia por agentes do Estado, sendo compulsoriamente retirados de suas casas após a declaração de emergência de “nível 2” pela mineradora responsável, o que

²³ Neri (2023) infere que a legislação referida determina que a Inspeção de Segurança Regular de Barragem deve ser realizada pelo empreendedor. Nessas vistorias, caso seja constatada anomalia específica, o empreendedor deveria realizar a ISE (Inspeção de Segurança Especial) e, se confirmada, só assim declarar a situação de emergência. Por fim, se classificada como nível 3 de emergência, a população então deveria ser informada.

²⁴ <https://manuelzao.ufmg.br/mais-de-mil-exilados-pelo-terrorismo-das-barragens/Revista-Manuelzao-nº84>

exigiu a ativação do Plano de Ação de Emergência da Barragem de Mineração (PAEBM). Segundo a AEDAS, o ocorrido retirou mais de 70 famílias de suas casas, sendo 226 imóveis/terrenos interditados nas áreas dentro da ZAS. Ao todo, mais de 2 mil pessoas foram atingidas pelo ocorrido²⁵. As famílias expulsas de suas casas na operação foram levadas primeiramente à praça principal de Pinheiros para informações e cadastramento (Figura 17).

Figura 12 - Praça Nossa Senhora da Aparecida em Pinheiros no dia do Acionamento do PAEBM



Fonte: Estado de Minas, 2019

Em reportagem ao *Estado de Minas*, o tenente-coronel Flávio Godinho, da Defesa Civil de Minas Gerais, informava:

Em Itatiaiuçu, a barragem foi elevada ao nível 2 de risco, e nesse nível há necessidade de evacuação. Técnicos vão fazer todas as medidas, todos os laudos, e se voltar para nível 1,²⁶ elas voltam para as residências. Se continuar no nível 2, elas permanecem nos hotéis. (ESTADO DE MINAS, postado em 08/02/2019, 08:11, atualizado

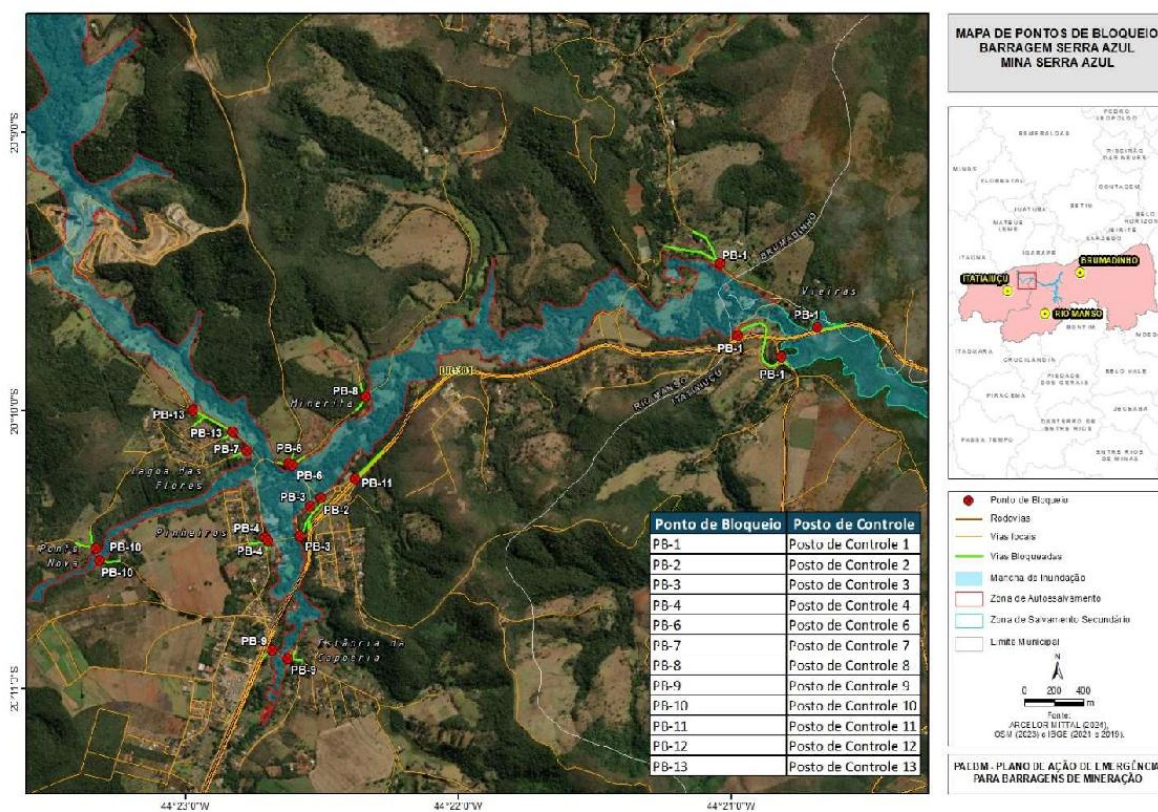
²⁵ <https://aedasmg.org/itatiaiuçu-5-anos-de-uma-lama-invisível-que-ainda-causa-danos/>

²⁶ A barragem da ArcelorMittal nunca retornaria ao nível 1 de emergência. Pelo contrário, após a Resolução nº 95 de 07 de fevereiro de 2022 da ANM, seu nível de emergência foi reclassificado, passando de 2 para 3 (ArcelorMittal,).

em 08/02/2019 às 20:54)²⁷

Nos dias subsequentes à evacuação, as ruas e casas da ZAS foram interditadas. A partir desse momento, o acesso a essas áreas passou a ser proibido sem autorização prévia ou acompanhamento de funcionários da ArcelorMittal. Para garantir o controle desses espaços, foram estabelecidos postos de bloqueio (Figuras 13 e 14) com a função de fiscalizar a entrada e saída de pessoas e veículos.

Figura 13 - Mapa de pontos de bloqueio



Fonte: PAEBM, 2024

²⁷ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/08/interna_gerais,1028925/moradores-de-itaitaiucu-sao-retirados-de-casa-por-risco-em-barragem.shtml

Figura 14 - Posto de Controle n.13



Fonte: PAEBM, 2024

A mineradora também instalou, em conformidade com as exigências do ofício 02/2019 (GMG/CEDEC), placas que sinalizaram rotas de fuga e pontos de encontro em locais teoricamente seguros para facilitar possíveis resgates em caso de rompimento da barragem, conforme figura a seguir.

Figura 15 - Placas de rota de fuga



Fonte: AEDAS, 2019

E também instalou um sistema de sirenes de alerta ao longo de toda a área da ZAS, conforme mostra o mapa abaixo.

Figura 16 - Mapa do sistema de Alerta por Sirenes



Fonte: PAEBM, 2019

Com esses pontos determinantes para o exercício do “terrorismo de barragem” na região, a situação em si denotava medo e insegurança às pessoas atingidas. A violência simbólica atravessada por esses tipos de instalações acabava por acomodar performances oficiais autoritárias (VALENCIO, 2020). Isso pois:

Nos contextos reais nos quais operam, as sirenes estabelecem o momento, a ação e o ritmo dos corpos ao derredor, dissociando uns dos outros nas suas distintas capacidades de mobilidade. As rotas de fuga pressupõem que os fluxos no território terão a viabilidade pretendida de acesso e que cobrem todas as possibilidades de percursos em que os indivíduos, em seus atributos rotineiros ou excepcionais, estarão inseridos e de um modo tal coadunados enxergariam as mesmas possibilidades de escape e quereriam deixar para trás uma vida conectada com pessoas e coisas. Os exercícios simulados, por fim, traçados como experiência de simplificação da vida social, na qual as instituições públicas e privadas constroem e coordenam o roteiro e ajustam o comportamento dos personagens, seriam questionados como experiência dissociativa da vida concreta do lugar. (idem, p. 29)

Assim os efeitos derrames do risco afetou profundamente o cotidiano das comunidades atingidas, transformando-as em “zonas de sacrifício” (TEIXEIRA, 2014). Mesmo que a barragem não tenha se rompido, o deslocamento compulsório dos moradores e a mudança drástica em sua relação com a terra e com seus pares redefiniu seus projetos e modos de vida de forma abrupta. O esvaziamento populacional, promovido pelas interdições e pelo deslocamento, provocou efeitos negativos na economia local, como o fechamento de comércios (Figura 22), pousadas e casas de veraneio, impossibilitadas de proporcionar o lazer na região, bem como a produção agropecuária, atividades tão características das comunidades (Figura 23), acarretando a perda de muitos postos de trabalho.

Figura 17 - Exemplo de comércio fechado na região



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Figura 18 - Abandono dos territórios e de seus modos de vida



Acervo: AEDAS, 2021

Mas, sobretudo, o acionamento do PAEBM também modificou as interações sociais e suas figurações: o lazer com a família nos dias de descanso, o refúgio dos centros urbanos próximos, a confluência de amigos e familiares em feriados, férias e grandes eventos locais, além dos encontros religiosos, festas e cavalgadas, interações repentinamente rompidas, frustrando as corriqueiras práticas sociais e culturais da região. Além disso, o acionamento também impossibilitou o único contato de muitas pessoas com a natureza – seja nos rios, nas caminhadas pelas áreas rurais, no contato com animais domésticos, ou livres, e pelo manejo nas plantações.

Figura 19 - A proibição do acesso às propriedades



Acervo: AEDAS, 2021

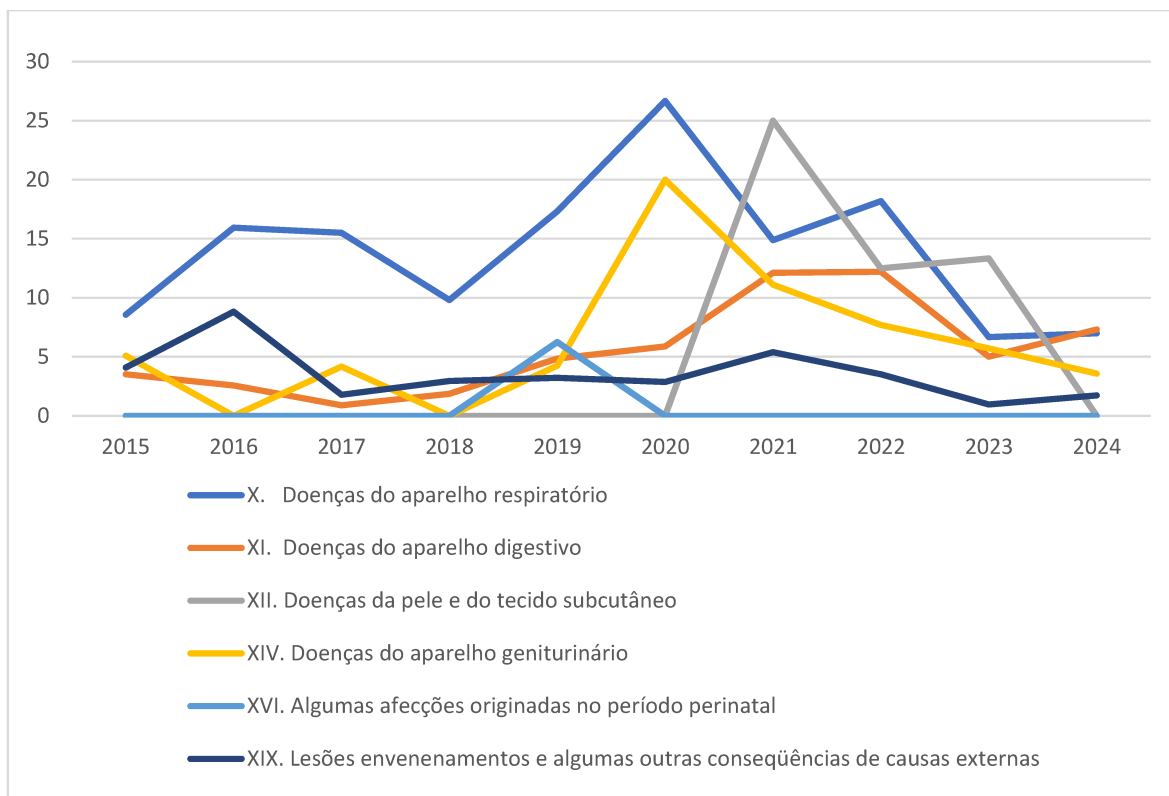
Toda essa desestruturação do microcosmo local, afetou a segurança ontológica (Giddens, 1991) dos actantes locais. Tal definição se caracteriza por um estado de confiança e segurança inerente ao desenvolvimento da personalidade e da identidade dos indivíduos que, para Giddens, está presente em todas as culturas.

“A segurança ontológica, além de sua vinculação íntima com o inconsciente, também está conectada a um sentimento de continuidade das coisas e das pessoas. [...] Pois, a previsibilidade e a familiaridade das rotinas nos fornecem um instrumento poderoso para enfrentar o medo. A criação de um hábito, por exemplo, acordar em um determinado horário e ir ao trabalho, faz com que o indivíduo vislumbre, antes de se deitar, uma rotina segura para o próximo dia, algo que ele já conhece, tem controle. Provavelmente, o trajeto que fará será o mesmo e as pessoas no trabalho também. Ou seja, ele se sentirá mais seguro e confiante. Ele vai criar uma consciência prática do que deve e do que não deve ser feito que é fundamental a sua segurança.” (GIDDENS, 1991 apud DAMIÃO, 2011)

A perda dessa segurança pode estar relacionada à consequente deterioração na saúde coletiva local. Embora não haja dados específicos das comunidades atingidas, verificou-se algumas mudanças relativas à saúde da população de Itatiaiuçu a partir de 2019, através do banco de dados do DATASUS. O presente trabalho buscou visualizar a taxa de mortalidade por Capítulo CID-10²⁸ disposto numa linha temporal entre 4 anos antes do acionamento e 4 anos depois, a fim de compreender a progressão dessa taxa entre 2015 e 2024. Selecionamos alguns capítulos da CID-10 que merecem destaque, ilustrados no quadro a seguir:

²⁸ CID-10 é a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, criada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), uma lista de códigos alfanuméricos que categoriza doenças e sintomas.

Figura 20 - Taxa de Mortalidade por Capítulo CID-10 e Ano de processamento



Os dados acima demonstram um aumento expressivo de algumas dessas taxas, a partir de 2019, ano do acionamento do PAEBM no município. Por exemplo, a taxa de mortalidade por doenças no aparelho respiratório aumenta significativamente em 2019 e alcança seu ponto alto em 2020: esta graduação em 2019 pode ter alguma relação com o acionamento, intensificado pela COVID-19 em 2020. Esse aumento ocorre também nos casos de doenças do aparelho digestivo, que a partir do acionamento passa a ter acréscimos significativos de mortalidade. Outrossim, as taxas relativas ao aparelho geniturinário - um conjunto de órgãos e estruturas do corpo humano responsáveis tanto pela função reprodutiva quanto pela excreção de urina - tem um leve aumento em 2019 e dispara abruptamente em 2020. Além disso, os dados sobre as doenças da pele e do tecido subcutâneo, inexpressivos em anos anteriores, tornam-se consideráveis a partir de 2021. Também, os números nulos dos dados de mortalidade sobre as afecções originadas no período perinatal apenas se destacam em 2019.

Todos esses casos em tela, selecionados segundo alguma alteração relativa aos anos predecessores e subsequentes ao acionamento, possui alguma proximidade com a saúde

mental. Katon (2007), por exemplo, evidencia como diversas questões de saúde ditas de ordem física apresentam componentes psíquicos, como é o caso de algumas doenças crônicas. Em nosso argumento tudo se integra, se articula e se afeta. É preciso, portanto, se aprofundar em qual definição de saúde nos ateremos, mas sobretudo, compreender como se encontravam as instituições de saúde do país naquela circunstância e quais conceitos de saúde se baseava (ou ainda se baseiam) os atendimentos às pessoas atingidas. Entre os escombros das tragédias mineiras, outras perguntas também se destacam: haveria suporte material e subjetivo (epistemológico) para mitigar tantos danos em saúde sofridos pela população atingida de forma emergencial e, mesmo, a longo prazo? Além disso, as instituições modernas estariam cientes da produção dos riscos do modo de produção em que estão inseridas? Se sim, elas buscam, sobremaneira, contorná-la? O que causa na saúde humana tal perda da confiança ontológica que infere Giddens, própria da modernidade? Tais incógnitas determinaram o capítulo que se segue.

3.4 Consequências da modernidade

“O sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer; essa lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros”.
(MBEMBE, 2020, entrevista).

3.4.1 A saúde como um processo

Em direção ao objeto desta pesquisa, não é possível compreender o estado das coisas na atenção em saúde no país sem adentrar à formação e a consolidação do Estado moderno brasileiro e suas concepções de saúde em seus contextos históricos. No início do século XX, a construção do Estado republicano está intrincada ao papel da saúde como uma questão política e social, sobretudo com o fortalecimento das instituições médicas em suas formas modernas. O nascimento da clínica e de seus micropoderes instituídos em hospitais para controle do corpo doente (FOUCAULT, 1998 e 1979) é parte do **modelo biomédico** que buscou controlar as cidades em expansão. Assim, “a doença de repente se clarifica ao olhar clínico, o corpo doente passa a ser visto através da racionalidade anátomo-clínica, abstraindo-o da pessoa doente” (RESENDE, 2019). Esse modelo biomédico vislumbrara o corpo humano como funcional, uma espécie de máquina composta por partes, sendo a

doença o mau funcionamento deste e vista como uma condição estritamente biológica, causada por fatores físicos, como vírus, bactérias ou desequilíbrios químicos. À época, as ciências buscavam lupas para aprofundar em seus objetos sem, entretanto, considerar o meio ambiente comum em que estes viviam.

Nessa direção, durante a República Velha, a saúde se torna uma responsabilidade governamental, ligada à autoridade do Estado e ao processo de formação da nacionalidade brasileira, mas sobretudo, um controle sanitário das cidades crescentes, biomas do capitalismo em ascensão. Na década de 1930, o sistema de saúde começa a se estruturar com as políticas sociais de Getúlio Vargas, e, durante a ditadura militar, o sistema público de saúde se aproxima do setor privado. Nesse interim, o rápido processo de urbanização e o êxodo rural no Brasil impulsionaram a industrialização em ritmo acelerado, porém, esse crescimento desordenado sobrecarregou o planejamento urbano inicial, resultando em áreas de moradia e convivência sem condições de saúde e infraestrutura adequadas, intensificando os problemas de desigualdade social nas cidades. As inequidades no acesso à saúde eram pautas de uma concepção mais ampla de saúde, que envolvia o meio em que as pessoas viviam e seus modos de existência, lideradas pelo movimento da Reforma Sanitária (idem).

A definição de saúde da OMS de 1947 que determina “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, se enquadra no contexto pós Segunda Guerra a partir de um modelo explicativo multicausal, que segundo Leavell (*et al*, 1976) compreendia a saúde como um processo em que o restabelecimento da normalidade é fundamentado na visão positiva da saúde, valorizada pela noção de prevenção das doenças. Ao longo dos anos, houve uma ruptura com o modelo biomédico (unicausal) de saúde, relacionada à ausência da doença, em detrimento do modelo multicausal, sistematizado por Leavell (idem), no qual se privilegia o conhecimento da história natural da doença. Aqui, o conceito de saúde é explicado pela tríade ecológica (agente, hospedeiro e meio ambiente), sendo o modelo biomédico apenas um adendo ao epidemiológico, como um

conjunto de processos interativos que cria o estímulo patológico no meio ambiente, ou em qualquer outro lugar, passando pela resposta do homem ao estímulo, até as alterações que levam a um defeito, invalidez, recuperação ou morte (LEAVELL *et al*, 1976 *apud*

PUTTINI *et al*, 2010).

Nessa concepção, o meio social e o biológico estariam atrelados ao ambiente e à forma de interação dos homens. O processo saúde-doença, então restrito ao corpo doente sob o modelo biomédico, agora era concebido em maior amplitude, pela consideração dos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais os indivíduos se inserem, essa amplitude do olhar clínico sobre o processo saúde-doença se convencionou denominar **modelo social**. Assim, a lupa científica deixa de acompanhar o **eu**, ou o indivíduo isolado, e amplia sua lente para o ambiente no entorno. Nesse contexto, a década de 1980 foi palco, como dito anteriormente, de discursos densos na agenda pública internacional, com o despertar global para questões ambientais. O conceito de saúde ambiental foi um marco nessa direção, tendo como objetivo promover e proteger a saúde dos cidadãos, assegurando o direito universal à saúde e a um ambiente ecologicamente equilibrado. No Brasil,

[...] o conceito de saúde ambiental é trabalhado de forma ampliada e pensado a partir da Reforma Sanitária, sendo entendido como um processo de transformação da norma legal e do aparelho institucional em um contexto de democratização. Tal processo se dá em prol da promoção e da proteção à saúde dos cidadãos, cuja expressão material concretiza-se na busca do direito universal à saúde e de um ambiente ecologicamente equilibrado em consonância com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e de outros afins. (BRASIL, 2007, p. 5)

O Movimento da Reforma Sanitária obteve conquistas significativas na Constituição Federal de 1988, e a redemocratização do país fortaleceu suas amplas demandas por saúde como um direito social, incorporando as noções de determinação social no processo saúde-doença. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi formalizado a partir desse pacto, baseado nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesse sentido, a Lei Orgânica da Saúde (8080/90) se refere à saúde como sendo “um direito do ser humano e um dever do Estado, que deve prover as condições para se ter saúde”. Ademais, a lei complementa, por fim, que “dizem respeito também à saúde as ações que [...] se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.”. Ou seja, o Sistema Único de Saúde (SUS) defende, desde sua concepção, o conceito ampliado de saúde.

Nas ciências, destacou-se o aprofundamento das teorias de determinações sociais e ambientais acerca da saúde coletiva, adicionando também uma dimensão psicológica ao discurso. Assim, o **modelo biopsicossocial** tomou forma ao considerar a saúde e a doença como resultados de uma interação complexa entre fatores biológicos (como genética e fisiologia), psicológicos (como comportamento, crenças e emoções) e sociais (como ambiente, cultura e *status* socioeconômico) (ENGEL, 1977). Porém, ainda é comum nas formações científicas, bem como no senso comum, o trânsito de discursos de modelos anteriores, sobretudo em suas divisões conceituais e suas lutas específicas - compreendendo a história como uma disputa de forças e interpretações, como algo não-linear, é compreensível tal intersecção. Embora a ciência enquanto saber holístico e multidisciplinar tenha avançado em algumas premissas epistemológicas, a efetivação prática de seus conceitos e determinações geralmente se esbarra nos jogos de poder social e político, principalmente quando não atende aos interesses instituídos.

A psicologia, por exemplo, enquanto ciência isolada também pode trazer lutas específicas ao seu objeto de estudo, atenuando o **eu** e paralisando o vento, que, portanto, não sopra. As ciências psicológicas, nesse caso, podem desempenhar um papel de normalização da individualização e na regulação das subjetividades dentro do contexto do poder disciplinar. Tal discurso se articula com dispositivos de poder para produzir sujeitos governáveis, reforçando a individualização e a internalização das normas sociais (FOUCAULT, 1978). Outrossim, também pode contribuir para a governamentalidade neoliberal, moldando os indivíduos para se enxergarem como empreendedores de si mesmos - essa abordagem científica pode reforçar a responsabilização individual e obscurecer dimensões estruturais da vida social (ROSE, 1990).

Entretanto, na órbita do modelo biopsicossocial, o campo da saúde mental possui alguns estudos que enfatizam fatores psíquicos e relacionais, que envolvem o ambiente e condições de ordem sociopolítica, superando também a redução-processual do modelo biomédico na medida em que consideram que a saúde mental é muito mais do que a ausência de doenças psíquicas e dos transtornos mentais. Nessa concepção holística, a saúde mental/emocional está interligada à saúde física e vice-versa, ou seja, há uma conexão entre mente e corpo na experiência humana. Portanto, a saúde mental se mostra parte integrante da saúde como um todo, considerando-se, então, que não há saúde física sem saúde mental (BAZZO *et al*, 2014;

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Portanto, uma concepção ampla em saúde, como o modelo biopsicossocial, deve ser essencialmente interdisciplinar. Neste sentido o conceito de Determinação Social em Saúde (DSS) torna-se crucial para a compreensão de que “as condições de vida e trabalho dos indivíduos e grupos da população estão relacionadas com a sua situação de saúde” (BUSS *et al*, 2007). A Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais em Saúde (CNDSS) concluiu que os determinantes em saúde são “os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (idem, p.78). Portanto, pensar a saúde dos indivíduos não seria apenas traçar suas condições biológicas, físicas, mas sobretudo entender os determinantes sociais latentes em seus modos de vida. Segundo Bárbara Starfield (2002):

Esta visão dos determinantes de saúde refere-se tanto ao indivíduo como aos indivíduos. Ou seja, o estado de saúde de uma população é determinado pelos mesmos fatores que agem no nível ecológico (população), em vez do nível individual. Assim, a condição de saúde de uma comunidade é determinada pelas características ambientais daquela comunidade, as características comportamentais de sua população e o senso de conexão e de graus de coesão social na comunidade. O mesmo ocorre para as condições sociais, como níveis de renda e riqueza na população, o nível geral de educação na comunidade e as características de oportunidades de trabalho disponíveis para seus membros. (p.23)

São tais concepções que alicerçam o Sistema Único de Saúde, entretanto, sua aplicação é muitas vezes dificultada pelo contexto sociopolítico em questão. No caso da redemocratização, o SUS enfrentou dificuldades de financiamento e de implementação na década de 1990, diante do contexto de determinação política global acerca do neoliberalismo (SOUZA, 2009). Como dito anteriormente, a década perpassou crises internas e pressões externas no âmbito da concepção burocrática de Estado e, desde então, ataques contumazes neoliberais a direitos conquistados, como no setor da Saúde, colaboram para o mal-estar biopsicossocial atual. O teto de gastos orçamentários, primeira medida implementada pelo governo Michel Temer²⁹, por exemplo, em conjunto à recessão econômica, diminuíram significativamente os recursos direcionados ao SUS. Segundo Ocké (2020) nesse período

²⁹ Emenda Constitucional (EC) nº 95

houve uma transição entre um padrão de subfinanciamento histórico para um estrangulamento financeiro. Um dos resultados desta política de saúde pública foi a perda “da qualidade de serviços e programas de atenção básica à saúde, como o PNI [Programa Nacional de Imunizações]” (RAMOS *et al*, 2023). É nesse estado da arte que se enquadra as noções de cuidado em saúde às pessoas atingidas pelos desastres em Minas Gerais, e mais especificamente a Itatiaiuçu mineira. Mas, para além da saúde, o contexto macropolítico e social define também quem merece viver e quem se aceita morrer (MBEMBE, 2020), é o que discorreremos a seguir.

3.4.2 O Neoextrativismo e seus riscos

Enquanto modo de produção, é sistemático que o capitalismo tardio dependa ainda da exploração predatória dos recursos naturais. No caso específico das atividades minerárias, a veia da América Latina permanece aberta (GALEANO, 1971) para a extração de seus bens naturais exportados em larga escala, enquanto as populações locais sofrem com suas consequências: danos ambientais, culturais, situações de risco e de vulnerabilidade, e tudo isso está diretamente relacionado à determinação social das afetações em saúde de uma determinada população. O modelo extrativista é responsável pela inserção dos países latino-americanos na dinâmica macroeconômica, porém, essa relação está intrinsecamente subordinada aos fluxos, às institucionalidades e ao mercado global (GUDYNAS, 2009; 2012; SANTOS, 2013 *apud* LIMA, 2023) operando em “circunstâncias extremas” (THOMAS, 1993) nos países em desenvolvimento.³⁰

Os enclaves extrativistas vêm ocupando o centro de muitas polêmicas, em função dos seus graves impactos sociais e ambientais. Estes vão desde agravar as desigualdades locais, até os casos de poluição ou perda da biodiversidade. A evidência empírica que se acumulou nos últimos anos é variada e contundente, e deixa claro que a situação habitual é aquela na qual se externalizam os efeitos sociais e ambientais [...]. Consequentemente, propõe-se como sétima tese que no neoextrativismo os impactos sociais e ambientais são mantidos, em alguns casos acentuados, e que as ações destinadas

³⁰ À vista disso, Araújo (2010) defende que “A primeira década do novo século se encontra em Nossa América, mais uma vez, abaixo das garras do colonialismo. A devastação extrativista é o novo rosto do poder imperial. Este é o território da América privilegiado para a acumulação por desposição, no âmbito socioterritorial onde se recria um novo ciclo de uma economia de rapina especialmente dirigido para esquivar suas reservas estratégicas de bens e serviços ecológicos, energias naturais e sociais, disponibilizadas pelo capital global para abastecer a dinâmica de consumo/acumulação sem fim, em tempos de ‘agotamiento do mundo’”.

a enfrentá-los e resolvê-los ainda são ineficazes ou, em determinadas ocasiões, se enfraqueceram (GUDYNAS, 2012, p. 310)

Em geral, a história das barragens brasileiras, sejam elas dos mais variados formatos e empreendimentos, é também uma história de expulsão territorial, que, sobretudo, violenta populações marginalizadas, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ilhéus, camponeses e etc, pelo processo de acumulação capitalista – como vemos nas seções anteriores de conquista de território e expulsões dessas populações. Portanto, são diversos os modos de vida massacrados por grandes empreendimentos (UCHIMURA, 2022). Quando não extintos, são aliados pelas ações de redes infraestruturais do atual modo de produção de nossa sociedade moderna, num processo histórico de perda do domínio territorial dos grupos, o que alguns consideram um encurralamento (ANAYA *et al*, 2023).³¹

Deste modo, essas atividades fomentam situações de conflito ambiental e social por meio da apropriação dos recursos presentes no território, visto que este não se define apenas por sua função econômica, mas também como espaço físico para as representações da vida no cotidiano, sendo base de uma concepção material ou imaterial onde se reproduz a vida social (SANTOS, 2000). Nesse domínio, as diferentes formas de se conceber o território induzem ao conflito ambiental. Essa disputa, seja política ou simbólica, se materializa nos territórios: os actantes “ocupam posições assimétricas, em que uma distribuição desigual dos capitais econômico, político e simbólico lhes define o poder de ação e enunciação” (ZHOURI *et al*, 2016). A mesma Zhouri, seguindo a definição de Kirsch (2014), nos introduz ao que são os conflitos ambientais:

[...] remetem a situações de disputa sobre a apropriação dos recursos e serviços ambientais em que imperam condições de desproporcionalidade no acesso às condições naturais, bem como uma desigualdade na disposição dos efluentes. Além disso, os conflitos ambientais caracterizam-se pela irrupção de embates entre

³¹ Por exemplo, o filme *Metropolis*, de Fritz Lang (1927), retrata uma sociedade altamente estratificada, onde os dominantes se encontram numa posição geográfica superior aos trabalhadores dominados, encurralados no subterrâneo da cidade. Assim é a disposição espacial de nossos tempos “modernos”. Embora o filme aborde a alienação dos trabalhadores argumentando assim a ignorância da função principal das máquinas que os mantinham vivos, na realidade as máquinas atuais determinam o consumo e sobretudo definem quem merece viver e quem se aceita morrer – a Necropolítica de Achille Mbembe. É justamente a manutenção e o funcionamento das máquinas que determina os desastres, não quem as manipula. A inundação em *Metropolis* sobrecarrega os mais pobres não pela sua alienação, ou pela revolta, e sim pela disposição geográfica que os encurrala e os distancia do sol, algo que cria propositalmente sua dependência através da arquitetura social e física, base indubitável de uma sociedade desigual.

práticas espaciais distintas que operam sobre um mesmo território ou sobre territórios interconexos, levando à colisão e concorrência entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos, em que não raro se processa a despossessão dos grupos locais. (ZHOURI *et al.*, 2017, p.38)

Nessa relação dissonante de forças, os empreendimentos minerários atuam de forma fortuita e sem grandes regulações. Os desastres produzidos em 2015 pela Samarco em Mariana e em 2019 pela Vale em Brumadinho tornaram visíveis alguns gargalos operacionais desses empreendimentos: “ficou constatado que os planos de emergências existiam só no papel e que os sistemas de alerta e alarme eram inexistentes e inefetivos” (FREITAS *et al.*, 2019). Embora haja uma regulação mínima:

“a rentabilidade do empreendimento, em contraponto ao baixo investimento nas infraestruturas das barragens, somado a pouca ou nenhuma fiscalização ambiental, é condicionante dos constantes rompimentos de barragens de mineração no país” (SANTOS, 2023).

Desse modo, o neoliberalismo e sua premissa acerca da privatização de setores produtivos importantes, segundo o argumento de maior eficiência, sobretudo demandando ao Estado a regulação desses serviços, é cada vez mais dissociado dos supostos arcabouços discursivos da aurora modernista e de sua promessa republicana, principalmente em momentos de crises econômicas cíclicas que afetam sobremaneira as instituições democráticas e seu poder de fiscalização.³²

O financiamento das campanhas políticas de 2014 evidenciou o montante de recursos oriundos da mineração aos candidatos³³ (OLIVEIRA, 2015), o que nos direciona à força política desses actantes, inclusive na determinação da opinião pública acerca da mineração, que muitas vezes entende as atividades extrativistas como sendo de “baixo ou insignificante” risco para a população e o meio ambiente (WANDERLEY, 2019). Tais perspectivas

³² Como vimos de forma explícita na aliança entre setores dominantes, como o agronegócio e a mineração, em torno do antiambientalismo, inclusive racializado, iniciada em torno da crise política que resultou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (ASCELRAD, 2018),

³³ Não é de se espantar que na eleição de 2014, as campanhas de Dilma Rousseff e Aécio Neves foram financiadas por grandes empresas mineradoras, mas entre os partidos políticos o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (então, PMDB), do presidente Temer, recebeu as maiores cifras de doações das mineradoras, totalizando 46,6% de todo financiamento destinado aos partidos por estas do país (OLIVEIRA, 2015).

contrariam as evidências sobre os riscos advindos da extração minerária, omitindo os números despautérios de falhas relacionadas à extração mineral no Brasil. Na Tabela 1, vemos o registro de 14 casos de falhas de barragens de mineração entre 1986 e 2019, que incluem rompimento total e parcial, transbordamento, ruptura do sistema de extravasamento, dentre outros. Vê-se que, no que concerne a Minas Gerais, o estado concentra mais de três quintos dos rompimentos no país (MAGNO, 2023), além de sediar todos os eventos desastrosos que envolveram vítimas fatais, em tela:

Tabela 2 - Eventos de falhas de barragem de mineração no Brasil (1986-2019)

Severidade	Mineradora	Município/ Estado	Minério	Altura (m)	Ano	Volume (1000 m³)	Corrida (km)	Mortos
Alto	Grupo Itaminas	Itabirito-MG	Ferro	30	1986	41	12	7
Médio	Barragem Rio das Pedras	Rio Acima-MG	Ferro	20	1997		82	
Médio	Mineração Serra Grande - Anglo Ashanti	Crixas -GO	Ouro	41	1994			
Médio	Mineração Serra Grande - Anglo Ashanti	Crixas - GO	Ouro	27	1994	1	0	0
Alto	Mineração Rio Verde	Nova Lima-MG	Ferro		2001	600	6,4	5
Alto	Mineradora Rio Pomba Cataguases	Miraí-MG	Alumínio		2006	400		
Muito Alto	Mineradora Rio Pomba Cataguases	Miraí-MG	Alumínio	30	2007	2.000		
	Companhia Siderúrgica Nacional	Congonhas -MG	Ferro		2008			
	Mineração Serra Grande - Anglo Ashanti	Crixas-GO	Ouro		2012	0,9		
Alto	Herculano Mineração	Itabirito-MG	Ferro		2014			3
Muito Alto	Samarco (Vale e BHP)	Mariana-MG	Ferro	90	2015	45.000	637	19
	Hydro Alu Norte (Norsk Hydro ASA)	Barcarena-P A	Alumínio		2018			0
Muito Alto	Vale	Brumadinho - MG	Ferro	110	2019	12.000	331	270
	MV Mineração	Nossa Senhora do Livramento - MT	Ouro	15	2019		2	

Fonte: Bowker (2020) Apud Magno (2023)

Para além dos desastres, tais empreendimentos de extração de recursos naturais desenvolvem “efeitos derrames”, como infere o ambientalista e sociólogo Gudynas: “os extrativismos

geram efeitos que vão muito além da escala local, os quais se ‘espalham’ por todo o país, em todo o seu território e em todos os setores” (Tradução livre, 2015, p.14). O conceito de Gudynas é importante para entendermos os efeitos duradouros e extensos desses empreendimentos sobre o território e sobre as populações, afetando-as de diversas formas – seja no aspecto biopsicossocial, ambiental, econômico, etc. Porém, é sobretudo a apropriação que Ferrari *et al* (2020) desenvolvem desse termo que nos aproxima do objeto do presente estudo. As autoras ampliam o conceito de Gudynas a partir da ideia de “efeito derrame do risco”, ao estudar o caso da cidade de Raposos em Minas Gerais. Descrevem:

[...] a população passou a conviver, desde o primeiro semestre de 2019, com o risco iminente de ruptura de três barragens de rejeitos de mineração (que se encontram em alerta máximo), alterando seus hábitos e incluindo outros tipos de preocupações diárias – deslocamentos e escola dos filhos ameaçados; dificuldades para dormir; tensão constante; insegurança em relação à família, amigos e moradia –, sem que haja para isso um horizonte provável de finalização – o rompimento pode acontecer hoje, no próximo mês, daqui a um ano, ou mesmo não acontecer. (p.5)

Os efeitos derrames do risco no caso de Raposos se define dramaticamente em paralelo ao de Itatiaiuçu. A retirada compulsória dessas pessoas tornou as condições de vida incertas e inseguras. Aqueles que permaneceram na região passaram a conviver com a angústia e a solidão, fatos que podem desencadear quadros de deterioração em saúde, devido às mudanças nos modos de vida e nas redes sociais. Esse deslocamento nas esferas da vida cotidiana e o medo recorrente do rompimento da barragem afetaram imaterialmente os moradores, ou seja, a vida em caráter extrapatrimonial (Leite, 1999).

O desastre é um processo que envolve também os efeitos derrames do risco quando uma população se encontra na iminência deste. O risco é também parte do processo de desastre, e as consequências do próprio risco são desastrosas, mesmo quando não há o desfecho agudo (o colapso de uma estrutura, por exemplo)³⁴. Se o desastre é uma experiência de estresse coletivo que interrompe as rotinas de dada coletividade (Fritz, 1961), o risco também o é na medida em que opera em desterritorializações e nas mudanças de papéis sociais locais. Essa

³⁴ Os desastres agudos podem ser definidos como desastres tecnológicos (ZHOURI et al, 2016), quando o desastre é atribuído parcialmente ou totalmente a alguma intenção humana, erro, negligência ou envolvendo uma falha de um sistema humano, ocasionando danos ou ferimentos e até mesmo mortes.

experiência de risco constante, assim como as mudanças nas redes sociais advindas desse risco, pode ocasionar em sofrimento social semelhante àquelas relacionadas a algum acontecimento trágico agudo. Uma cartilha recente sobre os impactos na saúde decorrentes de impactos da iminência ou rompimento de barragens de mineração, realizado pela Fiocruz, infere que:

Uma comunidade exposta cotidianamente ao mesmo tipo de riscos de ameaças envolvendo rompimentos de barragens que já ocorreram em outros municípios, por exemplo, está vivenciando uma situação de desastre. E pesquisas sugerem que viver em “estado de iminência” pode gerar impactos às populações atingidas semelhantes àqueles sofridos com a situação do rompimento propriamente dito. Por não se tratar de um evento pontual e a depender da forma como as instituições responsáveis lidam com a situação, o desastre segue se desdobrando e gerando ininterrupto sofrimento social às populações afetadas. Por isso é que ‘o desastre só termina quando o sofrimento acaba’. (FIOCRUZ, 2022)

Segundo Narváez *et al* (2009), um evento constitui desastre quando combina ameaças (naturais e/ou tecnológicas), exposição, condições de vulnerabilidade, insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco. O conceito de desastre é multifacetado, compreendido como uma crise que assume diferentes conotações e é vivenciada de formas distintas pelos atores envolvidos (Quarantelli, 1998). Trata-se de um acontecimento social, súbito e involuntário, frequentemente associado a um evento físico e caracterizado pela multidimensionalidade do sofrimento social. Essa multidimensionalidade, segundo Valêncio e Valêncio (2018), é entretecida, abrangendo as múltiplas dimensões da vida social que moldam historicamente a experiência dos indivíduos e comunidades afetadas.

Assim, deve-se considerar o acionamento do PAEBM em Itatiaiuçu como um desastre *per se*, por aglutinar todas essas considerações, mesmo que a tragédia aguda não tenha ocorrido. Embora não tenha ocorrido o rompimento da estrutura de fato, as pessoas localizadas nas comunidades a jusante tiveram a perda de propriedade, posse e usufruto dos espaços, desvalorizando seus imóveis, incapacitando as atividades produtivas e recreativas, afetando o acesso à água e às áreas naturais, mudando totalmente seus modos de vida e, assim, atingindo-as biopsicossocialmente.

Essa circunstância é idêntica àquelas sofridas por desastres agudos. Um caso emblemático foi a ruptura da barragem de Buffalo Creek, em 1972, em West Virginia (o estado da Virgínia do Oeste, nos Estados Unidos). Alguns estudos a respeito daquele evento revelaram a presença de sofrimento psíquico nos atingidos, mesmo nos indivíduos que não presenciaram o rompimento. Esses estudos relataram que muitos dos sintomas eram reações à separação da comunidade que lhes era significativa (CHURCH, 1974). No caso dos desastres em Minas Gerais, a mesma cartilha publicada pela Fiocruz, informa que:

Indicadores de saúde mental de municípios de Minas Gerais impactados pelo desastre da mineração revelaram aumento do consumo de álcool e outras drogas, de todos os tipos de violência (em especial a doméstica), de depressão, suicídios e tentativas, de surtos psicóticos e efeitos psicossomáticos. (FIOCRUZ, 2022)

Vale destacar o mais recente caso da Braskem em Maceió. Em 2018, rachaduras extensas surgiram no bairro do Pinheiro, e tremores de terra foram detectados. Logo, o Serviço Geológico do Brasil, um órgão do governo federal, confirmou que havia ali uma instabilidade causada pelas minas de sal-gema na região.³⁵ Em seguida, milhares de pessoas tiveram de abandonar suas casas sem planejamento prévio, diante das incertezas provocadas pela mineração – não encontramos, até a data da presente escrita, estudos aprofundados sobre o sofrimento das pessoas atingidas, e sim algumas reportagens sobre a questão, como a da *Tribuna Hoje*,³⁶ que destaca o adoecimento mental de algumas delas, citando depressão, síndrome do pânico e ansiedade, algumas até chegando ao suicídio.

Esse estado constante de risco, a iminência da tragédia que é em si trágica, se consolida como um sofrimento contínuo para as famílias atingidas, sobretudo diante da desconfiança e dos medos gerados pelo possível rompimento. Para Giddens (1991), a confiança possui papel central na modernidade, tanto nas fichas simbólicas quanto nos sistemas peritos. Mas um rompimento de barragem, ou mesmo sua própria iminência, é algo que levanta dúvidas a respeito das capacidades técnicas destes últimos, responsáveis por assegurar a tranquilidade local. Se “a confiança opera em ambientes de risco, nos quais podem ser obtidos níveis variáveis de segurança (proteção contra perigos)” (p.52), em Itatiaiuçu o nível

³⁵ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-se-sabe-sobre-o-desastre-da-mina-da-braskem-em-maceio/>

³⁶ <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/04/11/118986-afundamento-de-bairros-afeta-saude-mental-de-moradores-em-maceio>

de proteção dos moradores das comunidades próximas à barragem alcançou sua nulidade e a convivência cotidiana com o risco pode ter desmantelado as relações sociais justamente pelas incertezas acerca da reprodução do mundo ao entorno, até mesmo a segurança de suas próprias existências.

Itatiaiuçu se insere, pois, no que Beck entende como Sociedade de Risco (2011). Para este, ao contrário das sociedades passadas, em que os perigos eram mais limitados e facilmente identificáveis, os riscos modernos ultrapassam fronteiras, atingem a todos de forma mais dispersa e têm sua origem principalmente no êxito da primeira modernidade sob o prisma das pautas iluministas de progresso. Os problemas e conflitos surgem a partir da produção, definição e distribuição de riscos científico-tecnologicamente produzidos, e, segundo o autor, o próprio risco está sempre relacionado ao futuro, de uma maneira incerta, preocupada e insegura, como subproduto da modernidade:

Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte em uma perda geral da confiança ou num “suposto amplificador do risco”. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram, mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje. (BECK, 2011, p. 39).

Para Beck (2011), a modernidade é entendida como o sucesso das premissas iluministas e de sua noção de progresso, enquanto a pós-modernidade se caracteriza pelas consequências da primeira, já que o superdesenvolvimento das forças produtivas cria potenciais auto ameaças civilizatórias, transformando as situações e os conflitos sociais de uma sociedade que “distribui riqueza” naqueles de uma sociedade que “distribui riscos”. Porém, essa distribuição é em si desigual, imputando riscos de diversas formas a populações vulnerabilizadas. Mesmo que Beck posicione as situações sociais de ameaça, em que “estas acompanham, na verdade, em algumas dimensões, a desigualdade de posições de estrato e classes sociais, fazendo valer, entretanto uma lógica distributiva substancialmente distinta” (p.37), o autor entende que os riscos têm consequências globais até mesmo para aqueles que os produziram e lucraram. Entretanto, para Porto-Gonçalves (2006), “o processo de globalização da natureza traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente” (p. 25). Ou seja, embora os proveitos sejam distribuídos de forma globalizada, os rejeitos são localmente distribuídos e geralmente

associados às populações já vulnerabilizadas. Isso posto, a sociedade de risco caracterizada por riscos globais, invisíveis e em grande parte imprevisíveis de Beck se contrapõe ao que vemos atualmente, em que os riscos são visíveis, muitas vezes distribuídos localmente e de forma desigual, e que são sobretudo previsíveis pelas ciências técnicas e humanas, mas desalentadas pelas institucionalidades em jogo.

Assim como Giddens, Beck nos direciona para uma ideia linear e eurocêntrica de modernidade, separando-a em fases, de certa forma evolucionistas, que nos distanciam da realidade brasileira. Isso pois as bricolagens sociais advindas das imposições “modernizantes” definiram aqui um sistema social híbrido entrelaçado entre conceitos fechados e petrificados como “feudalismo”, “modernidade”, “modernidade tardia”, que na prática confluem em diversas instituições em vários espaços-tempos de forma fluida. Sobretudo se consideramos que a própria noção de modernidade se caracteriza justamente pela hierarquia da distribuição de renda e da distribuição de seus riscos, projetando uma “perniciosa sobreposição entre as divisões de classe e a distribuição dos riscos” (TEIXEIRA, 2014).

O risco em Itatiaiuçu se caracteriza pela modernidade industrial que convive com modos de vida agrícolas, uma pequena comunidade baseada em solidariedades mecânicas, seus costumes tradicionais e suas adaptações ao mundo contemporâneo. Como vimos no processo histórico anteriormente, enquanto a modernidade de Giddens e Beck se instaura teoricamente de forma orgânica e linear no hemisfério norte, no Sul essa tendência econômica adquire suas formas mais violentas e desiguais. É possível compreender até mesmo que tampouco o hemisfério norte se viu moderno em suas premissas ideais, ou seja, a ideia de modernidade ali também conviveu com inequidades de distribuição de renda e de riscos. Nessa perspectiva, há de se considerar, portanto, que “nunca fomos modernos”, se entendemos que a modernidade se baseia em uma divisão artificial entre natureza e sociedade, uma separação que não se sustenta na prática (LATOUR, 1994). Assim, não só a sociedade brasileira – ou, no exemplo, a de Itatiaiuçu – convive de maneira híbrida entre a ciência, a tecnologia, as práticas sociais e as entidades naturais, mas todo o mundo as absorve de formas interconectadas e em coevolução. Novamente, a noção de híbrido parece descongestionar as linhas pétreas da racionalidade moderna, dando fluidez para entendermos o todo, principalmente no intuito de descolonizar o pensamento científico.

A filosofia política neoliberal cada vez mais extrema e individualizante, na ocidental modernidade tardia, dissocia os corpos de suas realidades microcóslicas, principalmente aqueles descartáveis em ecossistemas igualmente “desinteressantes” (Nixon, 2011). Essas “vidas desperdiçadas”, conforme sugere Bauman (2005), são corpos e grupos excluídos dessa “modernidade” e direcionados às margens, impedidos de alcançar uma vida digna e satisfatória devido à estrutura econômica e social. Simultaneamente se desenvolvem numa sociedade de indivíduos alheios ao todo, isso pois “a sociedade laboral individualizou-se numa sociedade de desempenho e numa sociedade ativa” (HAN, 2015), tornando os insucessos e fracassos responsabilidades dos indivíduos e não do sistema social - uma sociedade em cansaço entrelaçada por fracos vínculos sociais e inerte na "solidão conectada" (Idem). Nesse percurso, a indústria da felicidade e sua sociedade paliativa buscam evitar o sofrimento, a dor e a negatividade a qualquer custo, sobretudo a partir do uso excessivo de medicamentos, terapias e práticas que visam suprimir qualquer sinal de dor, seja física ou emocional, transformando a sociedade em um grande espaço de “anestesia” emocional (HAN, 2021).

Ao fim e ao cabo, este trabalho trata da produção dos descontentes pela economia moral do neoliberalismo, seus sofrimentos e tratamentos paliativos, entendendo esse sistema como “[...] uma forma de vida definida por uma política para a nomeação do mal-estar e por uma estratégia específica de intervenção com relação ao estatuto social do sofrimento” (SAFATLE *et al*, 2020, p. 11).

PARTE 2 – Relatos de vida

Quantas toneladas exportamos

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?

(Carlos Drummond de Andrade, *Lira Itabirana*, 1984)

4. Afetações

4.1. O dia que não terminou

Ana Toufik (61) acabara de perder alguns parentes na hecatombe traumática de Brumadinho quando certo dia ouviu soar a sirene de emergência, segundo ela, ao chegar no centro de Pinheiros. Depois de cuidar de seus netos pela manhã em Santa Teresinha, distrito vizinho, Ana Toufik se dirigia à sua casa em Vieiras, mas logo foi surpreendida pelo infame alerta sonoro que, sem aviso prévio, amedrontava todo aquele perímetro ressonante. Era meio dia e pouco quando percebeu a sirene:

AT: Tremi lá uai, não sabia o que que era. Achei que a água já vinha.[...] Sabe o que me traumatizou muito? Foi aquela barragem de Brumadinho. Eu perdi parente lá. Os parentes do meu marido era de lá, sabe. Eles conseguiu trabalhar lá e foi embora, na água. Naquela barragem lá.

E: E aí, quando ocorreu o acionamento aí, a senhora ficou pensando sobre isso?

AT: Fiquei preocupada demais, uai. Nossa senhora.

E: É, porque foi logo depois, né?

AT: Foi logo depois, uai. Lá tava fresco ainda né.

Para alguns moradores que não se encontravam próximos às áreas de risco naquele dia 8 de fevereiro, o marco do acionamento possui datações distintas. Isso, pois, a partir de então as mineradoras locais passaram a ativar seus alertas sonoros sem quaisquer avisos prévios à população. As sirenes que sinalizavam o terrorismo de barragem (NERI, 2023) na região assustaram muitos moradores que ainda não sabiam do ocorrido ou não haviam se inteirado

sobre a gravidade da circunstância. Para Ana Toufik, o acionamento ocorreu no dia em que a sirene repentinamente rompeu seu cotidiano, significando um *tipping point* em seu curso de vida – para Valencio (2018) o desastre como evento social intenso marcado por uma série de ocorrências adversas, que podem envolver indivíduos ou pequenos grupos, e se intensificam à medida que a comunidade compartilha suas experiências. Essa interação cria um cenário trágico coletivo, que pode evoluir de uma crise aguda para a recuperação ou se tornar crônica, debilitando tanto os sobreviventes quanto os recursos materiais remanescentes. Assim como ocorreu com Amada, sua irmã e também moradora de Vieiras. Amada estava em casa com o filho e acabava de acolher uma visita quando a sirene disparou. Coincidentemente, a mulher que a visitava era de Brumadinho e, ainda traumatizada com o ocorrido em sua cidade, se desesperou, levando Amada também à exasperação. Perguntada sobre os detalhes daquele dia, Amada se desfez em agonia:

A: Deus me livre. Foi uma coisa muito triste. Até tinha uma moça aqui de Brumadinho aqui, a moça entrou em pânico. Quando eu vi minha neta então, eu fiquei mais desesperada ainda, sabe? Porque ela já tinha passado a situação lá e ela ainda estava aqui na minha casa no dia. Aí que eu fiquei mais desesperada ainda, sabe? Ela desesperada, por conhecer, porque já tinha passado em Brumadinho né. Ficou doida. Nossa Senhora, Deus me livre.

E: Alguém chegou informando a vocês?

A: Por ela já ter passado lá, porque ela escutou, né? A sirene que tocou, aí ela tocou no assunto. A gente já tava com medo, né. E ela entrou em desespero também quando ela escutou, né, a sirene tocando e falando o que que eles passou lá em Brumadinho, sabe? Aí desesperei!

E: E aí, desde então, a vida mudou de alguma forma aí?

A: Mudou, de todo jeito mudou.

Para muitos, o cenário da tragédia de Brumadinho ainda se encontrava presente na lembrança. Entretanto, a mudança foi mais brusca para aqueles surpreendidos pelos agentes de Estado na madrugada do dia 8 de fevereiro em Pinheiros. Algumas matérias à época narraram o ocorrido, sem, contudo, afirmar terem existido quaisquer alertas sonoros que objetivassem o reconhecimento dos atingidos sobre o acionamento do PAEBM. Muitos

moradores relataram não ter ouvido a sirene na madrugada daquele dia, enquanto outros, ao relatarem, discorreram sobre outros dias e horários. As versões trazem dubiedade quanto ao fato. Segundo matéria do G1³⁷ da manhã daquele dia (08/02/2019, 06h28), moradores disseram ter ouvido a sirene entre 2h e 3h da madrugada, porém o “coordenador da Defesa Civil Estadual, tenente-coronel Flávio Godinho, afirmou que não foram usadas sirenes na operação”. O processo de retirada teria ocorrido, portanto, de porta em porta.

Em outra reportagem, essa d’*O Tempo*³⁸ (08/02/2019, 06h44), o evento é descrito de forma mais objetiva, sem o acionamento de sirenes na região, segundo o mesmo tenente-coronel. Em entrevista ao portal, o capitão do corpo de bombeiros Herbert Aquino afirma:

Não, não, a empresa não disparou nenhum tipo de sirene no que diz respeito à evacuação da população. O trabalho foi feito pela Polícia e pelo Corpo de Bombeiros militar porta a porta. É uma comunidade relativamente pequena. (O TEMPO, 08/02/2019, 09h).³⁹

No entanto, a matéria da BHAZ daquele dia discorre sobre o acionamento de sirene, sem dar mais detalhes a respeito do alarme e tampouco das perspectivas dos moradores. Já o *Estado de Minas* foi enfático⁴⁰ – frise-se que a matéria foi editada e atualizada na noite daquele mesmo dia:

A Defesa Civil foi acionada pela própria mineradora. Policiais militares e bombeiros ajudaram em uma busca ativa nas residências para localizar mais pessoas. **Moradores da região informaram, por meio das redes sociais, que as sirenes de Itatiaiuçu teriam tocado por volta das 4h.** (ESTADO DE MINAS, postado em 08/02/2019, às 08:11; atualizado em 08/02/2019 às 20:54)

De todo modo, os moradores foram alertados abruptamente, sem que um planejamento efetivo fosse organizado pensando no bem-estar dos mesmos. As maneiras pelas quais os

³⁷ <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/08/moradores-de-itatiaiuçu-tambem-sao-retirados-de-regiao-de-barragem.ghtml>

³⁸ https://www.otempo.com.br/cidades/2019/2/8/moradores-de-povoado-em-itatiaiuçu-sao-retirados-de-casa-por-risco-em-barragem-1_2133759

³⁹ https://www.otempo.com.br/canal-o-tempo/2019/2/8/povoado-em-itatiaiuçu-e-evacuado-por-risco-de-rompimento-de-barragem-1_2133805

⁴⁰ https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/08/interna_gerais,1028925/moradores-de-itatiaiuçu-sao-retirados-de-casa-por-risco-em-barragem.shtml

moradores foram abordados, no meio da madrugada daquele dia, corroboram a noção elaborada *a posteriori* por Neri (2023) acerca do “terrorismo de barragem”. Por óbvio, as determinações que concluíram a imediata evacuação dos moradores provavelmente não foram discutidas nas mesas decisórias necessariamente naquela madrugada, e o fato de ter ocorrido naquele horário soa ainda peculiar. Isso pois as pessoas, apavoradas ao saírem de casa, foram recepcionadas por um aparato logístico preparado para conduzi-las para longe do suposto risco, sobretudo levantando suspeitas pelo fato de que todas as estruturas colocadas em “nível 3” de emergência ao longo de 2019 permaneceram nessa situação até meados de 2022 (idem).

Um dos entrevistados, seu Artur (52), era encarregado de fazenda na Minerita, uma das grandes mineradoras da região. A Minerita já detinha muitas propriedades imobiliárias nas redondezas, e seu Artur coordenava algumas delas. Artur, portanto, era funcionário de Fernández, proprietário dessa mineradora e bastante conhecido na região, e morava numa das fazendas do patrão. Vindo de Jequitinhonha com a família, seu Artur conta que chegou em Itatiaiuçu em 1994 para trabalhar como tratorista numa fazenda local, que também o servia de moradia. A propriedade, entretanto, foi comprada em 2008 pela Minerita e desde então ele passou a ser funcionário desta, permanecendo domiciliado no local. Mas, à época do acionamento do PAEBM, foi informado que parte daquela propriedade se encontrava na ZAS. Mas, diferentemente dos outros, Artur já sabia que precisava sair do local:

AR: Eu fui a primeira pessoa a sair no dia, eu fui o primeiro.

E: Ah, foi o primeiro?

AR: Foi, porque antes do pessoal da defesa civil, corpo de bombeiro chegar, o dono da Minerita me ligou, entendeu? Pedindo pra sair que estava em risco iminente de rompimento da barragem, né? Aí eles saíram era 1:40 da manhã, assim que eu saí... aí depois que eu cheguei na praça de Pinheiro, aí que começou a chegar gente, corpo de bombeiro, defesa civil, né?

E: Ah, então o senhor foi informado antes do restante do pessoal?

AR: É, antes, porque o dono da Minerita que me ligou, né?

E: O senhor chegou a ir para o hotel?

AR: Eu fui para o hotel em Itatiaiuçu, por conta da Minerita na época, né? Eu não cheguei a ir para o hotel por conta da Arcelor

não.

E: Ah, o Fernández que pagou lá no hotel lá?

AR: Pagou o hotel.

Portanto, Artur, tinha informações privilegiadas. Morador de uma das propriedades da Minerita, bem como funcionário de confiança de Fernández, Artur foi avisado com antecedência sobre a remoção, e ainda teve sua hospedagem paga, nos dias posteriores, pela própria empresa. Porém, a remoção das pessoas se referia ao acionamento do PAEBM da mina Serra Azul da ArcelorMittal e nada tinha a ver com a Minerita. Há de se compreender que o planejamento descoordenado quanto aos métodos abusivos da remoção dos moradores em sua forma e conteúdo parecia ser previamente elaborado pelas instituições responsáveis, sobretudo pelas associações de empresas minerárias locais – o que reforça a tese de que os acionamentos ocorridos no estado de Minas funcionaram como estratégias de despossessão para benefício destas (Neri, 2023).

Na prática, os agentes abordavam as casas de modo incisivo no processo de remoção dos moradores, que, ainda sonolentos, eram encaminhados à praça de Pinheiros. Seu Isaac descreve aquele dia:

IC: Foi o pessoal de corpo de bombeiros, veio e... com aquelas luzes acessas, eles não tavam com sirene ligada não, eles tavam com umas luzes do giroflex ligado e chamando de carro, tava pedindo pra sair, sabe? Aí eles foram na minha casa lá, pra retirar do local lá, e se tivesse alguns parentes próximo ali você tinha que avisar também. Aí nisso eu tinha né, eu tinha minha irmã e minha mãe que morava também próximo ali.

E: Hum, aí vocês saíram? Vocês foram pra praça?

IC: Sim, pegamos os pertences que o pessoal mais precisa lá e fomos pra praça lá.

E: Uhum, e aí vocês também tiveram que ir para hotel ou não?

IC: Fui.

E: É? Em Itaúna?

IC: Isso, hotel de Itaúna.

E: Como que foi esse processo?

IC: Bem, as coisas da gente ficou preso na casa lá, né. Depois eles

levaram a gente lá na casa pra poder pegar algumas roupas, algumas coisas assim, mais rapidão assim. E aí a gente ficou instalado lá no hotel lá.

Isaac (45) também viera de longe para trabalhar em Itatiaiuçu. Em Lassance, sua cidade natal, não havia muito emprego e, quando recebeu a oportunidade de trabalho como caseiro⁴¹ em Pinheiros, não pensou duas vezes. Seu labor cotidiano era cuidar dos jardins, dos animais, enfim, era responsável pela manutenção da propriedade de seu patrão. Em troca, recebia moradia no local e alguns trocados. Na casa em que morava, separada espacialmente da residência principal, compartilhava os dias com sua esposa e os filhos. Para ele era um lugar tranquilo e gostoso, os meninos brincavam no campo de futebol e ele até se aventurava, por vezes, nas “peladas” com os pequenos. Seu Isaac também tinha a liberdade de receber visitas de seus amigos e familiares, fazia natais em família e até comemorações de aniversário na área de lazer do sítio, com a autorização do dono. À época do acionamento, Isaac já trabalhava num segundo emprego, também para a Minerita. Havia acordado com seu patrão do sítio que, como seus meninos estavam crescendo e ajudavam nos trabalhos do sítio, bem como sua esposa, conseguiriam cuidar do local enquanto ele estaria fora exercendo este outro emprego. Autorizado pelo dono do sítio, ingressou na mineradora como motorista de comboio. Mas, ao contrário de Artur, Isaac não teve informações privilegiadas e precisou ser acordado pela luz incandescente do giroflex da polícia enquanto descansava.

Para aqueles que não moravam na ZAS, os burburinhos chegavam ao longo da madrugada. Pessoas conhecidas, familiares e amigos em desespero ligavam uns aos outros, construindo uma rede de apoio às pressas. Muitos achavam que a barragem havia estourado de fato, assim toda a região acordou em pânico. Maria de Tal (38) estava em casa, a poucos quilômetros

⁴¹ Pinheiros e Vieiras são geograficamente próximas da região metropolitana de Belo Horizonte, portanto, havia ali muitos sítios de moradia e veraneio. O trabalho de caseiro era comum nas localidades atingidas, e era exercido geralmente por responsáveis familiares que, além de utilizarem o terreno como local de trabalho, tinham a possibilidade de moradia, exercendo também o direito ao lazer e à criação da família em um ambiente considerado saudável. Entretanto, de acordo com relatos e conversas em diversos espaços de relação da Assessoria Técnica, percebeu-se que uma das características dos caseiros da região é a expressão da atividade através de diferentes vínculos e formas de trabalho. É importante situar que o vínculo empregatício do caseiro não pode ser caracterizado na região de maneira simples. Outro ponto percebido é que, ao mesmo tempo em que podia haver acordo e parceria com relação ao direito de moradia, a contrapartida por parte dos caseiros aparece muitas vezes na aceitação da não-regularização do trabalho. Segundo alguns caseiros, muitos não tinham direitos trabalhistas. Por outro lado, há também relatos de relações formais de trabalho que, por sua vez, foram rompidas pelo acionamento devido ao PAEBM.

da ZAS:

MT: Eu tava... eu tava na minha casa, aí a minha vizinha me ligou e falou assim que, como ela não tinha carro, ela ligou para o meu marido falando sobre esse negócio da barragem, que ela tinha que buscar a mãe dela. Aí a gente ficou aquele tumulto, aquele desespero, porque todo mundo na rua gritando, falando que a barragem estava estourando, e virou um tumulto danado, uma falação aquele trem todo. Aí a gente tinha que buscar a mãe dela, e minha mãe morava lá. Arrumei um desespero com meu marido, falei assim: minha mãe também, tem que tirar minha mãe, meus irmãos. Aí a gente ficou todo mundo desesperado, tinha que tirar a mãe da minha vizinha e a minha mãe.

Aí a gente já correu, entrou dentro do carro e nós foi, eu, ela, meu marido, a gente foi lá para o lado da onde que o pessoal estava retirando. Tinha polícia, tinha... nó, tinha muita coisa. Aí eles tavam tirando as pessoas, as pessoas vinha de lá para cá, e nós saiu do nosso lugar pra ir pra lá para buscar as pessoas que era família da gente, a mãe dela, da minha vizinha e minha mãe que estava lá. Só que, quando a gente chegou, aí estava aquele tanto de polícia, impedindo da gente entrar, porque eles tavam era tirando as pessoas.

Aí, inclusive, eu fiquei sabendo... na hora eu liguei para minha mãe, aí a gente já estava lá, eles parou, eu liguei pra ela, ela falou assim que ela já estava na praça, porque eles estavam tirando as pessoas e pondo na praça. Aí ela falou que já estava na praça, com desespero. O meu irmão estava lá, mais a mulher dele, a menininha, aí eles vieram para a praça. Só que a mãe da minha vizinha não veio, aí ela foi, entrou no carro da polícia, que a polícia estava levando as pessoas para trazer, ela entrou e foi com eles, e eu mais o meu marido voltou e foi para a praça. Aí a gente ficou na praça, aquele tanto de gente na praça, aquela... nossa, foi uma muvuca, foi uma bagunça ali na praça. O pessoal falando, desespero danado e o medo daquele trem vir matar todo mundo, e tinha gente com pressa, tipo assim, tirar as pessoas rápido, liga para um, liga para outro e... nó, foi horrível, foi horrível mesmo. E aí a gente ficou

muito tempo assim, até tarde lá na praça, entendeu? Até resolver tudo, ainda levaram ainda, ficou naquele negócio: quem ia levar para o hotel? Porque eles tiraram o pessoal para levar para o hotel, aí ficou aquele trem todo, entendeu?

E: Você foi pro hotel ou não? A sua mãe?

MT: Não, aí minha mãe não foi não, porque a minha mãe tinha a gente que morava mais para cima, que é onde eles não tirou. Aí a minha mãe veio para cá.

[...]

E: No dia do acionamento, a polícia, a defesa explicou pra vocês o que que estava acontecendo, tipo... vocês tiveram informações sobre o que estava acontecendo?

MT: Falaram, falaram lá sim, eles falaram assim que estava, tipo assim, tirando as pessoas para evitar, mas estava controlando lá, tava é... tipo o pessoal tava olhando, entendeu? Não sei como é que chama as pessoas que fica monitorando, sei lá, com ele lá e tava passando para a gente, estava falando tudo, explicando o que tava acontecendo, porque acho que chegou num nível lá que ela tinha estourado. Mas aí a gente estava com aquela expectativa.

Aqui, os sistemas peritos e suas confiabilidades já haviam se rompido. As palavras técnicas já não alcançavam a razão daqueles cidadãos assustados e foi então, naquele instante, que a lama invisível invadiu a comunidade e seus corpos. Muitos moradores sequer sabiam da existência da barragem, mas a partir daquele momento a estrutura se tornou agente ativo na vida daquela população. A força não-humana (LATOURET, 1994) da barragem e aqueles agentes humanos de Estado definiram, de forma compulsória, uma mudança brusca nas relações de interdependência local, exigindo assim certa remodelação de vínculos involuntariamente rompidos. Simbolicamente, os significados e seus significantes repentinamente se alteraram: termos como “monitoramento”, “nível de segurança”, “retiradas”, “estouro” e “barragem” passaram a estar presentes no cotidiano dessas pessoas, como no relato de Maria de Tal, e denotam a nova realidade e suas adaptações trazidas pela lama invisível.

Por óbvio, nem todas as pessoas da região foram alertadas no mesmo momento. Aquelas que moravam fora da ZAS acabavam por saber do ocorrido através de ligações de parentes e

conhecidos, mas algumas delas só foram receber o chamado ao longo do dia, como é o caso de Dona Risoleta (62):

R: Eu tava fazendo almoço, e meu marido estava bem no lugar do rumo da barragem ainda, trabalhando. E eu nem sabia, foi uma vizinha que veio do outro lado, atravessou a pista e me chamou no portão. Gritou: sai daí, sai daí, negócio da barragem. Eu falei: mas o que está acontecendo? Ela falou: vocês não podem ficar aí não, sai daí, sai daí. Eu falei: mas eu não posso sair daqui não, uai. Aí falei assim: não vou sair daqui não, tem que esperar. Aí as polícia chegou. Falou assim: não, vocês têm que sair, pode ficar aí não. Aí me pediu o meu documento e falou: cadê seu marido? Falei: tá lá; ele falou: não, tem que ir buscar ele, vê aonde que ele está. Aí levou nós lá para Itaúna.

E: Ah, vocês foram para o hotel?

R: Foi, menino, quando falou que ia levar nós lá pra Itaúna naquele hotel, menino do céu, eu fiquei foi mais doída.

Esse sofrimento multidimensional sentido pelas pessoas atingidas, como a Risoleta, iniciou-se naquela madrugada como um desastre, já que a própria iminência do rompimento afetou a população de variadas formas. A “lama invisível” se tornou um dito popular das gentes das Minas Gerais que sofreu esse mesmo processo e deve ser entendida como

o resultado da identificação de risco de ruptura e/ou do próprio processo de descaracterização – desativação, para dizer em outra palavra – de barragens construídas por meio do método de alteamento a montante, método construtivo utilizado nas barragens que romperam em Mariana e Brumadinho (SENNA *et al*, 2023).

É uma lama que tem seu trajeto já definido, seu desastre prenunciado, mas que, embora ainda contida, interioriza o risco que perpassa as vidas e os corpos das populações locais, vítimas da necropolítica da mineração em vários territórios do estado (JOSÉ *et al*, 2021). É diante dessa necropolítica da mineração que transcorre o terrorismo de barragem, definidor da vida nos territórios a jusante dessas estruturas. Sob esse cenário, diz Lima (2023):

[...] faz-se suscetível a iminência de uma nova catástrofe a todo momento e vive-se um desastre mesmo que a lama nunca tenha se derramado sobre a cidade, conformando a **lama invisível**. Ambas categorias passaram a ser utilizadas pelos atingidos e movimentos sociais para descrever a experiência nebulosa que se instaurou nos municípios em que os sistemas alertas sonoros foram disparados indicando o risco de rompimento iminente que instaurou um novo quadro social na vida da população (p.18)

A população local, ademais, absorve os riscos e sua exposição cotidiana a eles produz diversas consequências práticas e simbólicas nas relações sociais. Assim, os efeitos derrames do risco ali se instaurara, através do acionamento do PAEBM com a evacuação dos moradores e suas consequentes desterritorializações.

4.2 A desterritorialização e suas vidas provisórias

Para Valencio (2014), os processos de territorialização em uma localidade podem naturalizar as desigualdades sociais, reforçando relações assimétricas entre os indivíduos. Essas desigualdades tendem a se agravar, e o desastre surge como um evento crítico que amplifica a ruptura da tolerância às injustiças sociais sofridas de forma contínua. Os estudos de Alderman (*et al*, 2012) sobre impactos dos desastres naturais na saúde humana discorrem sobre as afetações desiguais e de maneiras diferentes, direta e indiretamente, nas comunidades atingidas, com consequências de curto a longo prazo, a depender da característica do evento e da vulnerabilidade socioeconômica e ambiental do território.

De fato, tanto o aspecto físico como o simbólico do território definem a experiência dos indivíduos no mundo em contexto. Conceitos como “espaço”, “ambiente” e “território” tornam-se importantes nos estudos das áreas de saúde, tomados por via da Geografia Crítica, sendo “território” correspondente a determinações recíprocas de espaço e poder (FURTADO, p.2. 2016). Embora excluindo a presença de fatores antagonicos, um documento do Ministério da Saúde acerca da Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil ampliou a noção de território para além do espaço físico (*idem*, p.8).

O território é a designação não apenas de uma área geográfica, mas das pessoas, das instituições, das redes e dos cenários nos quais se dão a vida comunitária. Assim, trabalhar no território não equivale a trabalhar na comunidade, mas a trabalhar com os componentes, saberes e forças concretas da comunidade que propõem soluções,

apresentam demandas e que podem construir objetivos comuns. Trabalhar no território significa assim resgatar todos os saberes e potencialidades dos recursos da comunidade, construindo coletivamente as soluções, a multiplicidade de trocas entre as pessoas e os cuidados em saúde mental. (MS, 2005)

Aqui, nos aprofundaremos na vida de Dona Risoleta, citada anteriormente. Risoleta nasceu em Carlos Chagas, assim como seu atual marido, o seu Vermelho. Segundo ela, sua cidade natal “*não era boa de serviço*”, apenas era boa para os fazendeiros. Sendo assim, o casal partiu para Guarapari no estado do Espírito Santo devido a uma proposta de emprego; quando as coisas apertaram por lá decidiram se mudar para Betim, onde o pai dela morava e para quem poderiam pedir alguma ajuda caso precisassem. Foi aí que seu Vermelho conseguiu a oportunidade de trabalhar como caseiro num sítio em Pinheiros: “*Aí nós ficou aqui [Betim], estava pagando aluguel, aí ele arrumou esse serviço lá no sítio lá e nos foi para lá. Eu falei: nós vai ficar lá até nós conseguir um dinheirinho para comprar uma casinha para nós*”.

Dona Risoleta ajudava Vermelho no trabalho de manutenção do sítio. Para ela, era um prazer lidar com a terra. Gostava do local por ser “*gostoso e espaçoso*”, e por isso mesmo recebiam muitas visitas, principalmente “*de tardinha*”, quando tudo estava “*fresquinho, em silêncio*”. Por vezes até faziam churrascos quando seus parentes e amigos buscavam algo mais agitado. Mas o que ela gostava mesmo era de plantar. Plantava verduras, milhos, tomates. Suas visitas levavam sacos cheios dos frutos de seu trabalho para suas casas. Doava para seus vizinhos também, mas não achava correto vendê-los: “*um dia mesmo, passou uma mulher lá no meio da estrada, me gritou: ô dona, essas folhas sua está bonita. Senhora me dá umas folhinhas, não? Falei: pode vir e pode arrancar o quanto que quiser*”. Para Risoleta essa questão possuía muitas camadas: as dificuldades que passara e ainda passava em sua vida determinavam sua conduta moral relativa aos alimentos plantados e a falta destes – a fome era sua conhecida, mas acreditava que ninguém a deveria experienciar.

Além das plantações, a família cuidava de alguns animais. Ao ser levada para o hotel em Itaúna, Dona Risoleta se desesperou ao pensar em suas criações:

R: Tinha as galinhas, tinha meus coelhos, e os cachorros, né? Aí levou nós pra lá, eu começava a chorar, e meu menino falou com o

Felipe lá, que é o filho do dono do sítio, falou assim: a minha mãe ia passar mal aí, de tanto ficar chorando. Minha mãe está aí, está chorando direto. Aquilo ali não é para mim, não.

E: O quê? O hotel?

R: É bonito? É! É chique? É! Mas não é para mim, não. Não é não. A questão é chique, só forro de cama branco, os trem tudo branco. Não, não é pra mim não, eu falei, prefiro minha caminha, minha casa lá mesmo, mas eu fiquei mais com dó foi dos meus cachorrinhos.

E: A senhora não conseguiu voltar para ver os cachorrinhos não?

R: Não, eles falaram que não, só o pessoal do negócio de sei lá, da firma lá, que ia lá e tratava das galinhas e dos cachorrinhos. Eles levavam a comida, ração, e tratava deles.

E: Eles trataram?

R: Tratava.

E: A senhora ficou quanto tempo no hotel?

R: Eu fiquei só dois dias, só. Só dois, o resto ficou tudo lá.

E: Mas aí, depois dos dois dias, a senhora ficou meio chateada lá, chorando, foi isso?

R: Foi, por causa que eu não gostei de lá. Aí eu falei: não! Aí eles trouxeram, aí eles falaram assim: só que vocês têm que ficar esperto, aí eu fazia assim, meu menino dormia o dia, e eu dormia à noite, um ficava acordado pra ficar olhando.

Provavelmente, Dona Risoleta conseguiu voltar para seu sítio devido ao fato de que parte da propriedade não se encontrava na ZAS, incluindo sua casa, enquanto uma outra parte sim. Depois de dois dias no hotel, ela então voltou para o sítio. Sabia que, se a barragem rompesse, a lama alcançaria o poleiro em que trabalhava, mas a desconfiança sobre a exatidão dos cálculos que delineava o possível caminho da lama a fazia conviver com incertezas:

E: A casa de vocês não estava na área de risco?

R: Estava e não estava né? Que eles disseram que, se a barragem rompesse, ia até no poleiro, o poleiro era perto da casa.

E: Ah tá, a senhora tinha essa desconfiança?

R: É. Aí eles falaram que não era para mim ficar andando ali, sabe?

Ficasse mais do lado do portão, na porta da sala, qualquer coisa dava tempo de nós correr, entendeu?

E: Entendi, e aí, então, vocês ficaram dividindo, então? Seu filho dormia de dia, a senhora de noite?

R: Era, era dividido, né? Mas, foi um sufoco, viu, menino, não vou esconder não.

As necessidades levaram Risoleta para outros territórios e vivências em sua vida, mas certamente nenhuma outra ruptura do seu cotidiano teria sido igual a essa. Acostumada a se desterritorializar, segundo a lógica de suas carestias, as raízes mais ou menos definidas de Dona Risoleta novamente foram arrancadas de um solo fértil. Sua via sacra estava novamente indeterminada e agora precisava buscar alternativas ou se adaptar as novas condições impostas a ela.

Para Deleuze e Guattari, na desterritorialização ocorre a desconfiguração dos agenciamentos maquínicos de corpos (as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos), bem como os agenciamentos coletivos de enunciação (remetem aos “regimes de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua” (1980, p.32). Mais uma vez, as condições materiais determinaram uma nova desterritorialização para Risoleta: repentinamente precisou se reterritorializar concomitantemente no espaço-tempo. E assim ocorreu para muitas das pessoas atingidas, fixadas ou não na mesma moradia, mas perdidas entre as palavras e as coisas. Dessa forma, o pensamento se esvai entre os símbolos, agora disformes, e sua realidade invisivelmente enlameada: “pensar não é nem um fio estendido entre o sujeito e o objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre o território e a terra” (DELLEUZE E GUATTARI, 1992). Isso pois a terra desterritorializada, por onde os fluxos e as intensidades outrora percorriam de forma mais ou menos organizada, agora se desarticulam no espaço-tempo; “a desterritorialização é **absoluta** quando a terra entra no puro plano de imanência de um pensamento-Ser, de um pensamento-Natureza com movimentos diagramáticos infinitos”. Ora, se não é essa desterritorialização a essência do capitalismo? Segundo Deleuze e Guattari, a força motriz do capitalismo está na desestabilização de fronteiras e estruturas tradicionais que objetivam a expansão e controle de seus fluxos de produção, consumo e subjetivação. O capitalismo, portanto, “é o único

sistema social que desterritorializa em profundidade, mas que reterritorializa em outro nível, por outros meios” (DELEUZE *et al*, 1972. p. 265).

As reterritorializações de Dona Risoleta a demandavam novas formas de adaptações do real. No discurso, e diante de todas as suas vivências, é talvez na passagem descrita pelo imperativo moral sobre os frutos de suas plantações e a sua conhecida fome que se encontra o âmago de suas experiências: embora sempre levada para outros cantos, suas raízes deviam permanecer claras e objetivas. Isso pois as desterritorializações exigem novas territorializações e significantes próprios para que haja sentidos subjetivos e conectivos entre o pensamento-ser e o pensamento-natureza.

Mas é provável que Dona Risoleta não quisesse nenhuma dessas desterritorializações. É possível que, se fosse como seu desejo, ela teria outros tipos de desterritorializações. As superestruturas determinavam, de todo modo, suas agências, assim como ilustra seu contexto em Pinheiros. Seu marido Vermelho havia sido contratado por um antigo dono que tão logo vendeu “de porteira fechada” sua propriedade ao seu Samara. Nos dizeres de Risoleta, a venda de porteira fechada incluía todos os objetos e benfeitorias presentes na propriedade, inclusive sua própria família, objetificada também pela transação. O novo patrão, seu Samara, decidiu ficar mesmo com a família de caseiros: *“o [antigo patrão] tinha falado com ele que outra pessoa não achava igual nós, né, que muita gente foi trabalhar lá, só ficava 3 meses, 4 meses saía fora. Só nós que ficou lá. Ai seu Samara ficou com nós”*. Vermelho tirava leite, cuidava das criações e cortava a grama, *“fazia de tudo”*, enquanto Risoleta o ajudava e também trabalhava em casa e nas plantações. Depois do acionamento do PAEBM, o casal ficou dois dias no hotel e voltou para a residência, aguardando, ainda, o estabelecimento de uma nova casa a ser alugada pela mineradora. Seu Samara se estabeleceu primeiro em nova propriedade e exigiu que seus caseiros morassem próximo a ele, o que demandou maior tempo para que eles fossem realocados: *“Diz que não estava achando casa, né? E seu Samara queria uma casa perto daonde que ele estava morando para nós, entendeu? Para ficar mais perto para meu marido trabalhar”*. As desterritorializações de Risoleta eram condicionadas à terceiros, e tudo o que ela podia fazer era se adaptar; neste interim, se enquadrava numa vida provisória à revelia das escolhas do patrão.

Ademais, para alguns, a desterritorialização ficou marcada no espaço pelas variadas estadias

provisórias, marcadas pela mudança de rotina que sobrepujava feridas amargas da experiência coletiva. Para outros, o tempo foi mais sufocante, já que a necessidade da hospedagem perpassou algumas semanas sem nenhuma definição concreta sobre o futuro. Seu Isaac, por exemplo, permaneceu por dois meses no hotel. Nesse período, não mais brincou com os filhos no campo de futebol, tampouco recebeu seus entes queridos no sítio onde vivia e trabalhava:

E: Então, como que foi essa adaptação no hotel? Como que vocês sentiram?

IC: Ah, foi bem diferente, né? Porque a gente não morava nem em casa comum, era sítio, né? E daí de um sítio pra um hotel, morar num quarto, né? É bem diferente... Tipo assim, você tinha convívio com o pessoal aqui em Pinheiros, mas chega lá você conviver praticamente dentro de casa, com todo mundo, né? Porque você saía do seu quarto, sobrava pra todo mundo, né? Então é uma adaptação bem diferente, a minha sorte, assim, é que, como eu não ficava lá muito, que eu trabalhava o dia todo, né? Aí eu não ficava muito lá não, mas a minha esposa que... o serviço dela era no sítio, né? Ela perdeu o serviço no sítio, aí ela tinha que ficar o dia todo. Pra ela deve ter sido mais difícil do que pra mim lá, porque ficar num quartinho daquele lá...

E: Pequeno, né?

IC: É bem diferente.

E: É, você acha que perdeu certa privacidade nesse sentido?

IC: Ah não, com certeza, né?

As perdas de subjetividades estavam dramaticamente relacionadas às desterritorializações forçadas. Como ocorreu também com Artur. De forma privilegiada, Artur não foi hospedado em Itaúna pela ArcelorMittal,⁴² e sim no centro de Itatiaiuçu, num hotel financiado pelo Fernández da Minerita. Depois de 10 dias, ele foi levado para o prédio do patrão, em Itatiaiuçu, “*mais confortável, mais tranquilo*”, para dali retornar à fazenda onde morava dias depois – então com partes do curral e da sede interditadas, enquanto sua casa ficava na parte

⁴² A escolha pelo hotel em Itaúna se deve, provavelmente, pelas maiores estruturas, já que o centro de Itatiaiuçu possui poucas vagas e muitas dessas já reservadas a funcionários da mineração.

alta e, portanto, fora da zona de risco. Artur retornou suas atividades normais para o patrão Fernández, enquanto sua esposa havia perdido o emprego:

E: E aí, nesse tempo que o senhor voltou, como que foi esse retorno? Teve alguma mudança?

AR: Ah, a gente fica meio apreensivo, né? A minha mulher perdeu o emprego na época, né? Aí deu uma mudada brusca assim, a gente nunca é a mesma coisa de antes, né? Porque você está mexendo ali... igual, tomava conta das fazendas da Minerita – daqui do Pinheiro para cima, tudo é Minerita. Lá nós tínhamos criação de gado, cavalos, então a gente tinha que ter acesso, né? Às vezes o meu vaqueiro ia a cavalo e eu ia de carro acompanhando, né? Porque, se desse qualquer coisa, nós tínhamos recurso para sair rápido, né?

As reterritorializações exigem adaptações, sobretudo em situação de desastres. Entretanto, são os usos mercadológicos dos territórios que em última instância subvertem as territorialidades e definem as desterritorializações dessas vidas desperdiçadas. No fundo, “sob o neoliberalismo, a coerção é internalizada, de modo que os sujeitos se autorreificam sob a égide da lógica da mercadoria” (SAFATLE *et al*, 2020, p. 49). Como na região, as mineradoras não só configuram e reconfiguram as paisagens como são forças indissociáveis do capital diante de seus subordinados – não apenas ali, mas sobretudo em sua essência glocalizada (ROBERTSON, 2003). Assim determinam-se o espaço e o tempo nas comunidades rurais e nos grandes centros, onde quer que as fumaças densas da modernidade alcancem minimamente seu solo.

Não obstante, findemos este capítulo retomando a história de Risoleta, que, depois de tantos lugares vividos, já nem se lembrava o nome da cidade onde, graças ao pagamento das indenizações, enfim conseguiu comprar sua casa própria:

E: Mas aí vocês estão morando agora aonde?

R: Nós mora aqui na... oh, meu Deus, esqueci o nome do lugar, uma favela doída aqui.

E: Aonde, em Betim?

R: Não em... Oh, meu Deus, esqueci... deixa eu lembrar aqui, que a

casa mais barata que a gente achou foi aqui. Nem sempre em outro lugar a gente vai achar a casa barata, né? É tudo caro, né? Então a mais barata que nós achou foi aqui na favelinha mesmo, mas uma favelinha boa de se viver, é boa sabe? Tirando os vizinhos né que é... pessoal demais, não posso falar demais.

Decerto, se localizava na região metropolitana de Belo Horizonte, mas, levada então pelas desterritorializações próprias do sistema social que fazia parte, Risoleta se perdia nas entrelinhas das adaptações impostas a ela. Se o “espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, quando na prática, é comercializado, despedaçado, vendido e pulverizado” (LEFEBVRE, 2008), então Risoleta era parte resultante da desigualdade no processo de produção desse próprio espaço urbano moderno.

4.3 A “violência lenta”

A retirada compulsória dos moradores de ZAS sob o pretexto da iminência de rompimento permanece “sob a alegação de que esses se encontram em área de risco, [mais] do que propriamente a priorização na reversão dos riscos que incidem nestes espaços” (VALENCIO, 2014). Portanto, a situação de iminência e os efeitos derrames do risco se efetivaram ao longo do tempo naquele território suspenso de direitos. Depois de toda “aquela confusão” ocorrida na praça no dia 8 de fevereiro de 2019, Dona Sebastiana (49) voltou com sua família para casa. Sebastiana, mulher autodeclarada preta nascida em Pinheiros, à época morava mais ao centro da comunidade e não havia risco que a lama chegasse em sua casa, mas esse retorno não significou sua volta à normalidade: “depois teve muita mudança, não podia passar onde que a gente passava, aonde que os meus meninos brincava, aonde que eu ia pra casa dos meus colegas não podia ir mais”. Antes, Dona Sebastiana percorria sua vizinhança normalmente: visitava os amigos nos sítios locais, passeava, nadava nos córregos da região e também buscava lenha. Com as interdições das áreas localizadas nas ZAS, Sebastiana se viu limitada em seu trânsito rotineiro:

S: Depois eles interditaram tudo. Não podia mais passar naquele local. Depois veio o carro do apoio, tudo era no carro do apoio.

E: Teve aquela barraquinha lá? Como é que chama?

S: As cabinas. Teve também, tá até hoje também, né?

E: Tá ainda?

S: Até hoje quando a gente passa também eles falam: fulano desceu pro lado daí.

E: Aí tem que anotar ainda?

S: Tem que anotar ainda, hoje tem, parou não. Aí era isso, entendeu? Meus meninos não podia mais ir pra casa dos colegas deles, que eles iam na época.

E: Ah, que morava lá na ZAS?

S: É, que morava na ZAS, tirou todo mundo, todo mundo foi embora.

Um território suspenso! Com a fuga das pessoas da região devido ao medo ou pela própria retirada compulsória realizada pela mineradora, algumas pessoas a nomeavam como “fantasma”. Dona Sebastiana também perdeu os clientes para quem vendia seus produtos de porta em porta. Ela vendia roupa de cama, calçados e também roupas íntimas. Suas mercadorias advinham de um entregador viajante do Rio de Janeiro que logo deixou de ir à região devido ao medo da barragem, portanto, Sebastiana precisou buscar outra fonte de rendimentos. Iniciou na prefeitura da cidade o trabalho de varrer as ruas, e o que mais a afligia era a forma como alguns habitantes passaram a lhe tratar:

S: Eu entregava pras pessoas, entendeu? Elas comprava na minha mão. Aí depois comecei na prefeitura, comecei a trabalhar na prefeitura, aí depois teve esse negócio da barragem, aí o povo implicava nós, falava que nós ia varrer lama, entendeu? O pessoal...

E: Quem?

S: Pessoal da rua mesmo aqui ficava zoando nós, falando que nós ia varrer lama, quando começou esse negócio da barragem, nos saímos de casa também, fomos lá pra praça no dia.

Embora moradora distante da ZAS, Dona Sebastiana teve sua vida repentinamente modificada e sua segurança ontológica (Giddens, 1991) enredada. Passou a conviver com incertezas afetivas, financeiras, mas sobretudo, com desrespeitos, consequentes diretos e indiretos do acionamento do PAEBM. O medo e a insegurança também traziam consigo a vergonha. Em seus relatos, Sebastiana sempre enfatizava as injúrias sofridas devido à nova realidade da região onde morava. Alguns falavam que não iriam mais ao local, diziam que a

barragem estava quase estourando, outros caçoavam da situação: “*A gente se sentia lá embaixo, né?*”.

Além da desterritorialização, o estigma (GOFFMAN, 1988) associado aos moradores das áreas de risco deteriora ainda mais o senso de comunidade e pertencimento próprio da identidade sociais de cada actante. A condição de “atingido” desloca as identidades em jogo para as margens de um território já proscrito. Ao perder o pouco de independência e privacidade, essas pessoas precisam redesenhar suas relações interpessoais, a partir da perda do outro e de si – num processo de reestruturação de si mesmo enquanto ser social, que só é enquanto relação. *Outsider* (ELIAS, 2000) em sua própria terra, a violência simbólica sofrida refere-se à pessoa atingida por estigmas que suspendem a própria dignidade humana em jogo – a desumanização do outro a partir do estigma, como infere Goffman, verifica-se latente nas citações de Dona Sebastiana.

Ademais, suas falas ainda ressoam a própria necessidade de se colocar como pessoa atingida, já que o conceito é parte de uma construção de sentidos, incorporado ao longo do processo de entendimento da situação por parte dos moradores e das instituições de apoio. Distante da ZAS, aos poucos Sebastiana foi se entendendo como prejudicada pela circunstância gerada pelo acionamento, e, sem a materialidade aguda dos desastres de Mariana e Brumadinho, o sentimento de injustiça foi sendo incorporado em sua subjetividade com o tempo, sobretudo diante das novas vivências impostas à ela e à comunidade. O enquadramento do conceito de pessoa atingida, embora perpassa a noção de sofrimento e estigma, é também um conceito de luta, visto sua força de coesão de indivíduos em torno de uma pauta em disputa. O conflito ambiental disposto pressupõe formas de resistência dos grupos e coletivos diante dos capitais econômicos e sociais antagônicos. Para Foucault seria preciso definir populações para fazê-las existir, mas também para fazer controlá-las. Portanto, o conceito pode ser também um dispositivo limitador utilizado pela empresa minerária em questão. Foi mesmo no próprio processo de desastre da lama invisível que tal definição foi se construindo, por meio de campos possíveis de classificação mais efetiva para controle – como na restrição insistida pela empresa minerária sobre o reconhecimento de pessoas afetadas pelo PAEBM – como também para resistir aos poderes instituídos – na coesão dos grupos de pessoas atingidas para a busca pelos seus direitos.

Nesse sentido, embora as palavras sejam limitadoras da realidade, é a partir de seus significantes que a luta política se define, seja pelas definições dos poderes subjugados em disputa, seja pela resistência dinâmica em jogo. O conceito de pessoas atingidas é configurado pela circunstância de conflito ambiental e não se refere à essência dos actantes em jogo. É na luta política que se definem as identidades sociais e seu aparato de verdade, determinadas por aqueles que buscam manter seus poderes estabelecidos e os que buscam momentaneamente um conceito para sua superação.⁴³

Em Itatiaiuçu, as pessoas atingidas são caracterizadas por aquelas retiradas das residências localizadas nas áreas de ZAS, mas também pelas que permaneceram no local, tal como Dona Sebastiana, essas denotadas pelo conceito de “deslocamento *in situ*”, situação em que “os moradores da localidade permanecem no lugar, mas têm suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco” (TEIXEIRA *et al*, 2021, p. 6-7). Em vez de serem forçadas a sair de suas casas ou terras, os habitantes experimentam a destruição de seus recursos produtivos e o desmantelamento de sistemas de produção locais, além de sofrerem exclusão social e econômica. Esse processo de deslocamento é marcado pela imposição de novos limites sociais e físicos dentro do próprio espaço em que vivem, resultando na perda de direitos, na separação do seu ecossistema e de suas formas tradicionais de subsistência, mesmo permanecendo no local (FELDMAN *et al*, 2003).

⁴³ Segundo a instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), a Lei Nº 14.755 de 2023 define o que se entende por Populações Atingidas por Barragens (PAB):

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entendem-se por Populações Atingidas por Barragens (PAB) todos aqueles sujeitos a 1 (um) ou mais dos seguintes impactos provocados pela construção, operação, desativação ou rompimento de barragens:

I – perda da propriedade ou da posse de imóvel;

II – desvalorização de imóveis em decorrência de sua localização próxima ou a jusante dessas estruturas;

III – perda da capacidade produtiva das terras e de elementos naturais da paisagem geradores de renda, direta ou indiretamente, e da parte remanescente de imóvel parcialmente atingido, que afete a renda, a subsistência ou o modo de vida de populações;

IV – perda do produto ou de áreas de exercício da atividade pesqueira ou de manejo de recursos naturais;

V – interrupção prolongada ou alteração da qualidade da água que prejudique o abastecimento;

VI – perda de fontes de renda e trabalho;

VII – mudança de hábitos de populações, bem como perda ou redução de suas atividades econômicas e sujeição a efeitos sociais, culturais e psicológicos negativos devidos à remoção ou à evacuação em situações de emergência;

VIII – alteração no modo de vida de populações indígenas e comunidades tradicionais;

IX – interrupção de acesso a áreas urbanas e comunidades rurais (BRASIL, 2023)

Nesses casos, a luta política no caso de Itatiaiuçu foi mais intensa, justamente pelo não reconhecimento da mineradora quanto às afetações sofridas por essas pessoas. Foi assim também para aquelas pessoas que não moravam na região, mas usufruíam de algum modo a territorialidade local, atingidas igualmente em suas desterritorializações. Como se deu com os familiares de Dona Sebastiana, que se encontravam sempre na casa de sua mãe, moradora mais próxima da ZAS. Com o acionamento, os familiares dela deixaram de se reunir:

S: Não, não vieram mais. Acabou, ué. Até meu sogro que mora em Juatuba vinha cá direto, parou de vir por causa disso.

E: É? Aí a família distanciou?

S: Distanciou. Até hoje ele fala sobre essa barragem, meu sogro, até hoje ele fala.

E: Que tem medo?

S: Tem medo de vim cá até hoje.

E: Ele fala o que?

S: É, fala que... como é que tá a barragem? Fala se limpou ela ou não. Fala se esvaziou.

A partir dessas mudanças de sociabilidades, logo que se instalou como instituição de apoio aos atingidos, a ATI contratada (a AEDAS) recebeu várias queixas da população a respeito da piora na saúde física das pessoas, relatando aumento de diagnósticos de doenças crônicas e cardiovasculares, dentre outras. Embora o rompimento da barragem não tenha acontecido de fato, a situação de insegurança e incerteza sobre o futuro, bem como as mudanças nas redes de integração locais, gerou adoecimentos graves e bem perceptíveis na população – aquela angústia acerca da iminência do rompimento ou, como os atingidos costumaram a definir, a apreensão da “lama invisível” que passou a afetá-los de variadas formas, empírica e simbolicamente, inclusive em sua saúde. Por meio de um processo de desmantelamento social e individual, de forma processual e vagarosa, potencializaram-se novas violências simbólicas diárias, sobretudo, diante da não resolução do problema. A isso discorre o que se chama de “**violência lenta**”:

uma violência silenciosa, por vezes, invisível, que rompe com a concepção de violência enquanto evento imediato e explosivo, destacando, em contraste, sua dimensão temporal extensa e seu caráter processual, a partir de uma atividade permanente e

subterrânea, com potencial expansivo e cumulativo que pode ser facilmente ignorado ou elidido. Tal é o caso da violência química e radiológica que se processa no campo corpóreo, em processos celulares que são tanto difíceis de narrar quanto altamente abertos à contestação, minando tentativas de construção de causalidades. (NIXON, 2006)

A saúde física afetada, sempre presente nos relatos recebidos pela ATI, por vezes era acusada como consequência da perda de saúde mental, diretamente relacionada com os rompimentos de afetos e sociabilidades inerentes ao acionamento do PAEBM. **É, portanto, essa deterioração da saúde coletiva local, como consequência das desintegrações das redes de interdependência geradas pela iminência do rompimento, o fenômeno sociológico estudado.** Assim sendo, é necessário considerar a saúde como uma variável importante para compreender o elo entre as rupturas sociais e as doenças acusadas pela população, parte dessa violência lenta em curso. Ao desarticular as propriedades materiais e simbólicas das comunidades, então desintegradas, o acionamento do PAEBM rompeu com as referências e os vínculos estruturais das sociabilidades locais, afetando os corpos e suas construções subjetivas, o que agrediu, afinal, a saúde mental destas e, conseqüentemente, sua saúde física.

4.4. O sofrimento social

Seu Álvaro (68) é morador de Betim, mas todo final de semana estava em Lagoa das Flores, chacreamento localizado na comunidade de Pinheiros. Nascido em Batiêiro, uma pequena comunidade rural da cidade mineira de Chapada do Norte, Álvaro cresceu na lavoura, no meio agrícola, diante da imensidão própria da natureza. Mas a modernidade lhe bateu à porta e seu pai decidiu que o filho deveria estudar. Coursou então o primeiro grau em Chapada do Norte, depois mudou-se para Minas Novas e Teófilo Otoni, onde concluiu o segundo grau (atual ensino médio), até se mudar para Belo Horizonte, “*essa metrópole aí, né? Esse dinamismo, né?*”. Se estabeleceu na capital mineira, até iniciou os estudos superiores – mas, com o tempo, Seu Álvaro começou a sentir falta da natureza e do contato com a terra; sabia que precisava de momentos de suspiro para conseguir se manter na dinâmica fria da metrópole. Visitou um médico, que, centrado na vivência da pessoa, receitou a Álvaro a própria natureza como desafogo de uma incipiente depressão. Sugeriu que ele deveria arrumar um terreno mesmo, um pedacinho de chão para se esconder da cidade por alguns

momentos. Diante do sufoco metropolitano, inevitável segundo o mesmo, Álvaro necessitava de respirar, assim como a terra tolhida pelo cimento:

AL: Mas eu tinha que comprar um tempo para fazer isso. Eu fiz uma oração para que Deus me mostrasse um lugarzinho que pudesse me identificar, sabe? Me identificar comigo. Foi aí que apareceu a propaganda de uma imobiliária, né? Aí apareceu esta imobiliária, aí eu entrei em contato com essa imobiliária e o corretor de imóveis levou lá e foi, como se diz, amor à primeira vista. Amor à primeira vista! O ponto geográfico, a topografia, sabe? O ambiente, a natureza, aí me puxou para lá, mas eu até antes, até então, eu não conhecia nada de Itatiaiuçu.

Álvaro buscou fincar suas raízes, desterritorializadas pela modernidade, e encontrou em Pinheiros uma terra fértil para seu respiradouro. Comprou o terreno no chacreamento em 2000, foi um dos primeiros a construir ali. Lembra com alegria dos momentos felizes com a família ao acampar no local enquanto as paredes subiam lentamente. Revisita com o mesmo ímpeto as memórias das batalhas que travara para a construção de seu refúgio, desde a busca por água, levada a carroça para a obra, até a conquista do poço artesiano e a conclusão de um “ranchinho”, usando a água cristalina de que passou a dispor. Entretanto, Álvaro discorre sobre suas desterritorializações em forma de lamentação:

AL: Então, quando eu cheguei em Belo Horizonte, eu tive um impacto bem grande, a diferença, né? De uma metrópole com o interior, muito diferente mesmo. Tive um grande impacto social, sabe? E tive aquele sentimento de saudade, e aí eu fazendo faculdade e tal, aí eu fiquei meio depressivo. Daí o médico, eu consultei um médico, o médico falou: Álvaro, olha, você está precisando de comprar um terreninho, um lugarzinho para você entrar na natureza, que o seu perfil é esse, sabe? Não abandonar, não. Foi quando eu comprei. Achei esse pedacinho lá em Itatiaiuçu, comprei um terrenozinho lá, 3.000 metros, e fui pra lá. Mas, de fato, foi o que eu tava precisando, foi um remédio para mim, sabe? Até que veio a derrocada, né?

Mas eu me sentia bem. Nos fins de semana, era o paraíso pra gente,

sabe? Ali na natureza, ali eu plantava, assim, me alegrava com minha família. Meu genro depois constituiu família, né.

Cresci, casei, consegui minha família e minhas filhas, meu menino, genro, e era maior alegria. Depois veio aquele impacto violento, né? Em 2019, não é isso?

E: Sim.

AL: O acionamento da barragem. Aí, de fato, você falando de saúde, isso aí, é o meu perfil também, afetou a minha saúde, tá? Afetou bruscamente a minha saúde, bruscamente. Quando teve o impacto que a gente chegou lá, na verdade, no dia da sirene lá, eles acolhendo as pessoas, a gente não estava lá, mas a gente foi comunicado para aparecer lá. Quando chegamos, tinha as barreiras, obstáculos pra gente não entrar naquilo que era da gente, né, no território lá do Lagoa das Flores, e a empresa já estava recepcionando a gente lá na pracinha de Pinheiros. Mas então, a partir daí, eu tive um... eu fui bem afetado, não só eu, mas posso afirmar que não só a minha pessoa, mas a minha esposa, meus filhos ficaram muito afetados, tendo em vista que a gente já tinha aquele susto em Brumadinho, né? Aquilo passava no painel da minha memória, aquela coisa, que eu conhecia pessoas, até médico que me consultou aqui em Betim acabou morrendo lá em Brumadinho, soterrado.

Eu fiquei com aquele trem dentro de mim, aquele medo, eu tinha aquele medo, aquele monstro dentro de mim. E, não bastasse isso, veio esse impacto violento lá em Itatiaiuçu.

E assim eu me carrego, estou carregando uma depressão que... de fato, que a causa maior foi acionamento da barragem lá de Itatiaiuçu, sabe? Então eu vivo assim, o meu momento de tristeza, isso é inegável, sabe? Eu deixo transparecer no meu rosto, uma crise assim de tristeza, de desapontamento. Eu perdi a alegria, o entusiasmo, lá com o território lá. E então a gente continua indo. É a vida, né?

Não podemos cortar o cordão da vida, né? Do entusiasmo, mas eu perdi o entusiasmo, a alegria e assim nós vamos levando a vida assim.

A perda do entusiasmo, o desapontamento e o monstro que transcorria dentro de Álvaro afetavam seu humor, sua vida com os outros e, sobretudo, sua saúde física e mental. A interposição entre ambas, absorvida por uma sociabilidade precarizada, é que consideramos definir o conceito de sofrimento social. Inicialmente atrelada à saúde mental das pessoas atingidas, e a partir de concepções mais holísticas dos variados campos científicos, compreendeu-se que a pesquisa deveria entender a lama invisível em Itatiaiuçu-MG como um processo, atendo-se às afetações na saúde da população atingida a partir do sofrimento social gerado, como no caso de Seu Álvaro. Destarte, o conceito de sofrimento social se apresentou coerente com a premissa teórica de se dissociar das armadilhas conceituais ditas anteriormente, trazendo movimento às dimensões vividas em seus processos próprios. A própria noção de sofrimento pretende ultrapassar a interpretação de natureza estritamente biomédica, já que

[...] é uma palavra de senso comum que não precisa ser definida e que não se deduz de uma localização anatômica, referindo-se a uma dor existencial, um sofrimento que pode, certamente, acompanhar uma dor orgânica, mas também a humilhação, o desprezo social ou, pior, a indiferença. (FURTOS, 2007, p.1)

Portanto, os condicionantes sociais em saúde estão intrinsecamente associados ao sofrimento social dos cidadãos. Sendo assim, pensar a saúde de um indivíduo é também pensar as suas interações com o ambiente, mas principalmente com outros seres humanos. Assim, podemos compreender a importância de diversos tipos de capitais, não apenas o econômico, mas também simbólicos (BOURDIEU, 2007) na integridade da saúde humana. A desassociação das redes locais devido ao acionamento do PAEBM alterou as diversas reprodutibilidades de capitais sociais e culturais. Há certa heterogeneidade no perfil sociodemográfico da população atingida e, conseqüentemente, na diversidade de valores simbólicos, além das diferenças quanto à posição na divisão social do trabalho. A região é composta por moradores de áreas mais ou menos urbanizadas, bem como áreas rurais, próximas à ZAS, de múltiplas distinções no trabalho, seja de trabalhadores meeiros, trabalhadores em sua própria terra, patrões, caseiros e sitiantes, mas há também distinções culturais, no que concerne aos campos religiosos, artísticos, políticos, educacionais, de lazer, etc.

Nesse microcosmo que se localizam tais comunidades atingidas, as disposições sobre acesso e reprodução de capitais simbólicos foram bruscamente desmanteladas. Segundo entrevistas semiestruturadas realizadas no trabalho da ATI no local acerca de danos imateriais, perceberam-se afetações relativas ao acesso e à disponibilidade de capital cultural local, como nas escolas locais, a bens culturais, como cultos religiosos, cavalgadas, festas tradicionais locais e presença em festividades e eventos de outros territórios próximos, primeiro devido às restrições de ir e vir, depois, à fuga da maioria pelo medo do rompimento da barragem e, sobretudo, devido à perda material, de renda, advinda das mudanças e da ausência de postos de trabalho, o que limitou ainda mais o acesso ao capital cultural local.

Mas é sobretudo o capital social perdido que adoece tais pessoas. Parte dos moradores eram idosos que mantinham solidariedades mecânicas com seus próximos; outros buscavam retomar a convivência substancial perdida durante a vida produtiva nas cidades, seja com novos vizinhos ou nos momentos de veraneio com seus familiares. A criação de animais, a manutenção dos espaços de lazer, o contato direto com a natureza, tudo isso se relacionava com o campo simbólico que servia como espaço de interação e construção de seu *ethos* (Idem). Os jovens e adultos buscavam seus campos para definições de vínculos bons, fortes, fosse entre os seus, fosse com os vizinhos e seus arredores, como num processo ritual de confirmação das suas mais diversas noções de experiência, em seus mais variados tipos de *habitus* (Idem). O espaço social desmantelado pelo acionamento do PAEBM desvencilhou os actantes de seus capitais sociais e culturais, desencadeando, pois, o sofrimento social da população.

4.4.1. O conceito

Embora possua interpretações biopsicossociais, a definição de saúde da OMS de 1947 a compreende como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” se encontra ancorada em eixos subdivididos, que também são determinados pelas divisões sociais do trabalho científico e pelas consequentes noções comuns sobre a saúde cotidiana. Segundo as definições supracitadas, essa separação conceitual entre bem-estar físico, mental e social desloca o ser entre o corpo, a mente e seu ambiente de interação, tornando-o fragmentado em sua experiência vital, enquanto, na prática, tudo isso flui de forma orgânica e interconectada. De toda forma, buscamos

compreender os eixos referidos, de maneira separada, a fim de entender o próprio conceito de saúde instituído na ocasião.

Segundo Jacinto *et al* (2022), o conceito de “bem-estar físico” tem relação com “os cuidados para com esta, a capacidade de cuidar de si próprio, a mobilidade e recreação/lazer, a nutrição e a prática de exercício físico”. Já o bem-estar mental é, para a mesma OMS, “um estado de bem-estar em que o indivíduo realiza suas capacidades, supera o estresse normal da vida, trabalha de forma produtiva e frutífera e contribui de alguma forma para sua comunidade” (2013). E, por fim, o conceito de bem-estar social, embora polissêmico e contextual, é compreendido pela Organização Das Nações Unidas (ONU) como “[...] o gozo de um nível de vida elevado [como] um direito fundamental de cada indivíduo, sem distinção de raça, religião, convicções sociais e econômicas” (SETIÉN,1993, p. 102). Além disso, a ONU aprovou em 1948, em sua terceira assembleia geral, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que em seu Artigo XXV, diz: “Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis” (ONU, 1968, p. 8).

Se compreendermos a Sociologia de acordo com os moldes processuais de Elias, podemos inferir que a saúde é também um processo, portanto a divisão conceitual abordada acima apenas distancia as palavras das coisas. Essa divisão é, em si, abstrata, enquanto na realidade prática dos atores em jogo suas sensibilidades estão em interdependência tanto no plano estrutural como no individual, interpondo assim os conceitos biológicos, psicológicos e sociais.

A definição de saúde promulgada pela OMS em 1947, embora abrangente e importante no que se refere aos compromissos institucionais do Estado moderno ocidental, é demasiadamente utópica, tendo em vista a interposição deste com um sistema econômico neoliberal. Segundo Furtos (2007), “o conflito constitutivo de nossa modernidade está entre os direitos humanos e o neoliberalismo não regulamentado, com o risco de impossibilidade de viver juntos fora dos fluxos de dinheiro e produtos”. Nesse sentido, o “bem-estar completo” não existe na modernidade, visto que a própria modernidade se define pela sua inquietação, ou mesmo pelo mal-estar que se internaliza nos corpos individualizados, ocupados com seus desejos de consumo. Furtos compreende esse contexto por intermédio

do conceito de “precariedade”, que subdivide em **precariedade social**, ligada à questão dos status sociais precários, e **precariedade psicológica e existencial**, embora reconheça poder haver correlação entre elas.

Para Furtos a precariedade psíquica “normal” é constitutiva do ser humano, relacionada à vulnerabilidade ordinária do ser; significa que ninguém pode viver sozinho e também está sempre ligada à possibilidade de não ser reconhecido, ou seja, à exclusão do grupo em questão. Quando essa precariedade funciona bem, resulta assim uma tripla confiança:

confiança no outro que está lá quando precisamos, confiança em nós mesmos, que temos valor, já que o outro se preocupa com isso em situações de angústia, e confiança no futuro, já que outras situações de angústia podem resultar no mesmo tipo de relação de apoio (FURTOS, 2007)

Contudo, em sistemas sociais precarizados, nos quais os vínculos sociais estão sempre submetidos às incertezas, eles trazem consigo inseguranças por meio da impossibilidade de um futuro coerente e coeso em sociedade. Aqui, os níveis de confiança se tornam sensíveis e passíveis de instabilidade, tanto no nível da psicogênese, quanto no da sociogênese. Portanto, a confiança necessária para a modernidade, como infere Giddens, pode conviver com as inseguranças trazidas por ela a partir de muitas variáveis locais e globalizadas - glocalizadas. A desconfiança nas instituições e nos sistemas peritos (GIDDENS, 1991) é também parte de uma modernidade recente, que desenvolve de várias formas a precarização social.

Esse enfraquecimento da confiança em uma sociedade precarizada, segundo Furtos, é o que leva à perda, possível ou real, do que se convencionou chamar de **objetos sociais**: objetos concretos, como emprego, dinheiro, aposentadoria, moradia, formação, diplomas, rebanhos, bens. Um objeto social é uma forma de segurança idealizada por determinada sociedade, e ele está relacionado a um sistema de valores que forma tanto o status quanto o vínculo (Furtos, 2007). A essa perda de objetos sociais em uma sociabilidade precarizada é que Furtos compreende a origem do **sofrimento psíquico de origem social**, que se subdivide-se em três modalidades clínicas: a) o sofrimento pode estimular, ajudar a viver, como o “bom

estresse”; nesse caso, há uma consciência da precariedade e a manutenção do vínculo, especialmente a conservação da possibilidade de pedir ajuda em caso de perda e sofrimento; b) um sofrimento que inicia um impedimento no desenvolvimento da própria vida, como uma melancolia social sem morbidade psiquiátrica; o mal-estar, portanto, pode se manifestar como amargura emocional, agressividade, violência ou até em problemas psicossomáticos. Assim, o relacionamento social está claramente fragilizado, o que se nota pela crescente dificuldade em pedir ajuda. Além disso, a capacidade de lidar com perdas e decepções, assim como a de agir, refletir, comunicar, amar e encontrar seu lugar entre as gerações, está comprometida; e c) se caracteriza por um sofrimento que impede de sofrer seu sofrimento; aqui ocorrem os efeitos psíquicos mais incapacitantes, a partir de ataques ao vínculo, renúncia ao pedido de ajuda e uma capacidade de luto enfraquecida. Em seu extremo, observa-se a síndrome de autoexclusão: “o desespero implica uma dessubjetivação (tradução livre) que se manifesta por uma cisão do eu” (FURTOS, 2007).

O maior horror para um ser humano, sua plataforma traumática comum, é não ser reconhecido como tal, ou seja, respeitado como um humano pelos humanos de seu grupo de pertencimento; e isso qualquer que seja a forma social do trauma manifesto (tradução livre, idem, 2007)

Para Furtos, os sinais diretos da desocupação de si mesmo são evidentes no corpo, nos afetos e no pensamento. Dessa forma a perda de objetos sociais não apenas induz o sofrimento psíquico, mas também o biológico, concomitantemente. Isso, pois, o próprio Furtos, utiliza o conceito de **sofrimento** por ser uma expressão de uso comum que dispensa uma definição específica e não está vinculada a uma localização anatômica, como ocorre com a dor física, como a de um dente ou de um reumatismo crônico. Ele refere-se a uma dor existencial, que pode acompanhar um mal estar físico, mas também abrange sentimentos como humilhação, desprezo social ou, ainda mais grave, a indiferença. Portanto, seu conceito de perdas de objetos sociais aqui será transcendido para uma noção biopsicossocial em saúde, o que nos aproxima de uma concepção mais fluida do sofrimento, como a elaborada pelo conceito de **sofrimento social**.

Furtos reconhece as tensões entre o indivíduo e a sociedade na civilização moderna, como Freud (2011), e concebe em seu plano teórico a noção de sofrimento de origem social. Assim nos aproximamos do conceito de **sofrimento social**, elaborado por seus antecessores.

Proeminente no contexto da “erosão dos alicerces clássicos do Estado-Providência” (OTA, 2014) e pela institucionalização do neoliberalismo no fim do século XX, tal conceito se relaciona com a precariedade social deixada pela retirada do Estado e sua consequente individualização, proposta pela política econômica movida pela relativização de uma coesão social republicana⁴⁴. O conceito tem como marco inicial o relatório Lazarus ou *Une souffrance qu'on ne peut plus cacher* (STROHL, 1995) que reverbera algumas insatisfações de trabalhadores de proteção social da França diante da incapacidade de lidar com o sofrimento psíquico das pessoas atendidas. Isso pois as demandas não se relacionavam a um estado de patologia mental, no âmbito individual, mas consistiam em problemas sociopolíticos, portanto, “[in]separáveis do conjunto das condições de vida das pessoas” (p. 33; FASSIN, 2010 *apud* OTA, 2014). A primeira obra dedicada ao sofrimento social, o primeiro livro da trilogia de Kleinman, Das e Lock (1997), advoga sobre a noção de que “o mal-estar não pode ser observado e explicado independentemente das dinâmicas sociais e dos interesses políticos e econômicos que o constroem, reconhecem e nomeiam”.

A partir de então, as variadas áreas médicas e psiquiátricas buscaram se aprofundar sobre o conceito de sofrimento social, atendo-se a uma concepção multidimensional dos problemas e conseqüentemente se aproximando das ciências sociais (GAULEJAC, 2011). Dessa forma, o relatório se caracterizou pela perspectiva multidisciplinar da realidade vivida: “esses sofrimentos que não se pode mais esconder” significam uma “urgência objetiva para tratar a questão” (STROHL, 1995). O mal-estar na modernidade⁴⁵ se desenvolve, se amplia e se generaliza (FURTOS, 2007):

A urgência subjetiva continua a colocar um problema clínico e político coletivo. No contexto de que falamos, essa urgência está correlacionada à noção de precariedade, que é ‘a miséria dos países ricos’, a ser diferenciada da pobreza, embora a pobreza seja afetada e frequentemente agravada por ela. (p.25)

Diante de todos esses arranjos conceituais elaborados pelas múltiplas áreas científicas a fim de se compreender as afetações mentais e físicas a partir de condições sociais e ambientais,

⁴⁴ “Passagem de um modelo de comunidade inclusivo, inspirado no ‘Estado social’, a um Estado exclusivo, inspirado na ‘justiça penal’ e no ‘controle da criminalidade’” (BAUMAN, 2005). Nesse Estado exclusivo, surgem algumas variações, como o neoliberalismo social, sobre o qual transcende o conceito de “sofrimento social” (OTA, 2014).

parece que o conceito de **sofrimento social** é o único capaz de se atentar sobre as psicogêneses e sociogêneses em interações e em movimento sem que se petrifique a realidade e tampouco se limitem as condições sensíveis já limitadas daqueles que sofrem. Tal conceito compreende a fluidez natural da vida, sem se escamotear em labirintos discursivos que se perdem entre indivíduos e estruturas, sem ovo, nem galinha. É em si a afetação física, psíquica e social em sua consubstancialidade e em processo, como são as redes latourianas: “reais como a natureza, narradas como discurso, coletivas como a sociedade” (LATOUR, 1994).

Segundo Pusseti *et al* (2011):

O conceito de sofrimento social emergiu nas últimas décadas como um novo paradigma das ciências sociais e como lente particularmente apropriada para olhar as relações profundas entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos. (p. 468)

Dessa forma, compreende-se que o sofrimento é consequência da violência estabelecida pela própria estrutura social, não pelas agências de um indivíduo ou grupo inserido nela. Pusseti e Brazzabeni estabelecem a partir desse termo os “efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social” (2011). Portanto, para além da dor física, o sofrimento se configura de variadas formas a partir da privação material ou das condições de injustiça social, e sobretudo devido à perda da liberdade em todas as suas formas e expressões, como no caso de desastres. O sofrimento “estaria presente nos sentimentos de isolamento social, de perda, de sentimentos aliados à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse” (WERLANG *et al*, 2013), além de doenças sentidas no próprio corpo, como as incidências crônicas: diabetes, hipertensão, etc. Para Dejours (1988), por exemplo, embora a biologia seja fundamental para entender o corpo em termos fisiológicos, ela não consegue dar conta da complexidade dos fenômenos humanos que envolvem a subjetividade e a experiência pessoal. A psicanálise, por sua vez, oferece uma leitura do corpo que inclui as dimensões inconscientes, os desejos e os conflitos psíquicos, proporcionando uma visão mais completa do corpo humano.

O conceito de sofrimento social permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes

exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social (Zhou et al, 2016)

Faz-se necessário, ainda, transpor os conceitos entre o corpo e a mente diante do meio ambiente físico e social em relação. Nesse sentido, os conceitos de saúde física, mental e social analisados de forma separada podem tensionar para uma patologização individualizante do sofrimento social. Quando vítimas de violência se refugiam em novos contextos, suas experiências muitas vezes são reformuladas em termos médicos e psicoterápicos, na forma de transtorno de estresse pós-traumático ou mesmo depressão. Isso transforma o sofrimento social numa condição patológica, que pode ser explorada para obter assistência, mas também pode reduzir a experiência complexa a um diagnóstico simplificado (KLEINMAN, 1991).

São, portanto, as perdas de objetos sociais, relacionadas ao fenômeno da lama invisível que desorientam a saúde biopsicossocial dos actantes em jogo. A seguir investigaremos as perdas destes objetos sociais e, para tanto, foi necessária uma perspectiva processual e ampla a fim de não simplificar os diagnósticos, tampouco reduzir as experiências fluidas das pessoas entrevistadas.

4.4.2. A perda de objetos sociais

Na modernidade, ocorre que a precariedade social se torna naturalizada; a ordem não é mais a pretensa regularidade, e sim a capitalização pela busca dessa, ou mesmo a normalização da precariedade – uma sociedade em cansaço (HAN, 2015). No caso específico das Minas Gerais e de seus terrorismos de barragem, não só a ordem é suspensa, mas o conflito estabelece um microcosmo significativo dessa precariedade comum do contexto histórico vivido. Isso pois se institucionaliza um estado de exceção, como infere Agamben, uma situação em que o direito é suspenso, mas, paradoxalmente, essa suspensão se torna a própria regra.

Não é que a precariedade social já não se expressasse nas regiões atingidas em Itatiaiuçu. O conceito de sofrimento social advém de um mundo de trabalho estruturalmente alienado, intrínseco ao neoliberalismo vigente, e se interseccionaliza por todas as esferas da vida.

Porém, a perda abrupta dos objetos sociais mais ou menos coesos que alicerçavam o microcosmo local significa um fenômeno social multidimensional, possível objeto de estudo para se entender o macrocosmo moderno em que se insere – entendendo o micro e o macrocosmo em interação, numa espécie de glocalização que busca compreender como as dinâmicas globais e locais se inter-relacionam e influenciam mutuamente (ROBERTSON, 2003). Vislumbrar a perspectiva de Isaura (60) através de uma lente de aumento pode ser interessante para debruçar sobre as perdas de objetos sociais no fenômeno em questão.

Isaura nasceu em Bonfim, em 1964⁴⁶, e dois anos depois se mudou com os pais para Lagoa das Flores. Tempos depois, após seu casamento, mudou-se para o centro de Pinheiros e desde então trabalhava fazendo faxinas para os sitiantes, além de vender bolos e artesanatos para a vizinhança. Em 2002, perdeu seu marido, mas a vida seguiu entre a falta do companheiro e os afetos dos filhos, e depois dos netos, com quem pescava nos rios próximos – isso na época quando ainda havia água nos rios locais, como ela conta. Além disso, gostava de fazer caminhadas pelas redondezas e também ia às missas na Igreja de Pinheiros, frequentava a festa de São Pedro, de Nossa Senhora da Aparecida, e estava sempre presente no terço das mulheres, ponto de encontro das moradoras católicas locais.

Seus objetos sociais estavam ali determinados, em jogo, até que o acionamento do PAEBM embaralhou todas suas cartas. Quando perguntada sobre seus afazeres cotidianos, Isaura focaliza em seu trabalho:

IS: É, fazer faxina, né? Vendo meus trem, eu vendo um pouco, só que diminuiu demais, né? Com esse acionamento, né? Quase que acabou foi tudo.

E: O que que ocorreu com o acionamento?

IS: Uai, pessoal mudaram, né? Muitos foram embora, né?

⁴⁶ Isso se deu dois anos antes da emancipação de Itatiaiuçu, quando se tornou independente de Itaúna. O distrito de Itatiaiuçu, como era chamado à época, antes de pertencer a Itaúna, era subordinado ao município de Bonfim. Segundo o IBGE Cidades, foram os colonizadores portugueses os responsáveis pela fundação do arraial de Bonfim: “eles aqui chegaram no limiar do século XVIII, chefiados por Manoel Teixeira Sobreira, trazendo escravos e colonos, iniciando a formação de um núcleo com o nome de Rocinha”. O tal Sobreira implantou várias lavouras no território, “sendo a agropecuária o sustentáculo da economia municipal”. Portanto, é provável que os pais de Dona Maria de Lourdes tenham trabalhado nessas lavouras, mas logo quando ela tinha 2 anos, os pais se mudaram para Itatiaiuçu. No final daquele ano, Itatiaiuçu se tornaria independente de Itaúna – “Elevado à categoria de município com a denominação de Itatiaiuçu, pela Lei Estadual nº 2764, de 30-12-1962, desmembrado de Itaúna” (IBGE CIDADES).

E: E as faxinas, não teve mais?

IS: Não teve mais. [...] Pessoal né, muitos sitiantes, quase todo mundo foi embora.

-

IS: [...] as caminhada que a gente fazia praquele lado de lá, né? Não ta podendo, né? Tá impedido né? Mandava voltar às vezes.

E: Lá no posto de atendimento [guaritas ou ponto de bloqueio]?

IS: É, sim, é lá.

E: Eles não deixavam entrar mais?

IS: Não deixava passar, né.

-

E: A senhora ia muito nas missas?

IS: Nas missas, festa, né? Tinha os terços das mulheres, acabou que a menina que fazia o terço... mudou pra Itatiaiuçu, as coordenadoras. Teve que ir, né?

E: Por causa do acionamento?

IS: É, por causa do acionamento.

-

E: É, mas tinha festas aqui também na igreja, né? Na praça.

IS: Tem, ainda tem ainda, né? Mas só que menos, né? Menos movimento, né? [...] Pessoal ainda tem medo ainda, né. É complicado.

Aqui fica claro como o acionamento ocasionou em perdas de objetos sociais na vida de Isaura, o que ocorreu com muitos dos entrevistados. Tanto as atividades religiosas como as caminhadas e o próprio trabalho funcionavam como dispositivos de identidade social e pertencimento, ações que consolidavam certa coesão social (DURKHEIM, 1897), ou seja, mantedoras da solidariedade local que faziam as pessoas se sentirem parte do todo. A perda desses dispositivos de forma abrupta pode significar o sofrimento em curto, médio e longo prazo, a depender da resposta sociopolítica ao cerne do problema.

Amada (70), por exemplo, foi nascida e criada em Vieiras, assim como seus pais. Suas raízes sólidas se materializavam no trabalho agrícola. Lembra mesmo da rapadura que fazia nos engenhos do seu avô, onde também produziam farinha e polvilho. A vida difícil se confunde com a consolidação dos seus objetos sociais e os frutos de suas conquistas compartilhadas

com os próximos. Lembra com fervor quando ela, sua família e os vizinhos “*foram à luta*” para trazer luz à região, provavelmente no início dos anos 2000: aderiram a algum sindicato local que os levou até Brasília para protestar; acamparam “*debaixo das lonas*” para só assim conquistar o direito, por meio do programa do governo federal “Luz para todos”⁴⁷. Enquanto símbolo da modernidade, a região ainda não usufruía de luz, e a luta da comunidade simbolizara a desigualdade no acesso aos bens do “progresso”. Amada não gostava do meio urbano, “*eu gosto é do mato*” – e era ali em Vieiras a terra onde permeava suas raízes. Estimava sua vida em meio à natureza: “*Toda vida eu gostei, eu gosto, eu amo a natureza, não gosto de fogo, sabe, porque o fogo destrói tudo. Eu gosto de viver plantando, mandioca, milho, feijão, pescar também a gente vai*”. Além do mais, Amada buscava se aprofundar e transmitir suas raízes tradicionais ao presidir a guarda do Congado local, organizava eventos e ainda se dividia como cozinheira e faxineira nas confraternizações do grupo. A tradição, segundo ela, vinha dos seus tataravôs e ela seguia a missão de celebrar o Congado junto à sua família:

A: A gente levanta a Bandeira, a gente reza o terço, a gente faz fogueira, a gente faz comida. Aquela comidaiada, sabe? A gente faz aqui. Então aquilo a gente pegou das tataravós e vem tocando até hoje.

[...] Eu participo de Congado. Participo também da Folia de Reis também, né. Só que essa nossa é as fogueiras mesmo, uma tradição.

Com o acionamento, muitos dos componentes da guarda foram realocados ou se mudaram diante do medo da barragem. Então, passou também a não receber a visita de grupos forasteiros de Congado e Folia de Reis em Vieiras, pois ficaram todos receosos com a iminência do rompimento. A honra que sentia quando os recebia se transformou em

⁴⁷ “O Processo de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica teve seu início marcado com a edição do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, que instituiu o Programa LUZ PARA TODOS. O Programa foi concebido como instrumento de desenvolvimento e inclusão social, pois, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano 2000 existiam dois milhões de domicílios rurais não atendidos pela prestação dos serviços de energia elétrica. [...] Em sua primeira etapa, o Programa teve como objetivo levar energia elétrica, até o ano de 2008, àqueles domicílios rurais identificados pelo IBGE. No entanto, durante a execução do Programa, novas famílias foram localizadas sem energia elétrica em suas residências, o que resultou na edição do Decreto nº 6.442, de 25 de abril de 2008, ampliando os objetivos no caminho à erradicação da exclusão elétrica e prorrogando o prazo para o final do ano de 2010”. Disponível em <https://www.gov.br/mme/pt-br/destaques/Programa%20Luz%20para%20Todos/sobre-o-programa>

isolamento. Como deixou de receber pessoas e passou a visitar outros grupos, a mudança demandou mais recursos financeiros, já que o apoio que a prefeitura oferecia ao grupo era ainda pouco e ela tinha de arcar com as próprias viagens:

A: A gente tem que pagar a visita a eles. A gente tem que ir lá dançar com eles, almoçar com eles, levar roupa pra eles.

E: Mas a senhora acha que esse problema de acionamento atrapalhou até mesmo a questão financeiramente?

A: Atrapalhou, atrapalhou e muito, porque muita gente não... Porque no começo do acionamento aqui foi muita gente daqui que foi embora, você sabe. Que muito da nossa região daqui foi embora né. Essas casas aqui, saiu foi muito, aí diminuiu né. A gente fica muito triste com isso né, fica uma tristeza muito grande pra nós, porque era muita gente que dançava. Porque pra nós é uma honra muito grande, você sabe disso né?

E: Sim, claro.

A: Acabou com a Festa de Santa Cruz, não tem ela mais. A Festa de Santa Cruz hoje não tem ela mais não sabe, acabou.

E: A de Santa Cruz é a que é da igreja?

A: Ela não é da igreja, ela é uma coisa de tradição. Só que a gente não ia lá na Cruz, fazia novena, fazia leilão. Aqui arrecadava, muitas vezes a gente comprava as coisas para as pessoas que não tinha nada né.

[...] pessoal do Congado fazia festa. Vinha, sabe? Ai a gente fazia café pra dar o pessoal, e a gente fazia o café com tudo que tirava daqui, porque é com biscoito e a gente fazia com polvilho com a mandioca que a gente plantava, fazia broa, aquelas quitandas antigas.

Em termos weberianos, poderíamos compreender essas atividades religiosas como balizadoras da vida coletiva, algo que afere sentido à experiência social. Isso se estremece com o acionamento, portanto, aquilo que amalgamava a comunidade em torno de Amada repentinamente se dissolve, e uma racionalidade moderna passa a vilipendiar suas interpretações de mundo – entre ações humanas e não-humanas e seus conceitos, como os técnicos da barragem, as instituições de apoio aos atingidos, imprensa e estado, todas dotadas

de discursos científicos próprios. Como se o mundo técnico e burocrático invadissem o universo quente, comunitário e afetivo de sua religiosidade.

Ana Toufik, irmã de Amada, também nos relata sobre a importância de suas tradições religiosas realizadas na região. Ela participava do Reinado e festas de santos, como a de “São Sebastião, festa da Nossa Senhora da Aparecida. Todo lugar aqui tinha festa. Primeiro era a fogueira, essas fogueiras de São João. Toda vida isso”. Com o acionamento, “sumiu todo mundo [...] *Aí eu passei uns tempos aqui muito sozinha, sabe?*”. Se sentia isolada em sua casa, já morava sozinha depois da morte de seus pais e, com o ocorrido, não havia mais as festas, os eventos, tampouco recebia visitas ou encontrava seus próximos. Com tudo isso, passou a se sentir desanimada para trabalhar:

AT: Tinha dia que eu não tinha coragem nem de ir no serviço.

E: É? A senhora não tinha ânimo?

AT: Não, não tinha, não. É aquela moleza, sabe? Aquele destruímento.

E: A senhora acha que tinha alguma relação com esses problemas todos do acionamento?

AT: Ah, eu acho que tinha sim. Eu acho que sim.

E: A senhora ficou isolada, mais desanimada?

AT: Eu fiquei muito desanimada. O dia em que eu tinha que olhar minhas meninas no Santa Terezinha custava a ir.

E: A senhora ficou mais reclusa, então?

AT: Uma moleza danada, sabe? Que amolece.

As perdas de seus objetos sociais lhe causavam desânimo, mas ainda assim “*não podia deixar a peteca cair*”. Porém, manter a peteca em jogo exigia esforços que muitas vezes não encontravam sentido de ser. É este sentido o que Weber chama de “espírito” de uma ética em contexto, como também o é a coesão social de que fala Durkheim. Já o destruímento, expressão utilizada por Ana Toufik, parece ser justamente a perda deste sentido que afeta a disposição diária de enfrentar a vida, o próprio termo parece denotar um misto de “destruição” com “desmantelamento”, algo que extingue uma matéria, mas também uma ideia, um sentido, ambos em desaparecimento conjunto. Para Furtos (2007), este sentimento pode ser considerado em seu segundo exemplo de sofrimento psíquico de origem social: um

sofrimento que inicia um impedimento no desenvolvimento da própria vida, como uma melancolia social, além de comprometer a capacidade de lidar com perdas e decepções, assim como a de agir, refletir, comunicar, amar e encontrar seu lugar entre as gerações.

Também Maria de Tal demonstrou certo destruímento. Moradora de Pinheiros, ela fazia faxina para vizinhos e por vezes cuidava de crianças de alguns desses. Além disso, Maria de Tal e seu marido vendiam cerveja e churrasco nos eventos que ocorriam na praça de Pinheiros. Ainda que esporádica, essa atividade funcionava como aditivo na renda do casal, além de significar também uma forma de diversão, pois conhecia muita gente que frequentava a região e estava sempre em contato com esse pessoal, também bebendo cerveja e se divertindo nos eventos. Maria de Tal conta que organizava, com um grupo de pessoas, uma feirinha na rua, entre o campo de futebol e a escola da comunidade. Nas festas juninas, ela também abria sua barraca junto ao marido, e em sintonia com a comunidade dançavam quadrilha e se divertiam. A feirinha era bastante conhecida, movimentava um número expressivo de pessoas e se caracterizava como um espaço recreativo importante na região, servindo como ponto de encontro dos residentes e conhecidos. O lazer era importante para Maria de Tal; ela gostava de pescar e nadar nos rios locais, fazia caminhadas na região, assim como sua mãe, e visitava conhecidos nas redondezas:

MT: Nós tinha tudo. É, inclusive, tinha nesse sítio onde foi o pessoal retirado também, tinha... como é que eu falo? Jogo de futebol. Tinha essas coisas, negócio de jogo. Ai a gente ia pescar. Igual eu te falei, a gente pescava, entendeu? E tinha tudo, tinha acesso a tudo. A gente tinha a maior liberdade, tinha acesso a tudo. Não é igual a gente assim, igual a gente vai para o lado de lá. Às vezes a gente, cada lugar tem aquelas, aquelas casinhas lá [guaritas de controle de entrada]. Mas a gente tinha liberdade para tudo, não tinha nada disso. A gente entrava, saía, não tinha nada disso que tem hoje.

[...]

E: Ah, você fala aqueles postos de apoio, né? Da mineradora.

MT: Isso. Ai é tipo assim, que parece que fica tipo, tomando conta, vigiando, entendeu? Então a gente não tem aquela liberdade que a gente tinha mais antes. A gente passa por lá para a gente relembrar os tempos da gente. Inclusive a gente tinha amigos ali, que a gente

ia em festinhas na casa deles, e hoje a gente passa pra ver, mas a gente sabe que a gente está sendo vigiado o tempo todo.

Depois daquele dia difícil do acionamento, dramaticamente narrado por ela, Maria de Tal viu desmoronar seus objetos sociais. A maioria dos colegas foram retirados de suas casas, com isso deixou de ter contatos afetivos com eles. Perguntada se ainda mantinha contato com estes, Maria de Tal responde: “*Juntava sempre. Agora... cada um foi pra um lugar assim, então muita gente ainda a gente tem contato, mas não é aquela coisa mais...[...] Não se junta mais, entendeu?*”. Maria de Tal também viu sua mãe perder a tranquilidade, já que morava num sítio perto da ZAS com um de seus irmãos que ali trabalhava, e assim precisaram se mudar devido às transformações locais e ao medo. O irmão perdeu o trabalho no sítio e precisou se transferir para Belo Horizonte em busca de emprego. Desse modo, a mãe se mudou para o centro de Itatiaiuçu, perdendo assim toda sua liberdade no campo. Seu marido trabalhava de pedreiro na região; conseqüentemente às mudanças diante do acionamento, perdeu o emprego e ficou bastante tempo sem renda alguma:

MT: Aí ele ficou também sem o trabalho dele, a gente ficou muito tempo sem emprego, eu mais ele, a gente saiu até para fora assim, com currículo para fora, para tentar ver se conseguia um emprego. Nós dois ficou doido, porque as contas chegando, entendeu? Que a gente tem a casa da gente, mas a gente paga o aluguel, é pouca coisa, mas a gente tinha que pagar, água, o uso, eu tenho o meu filho, né? Na época ele ainda tava mais novinho ainda, e tinha as necessidade, né? Então, aí a gente ficou bem, bem difícil de realizar tudo que a gente tinha de realizar. Pela gente ter ficado desempregado.

É na precariedade social própria dos tempos líquidos e difusos no neoliberalismo do século XXI - em que uma relação sólida de trabalho garantida por conquistas trabalhistas de outrora dão lugar aos empreendedorismos individuais cada vez mais desprovidos de direitos – em que se situa Maria de tal, como tantos outros. A informalidade do trabalho no Brasil tem se consolidado, ao longo do tempo, como uma categoria tanto econômica quanto social em um país caracterizado por profundas desigualdades, altos índices de analfabetismo e um acesso limitado a infraestruturas básicas de qualidade. A esta classe de trabalhadores informais que

Standing (2014) denomina de precariado⁴⁸. Diante desse cenário, uma parte expressiva da população brasileira e suas Marias de Tal precisam se adaptar e reinventar suas atividades econômicas como uma forma de assegurar uma sobrevivência minimamente digna. Esse contínuo processo histórico de precarização das relações de trabalho no Brasil foi intensificado “especialmente a partir da promulgação da Reforma Trabalhista de 2017 (Lei n. 13.467/2017), com ataques diretos às proteções jurídicas dos trabalhadores” (RANGEL et al, 2023). Ainda que essa reconfiguração do trabalho seja frequentemente associada ao conceito de “empreendedorismo”, a realidade vivida por esses trabalhadores dista bastante dessa ideia, uma vez que atuam em setores marcados pela precariedade,

Num microcosmo já marcado por uma população precariada é que a perda mínima de objetos sociais se torna um desastre. Com o acionamento, Maria de Tal perdeu muitas das faxinas, como as que fazia para uma cabeleireira local. Ela conta que sempre fazia faxina a essa pessoa, pois a mesma não tinha tempo de faxinar ela própria devido às altas demandas no salão. Porém, devido ao acionamento, essa demanda diminuiu significativamente, fazendo com que a cabeleireira dispensasse o serviço de faxina da Maria de Tal:

MT: Tem essa cabeleireira. Enfraqueceu muito porque muitos delas não vieram, porque vinha gente até de fora, entendeu? Assim, do Vieiras, de Itatiaiuçu mesmo, aí muita gente não foi mais, assim, evitaram, entendeu? Evitaram. Aí enfraqueceu muito para elas, as vendas delas, os negócio que ela fazia, os cabelos dela aí diminuiu bastante por causa que as pessoas não iam. Muitos acho que ficaram até com medo de sair de casa, pelo jeito, pelo que eu fiquei sabendo, muita gente acho que ficava até com medo. Por isso que a saúde mental do povo acho que vai piorar de todo mundo, porque era medo mesmo.

O medo sob a iminência do rompimento e a precarização social intensificada pelo

⁴⁸ É justamente da transformação das antigas noções de proletariado e das condições instáveis impostas pelo neoliberalismo que emerge o termo “precariado”, buscando descrever de maneira mais precisa essa nova realidade.

“O trabalho desempenhado pelo precariado é, de sua natureza, frágil e instável, andando associado à casualização, à informalização, às agências de emprego, ao regime de tempo parcial, ao falso auto emprego, e a esse novo fenômeno de massas chamado *crowd-sourcing*]; [...] De facto, o precariado caracteriza-se por uma fundamental insegurança no que toca a direitos.” (STANDING, 2014)

acionamento determinaram uma deterioração na saúde coletiva local, como já mencionado. Maria de Tal relata que já possuía ansiedade antes do acionamento, porém era controlada. Essa ansiedade pode ser interpretada à luz de suas instabilidades financeiras, característica primordial do contexto neoliberal e suas precarizações no âmbito do trabalho – empreendedorismo de si e capitalização da vida. Entretanto, depois do acionamento e, em seguida, com a chegada da pandemia de COVID-19, a saúde de Maria de Tal declinou:

MT: Eu tinha ansiedade, mas era muito mais pouco. Minha ansiedade era mais pouco, depois desse negócio, veio essa barragem, depois veio essa covid, aí piorou foi tudo. Eu não tomava remédio, eu não precisava de psiquiatra. Hoje eu preciso de psiquiatra. Hoje eu faço acompanhamento com psiquiatra e tomo remédio. Tomo remédio mais forte, porque o meu era fraquinho, porque era assim, eu era mais assim... pouca ansiedade, mais ansiedade normal, não era ansiedade de medo igual eu fiquei, entendeu? Aí agora, pelo medo que eu fiquei, na minha história, assim, eu com o psiquiatra e o psicólogo, faço acompanhamento com os dois; o tempo todo eu falo com eles que, quando acionou esse negócio, eu ficava com tanto medo de morrer, que eu chegava até sonhar com a barragem estourando, minha família indo, eu indo, aquele desespero das pessoas, entendeu? A gente ficou assim... eu fiquei com minha cabeça muito ruim, inclusive eu tenho medo de morrer pra falar a verdade, eu ficava com medo de morrer. Portanto, hoje eu tomo remédio mais forte por causa disso.

E: Antes do acionamento, você já tomava remédio, mas não era tão forte?

MT: Não, eu tomava os remédios calminho, mas era só para um pouco de ansiedade que eu tenho, hoje já é de medo, é de pânico que me deu, entendeu? Por isso que hoje eu faço acompanhamento com psiquiatra. Antes era só para o psicólogo. E mesmo assim eu não ia direto, porque eu não precisava assim, eu não tinha essa necessidade, eu vinha no psicólogo no dia assim... que eu visse que eu estava precisando, aí eu ia, marcava e ia. Hoje não, hoje eu tenho que ter acompanhamento com ele direto, eu mesmo já marco mesmo. Eu fico com medo de eu ficar ruim, entendeu? Aí eu já faço

acompanhamento com ele e com o psiquiatra por causa dos remédios que eu não posso ficar sem meus remédios, porque aí me dá um pânico, eu tenho medo de morrer, eu fico assim.

Aqui se observa alguns indícios de sofrimento psíquico de origem social observado por Furtos (2007). Sobretudo, a dependência de medicamentos citada por Maria de Tal dimensiona o poder dos sistemas peritos em individualizar o problema e não se aprofundar sobre seu objeto, patologizando dessa forma a vítima e invisibilizando a real enfermidade: a social. Entretanto, sem garantias e direitos, é próprio da preocupação da precariada Maria de Tal, após o revés em sua saúde mental, a ideia de que ainda precisava trabalhar, agir, performar, obter resultados para si e para aqueles com quem compartilha a vida e sua própria identidade. Seu cansaço deveria ser escamoteado, já que nessa sociedade do desempenho, este esgotamento “é um cansaço solitário, que atua individualizando e isolando” (HAN, 2015).

Na teoria de Furtos (2007), uma das modalidades clínicas do sofrimento psíquico de origem social, elencadas em níveis de gravidade, é o que ele chama de “bom estresse”, a primeira citada. Numa sociabilidade precarizada, este nível de sofrimento pode estimular, ajudar a viver, havendo aqui uma consciência da precariedade e a manutenção do vínculo. Na atual sociedade do cansaço, essa modalidade clínica do sofrimento psíquico é perceptível na solidariedade e na conservação de laços em comunidades precarizadas. Assim como os guetos de Wacquant (2008), essas comunidades não são simplesmente um espaço de pobreza ou segregação espacial/racial, mas possuem sua própria complexidade e organização das relações sociais, econômicas e políticas. As delimitações espaciais definidas pela precarização local foram ainda intensificadas pela suspensão do trânsito na área de risco, reiterando a dominação espacial a que estes corpos estão submetidos. Parte do território se tornou “o lado de lá”, limitado, guardado pelos agentes da mineradora, e então a manutenção dos vínculos foi dificultado ou mesmo rompido, o que pode ter ocasionado na elevação do sofrimento psíquico das pessoas atingidas, sobretudo pelas condições físicas afetadas, como é o caso de Maria de Tal:

E: Antes do acionamento, você fazia atividades físicas?

MT: A gente fazia, a gente andava de bicicleta para aquele lado de lá, inclusive, até esqueci de falar, eu ia muito de bicicleta para lá,

mais meu menino, porque minha mãe morava para o lado de lá, né? A gente ia muito, tinha colega de lá, a gente ia de bicicleta. Era assim, eu andava de bicicleta igual eu falei, às vezes a gente ia a pé, é uma caminhada. Então hoje a gente já não faz mais isso, hoje eu não consigo, eu não faço mais nada.

[...]

E: Quando você tem alguma dor...você tinha ou teve alguma dor física mais aguda assim que você sentiu?

MT: Eu tenho... me deu assim, eu tenho dois esporão no pé. Meu joelho também, tem um joelho também que ele dói para caramba.

E: Mas isso começou quando?

MT: Isso foi agora, foi por agora. Porque tipo assim, é como se diz, os médicos às vezes fala sedentária, né? Que eles falam, né? Eu estou tipo isso.

E: Você acha que você ficou mais sedentária depois do acionamento?

MT: Inclusive eu engordei pra caramba, não sei se é por causa do remédio, mas, e também porque eu não faço mais exercícios, eu... entendeu? Tipo assim, eu não faço mais nada.

Ora, o sedentarismo aqui pode estar associado às perdas de objetos sociais. A insegurança ontológica vivenciada por Maria de Tal diante das mudanças em seu dia a dia paralisou suas atividades físicas, antes compartilhadas com suas pessoas próximas na região. Ela então relaciona o esporão no pé e as dores no joelho à falta dos exercícios físicos que antes fazia. Os remédios que passou a usar para controlar sua ansiedade é também uma possível causa de seu aumento de peso, mas sobretudo, devido a perda das atividades físicas – ela já “não faz mais nada”.

Por óbvio, aqui a saúde física, mental e social se confunde. Ambos estão em crise, no caso citado, e Maria de Tal expressa bem tal sensação. Claro, ao passar dos anos e também das significações e ressignificações feitas pelos actantes atingidos, em relação com as entidades de suporte no entorno da comunidade, as interpretações sobre a deterioração da saúde física, mental e social vão se solidificando. Mas ainda assim, pode haver casos graves de pessoas que permanecem isoladas, contraídas no silêncio e na ausência de interpretação, até mesmo para pedir ajuda. Segundo Furtos (2007), “quanto mais uma pessoa está mal

psicologicamente, menos ela consegue pedir ajuda, seja no plano social, médico ou psicológico. Isso varia desde a dificuldade e o atraso na solicitação de ajuda até a recusa da ajuda”. Portanto, parte das perguntas feitas aos entrevistados levava em consideração a facilidade e iniciativa desses em clamar por socorro. Como foi perguntado para Maria de Tal.

E: Quando você tem alguma dor física ou alguma coisa que você sente assim emocionalmente, você tem com quem buscar, com quem pedir ajuda?

MT: Eu, sempre, eu, quando... eu às vezes, eu fico assim, numa recaída de tristeza, aquelas coisas tudo, às vezes eu falo, converso muito com meu marido. Inclusive hoje eu não fico assim, eu não fico sozinha, eu não gosto de ficar sozinha, eu gosto de ficar sempre com alguém, sabe? Que eu tenho medo de morrer sozinha, eu morro de medo, entendeu? Hoje em dia eu busquei muito nele, aonde que ele tá eu tenho que tá junto, eu fico junto com ele. Pra mim, tipo assim, se eu começar a passar mal, vir aquelas ansiedade, aquelas coisas ruim em mim, eu tenho que ligar para ele. Se eu não conseguir falar com ele, aí eu já ligo para minha mãe, aí ela tem que ficar comigo no telefone, mesmo sem falar nada, eu sabendo que ela tá no telefone, ela tem que ficar comigo no telefone, eu sei que ela está ali, entendeu? Eu falo com ela, às vezes: nem precisa da senhora falar nada, só fica comigo no telefone. Aí às vezes a gente fica caladinha no telefone, mas eu sabendo que ela está lá, aí depois vai passando, vai passando.

O que Maria de Tal descreve é uma crise de ansiedade, e é justamente no contato com seus próximos, ainda presentes em seu cotidiano, que ela busca o alívio. A crise de ansiedade é um episódio agudo caracterizado por uma sensação súbita e intensa de apreensão ou medo, que se desenvolve rapidamente e atinge seu ápice em poucos minutos (SOUZA et al, 2024). Durante esse episódio, os indivíduos podem vivenciar uma variedade de sintomas físicos e cognitivos, como palpitações, tremores, sensação de falta de ar ou sufocamento, tontura, despersonalização, medo de perder o controle ou enlouquecer, além de uma forte urgência em fugir da situação que desencadeou a crise (APA, 2013 *apud* SOUZA et al, 2024).

Maria de Tal encontrava segurança em seus afetos, mas a comunidade inteira estava dividida,

desnorteada, retraída em suas fragilidades. Portanto, embora utilizemos o conceito de Furtos sobre o sofrimento psíquico de origem social para entender mais profundamente sobre seus efeitos clínicos, compreendemos todos os componentes relacionados ao bem-estar em conjunto, sem separações conceituais, alcançando, portanto, a definição biopsicossocial de “sofrimento social”. Para Das (1996) a dor e os distúrbios decorrentes de atrocidades são condições de saúde, mas também são questões políticas e culturais. Portanto, a crise de ansiedade que relata Maria de Tal é uma sensação súbita de medo ocasionada pelos traumas sofridos em sua experiência social. Para compreendê-lo é preciso situar este corpo em crise em relação com seu ambiente, condicionados pela perda de objetos sociais no jogo microcósmico local, mas também geral, através dos resultantes práticos dos poderes políticos, econômicos e institucionais.

4.4.3. Corpos e mentes adoecidos

As perdas abruptas de objetos sociais são em si um desastre. Em relação aos impactos de desastres naturais na saúde da população, Freitas (2014) discorre sobre os efeitos à saúde da população afetada em curto, médio e longo prazo. Embora a lama invisível não configure um desastre natural, e sim sociotécnico, podemos compreender esses efeitos de forma análoga. Em curto prazo de tempo, segundo Freitas, se produzem a maior parte dos registros de feridos leves e graves e mortalidade; em médio prazo, verifica-se a insurgência de doenças transmissíveis, bem como a intensificação de doenças não transmissíveis em pessoas já acometidas por estas, especialmente, a hipertensão; e por fim, no longo prazo, emergem os transtornos psicossociais e comportamentais, as doenças cardiovasculares, desnutrição e a intensificação de doenças crônicas.

Em 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, no município mineiro de Mariana, causou 19 mortes e liberou cerca de 50 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários, alcançando o oceano depois de percorrer os 600 km do Rio Doce (ZHOURI, p.36. 2016). Mas, além das perdas materiais, o desastre permanece, de forma contínua, afetando a vida social e os corpos individuais da população local, e, claro, contribui para perda da integridade mental dessas pessoas, sobretudo diante das interrupções dos modos de vida e da própria vida. Quatro anos depois, em janeiro de 2019, o desastre da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocasionou mais de 270 pessoas mortas (MOTA, 2022) e o lançamento de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos da mineração no meio ambiente,

dispersos por entre a bacia do Rio Paraopeba. É certo que a saúde mental dos afetados foi impactada pela magnitude do desastre, bem como pelo número de óbitos e desaparecidos, mas também a saúde física, visto a destruição de casas e espaços públicos e pela exposição à lama, à água e à poeira contaminadas por metais pesados, que destruíram o ecossistema local (NOAL *et al*, 2019). Os desastres afetam os modos de vida e as redes sociais locais a partir dos efeitos físicos e simbólicos da ruptura da barragem. Acerca disso, Zhouri (2016) discorre sobre o conceito de sofrimento social:

A noção de sofrimento social permite-nos sair dessa perspectiva biomédica estrita para compreender ‘os aspectos socioculturais que engendram o sofrimento dos atingidos’. Tais aspectos se relacionam à intersecção entre os eventos físicos e o modo como os grupos afetados reagem a eles, às formas de interlocução que lhes são exigidas, por um lado; e, por outro, ao modo como as agências corporativas e públicas respondem institucionalmente às suas demandas, submetendo-as a uma inflexão técnica que promove a desautorização de suas narrativas. (p.38)

O sofrimento social é definido por um conjunto de problemas humanos que possuem origens e consequências nas feridas devastadoras que as forças sociais infligem à experiência nua da vida, resultantes do *ethos* do poder político, econômico e institucional que atinge as pessoas, inclusive nos constructos subjetivos de respostas aos problemas sociais. Nessa categoria se incluem campos distintos da realidade, bem como das ciências ocidentais, divididas entre a saúde, o bem-estar e questões legais, morais e religiosas (DAS, 1996).

- **As “incertezas tóxicas”**

Assim como Maria de Tal, Isaura também tinha ansiedade antes do acionamento e tomava remédios para controlá-la. Mas a lama invisível desordenou a administração de sua saúde. O ocorrido em Brumadinho era recente, e, quando foi acionado o PAEBM na região, ela só pensava nas imagens da tragédia na cidade vizinha:

IS: Eu não pensava em mim, eu pensava em minha mãe, porque a minha mãe é idosa, 94 anos, né? Na época ela tinha 90. Ela mora aqui do lado, aqui. Ai eu pensava só nela, né? Como que eu ia fazer pra socorrer ela, se caso viesse acontecer? Como é que eu ia correr no dia? Nossa senhora!”.

Isaura ficava apavorada ao imaginar o que poderia ocorrer e, diante das preocupações que passaram a assolar sua rotina, precisou de um aumento da dosagem dos medicamentos contra a ansiedade, passando a tomar fármacos mais fortes, como o citalopram. Segundo ela, esse aumento é diretamente relacionado ao acionamento, pois ficou muito assustada e preocupada com sua mãe, à noite não dormia e ficava pensando em como socorrê-la em caso de rompimento. Em certo momento, ficou cinco dias sem dormir, principalmente pelo medo de rompimento em dias de chuva, até que seu médico receitou zolpidem para que ela pudesse descansar à noite. Até pouco tempo, Isaura ainda tomava o medicamento para dormir, mas por conta própria decidiu interromper o uso; sabia que eram remédios fortes que a deixavam desnorteada: *“eu tava ficando lerda, esquecendo das coisas!”*.

O sofrimento de Amada deve ser aqui mencionado. Amada, quando passou a conviver com o temor do rompimento da barragem, vivia assustada e preocupada: *“qualquer hora estoura, qualquer hora. Já ficamos com medo”*. Até seus 36 anos, sua pressão era baixa, mas depois começou *“a suspender”*; ainda assim ela a mantinha controlada. Porém, veio o acionamento:

A: E fui fazendo controle. Depois não adiantou controlar mais não. Depois ela subiu tanto e eu infartei.

E: Ela subiu quando?

A: Ela subiu em 2021, ela subiu que foi pra 26, a pressão sabe? Aí ela foi, só mesmo tomando remédio, ela foi ficando alta, e depois quando ela ficou em 24 por 19, eu infartei. Aí não teve jeito de controlar mais não.

E: Ah, é? E nessa época a senhora já estava assim um pouco mais, sensível ou já no momento de ansiedade por causa desses problemas do acionamento?

A: Aí eu fiquei, eu comecei a ficar muito ansiosa. Eu passei a dormir pouco. Toda a vida dormi muito. Nessa época, eu passei a dormir pouco, porque tinha muito, muito medo, muita coisa pra... Meu menino trabalha de noite, o outro trabalha também aí na base, eu ficava com muito medo desse negócio estourar e acontecer tragédia.

E: Aí senhora não dormia?

A: Eu não dormia não, eu ficava com medo, eles trabalhavam de noite.

E: E a senhora começou a sentir alguma questão, alguma dor

física?

A: Eu tinha dor no peito e no braço. A cabeça também doía, só que o peito e o braço doía mais, doía mais, até que um dia eu amanheci com as costas e peito doendo... eu achei que era pressão. Falei, vou lá em Itatiaiuçu medir pressão, só que quando eu cheguei lá eu já estava infartada, já. Ai eu fiquei 30 dias no hospital de Itatiaiuçu, de lá transfériu para Belo Horizonte, fez o cateterismo e colocou as stents.

Amada nos diz que, à época do infarto, a pandemia se propagava no país. Ela ficou 30 dias no hospital em Itaúna aguardando para colocar os *stents*⁴⁹ e acredita que a demora tenha sido pela alta demanda hospitalar do período, sobretudo porque não tinha condições financeiras para pagar o procedimento na assistência médica particular. Depois que teve alta, ela retornou para sua casa e então passou o confinamento se recuperando da cirurgia, mas ainda convivendo com as incertezas sobre a barragem, fatos sequenciais que a deixaram desanimada e desencorajada em seu cotidiano:

E: A senhora tinha com quem contar? A senhora conseguia falar com as pessoas? Ou conseguia buscar no posto, a senhora conseguia?

A: Às vezes a gente comentou, mas a gente calava mais. Porque a gente ficava muito, assim, angustiada, né. Porque, se isso acontecesse, o nosso lugarzinho aqui ia acabar, ia ficar isolada. E até a gente mudar para outro lugar e acostumar, não era fácil não. Porque tudo isso ainda corre o risco, não corre? Tudo isso ainda corre risco deles não dá conta de fazer esse trem⁵⁰ e arrebentar lá e

⁴⁹ Pequeno dispositivo expansível de forma tubular, feito de nitinol, aço inoxidável ou uma liga de cromo e cobalto, que é inserido no interior de uma artéria para prevenir ou evitar a obstrução do fluxo no local. Sua principal função é restaurar a corrente sanguínea na artéria coronária e trazer um ritmo quase normal. De: <https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/noticias/2018/agosto/stent-cardiaco>

⁵⁰ Esse “trem” a que Maria se refere diz respeito à Estrutura de Contenção Jusante (ECJ), um muro que a mineradora ArcelorMittal está construindo bem próximo ao chacreamento de Lagoa das Flores, em Pinheiros. Seus objetivos são: barrar a lama de rejeitos em caso do rompimento da barragem e também possibilitar a descaracterização da barragem com mais segurança. Embora possua danos ambientais significativos, caso o muro seja de fato utilizado, outros danos materiais à população local já são sentidos, como “o aparecimento de trincas, fendas e rachaduras em dezenas de edificações das comunidades atingidas” (<https://aedasmg.org/representantes-da-comissao-de-atingidosas-de-itatiaiuçu-visitam-as-obras-da-estrutura-de-contencao-a-jusante-ecj/> e <https://aedasmg.org/atingidos-e-atingidas-de-itatiaiuçu-protestam-na-porta-da-arcelormittal-pedindo-reparacao-justa/>)

vim.

Essa dificuldade em interpretar e expressar as complexidades das variantes físicas e simbólicas de um desastre configura o *modus* nebuloso das “incertezas tóxicas” (TEIXEIRA, 2014). Para a autora, além dos efeitos bioquímicos do termo, tais incertezas “se apresentam como produtos sociopolíticos cujos efeitos são perversos para aqueles que compõem os grupos afetados ou atingidos”. O estado de dúvida contínua e aflição, atrelada à atitude apreensiva própria das incertezas tóxicas, afetam os corpos em cena e o próprio meio ambiente, palco das interações. Com as limitações subjetivas de uma vivência inédita sobre um desastre, bem como o fato de as redes de apoio baseadas nos sistemas peritos envolvidos estarem totalmente desarticuladas, o processo de adoecimento individual e social se entrelaçaram sem, contudo, subsidiar uma circulação própria de saber que envolva todas as esferas da vida afetada.

Dona Sebastiana, por exemplo, não conseguia relacionar a morte de seu marido com as tristezas vividas por ele diante da lama invisível. Enquanto conversávamos, seus jovens filhos perambulavam pela casa, até que uma delas, num cômodo vizinho, fez soar sua voz aparentemente contida por um açude simbólico de silenciamento:

E: Ele também ficou chateado com a questão do acionamento?

S: Ficou, recebeu só 19 mil, tadinho [das negociações individuais de indenização], ficou muito triste que recebeu pouco.

Filha (fala de fundo): Ele ficou, que ele começou até a ter uma doença que ele se esforçava muito, não conseguia dormir. Deu dermatite crônica.

E: Dermatite crônica? Mas logo depois do acionamento?

Filha (fala de fundo): Foi. Ele não conseguia dormir, não, porque meu pai, tipo assim, ele ficava pensando que o trabalho dele foi em vão, sabe? Que o trabalho dele foi em vão, entendeu?

E: E vocês acham que tem essas preocupações por causa do que ocorreu do acionamento mesmo?

S: É, eu acho que sim também, porque ele pensava que ele ia receber um dinheirinho bom. Até antes dele morrer, ele falava que ele queria receber era mais.

E: Uhum, ele teve dermatite logo depois e...

Filha (fala de fundo): Foi, foi logo depois que meu pai teve dermatite. Nossa! Tinha que ver! Ele não conseguia dormir com a minha mãe, porque ele ficava coçando, ele ficava até de madrugada acordado, levava ele no dermatologista e passou pra ele um tanto de coisa, mas ele ficava coçando, coçando, coçando, nossa, eu lembro que meu pai dormiu lá na cozinha, ele conseguia dormir não.

E: Ele não conseguiu dormir, aí ele começou a tomar algum medicamento pra isso?

S: A única coisa que dava ele era injeção e passava pomada.

Filha (fala de fundo): Não, mas ele tomou uma injeção que foi medicamento, mas não deu certo.

S: Aí, o doutor [...] fez a biópsia, mandou cortarem ele que ia fazer biópsia, para ver o que que tava causando, porque não era normal essa coceira. Aí tava escrito que era dermatite crônica, já tava assim há muito tempo.

Filha (fala de fundo): E era psicológico também.

S: Era!

O marido de Dona Sebastiana adoeceu em abril de 2024 e desde então passou a fazer hemodiálise. No dia em que ele passou mal, Sebastiana o levou à policlínica da cidade e os médicos constataram que se iniciava ali um processo de infarto. Dois meses depois, ele faleceu devido a uma infecção no cateter. Além disso, Sebastiana também tinha seus problemas de saúde. Depois do acionamento, ela foi diagnosticada também com uma doença dermatológica inflamatória chamada líquen, que aparentemente já se manifestava antes do ocorrido, como ela mesma nos relata:

E: E a senhora? A senhora também teve alguma questão de saúde depois do acionamento?

S: Não... eu tive, né? Eu tenho líquen, corte de pele crônica, entendeu? Eu coço toda aqui.

E: Ah, a senhora também tem?

S: Tenho, é uma doença que vai e volta.

E: Como que chama?

S: Líquen.

[...]

S: Aí eu fiz a biópsia, cortou aqui assim, e deu pra ver que era uma doença, aí os outros falavam ainda que a gente ia varrer lama, aí que eu ficava estressada, ficava nervosa, ansiedade demais.

[...]

E: Antes a senhora não tinha essas questões?

S: Não, não tinha não, tinha pouco, depois que começou entendeu? Ter mais ansiedade, mais nervosismo. Aí eu já tava trabalhando na prefeitura, o povo sempre ficava implicando eu na rua, varrer rua, né? Aí o trem agravou mais ainda.

As marcas da coceira ainda permaneciam vívidas em sua mão. Conforme verificamos na figura 20 do capítulo 3.3.4 sobre a taxa de Mortalidade por Capítulo CID-10, as causas de morte relacionadas ao tecido subcutâneo passaram a fazer parte do cotidiano da cidade de Itatiaiuçu após o acionamento, e o que vemos no caso de Sebastiana e seu marido nos aproxima desse diagnóstico sobre a saúde coletiva local. Sobre o sofrimento específico dela, a ansiedade que Sebastiana passou a experimentar gerou uma crise intensa e ela precisou se afastar do trabalho na prefeitura por nove meses, sendo assegurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Depois do acionamento, também passou a tomar medicamento para dormir: “*É, doxepina pra dormir, passava uma pomada caríssima, era tudo manipulado, tudo. Eu parei de tomar esse remédio, sabe por quê? Ele dopava eu, se eu tomasse à noite, acordava no outro dia só meio-dia, onze horas*”. A pomada dermatológica era essencial para o cotidiano de Sebastiana. Seu trabalho na limpeza das ruas na cidade a expunha diariamente ao sol, o que também prejudicava sua doença na pele. Porém, o remédio para a insônia prejudicava seu rendimento, ambos condicionados pela ansiedade que passou a ter.

Com as mudanças na região geradas pela lama invisível, Dona Sebastiana deixou de frequentar a igreja evangélica Santíssima Trindade, já que os cultos foram cancelados, fato impulsionado pelo medo do pastor acerca da segurança da barragem. Sebastiana também relaciona a perda de suas caminhadas diárias ao aumento de sua pressão arterial. Passou a tomar losartana e metformina, essa última relacionada ao diagnóstico de pré-diabetes – todas doenças emergentes após o acionamento do PAEBM:

E: A senhora falou da saúde física, né? Que a senhora passou a ter hipertensão também... Isso afetava... você tinha algumas crises em alguns momentos... como que era?

S: Que a minha pressão, ela é silenciosa. Eu não sinto nada, na média tá 17, tá 18, tá 19. Ai eu tenho que... eu tô tomando contínuo, direto.

E: Tá contínuo, mas a senhora teve algum momento que teve alguma crise, que a senhora sentiu algo... algo mais forte?

S: Nervosismo. Nervosismo.

E: Quando a senhora fica mais estressada?

S: Mais estressada, aí aumenta.

E: Isso geralmente ocorre quando? Quando a senhora tá preocupada com alguma coisa?

S: Preocupada. É.

E: Ai nesses momentos a senhora pensa em que?

S: Ah, penso em desistir de tudo.

E: A senhora acha que esse sentimento vem depois do acionamento?

S: Ah, depois eu... tudo, incluindo tudo, né? Porque a gente era feliz, igual a gente hoje não é feliz, incluindo tudo, porque tudo, tudo é por causa da barragem, entendeu? E juntou tudo. E é por isso, por isso que até hoje eles não tirou meu medicamento, porque, pra falar que eu tô bem? Não tô. Agora vem a morte do meu marido, como que a gente fica bem?

Ao pensar em “desistir de tudo”, Sebastiana se refere não a si própria, mas ao meio social degradante e sem sentido que não mais a absorve. É o contexto social hostil que a leva ao desespero, traduzido por ela em suas concepções físicas e mentais, como nervosismo e estresse. Em síntese, é mesmo a insegurança ontológica absorta em sua subjetividade, mas sobretudo, “a miséria humana, o salário degradante, a injustiça social em todas as suas manifestações que levaria as pessoas a desistir da vida” (WERLANG, 2013).

Além disso, quando Sebastiana “*junta tudo*” em suas memórias, ela provavelmente se refere também à pandemia de COVID-19, além do acionamento e, mais recentemente, da perda de seu marido. O evento do acionamento é um ponto marcante de ruptura dos laços sociais e da deterioração da saúde coletiva local, intensificados um ano depois com a chegada ao Brasil

da pandemia do COVID-19⁵¹ .

- **A lama invisível e a pandemia de COVID-19**

Segundo estudo científico publicado pela Organização Mundial da Saúde em 2022, verificou-se o aumento significativo de 25% da prevalência global de ansiedade e depressão diante da pandemia (ONU, 2022). Portanto, enquanto sofriam as consequências de um desastre local, as pessoas atingidas foram surpreendidas por mais outro, em escala global, impulsionando impactos severos na saúde física, mental e no bem-estar de todos. Ao passo que a região se caracteriza como território de morada e refúgio dos centros urbanos, as comunidades atingidas poderiam ser acolhedoras para os que buscavam isolamento social durante o período pandêmico. Entretanto, as incertezas sobre a barragem e, sobretudo, as proibições de acesso e mudanças de residências ocasionadas pelo acionamento impossibilitavam o usufruto da apazibilidade natural dali. Além disso, o acúmulo de incertezas funcionou como múltiplas camadas do sofrimento, empilhando vários fatores de estresse num cenário de insegurança e medo do futuro.

Artur, por exemplo, já era diagnosticado com reumatismo desde 2006. Primeiro veio o acionamento do PAEBM; apesar de algumas mudanças em sua rotina, continuou trabalhando para a Minerita nas fazendas locais. Parecia que não tinha muitas diversões em sua vida, gostava mesmo era de trabalhar. Artur confessa ter ficado apreensivo naqueles tempos; sua esposa perdeu o emprego e algumas limitações restringiam sua rotina no trabalho. Logo, em 2020, os médicos identificaram nele algumas doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Porém, quando veio a pandemia, Artur foi infectado pela COVID-19 exatamente em maio de 2021, permanecendo em tratamento em hospitais da região por um longo período. Como resultado dos dias em que esteve imobilizado, lhe ocorreram três cistos no nervo ciático e duas vértebras da coluna saíram do lugar. Com isso, passou a ter dificuldades para se locomover, necessitando do auxílio de bengala para tal – e então, por óbvio, Artur precisou se afastar do trabalho.

A saúde de Artur era frágil. Como portador de doenças crônicas, se enquadrava no grupo de

⁵¹ Em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado primeiro caso do novo coronavírus (COVID-19) no Brasil. (https://sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil/#elementor-toc_heading-anchor-1)

alto risco de infecção da COVID-19. Quando adoeceu, passou 8 dias em coma no Centro de Terapia Intensiva (CTI) até a recuperação. Com a perda do movimento da perna direita e a consequente perda do emprego, Artur passou a ter problemas neurológicos:

AR: Depois que eu tive a COVID, aí que eu comecei a dar umas surtadas, né? Aí eles me encaminharam para o psiquiatra e psicólogo.

E: Ah, entendi. Esses surtos que o senhor tinha, o que vinha na cabeça? O que o senhor pensava nesses momentos?

AR: Ah, dava aquele estresse, sabe? Aquela trem de não ver ninguém, né? Só vinha coisa ruim na cabeça, né?

E: Uhum, o senhor não via ninguém porque não estava trabalhando, mas também talvez porque também as pessoas não iam visitar o senhor?

AR: É, também tinha isso, né? De primeira, minha casa era cheio de gente, depois desse trem da barragem, aí eu não podia mais ficar igual era. Às vezes a gente que trabalhava lá, mesmo para entrar na fazenda lá, sempre tá pedindo autorização, pessoal da Arcelor, né? Até para mexer com gado da Minerita lá a gente tá pedindo autorização.

O isolamento imposto pelo acionamento, intensificado pela COVID-19, estremeceu sua rotina. Repentinamente, deixou de comandar sua equipe de campo nas fazendas da região e agora tomava medicamentos tranquilizadores, como clonazepam e o antidepressivo duloxetina. Perguntado se sentiu algo próximo ao desânimo diante dessas mudanças, Artur salienta positivamente:

AR: Ah, com certeza.

E: Como o senhor se sente com isso?

AR: A gente se sente inútil, né? Eu tomava conta de mais ou menos, entre fazendas, sítios, e chácaras, eu tomava conta de mais de 100, antes do COVID, tinha minha equipe que trabalhava, a gente estava todo mundo unido ali. E de repente você se vê sozinho, né?

Até o início do ano de 2024, os remédios ainda não surtiam os efeitos desejados pelos

psiquiatras e Artur via aumentar cada vez mais a dosagem dos fármacos receitados. Concomitantemente, os gastos com remédios subiam, enquanto sua esposa permanecia desempregada. Com o afastamento do trabalho, agora sob responsabilidade do INSS, seu pagamento mensal era 40% menor que em seu emprego habitual. A reviravolta em sua vida depois da infecção pela COVID-19 fez com que Artur não conseguisse manter o casamento com sua esposa: *“Depois da pandemia, né? Que a gente fica estressado demais, né? E juntou tudo, né? Junta esse trem da barragem, junta não voltar a trabalhar, aí você fica meio pirado, né? Tem o trem da COVID que você fica... né?”*. A vida se apresentava mais difícil para Artur. Ele não dá muitos detalhes sobre a separação, mas, decerto, todos os seus laços se desmoronaram, e seu sofrimento é determinado pelas mudanças repentinas em seu dia-a-dia: *“É, torna tudo mais difícil, a gente já anda estressado, aí depois que eu separei da minha mulher que eu procurei um tratamento psicológico, né? Eu estava surtando sozinho!”*.

Também para Seu Álvaro, a pandemia intensificou consideravelmente os impactos no modo de vida e na saúde já iniciados pelo acionamento:

AL: Então... A pandemia, eu posso associar com esse problema, uma coisa que veio assim, veio muito unida, sabe? Com a maldade, o desapontamento, uniu a força ali negativa para que ficasse pior minha situação, a gente tendo em vista o quadro de medo que a saúde, o Ministério da Saúde passou pra gente uma realidade que de fato estava ceifando a vida de muita gente. A gente entrou num quadro, num pânico mesmo, e meus meninos falou: pai, não, você não vai sair não, vou passar a chave desse cadeado, desse portão! E de fato ele passou a chave. Eu fiquei preso aqui em Betim, então ficou praticamente o tempo todo. Quando tava pra terminar a pandemia é que eu fui lá, estava minha casa no meio do matagal. É, estava no matagal! E depois, aos pouquinhos, eu fuzei lá, e pus fogo, já não tinha mais as plantas, já tinha morrido tudo, que foram abandonadas, né?

Essa razão de causa maior, né? Um motivo de causa maior, e não bastasse a situação que a empresa, o acionamento nos trouxe que eu já tinha abandonado mesmo, e aí com a pandemia se completou

o desapontamento.

Seu Álvaro também decidiu deixar sua terra natal, anos antes, em direção a Belo Horizonte, mas logo sentiu a deterioração de sua saúde diante das desterritorializações impostas pela modernidade e seus novos modos de vida. O êxodo rural ocorrido no Brasil a partir da segunda metade do século XX prometera um futuro dourado a milhões de pessoas. Entretanto, realocadas em sua maioria nas grandes cidades, que cresciam desordenadamente, esses novos urbanos se depararam com uma vida sedentária, trabalhos precarizados, apertados em transportes lotados e em residências cada vez menores – as mudanças no estilo de vida então relacionadas ao envelhecimento da população, mudanças nos hábitos de vida e urbanização significaram o aumento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes, câncer e doenças cardiovasculares provenientes da terceira fase da Transição Epidemiológica no país (PRATA, 1992).

A conquista do terreno em Lagoa das Flores por Álvaro já delineava sua busca em superar a depressão e a ansiedade inerentes à vida numa grande metrópole. Sabia que aquele modo de viver o levaria a algum adoecimento. A vida belo-horizontina parecia carregada de tristeza para ele, seu vazio interno diante da saudade do interior e da família só poderia ser superado por alguma aproximação à vida simples da roça – segundo ele, um “jeito grosseiro” de se referir à vida no campo. Álvaro então “foi atrás do prejuízo” e, tão cedo comprou seu refúgio, “estava tranquilo, trabalhava bem, sorria e tal. Era um homem normal dentro da sociedade, com a família, sabe?”. Perguntado sobre sua saúde depois de ter perdido o acesso ao refúgio em Lagoa das Flores devido às restrições impostas pelo acionamento, Álvaro responde:

AL: Então, tanto mental quanto físico, me abalou, assim, é... uma coisa me abalou significativamente, haja vista que a partir daí eu procurei médico, né? Psicólogo, psiquiatra, homeopata e tem que tomar remédio, e tô tomando remédio até hoje, né? Pra antidepressivo, dois tipos de remédio antidepressivo. Eu tomo remédio também de pressão alta, né? Tem uma pressão alta, tem um controlezinho, sabe? É um remédio baixo, sabe? Mas eu tomo remédio, faço uso do remédio para a pressão, né? E a depressão, pressão e depressão.

E: Entendi. Depois de tudo isso, você acha que logo imediatamente o senhor começou a sentir essa deterioração na saúde do senhor?

AL: Positivo, positivo. Veio um impacto assim, é... um impacto muito negativo que a gente pudesse, assim, ter a certeza que tinha uma mudança de equilíbrio psicológico, físico e mental, né?

E: Depois do acionamento, como que ficou o lazer do senhor? O senhor é... como que era o acesso ao lazer? Já que o senhor não podia ir lá, né? Como que ficou?

AL: Um meteoro, né? Quando ele vem no espaço e spatifa, né? Cai por terra, vamos dizer assim, eu caí por terra. É verdade que agora estou tomando, estou melhorando aos poucos, né? Estou equilibrando mentalmente, psicologicamente, fisicamente estou me equilibrando, mas foi como se fosse um meteoro.

E: O senhor deixou de ter acesso a lazer e ao meio ambiente, natureza, depois desse acionamento?

AL: Sim, positivo. Deixei totalmente, totalmente, perdi o estímulo e entusiasmo para tudo. Perdi, assim, o equilíbrio, né? Como se fosse, assim, andar de muleta, você era sempre esperto, dinâmico, e aí, quebrou o pé e tá andando de muleta. Então, de fato, com toda certeza, toda sinceridade, eu posso reafirmar que agravou mesmo de forma considerável.

Além de cultivar seus laços sociais na chácara, Álvaro também vendia suas pequenas confecções de lingerie pela região de Pinheiros. Com o afastamento de bons clientes na região e a total perda de entusiasmo, não tinha forças para prosseguir em seus empreendimentos, deixando de vender inclusive para seus clientes de Betim, onde morava. À época do acionamento, planejava construir uma grande cozinha com fogão a lenha para sua esposa. Já havia comprado as telhas e algumas madeiras, mas a perda de renda e as proibições de acesso ao local o fez abandonar todos esses projetos: “*então a partir daí eu perdi a força, a gente adoce, não tem como você continuar, praticamente zerou, isso aí eu me perdi mesmo sabe?*”

Álvaro se orgulha de ter uma família propositiva e acolhedora, mas sentia que ela mesma se entristecia com sua falta de entusiasmo. Era compreensível, já que a luz que resplandecia em Álvaro simplesmente se apagara:

AL: Pra ser sincero com você, Caio, a vida pra mim, a vida é um dom de amor pra quem sabe viver. Sempre procurei saber viver, sabe? Sempre procurar ter positivismo, sabe? Manter a alegria. Mas eu não me contive, eu entrei em um quadro de total desapontamento que eu falei: poxa vida, será que vou continuar vivendo? Será? Será que é melhor morrer? Aí eu fiquei na dúvida. Medo da morte, sempre eu tive medo da morte, não concordo com a morte, sabe? Aceito, mas não concordo. A velhice eu não concordo. Então já criou, ficou um monte de coisas, como se diz, uma montanha de lixo, uma montanha de lixo no painel da minha memória, então, eu quase me sucumbi, sabe? E, conseqüentemente, afeta a família.

E: Sim. Como que foi isso? Com as pessoas ao redor?

AL: Ah, todo mundo ficou triste, né? Preocupado também, vivendo um quadro de medo, desapontamento e preocupação com a minha pessoa, é... preocupação com minha pessoa do futuro.

E: Sim, o senhor tinha medo de quê? O que que o senhor pensava? O que que aparecia na sua memória, na sua cabeça?

AL: Ah, Caio, em questão lá, por exemplo, se eu pensar, depois que passou a pandemia e tudo, ainda passa na minha cabeça, eu crio um quadro, eu crio um quadro dentro de mim, principalmente quando eu tô chegando, sabe, nas margens da BR. Eu crio um quadro que é... vem uma avalanche tão grande, parece que está vindo as nuvens me cobrindo, porque a gente é sabedor disso, que se estourar lá, diz que é poucos minutos para chegar na BR, eu me sinto soterrado, maior medo, fico em pânico, começo a entrar em pânico, sabe? É claro que eu mantenho equilíbrio, finjo, né? Eu finjo pra minha esposa e quem tá comigo e tal, mas é aquele medo tremendo, até que eu avanço os córregos, as margens baixa lá, atravessa a pontinha, atravessa o córrego e começa a subir, me elevar pra a minha casa, que é mais no alto lá de Lagoa das Flores, é que vem mais ou menos aquela certa tranquilidade aquele certo alívio. Mas eu tenho esse histórico dentro de mim, de medo, sabe? Uma coisa negativa, então, portanto, resumindo, não é mais aquilo que eu escolhi quando eu comprei lá, sabe? Eu me sinto uma pessoa

totalmente ilhada, sabe? E, sem ter privacidade, não sinto que eu tenho a privacidade mais naquilo que eu gostava e, portanto, eu tenho aquilo ali mais porque... é meu né, de qualquer forma, comprei e paguei. Mas não sinto mais alegria, contentamento mais com aquilo ali, com o território ali, devido ao medo, o quadro de medo, toda vez que eu vou, quer vá de manhã, quer à noite, quer ao meio-dia, é chegar naquelas margens lá, já fico pensando, já saio de Betim pensando. É uma coisa que só a ciência que pode explicar, que talvez nem bem a ciência, isso é uma coisa que emociona o cérebro, né? É muito complexo, né? Pra gente identificar onde que é a causa, como tirar essa causa, é muito difícil, tá dentro de mim, então, infelizmente eu tô carregando essa cruz, né?

A ciência a que Álvaro se refere certamente é aquela disposta em seu entorno, limitada a mitigar os danos a partir de uma perspectiva unidimensional, tanto de suas predisposições internas, seja na medicina ou na psicologia, quanto pelos objetos de investigação que ainda miram sedar estritamente o corpo doente, embora iniciativas recentes busquem entender também seu ambiente habitado. O sofrimento de Álvaro advinha das perdas de objetos sociais que havia recuperado pela territorialidade natural que se aproximava de suas raízes no campo; não se originava de algum mau funcionamento interno intrínseco de sua mente ou corpo isolado do seu meio social. O homem, animal coletivo, ao necessitar de seu grupo, bem como de seus símbolos e significados, busca uma coesão conceitual em interação com a materialidade de seu tempo. Sem isso a vida se desfaz, o corpo físico sucumbe às inações de uma mente em descompasso, ou, como diz Álvaro, “*em desapontamento*”. Seus sentimentos determinavam suas ações no mundo e o isolamento já não lhe trazia sentido. Se sentia

AL: ... isolado, né? Uma pessoa excluída, né? Como se fosse assim, uma coisa descartável, sabe? Um pão que perdeu a validade e foi jogado ali no lixo, né? No lixo, sinceramente [...] eu me senti, como se diz, abandonado mesmo, desprezado, sabe?

Sente-se descartável, assim como infere Nixon (2011), a partir da leitura de Bauman (2005), ao determinar o conceito de “corpos descartáveis” – diante da modernidade líquida, na qual

sujeitos são considerados supérfluos e sem valor para o sistema econômico e social. Seu Álvaro passou a não dormir e, durante muito tempo, buscou apoio do seu psiquiatra, algum medicamento que o fizesse descansar à noite. Passou a tomar trazodona para dormir e enalapril para hipertensão, junto à hidroclorotiazida, a fim de não deixar reter líquido em seu corpo e afetar sua pressão arterial. Além disso, ainda tomava a bupropiona, um antidepressivo para “*ter energia*”. Seu corpo, por óbvio, era corolário de sua mente entristecida – corpo e mente se separam apenas nos conceitos, enquanto na prática fluem uníssonos. Passou por um bom tempo proibido de acessar sua propriedade em Lagoa das Flores, até que fosse autorizado com certo monitoramento através das guaritas. Para ele, era uma “*grande pressão psicológica*” quando passava por elas e precisava se identificar aos funcionários da mineradora. Por fim, Álvaro dizia que a retomada recente do acesso ao sítio o fazia “*levantar aos poucos*”; sua alegria também se reavia gradativamente à medida em que reatava seus laços sociais em torno da chácara. A guarita ainda permanece lá, mas, à medida que o tempo passa, o medo se dissipa aos poucos entre os moradores, como se esquecessem por ora de seus receios. Nos relatos de Álvaro, a retomada de seus laços parecia ser de fato o real remédio que lhe dava energia e lhe curava da depressão:

E: Mas agora o senhor também consegue voltar ao sítio, né? Ou não? Ou ele tá interrompido o acesso lá ainda?

AL: Olha, graças a Deus, igual eu te falei, eu estou levantando aos poucos, agora eu estou voltando assim, alegria aos poucos, né? O entusiasmo, estou voltando lá, tô capinando, sabe? Tô me sentindo bem agora, estou me dedicando às plantas, né? E descer para ver minha família lá, a gente quis fazer um churrasquinho, e tá levantando a alegria lá, em torno da minha família, de alguns amigos né? Aparecem lá e tal, então está renascendo novamente.

Além de Álvaro, Seu Isaac também se sentiu desorientado durante a pandemia. Ficou preocupado por tanta notícia ruim que chegava ao seu conhecimento, tornando-o ansioso pelo contexto conturbado: “*quase que eu dava um começo de depressão nessa época, mas acho que depois eu consegui passar por isso*”. Como já frequentava algumas sessões de terapia à época do acionamento, acredita ter conseguido superar aquela conjuntura difícil, “*falei: ah! bola pra frente aqui, senão vai dar ruim!*”.

No caso de Maria de Tal, perguntada sobre a pandemia logo após o trauma do acionamento, ela discorreu:

MT: Bom, é... Afetou foi tudo, porque, tipo assim, a gente já ficou com medo muito de sair para alguns lugar, mais perto dessa, dessa barragem, né... que é mais perto de onde o pessoal saiu, a gente já ficou com medo de sair. Quando veio a pandemia também, eu já, como se diz, eu já estava com medo porque teve aquele problema de... esse negócio da barragem aí a gente já ficou com medo. Como eu já tenho medo, fiquei com medo de morrer, sonhava direto. Aí eu ficava com medo de morrer. E depois veio essa pandemia que aí, aquele tanto de gente morrendo, aí é que prejudicou também muito mais ainda, aí veio, aí vem aquele trem, é duas coisas, é a barragem ou a pandemia, é as duas coisas, tá aí pra matar a gente, entendeu? Então a cabeça da gente fica muito ruim, a minha cabeça ficou assim, muito ruim, e eu sonhava direto, direto, eu tinha pesadelo direto com essas coisas, quando não era pandemia, era barragem. O sonho era barragem ou a pandemia, gente morrendo vendo as pessoas morrendo, era, nossa... era, era horrível, era horrível, entendeu? A cabeça não é a mesma coisa, inclusive a gente lembra muito das... Inclusive depois ainda dessa pandemia também algumas pessoas morriam, sabe, e eu ficava tipo assim, parecia que era normal, depois de tanta gente que morreu. Aí eu via, assim, alguém falando que tal amigo ali morreu, é normal, tipo assim, ficou tipo assim, é normal, e não era normal, né? Não era normal a pessoa morrer assim, mas como morreu tanta gente, parecia que já ia assim mesmo, ia morrendo assim, parece que estava acabando até o sentido já de, do que que é perder as pessoas, sei lá o sentimento mudou tudo. Sei que mudou tudo, a cabeça da gente revirou tudo.

Como se percebe, o acionamento, sobrelevado dramaticamente pela pandemia, determinou certa banalização da morte para Maria de Tal. Em outras palavras, Maria de Tal talvez tenha passado a visualizar a descartabilidade das vidas ao seu redor. Aliás, seus relatos pungentes nos aproximam do medo vivido pela população local, agressivo inclusive nos corpos afetados. A linha tênue que separa a saúde física da saúde mental é aqui apartada pela

dilacerante “vida nua” dessas pessoas atingidas, uma condição em que a vida dessas é reduzida ao estado biológico mais básico, despido de direitos e proteção social (AGAMBEN, 2010). No caso de situação extrema como o acionamento do PAEBM, a condição de “vida nua” reduz os actantes a meros organismos biológicos, mas a destituição da *bios* (a vida qualificada, a vida social e política) desintegra e deteriora a *zoé* (a vida natural ou biológica), acondicionando paralelamente sua saúde e bem-estar.

- **Consustancialidades em jogo**

Os objetos sociais não são igualmente distribuídos num sistema social baseado em inequidades históricas, como o contexto brasileiro. Aqui, as precariedades sociais se distribuem conforme raça, gênero e classe social (dentre outras classificações), de tal forma que os determinantes sociais em saúde devem se atentar às múltiplas opressões determinadas pelas configurações em jogo. Assim, tentamos compreender o sofrimento social pela lama invisível a partir do microcosmo vivido no território atingido. O perfil demográfico local nos demonstra as muitas disparidades sociais latentes no sistema social brasileiro, como escolaridade e renda, raça, classe, sexo e gênero. Aqui, o público afetado se compreende desde grandes proprietários, sitiantes (uso veraneio do território) de classe média, caseiros (trabalhadores dos sitiantes que mantêm uma relação mais próxima com o território), bem como moradores de casa própria e alugada, mas também pessoas de níveis heterogêneos de escolaridade, de classe, de raça e gênero. Assim sendo, mesmo nesse microcosmo pesquisado, há várias formas de se conceber e viver o território e, por conseguinte, seus riscos. Entrelaçada, pois, de actantes seculares e divinos, industriais e agrícolas, graduados e analfabetos, a comunidade ali articula e absorve a natureza e suas próprias tecnologias de diversas formas, encarando o caráter híbrido de suas configurações em jogo, sobretudo definidas pela inequidade de possibilidades de enfrentamento e resolução ao risco.

Portanto, é claro, há diferenças substanciais nessa população que antecedem o acionamento do PAEBM e, conseqüentemente, níveis de poder e subjugação que produzem antagonismos inerentes às relações sociais (KERGOAT, 2010) próprias da localidade. Um único acontecimento pode gerar vários tipos de afetação nesse jogo de interdependências em um nível microscópico, interferindo nas relações e nas configurações de várias formas. Ao nos atentarmos basicamente aos determinantes sociais em saúde, devemos sobretudo entender

as consubstancialidades (*idem*), que perpassam esses actantes. Tal conceito dá importância às questões de classe, mas em suas imbricações entre raça e gênero, conseguindo abarcar outras subjetividades (como nacionalidade, região, religião, casta, etc) de tal maneira que não separa nem condiciona certa característica, mas reúne em consonância e em movimento todas as características sociais dos indivíduos.

A noção de consubstancialidade de Kergoat se caracteriza por certa ruptura com a teoria da interseccionalidade – esta última defende uma análise das múltiplas dimensões da opressão, mas que, ao focar múltiplas categorias, pode levar sobretudo à fragmentação das práticas sociais (HIRATA, 2014). Diferentemente da interseccionalidade, Kergoat entende que as várias opressões sentidas pelas pessoas não devem ser separadas em caixinhas, depois elencadas de forma hierárquica, como se as opressões fossem sentidas de formas separadas umas das outras num único corpo que sofre. Todos os actantes (indivíduos sociais em movimento) estão em relação contínua com os poderes em jogo, positiva ou negativamente. A determinação de apenas uma característica social faz escamotear todas as outras vividas por um ser em processo e tensão, uma redução processual em si superficial que condiciona um perfil individual a uma identidade escolhida (como numa descrição qualquer numa mídia social qualquer) reificando e congelando a experiência do todo, que se encontra essencialmente em movimento e interpenetração. O termo consubstancialidade caminha em direção aos preceitos da teoria da interdependência proposta por Elias, pois é fluido e dá conta do movimento, da noção de que as pessoas se constituem entre as relações sociais de raça, sexo e classe, dentre outras, de forma interpenetrada, não separadas uma das outras, mas em interação e formação constante diante dos poderes estabelecidos. Então, na tratativa de reconhecer a natureza substancialmente interligada da experiência da vida, buscar-se-á compreender os relatos de algumas das pessoas atingidas entrevistadas.

Iniciamos com o caso de Risoleta. Mesmo antes dos traumas vividos pelo acionamento, Dona Risoleta perambulou por algumas cidades da região Sudeste do país na busca por trabalhos que a possibilitassem comprar sua tão sonhada casa própria. Sua classe econômica era onipresente em seus relatos, desde a dependência do patrão, dono da propriedade em Pinheiros, até a busca por renda e moradia em várias cidades citadas. Sua condição de classe era expressa em suas preocupações:

R: O aluguel come junto com gente, né? E os trem cada vez mais, só vai encarecendo, só encarecendo.

[...]

R: Eles estão querendo aposentar a pessoa só depois que tiver quase morto, né?

Proletária, Risoleta precisava vender sua força de trabalho e ainda assim sentia dificuldades em pagar o aluguel. Além disso, via impossibilitada sua aposentadoria, dispositivo previsto na Constituição de 1988, sendo uma conquista histórica das lutas de trabalhadores de todo o mundo, mas que se encontrava paulatinamente limitada pela hegemonia do capital financeiro na economia brasileira (SILVA, 2019) - visto a recém aprovada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 287, de dezembro de 2016, a Reforma da Previdência Social sob a gestão de Michel Temer.

Risoleta se mudara para Betim depois de deixar Guarapari, pois ali poderia ter o suporte do pai caso algo lhe faltasse. Mas muito lhe faltou, e ele não deu o suporte de que ela precisava, como, aliás, nunca dera. Embora tergiversasse sobre sua saúde, Risoleta se sentiu confortável para falar de sua triste relação com o pai. A vida não lhe iniciara facilmente:

R: Não vou esconder pra você não, nós passou foi fome! Eu lembro até hoje: minha mãe ia trabalhar, um dia ele pegou eu e a outra menininha levou pra um tal do puteiro lá, vendeu eu e a minha outra irmãzinha pequenininha para as mulher veia lá, as quengas. Aí as mulher... mãe tinha chegado do serviço, mãe estava lá passando roupa, aí as mulheres chegaram: vim entregar as meninas que seu Adão me vendeu. Ela saiu de lá quente, com um pedaço de pau.

Com o tempo, sua mãe se separou do pai, isso quando ela tinha 10 anos. Como sua irmã mais velha já estava casada, foi demandada a ela toda a tarefa essencial de cuidado com os irmãos mais novos, enquanto a mãe trabalhava fora para conseguir o sustento aos filhos. Percebe-se que não apenas a classe de Dona Risoleta está em jogo, mas também seu gênero, imbricado na percepção de posse masculina sobre seu corpo feminino ainda em formação, como também na determinação precoce do trabalho doméstico e cuidado com os irmãos. Risoleta nunca aceitara as atitudes do pai e sempre batera de frente com ele: “*Ele não*

*conversa comigo não, que eu joguei tudo na cara dele” – até mesmo de seu passado ainda presente – “O que eu tinha que falar eu falei tudo, eu falei, eu era pequena, mas eu lembro de tudo”. Sua insubmissão, bem como provavelmente a de sua mãe, é o que caracterizava o conflito familiar; e, ao se casar com outra mulher, presume-se que o pai tenha encontrado alguém que se submetesse a seus caprichos. Para os filhos do segundo casamento, ele oferecia “*tudo do bom e do melhor, toda semana faz churrasco*” – mas para ela e seus outros quatro irmãos, nunca houve algum suporte.*

E: Esses quatro nunca tiveram apoio dele?

R: Não.

E: Difícil, né?

R: Olha, deixa eu falar uma verdade pra você: eu tenho um irmão lá em Betim, ele deu tipo um derrame, sabe? Então ele não pode trabalhar, ele cata latinha e papelão. Ele paga 200 conto, num combinho de casa [casa pequena]. Sendo que meu pai... tem um combão [casa grande] lá com banheiro dentro, tudo bem cimentadinho lá, fechado, mas não dá ele para morar.

E: Nossa, que difícil, né? Ele não se dava bem com sua mãe, será?

R: Ah, sei lá, menino, não sei, porque meu pai, com desculpa da palavra, meu pai era muito raparigueiro. Ele gastava tudo, ele tinha uma fazendinha lá num negócio de areia, pros lados de Carlos Chagas, ele vendeu os gados, vendeu os cavalos, vendeu tudo lá, acabou com tudo, mas não deixou para nós.

E: Vendeu tudo lá e veio para Betim?

R: Ele vendeu tudo lá, comprou uma casinha em Carlos Chagas, aí ele foi, vendeu a casa lá em Carlos Chagas, ele falou que ia vender a casa, que não ia deixar a casa para nós não, que nós ia mudar da casa.

Enquanto um irmão vendia latinhas na rua para sobreviver, Risoleta batia de porta em porta em busca de emprego. Sem a ajuda do pai em Betim, seu marido conseguiu o emprego em Pinheiros, e então ambos se mudaram para Itatiaiuçu e passaram a trabalhar de caseiros para Seu Samara. Em troca de moradia, o casal se satisfazia com o emprego e o modo de vida proporcionado pela região. Nesse ínterim, Dona Risoleta havia descoberto o diagnóstico de hipertensão – segundo ela, tomava medicamentos regulares e sua pressão era bastante

controlada. Depois do acionamento, como já dito, Risoleta passou dois dias no hotel e depois retornou para a propriedade onde morava, mesmo com o receio da barragem: “*eu ia deitar, mas ficava pensando naquilo, sabe? Aí a gente não dorme, né? Fica aquele trem lá, né? Aí eu dormia um pouquinho, ele dormia de dia e eu dormia à noite, mas toda hora eu levantava*”. Depois da morosidade de Seu Samara para encontrar uma casa próxima da sua moradia provisória para que o casal pudesse viver e lhe servir, Risoleta precisou retornar para a região metropolitana de Belo Horizonte:

R: Saiu por causa que não estava dando para mim. Eu nem gosto de lembrar, que é uma ferida que até hoje nunca fechou. Minha menina adoeceu, aí eu ficava lá e cá, então eu estava gastando muito, que eu ficava lá e cá, lá e cá. Aí eu conversei com meu marido, eu falei: ó, não vai dar, você conversa com o seu Samara, você faz acordo com o senhor Lucas, que eu tenho que ir embora para cuidar de minha filha, que eu não tô achando ninguém pra ajudar a cuidar dela para mim. Então eu mesmo que tenho que ir, eu sou a mãe dela, eu mesmo tenho que cuidar de minha filha, que minha filha eu não vou deixar sozinha.

Sua filha de 33 anos estava com câncer e necessitava da ajuda da mãe. O casal então precisou acertar as contas com seu Samara para cuidar da filha, pois estavam gastando mais que seus rendimentos mensais para pagar locomoção até a casa dela. Contudo, depois de um mês de esforços contínuos, sua filha não resistiu, deixando dois filhos, de 4 e 11 anos. Por óbvio, o corpo de Dona Risoleta sentiu a sobrecarga à época: “*Tive um problema de coração lá, meu coração estava crescendo, meu coração cresceu!*”. Segundo ela, o coração crescia aturdido: “*Quando o médico me examinou, mandou fazer, falou assim, seu coração está crescendo, eu tomei até um espanto*”. Porém, sabendo da gravidade da circunstância diante de uma possível insuficiência cardíaca em curso, ainda assim Risoleta reproduzia o ato a que foi ensinada desde criança: o cuidado.

E: [...] Mas, do coração, a senhora está tomando algum medicamento até hoje ou passou?

R: Não, porque eu estou resolvendo primeiro um exame do menino aqui para depois eu mexer com os meus de novo, que de 6 em 6

meses eu tenho que fazer exame de sangue. Só que eu não fiz mais, depois que minha menina adoeceu e faleceu, eu não mexi mais.

E: Ó, a senhora tem que olhar isso Dona Risoleta, isso é importante.

R: É, mas agora eu estou muito apertada, que estou mexendo primeiro com o exame do menino aqui, que depois dessa doença que minha menina morreu, agora eu fico um pouco cismada, né? Que a família vem do pai dele.

O câncer era hereditário por parte do pai de seus filhos, que não era seu atual marido, o Vermelho. De toda forma, é necessário nos atermos à Risoleta e ao seu ato de cuidado. O conceito de *care*, segundo Guimarães *et al* (2011), abrange todas as atividades relacionadas ao cuidado pessoal e social, sendo essencial, mas historicamente subvalorizado e associado a papéis de gênero. No Brasil, esse trabalho é realizado sobretudo por mulheres, muitas vezes em condições precárias e informais, e negras, constituindo uma dependência significativa da mão de obra feminina e racializada (*idem*). Risoleta se autodeclarou parda para a ATI no momento do cadastro, mas seu caso só pode ser entendido em consubstancialidade, onde sua condição de mulher se confunde com sua classe, e no limite, com sua cor/raça⁵². Portanto, é preciso se debruçar sobre todas essas ao ilustrar minimamente a vida sofrida dessa personagem.

O caso parece se aproximar dos de Ana Toufik e Amada, irmãs moradoras da zona rural de Vieiras. A ancestralidade é uma questão central em seus discursos, seja no cuidado com a terra, seja nos ritos que configuram suas identidades: a Folia de Reis e o Congado. Ambas foram registradas pela ATI como pardas, segundo autoidentificação no momento do cadastro. Nos adentremos ao depoimento de Amada, que aprofunda mais sobre sua raça/cor enquanto identidade enraizada naquela terra:

A: Toda vida eu gostei de ficar no mato. A gente cozinhava carvão, aparecia bicho pelo mato afora, ficava enrascada. Nós é mais raça de índio, você entendeu, com escravo.

E: E o que isso significa para a senhora?

⁵² O Estatuto da Igualdade Racial estabelece que são consideradas pessoas negras as que se autodeclararam pretas e pardas (LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010).

A: Uai, para mim é uma coisa muito importante, porque os índios a gente aprendeu muita coisa com eles, né. E dos escravos aprendeu também, aprendeu a cultivar aquela festa que tem dos Congados, né. Faz aquela festança hoje só de congadeiro. Pois pra mim foi muito importante, porque eu nasci e hoje eu tô com 70 anos, continuando a mesma tradição.

E: Que bom. A senhora acha que essa tradição, ela foi interrompida ou teve alguma questão depois do acionamento aí da barragem?

A: Teve, moço. Isso prejudicou nós muito. A gente vai tentando reerguer devagarinho, mas porque aqui muita gente foi embora do lugar que era nosso. Muita gente ficou com medo, foi embora, e era todos componentes das guardas, né.

Segundo o site da ATI, “o povo negro é a grande maioria nas comunidades atingidas”, sendo 65,1% das pessoas atingidas autodeclaradas negras ou pardas.⁵³ A história da população negra em Itatiaiuçu, assim como em várias regiões de Minas Gerais, está profundamente vinculada ao período colonial, como já nos capítulos históricos. A resistência cultural por meio de manifestações populares, como o Congado e outras práticas religiosas afro-brasileiras, é uma tradição comum no estado, uma forma de preservar a identidade e fortalecer os vínculos comunitários dos negros na região.

Amada, presidente do Congado local, passou dificuldades em manter sua tradição. Com o medo de rompimento da barragem, o evento não ocorreu mais em Vieiras e ela precisou se deslocar até outras cidades para acompanhar outras guardas. Amada já era aposentada, e essas mudanças dificultavam seus gastos domésticos. Além do mais, ainda ficava preocupada com o filho que trabalhava numa das guaritas instaladas pela mineradora. Como trabalhadora rural precarizada, as dificuldades financeiras já definiam seus caminhos de vida; ademais, enquanto mulher, a preocupação com os filhos estava sempre presente na entrevista. Segundo o site da ATI, o diagnóstico socioeconômico realizado por esta infere sobre os relatos de mulheres sobre o aumento do trabalho doméstico, da violência, da insegurança e fortes danos à saúde,⁵⁴ como é o caso de Amada.

⁵³ <https://aedasmg.org/20n-dia-da-consciencia-negra/>

⁵⁴ Em matéria publicada em seu site, a ATI cita alguns desabafos de mulheres atingidas: “Estou em tratamento psicológico, ando tendo umas crises de insegurança, de não conseguir manter minha família. O medo é constante”; “Escuto um estrondo, dessas dinamites aí, e não sei se é barragem rompendo, é

Em certo momento da conversa, comentei a ela sobre as recentes ameaças das mineradoras em explorar a própria Pedra Grande, um dos cartões postais da região de Vieiras e tombado pelo município. Ela então respondeu:

A: Ah, esse povo, vou te contar viu, esse povo só olha o lado deles, os dos outros não. Esse povo olha o lado deles, os dos outros não.[...] Se minerar a Pedra Grande, acabou Vieira.

E: É. Mas eu vi que o pessoal tá se movimentando pra tentar ao menos breicar, parar com isso, né? Pelo menos tentando, né? Mas é difícil. Essas mineradoras são fortes também, né. Difícil.

A: Ah, elas... Quem tem dinheiro, filho, vou te contar para você, passa por cima de todo mundo.

Diante de tudo isso, Amada ia “*perdendo a saúde*” e se “*sentindo desanimada*”, e, embora dissesse que por vezes se calava diante de toda sua angústia, nas entrevista ela sempre se mostrava disposta a contar suas mais profundas verdades. Assim como sua irmã, Ana Toufik também contou sobre sua saúde fragilizada. Disse que já tinha glicose alta antes do acionamento, porém só veio precisar tomar insulina e medicamentos depois do evento, quando sua diabetes se descontrolou. Com as preocupações, também deixou de dormir e passou a tomar medicamentos para o sono: “*A gente perde o sono e fica pra baixo, né. Vê tudo como assombração*”. Consequentemente, a pressão também subiu e, segundo ela, quase infartou como sua irmã:

AT: Não, a pressão subiu demais que quase deu pra infartar. Mas depois eu comecei a tratar ela, não infartei.

E: Entendi. O que a senhora sentia quando tinha esses problemas, quando ficava alta a pressão?

AT: Eu dava dor de cabeça, dava aflição, eu ficava sem lugar, sabe? Eu dava dor na nuca.

E: É? E a senhora buscava algum recurso, algum posto de saúde?

AT: A gente ia em posto de saúde.

E: E o que eles falaram lá?

AT: Lá eles ficavam mandando eu ficar tranquila, eu não ficar pensando muita bobagem, porque senão a pressão não ia baixar.

E: Eles deram medicamento pra senhora?

AT: Deram medicamento. A glicose, eles chegaram a me mandar pra Belo Horizonte pra ver se a glicose abaixava e a glicose não baixou.

E: Ela continua sem baixar?

AT: Continua. Eu tomo insulina, eu tô tomando 40 unidades de manhã e 20 à noite. É muita coisa. A gente não pode tomar esse tanto de remédio não, né? Isso é muito ruim pra gente, né?

É nesse contexto que Ana Toufik se sentia desanimada para ir ao trabalho. Quando perguntada se, nos momentos de crises emocionais, que a desanimavam ou lhe deixavam triste, ela buscava algum posto ou alguém para lhe apoiar, ela respondeu: “*Ah, não. Isso aí não. Isso aí eu não busco não. Acho que é por isso que o trem sobe e aí não tem jeito de abaixar mesmo*”.

Contar e adentrar o próprio sofrimento era algo que nem sempre ocorria facilmente nas entrevistas, sobretudo entre os homens. Era difícil alcançar suas complexidades. Das treze pessoas com que conversei para este trabalho, três delas não relataram problemas de saúde para a ATI após o acionamento; todas elas eram homens; dentre eles, dois autoidentificados como pretos: Chico (55) e Henrique (46). Estatisticamente pode não significar muita coisa, mas se adentrarmos as perspectivas deles talvez possamos extrair algum sentido não generalizante.

Nos introduzimos, então, aos relatos de vida de Chico (55). Seu pai, natural de Crucilândia, e sua mãe, de Piracema, se mudaram para trabalhar em Pinheiros e ali se estabeleceram há mais de 60 anos. Chico nasceu na comunidade e passou toda sua vida atrelada a ela, estudou na escola dali e, mais tarde, iniciou os trabalhos de pedreiro, sendo sempre solicitado pelos moradores e sitiantes da região. Todo final de semana, se encontrava com os seus e “*dançava um forrozinho*”, e por vezes se aventurava nas pescarias com os amigos. Além do mais, participava das festas no centro comunitário local, assim como também estava sempre presente nos encontros da Folia de Reis.

A partir do acionamento e do consequente esvaziamento da região, os trabalhos de pedreiro ficaram escassos, e Chico automaticamente precisou buscar serviço fora dali, encontrando apenas no centro de Itatiaiuçu e também em Belo Horizonte. Também perdeu suas opções de lazer: “Perdeu foi tudo ué, não tem lazer nenhum. Lazer que eu tenho é só esse mesmo, só brincar com uma sinuquinha, um truquinho, quando acha algum colega que joga”; as festas no centro comunitário e a Folia de Reis não ocorreram mais; e, para pescar, agora precisava de se locomover para outros lugares, como Três Marias, que havia visitado recentemente, uma vez que o acesso aos rios da região atingida ficou proibido.

Quando perguntado de sua saúde, Chico respondia que estava tudo normal, não havia alteração. Embora reconhecesse o medo e preocupação com o possível rompimento da barragem, nada disso afetara seu sono, nem sua saúde. Porém, sem trabalho na região, viu suas dificuldades financeiras aumentarem:

C: Ah, bom, dá pra viver, né? Só não deu pra viver bem, mas igual era antes não, antes era bem melhor, sem dívida antes era bem melhor. A gente trabalhava aqui mesmo e tinha muito serviço, não faltava... Só não ia trabalhar quem não quisesse.

E: Aí depois o senhor teve dificuldade de arrumar emprego aí, arrumar trabalho?

C: Aí ficou difícil, aqui ficou difícil.

E: E isso dificultou de alguma forma a vida do senhor?

C: Dificultou porque teve perda de renda, né? Se tivesse trabalhando no Pinheiro direto, eu tava tranquilo, tinha 3 mil de renda. Tive que sair de lá pra trabalhar, eu ter que pagar pra ‘mim’ ir.

E: O senhor ia de que? De carro ou de ônibus?

C: De ônibus.

E: Tinha que pagar ônibus ainda?

C: Pagar o ônibus!

De fato, Chico não acusou nenhuma alteração em sua saúde física ou emocional, porém alguns objetos sociais importantes ele havia perdido no derramamento daquela lama

invisível. É um discurso diferente do de Henrique, que, à época do cadastro na ATI, não verificou quaisquer mudanças em sua saúde, mas, passados cinco anos do ocorrido, disse em entrevista que começou a perceber algumas afetações diretas em seu bem-estar.

Henrique visitava Lagoa das Flores desde 2005, quando sua tia comprou um terreno para ser utilizado como retiro de sua igreja. Motivado por ela, ele também adquiriu um lote ali, seis anos depois. Morador de Belo Horizonte, Henrique usufruía de sua propriedade como descanso nos finais de semana e como veraneio: “*pra sair desse tumulto de BH, né, porque a cidade grande é tumulto o tempo inteiro*”. Pela proximidade com a capital, conseguia estar sempre por lá. Sua chácara funcionava como uma pausa da grande cidade; recebia os familiares e amigos para descontração, mas também aproveitava as belezas naturais da região, como as cachoeiras, e os eventos comunitários, como o carnaval na praça e as festas da igreja católica.

Segundo Henrique, a compra da propriedade objetivava justamente o lazer, mas, à época do acionamento, já amadurecia a ideia familiar de se mudar para o local, planejamento rompido pela lama invisível. Com o acionamento, o lazer próprio da região se findou. Henrique então passou a frequentar seu sítio apenas para manutenções, limitado pelas restrições impostas pela mineradora. Por fim, o descanso e as festas ali já não eram mais realidade:

H: Agora a gente vai muito pouco, a gente ia frequentemente agora reduziu bastante, e as minhas filhas, minha mulher fica com medo também. Elas têm medo de ir lá, a questão toda é essa, porque a barragem ainda está lá ainda, não mudou nada. [...] Às vezes, a gente vai, aí fica tudo bem, mas se alguém lembrar e começar a comentar, aí o clima já fica tenso.

Em sua tomada de termo, realizada um ano após o ocorrido, Henrique dizia que já era diagnosticado com hipertensão, mas que as mudanças ocorridas em sua vida pelo acionamento não haviam alterado sua saúde. Por sua vez, não detalhou quaisquer queixas sobre sua própria saúde. No entanto, em conversa realizada para este trabalho, ou seja, quatro anos depois, sua saúde não era a mesma:

H: Há um tempo pra cá, eu fiquei diabético. Eu não tinha problemas de diabetes, e agora eu tô tomando até remédio agora. Eu tinha pressão alta, mas não tinha diabetes, mas aí agora, de uns 3 ou 4 meses pra cá, agora eu tô tomando remédio, porque a glicose subiu muito.

E: A diabetes...

H: A questão do estresse, aí agora eu tô fazendo um tratamento e a medica me falou: a gente vai fazer os primeiros exames, que descobriu que minha diabetes tá alta, e agora depois de 3 meses, eu vou repetir os exames, ela quer saber se é por causa do estresse ou porque já ia acontecer mesmo, ela não me deu essa ciência.

Para Henrique, a descoberta recente da diabetes veio paralelamente às negações da mineradora quanto aos seus danos sofridos, algo que intensifica sua frustração e sofrimento. Nas reuniões de negociação individual, a ArcelorMittal não reconheceu o vínculo de Henrique com a comunidade, negando todos os danos levantados por ele.

Estudos recentes indicam que exposições ambientais e fatores comportamentais podem influenciar o desenvolvimento da diabetes, especialmente no tipo 2. Por exemplo, modificações epigenéticas podem estar associadas à resistência à insulina e à disfunção das células beta (DAYEH *et al*, 2015). Ademais, o estresse oxidativo e a inflamação crônica, muitas vezes relacionados à dieta e ao estilo de vida, também estão associados ao desenvolvimento dessa condição (GREGOR *et al*, 2011). A diabetes tipo 2 é mais comum em populações de menor status socioeconômico, que enfrentam maior insegurança alimentar, barreiras no acesso à saúde e a opções de alimentos saudáveis. Isso é reforçado por estudos como o de Walker *et al* (2014), que associam a prevalência da diabetes a determinantes sociais da saúde, como o acesso desigual a educação, emprego e ambientes saudáveis.

Por óbvio, as rupturas de recreações e sociabilidades às quais a região foi submetida, atreladas às populações já precarizadas, segundo classe e raça, como é o caso de Henrique, são determinantes sociais das condições de saúde então fragilizadas. Mas também podemos inferir aqui sobre gênero, uma vez que “é fato bastante conhecido que, nos inquéritos domiciliares, as mulheres relatam queixas com maior frequência, bem como estão mais

presentes nos serviços ambulatoriais” comparadas aos homens (LAURENTI *et al*, 2005). O autor chama a atenção para os estilos de vida do gênero masculino, sobretudo diante das mudanças demográficas e epidemiológicas, e soma-se a isso o fato de não expressarem suas queixas de saúde, principalmente as relativas à saúde mental.

Verificamos esse quadro na entrevista realizada com Jorge (54). Homem pardo, Seu Jorge também deixara o Vale do Jequitinhonha para trabalhar numa fazenda da região, trazendo consigo toda sua família. Em entrevista, Jorge relatou que já tinha hipertensão antes do acionamento e, com o ocorrido, inicialmente disse que não havia tido qualquer alteração. Aprofundando no tema, Jorge disse que ficava muito preocupado com o filho, que precisava atravessar a rodovia para ir à escola localizada próxima às áreas de risco – Jorge era morador do Retiro Colonial, bairro do distrito de Pinheiros. No outro lado era onde se assentavam os principais estabelecimentos da região, como a igreja católica e a escola. Perguntado se aquela preocupação prejudicava a sua vivência cotidiana, Jorge respondeu:

J: Eu acho que esse caso de preocupação não deixa de afetar um pouco esse negócio da pressão, né? Já sabe que preocupação, essas coisas, é um ponto de aumentar as coisas, né?

E: Você sentiu que em algum momento a sua pressão teve alguma alteração?

J: Eu acho que sim, né? Porque, no momento que você fica preocupado ali, pensando em uma coisa, naquele momento eu acho que aumenta mesmo.

Só mesmo numa questão mais aprofundada é que emergem os conflitos internos e suas contradições. No caso, a fragilidade escamoteada pelo ideal masculino de força apenas toma forma enquanto diante de uma entrevista de estudo, raramente enquanto objetivo de uma conversa “desinteressada” entre dois homens numa mesa de bar. Ademais, de maneira geral, a construção social do corpo precarizado, sempre forte e resiliente diante das intempéries da vida, se dissipa sob as múltiplas faces do espaço-tempo, como podemos dimensionar na fala de Artur após os agravos em sua saúde: “*É! Eu achava que, antes de eu ter esse problema de COVID, eu achava que eu conseguiria mover o mundo, mas depois que eu tive esse problema, a gente é só um grão de areia no oceano*”.

- **A dessubjetivação e a autoexclusão**

Nesse quadro, a desestabilização no sistema social microcósmino da região afetada pelas consequências modernas exercidas pela ArcelorMittal ocasionou o sofrimento social das pessoas atingidas, visualizado nos aumentos de doenças crônicas, queixas sobre saúde mental e até mesmo suicídios. Os dados sobre este último permanecem sensíveis às instituições envolvidas, como a AEDAS, que preferiu não nos informar sobre os casos de suicídio na região⁵⁵. Entretanto, uma das entrevistadas nos relatou ter tentado o suicídio e ainda tentava estabilizar sua saúde biopsicossocial diante dos fatos ocorridos em sua volta. Contamos adiante o caso de Linda (43), mulher autodeclarada amarela, moradora de Pinheiros.

Os pais de Linda, nascidos em João Pinheiro como ela, decidiram se mudar para o centro de Itatiaiuçu, próximo à fazenda onde trabalhariam, isso quando ela ainda tinha três meses de vida. Linda cresceu nas redondezas até que começou a namorar aos 14 anos, e logo, aos 19, se casou, mudando com seu marido para o centro de Pinheiros. Morou de aluguel numa casa ao lado da de sua sogra por um tempo, depois na mesma casa que ela. Logo após o casamento, Linda já esperava um filho, mas ela o perdeu em seus primeiros meses de vida: *“eu infelizmente perdi ele quando ele tava com 11 meses. Ele de repente caiu, bateu a cabecinha e teve traumatismo craniano”*. Por óbvio, ela se sentiu bastante chateada pelo ocorrido, mas confessa não ter precisado de tratamento relacionado à sua saúde mental.

A vida continuou, apesar daquele desalento profundo. Linda trabalhava no centro de Itatiaiuçu, enquanto seu marido era funcionário de uma das mineradoras locais. Para complementar a renda do casal, seu marido também era sócio do irmão num bar em Pinheiros, e nos finais de semana Linda também os ajudava na gerência do empreendimento. Também gostavam de ir às missas na igreja católica de Nossa Senhora Aparecida e às festas religiosas, sobretudo a festa da padroeira na praça de Pinheiros. Dizia ser muito animada e bem falada.

Pouco antes do acionamento, seu marido recebeu uma oferta de trabalho em Angola e logo

⁵⁵ Sobre isso, foi verificado no trabalho de campo, à época da aplicação das tomadas de termo, relatos de no mínimo três ocorrências de suicídios na região após o acionamento.

aceitou, se tornando controlador de manutenção numa empresa de ônibus no país longínquo. Portanto, quando a lama invisível veio à tona, Linda estava sozinha e sentia que tudo o que construía havia se derramado por água abaixo:

L: Nossa senhora, parece que o mundo ia acabar naquele dia. Nó, ver todo mundo apavorado, aquele tanto de polícia, é bombeiro, é ambulância, aquele tanto de gente da ArcelorMittal, os ônibus tudo já esperando o pessoal pra levar pro hotel, então assim, e a gente não sabendo o que que ia acontecer, se a barragem ia estourar ou não, porque eles não deram certeza – a única certeza no momento, assim, que parecia que ia estourar. Porque, pelo que eles estavam fazendo, eles estavam, os policiais estavam entrando dentro da casa das pessoas, acordando o pessoal, né? Chamando o povo pra sair, não deixando tirar nenhuma roupa, levar nada, então todo mundo achou que realmente a barragem fosse estourar, ficou, como se diz, na rua, ali na igreja, todo mundo assim, assustado, sem saber que atitude tomar, o que deveria fazer, e se devia voltar pra casa, se não devia, se devia permanecer na praça, se não devia. Porque, no nosso caso, a nossa casa não é área de risco, porém, na nossa cabeça, na hora que fala assim, a barragem está estourando, você não vai saber se a barragem vai vim até aqui ou não. Você vai ficar na dúvida. Vai me atingir? Né? Então, assim, a gente ficou muito abalado, muito mexido, e vai esperando o posicionamento, né? Deles, né? Pra falar pra gente a real situação, né? Que tava acontecendo.

E: É porque parece que vocês não tinham nenhum relato anterior a isso, né? Vocês não sabiam de nada, né?

L: Nada, eles não passavam informação nenhuma. Aí, quando foi passar, como se diz, passou no momento mais crítico, né? Que era, tipo assim, a barragem está rompendo. A barragem está rompendo, aí todo mundo enlouquece a cabeça.

[...]

E: Vocês acreditaram que ali estava rompendo já?

L: Uai, a gente achou que sim, porque igual estou te explicando, pelo fato dos policiais estarem até entrando dentro das casas, batendo na janela, tirando as pessoas até de pijama pra rua, sem direito a pegar nada dentro de casa, então assim, pra gente estava

parecendo que tava rompendo, né? A barragem.

E: Entendi, e como que ficou a situação da comunidade assim, depois naqueles primeiros dias ali depois?

L: Nó, ficou um alvoroço, ficou um alvoroço, todo mundo desnortado sem saber o que fazia, sem saber o que seria, que que ia acontecer, então todo mundo muito desesperado, muito... Quem via, via tristeza. Só tristeza, e todo mundo tava assim, muito desesperado com a situação.

Sua casa não se localizava em área de risco, mas ainda assim a tristeza lhe irrompeu. O movimento no bar foi diminuindo pouco a pouco, os clientes que ali resistiam só assuntavam sobre seus medos e incertezas:

L: O assunto era só esse, só esse, e todo mundo com dúvidas, né? Dúvidas do que ia acontecer, o que que iam fazer com eles, quem morava na área de risco, né? Não podia ir nas casas, não podia fazer nada, então, assim, a gente que tava aqui, que não tava na área de risco, já era difícil, e escutando os relatos dessas pessoas que estavam na área de risco, ainda ficava mais difícil ainda, porque a gente se sensibiliza com o próximo, né?

Com a queda do movimento, o bar não conseguia se manter, as contas chegavam e não havia dinheiro para pagar. E, ainda sem o marido, Linda não suportou:

L: Aí foi assim, eu comecei a ter crises de ansiedade, antes de fechar o bar, comecei a ter crises e eu não sabia que era crise de ansiedade. Comecei a passar mal no banco, no dia, porque toda segunda-feira eu ia pra depositar o dinheiro do cheque, das coisas que eu comprava, aí eu cheguei no banco e comecei a sentir meu braço formigando, começando a adormecer, a perna também, muita palpitação, falta de ar. Aí eu: meu Deus estou passando mal, o que que está acontecendo comigo? Aí não tinha ninguém conhecido. Aí eu: oh meu Deus o que que eu vou fazer? O que que eu vou fazer? Eu tenho que depositar esse cheque, aí eu levantei com muito custo, fui até o bebedor de água, peguei um copo de água gelada, sentei

debaixo do ar-condicionado assim, aí fiquei respirando fundo, tomei água, aí até que deu uma aliviada, aí eu consegui depositar o cheque. E aí eu saí do banco e fui pra minha mãe, minha mãe morava em Itatiaiuçu, né?

Toda segunda eu almoçava na casa dela. Aí, lá, eu comecei a passar mal de novo, eu comecei a sentir de novo, mais forte, aí eu corri pra policlínica porque eu não sabia o que que era. Aí chegou lá a crise veio e me pegou mesmo, eu nunca tinha ficado assim... eu nem sabia que que era na verdade, e aí a sorte que tinha um psiquiatra no dia atendendo, ele foi e me falou: você está tendo uma crise de ansiedade, com crise de depressão, e ele me medicou, a medicação não fazia efeito, porque agravou muito.

E: Agravou na hora?

L: Agravou, aí eu fiquei lá de observação até 5 horas da tarde tomando medicação. Aí depois disso que eles foram me liberar. Aí, a partir desse momento, eu comecei a ter crises, a ter crises, e eu comecei, aí eu tive que começar a fazer um tratamento com o psiquiatra e psicólogo, porque eu já estava tendo assim constantemente, sabe? Todos os dias estava tendo crise, aí eu comecei... procurei um médico, recomendação médica, de médico psiquiátrico e comecei a fazer o tratamento com remédios pra hora da crise e os outros pra controlar mesmo.

Linda fechou o bar, pois não havia alternativa. As crises não cessaram – na verdade, era só o início de uma sequência delas que lhe acompanhariam por um longo período. Com toda a gravidade da situação, sua sogra informou ao marido sobre o momento sensível de sua esposa, que não queria lhe preocupar com seu sofrimento. Logo, ele voltou de Angola, mas as crises de ansiedade continuavam. Numa dessas crises, Linda tentou o suicídio. Estava em casa e, ao vê-la, seu marido rapidamente a levou para o hospital. Foi quando os médicos decidiram interná-la numa clínica psiquiátrica:

L: Se eu não fosse pro hospital, seria pior, porque eu poderia fazer alguma besteira, né? Se eu já tinha tentado uma vez, eu poderia tentar de novo e ninguém ver, então a solução foi eu internar.

E: Nesses momentos de crise, o que que passava pela cabeça? Eu

sei que é um pouco difícil, né? Falar sobre, mas qual que era o sentimento assim, o que que você pensava?

L: Ah, eu sentia muito desespero, muita angústia, não sei falar muito bem não, porque eu ficava muito, assim, eu perdia a noção assim, das ideias, mas eu sei que eu ficava muito desesperada, muito agoniada, ficava muito assim, agitada...

[...]

E: Em que medida você relaciona essas questões de piora na saúde da senhora com o acionamento?

L: Ah, eu coloco como o não da Arcelor pra gente, porque ela não organizou a gente da maneira correta, e isso causa uma revolta pra gente, porque hoje eu estou ali com as minhas mercadorias paradas com uns 10 mil de prejuízo. Então, tipo assim, isso é revoltante pra a gente, porque a gente trabalhava honestamente, a gente ganhava o pão da gente honestamente, e depois, por causa de uma coisa que a empresa provocou, aí a gente sai perdendo. [...] Eu comecei a passar mal justamente quando eu estava... no dia que eu estava no banco pagando um cheque que estava lá atrasado, se eu não pagasse, eles não me entregavam mais bebida, então tipo assim, eu estava com a cabeça quente já de pensar toda semana como que eu ia pagar o cheque? Como que eu ia pagar o cheque? Como que eu ia pagar o cheque? Então, chegava todo final de semana que eu sentava pra fazer as contas, pra pegar o dinheiro pra pagar o que que tinha pra pagar, e não dava, eu ficava doida. Aí a minha cabeça virava, porque eu pensava, o que que eu vou fazer agora? E aí eu, falando com meu marido que a gente ia ter que fechar, que a gente ia ter que fechar, que não dava mais, a gente ficava o dia inteiro, o dia inteiro só nós no bar, sem vim cliente nenhum, porque todo mundo mudou daqui, né? Os clientes, né? A parte de baixo, todo mundo que vinha aqui mudou.

Linda ainda passou por outras crises de ansiedade até achar algum medicamento tranquilizante que pudesse lhe ajudar. Quando perguntada se os medicamentos estavam estabilizando seu humor à época da entrevista, Linda respondeu:

L: Na verdade, essa semana é que eu fiquei um pouco melhor,

porque eu estava bem para baixo. Estava só deitada, não estava fazendo nada, não conseguia fazer nada, chorando e... desanimada da vida e tudo, aí eu fui no médico, voltei no médico, aí o médico foi e trocou o remédio, passou um outro aí graças a Deus esse outro já deu um efeito melhor, aí que eu estou melhor essa semana um pouco.

Cinco anos depois do acionamento do PAEBM, as marcas obscuras da lama invisível ainda permaneciam nos corpos e mentes da população atingida. Ainda que algumas indenizações tenham sido pagas, em níveis individuais, o processo permanece liquefeito e os impactos ainda continuam agudos na materialidade dos dias e em seus significantes, nas interações entre corpos e ambientes em jogo. Os valores pecuniários pagos em negociação com a mineradora não abarcaram todos os danos relatados pelas famílias, pois elas próprias precisavam comprovar os direitos que a ArcelorMittal havia violado. O valor mesmo não traria de volta toda a vida rompida e o subsequente sofrimento interiorizado nos cotidianos das pessoas. Ao finalizar sua entrevista, Linda ainda tinha o que dizer:

L: Só sinto muito, né... que a Arcelor não tenha cumprido o devido papel dela. Através dela, muita gente morreu ou ficou doente como eu, mas tenho certeza que tem muitas várias outras pessoas que estão doentes também, e acho que eles deviam dar um apoio maior.

A partir dos conceitos de Furtos (2007), podemos compreender o contexto de Linda e sua dessocialização que favorece a autoexclusão, principalmente diante da ruptura dos laços e das preocupações básicas de existência (no caso capitalista, definido pelas condições financeiras). A dessocialização, segundo o autor, compreende numa “atividade psíquica que responde ao ambiente social, e simultaneamente à história do sujeito, que está sempre ligada a uma estruturação psicossocial em construção e/ou desconstrução”. O que vemos em Linda é o desaparecimento do sujeito, nesse processo:

Muito claramente, ocorre uma perda de coragem. Esse desânimo, que pode ser observado e expresso pelo sujeito, muitas vezes reversível no início, traduz-se gradualmente em um desespero absoluto que já não pode ser expresso em palavras e que é definido como a ausência total de poder de agir tanto no presente quanto no futuro, exceto transformando psicologicamente uma situação passiva (ser excluído) em seu contrário (autoexcluir-se). O sujeito passa assim de uma lógica de vida, submetida ao princípio da

realidade e ao princípio do prazer, para uma lógica de sobrevivência (ou de subsistência), que consiste em sair do princípio da realidade- prazer para viver segundo outra lógica, onde certas coisas parecem mais importantes do que a própria vida. (Tradução livre, FURTOS, 2007)

Do mesmo modo, Durkheim pode nos orientar na compreensão de como fatores sociais afetam a saúde mental e o bem-estar dos indivíduos. Seu trabalho sobre o suicídio destaca como a estrutura social pode gerar sofrimento e disfunção. O suicídio anômico de Durkheim (1897), por exemplo, compreende que a coletividade, em momento de crise, não consegue se reproduzir moralmente; as pessoas perdem as referências e há ausência de vínculos morais, então elas não sabem se vale a pena manter os vínculos, mas por um alheamento completo, são alienados de si e dos outros, o que pode agravar como também ser resultado da desintegração. Aqui, vislumbramos o imperativo moral dessa comunidade atingida e a falta de coesão que gera esse estado anômico, o que condiciona a deterioração da saúde, que pode se concretizar fatalmente no suicídio.

PARTE 3

Nós, nós não usamos a palavra “meio ambiente”. Dizemos apenas que queremos proteger a floresta inteira. “Meio ambiente” é a palavra de outra gente, é uma palavra dos brancos. O que vocês chamam de “meio ambiente” é o que resta do que vocês destruíram. (Davi Kopenawa, 2002)⁵⁶

5. Absorções

Assim como concluído por PUSSETTI *et al* (2011), ao comparar as biografias dos indivíduos e grupos em questão, também se verificou um elemento comum: “uma relação incômoda entre sujeito e ordem social”, resultante do nexo entre violência estrutural, agência e sofrimento social. O acionamento do PAEBM em Itatiaiuçu interferiu no processo de associação local e rompeu com as redes de interdependências ali construídas, sobretudo diante de um corpo não humano, como uma barragem de minérios, que grita e modifica as figurações e suas interações em jogo. Logo, as afetações em saúde das pessoas atingidas, seja em seus corpos ou mentes, são condicionadas pelas perdas de objetos sociais, sobretudo pela precariedade social intensificada pelas mudanças abruptas nas integrações organizadas das redes de sociabilidades das comunidades afetadas. Portanto, o adoecimento do tecido social em relação com o corpo físico dos indivíduos é visível em termos ditos pelos entrevistados, como “destruimento”, “*assombração*”, “medo” e “ansiedade”. Outrossim, verificou-se a presença de discursos comuns relacionados à necessidade de medicamentos psicoterápicos, uma redução processual exercida pelas ciências de apoio, que absorve o indivíduo sem vislumbrar seu meio, bem como as separações conceituais de saúde física e mental, aqui apartadas pela dilacerante “vida nua” dessas pessoas atingidas - uma condição em que a vida dessas é reduzida ao estado biológico mais básico, despido de direitos e proteção social (AGAMBEN, 2010). No caso de situação extrema como o acionamento do PAEBM, a condição de “vida nua” reduz os actantes a meros organismos biológicos, mas a

⁵⁶ Davi Kopenawa *apud* Albert, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu. Uma crítica xamânica da economia política da natureza. In: Albert, Bruce & Ramos, Alcida. *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato Norte-Amazônico*. Editora Unesp, SP, 2002.

destituição da *bios* (a vida qualificada, a vida social e política) desintegra e deteriora a *zoé* (a vida natural ou biológica), acondicionando paralelamente sua saúde e bem-estar.

A questão latouriana entre as dimensões do fazer sociológico parece estar mais ligada a uma complexificação no espaço-tempo, no sentido em que a amplitude do olhar sociológico deve estar atento ao espaço, aos organismos em interação, mas também ao movimento, como se o tempo não parasse no momento em que as linhas pétreas de um trabalho sociológico pudessem codificá-lo, em conformidade com o que preconiza Elias (1980). Mas, no caso em tela, o tempo se encolhe e o espaço se modifica a partir de um evento específico. Embora reconheçamos o dinamismo intrínseco da realidade social microcós mica das comunidades atingidas em Itatiaiuçu, num curto espaço de tempo houve uma reestruturação e um desequilíbrio compulsório das forças, o que levou a reconfiguração das relações entre humanos, e também entre humanos e não humanos. Assim, embora haja um desequilíbrio latente na natureza das sociedades, argumento presente em Latour, as iniciativas de associação são justamente tentativas de controlá-la. Daí é que o organismo, individual ou social, como funcional, busque a todo tempo algum equilíbrio. A relação entre humanos e não humanos, no caso de Itatiaiuçu, se desconfigurou de tal forma que desequilíbrios biológicos e vitais nos organismos se tornaram factíveis, consequências claras da desintegração entre as redes humanas e entre as redes humanas e não humanas. Mas a busca por equilíbrio não se faz ao observar o corpo individual, isolado, sem entender o ambiente como um todo e suas configurações sociopolíticas em jogo.

O acionamento rompeu com as referências e vínculos morais estruturais, mas essa perda é fluida – é, em si, material e imaterial, “natural” e cultural, é cru e cozido, empírico e simbólico, portanto, afeta os corpos e suas construções subjetivas, agredindo, afinal, a saúde física e mental. É, mesmo, uma desarticulação de associações entre humanos e não humanos: a cápsula medicamentar receita da ou a barragem de rejeitos (ainda que íntegra) fazem fazer, elas interferem no mundo, elas modificam e interagem com o mundo e as coisas, como diria Latour – se as redes são físicas e estamos inseridos em rizomas, em relação com o mundo e seus seres, o desequilíbrio rompe a funcionalidade microcós mica (LATOURE, 2012). Se os prontuários médicos e psicológicos locais, bem como as redes de apoio institucionais, se preocupam com a individualidade do corpo afetado, fez-se necessário entender a perspectiva da pessoa atingida de maneira inversa. A sociologia aqui se torna essencial para entender o

indivíduo num ambiente em descompasso e suas interpretações simbólicas, intersubjetivas, que nos dão proximidade para diagnosticar o todo desintegrado e suas possíveis generalizações, e então atentarmos ao real problema e talvez desintoxicar os indivíduos de suas “responsabilidades” psicoterápicas que tanto os prejudicam, sem qualquer vislumbre de resolução concreta. Fez-se primordial, portanto, o exercício de colapsar “antigas dicotomias – por exemplo, aquelas que separam níveis de análise individual dos sociais, saúde dos problemas sociais, representação da experiência, sofrimento da intervenção” (DAS, 1996) ou sociedade e a natureza (LATOURET, 2012).

Além de implodir dicotomias reducionistas, o conceito de sofrimento social foi utilizado no trabalho justamente por perpassar as noções de dinâmica social e estrutura da personalidade, síntese da sociologia processual de Elias (LANDINI, 2005). É preciso também acusar a redução processual do conceito polissêmico de Modernidade como uma nova disposição da antiga “civilização” e sua “civilidade”, termos criticados por Elias (1993), que ainda funcionam como dispositivos eurocêntricos ao determinarem as diferenças entre as configurações sociais desenvolvidas e não desenvolvidas dentro do espectro econômico ideal, colonizador. Ou seja, a psicogênese em nossa sociedade ‘civilizada’ não pode ser entendida à parte da sociogênese de nossa ‘civilização’ (MENNELL, 1998).

Este trabalho, portanto, se consolida como uma crítica ao psicologismo que individualiza, bem como a uma percepção estruturante da sociologia, que reifica as instituições, ao implodir dualidades como a que separa a saúde física da saúde mental. Em *A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia* (2014), Eduardo Viveiros de Castro conta sobre sua experiência com os yawalapiti, cujo contato o fez perceber a diferença dos sistemas sociais já pesquisados do Brasil Central, basicamente pela inexistência de dualidades, de oposições binárias – buscadas em campo a partir da proposta metodológica de Levi Strauss. Tais oposições é provavelmente fruto da própria origem da linguagem europeia determinada por dualidades, como a famosa distinção entre cultura e natureza, não por uma padronização geral do pensamento humano. Então, os níveis altos e baixos de integração de que fala Elias teriam mais a ver com a complexidade das instituições sociais ou uma solidariedade forte entre seus actantes? Por exemplo, no contexto de crises cíclicas inerentes ao capitalismo, vimos ser cada vez mais frequentes as medidas neoliberais de austeridade e, conseqüentemente, a individualização enquanto ideologia originada da

economia moral deste. Nesse sentido, as sociedades modernas, definidas pelos altos níveis de integração, segundo conceito elisiano, tremulam entre as interdependências em jogo dos indivíduos, perdendo, em certa medida, o nível elevado de autocontrole e estabilidade social. Ou seja, mesmo em sociedades complexas, os momentos de crise são permeados por instabilidade, conflitos e violência, portanto, os níveis baixos e altos de integração são também conceitos estáticos e aplicados em redução processual, da qual o próprio Elias busca se distanciar. Cada vez mais, os momentos de crise sistêmica têm como resposta a retirada de direitos sociais fundamentais, e, embora o neoliberalismo possua respostas econômicas aos infortúnios, aprofunda ainda mais a instabilidade social, sobretudo quanto aos controles simbólicos das integrações entre grupos e indivíduos. No atual estado de exceção permanente, a complexidade das instituições sociais não significa uma integração maior entre os actantes, pelo contrário, assim a definição de maior ou menor grau de integração se dissipa no ar.

Nesse contexto, não só os indivíduos se atomizam, mas também as ciências que os orientam. Divididas em esferas da vida, paralisam o rio da realidade que corre e continua a correr, não se aprofundando nos efeitos múltiplos do sofrimento, e tampouco buscam remediá-los por completo. Assim, tanto os indivíduos quanto as ciências, atomizados, sem compreender as definições sociopolíticas que os separam do todo inseparável, possuem dificuldades em solucionar de fato os problemas que ocasionam o sofrimento. Dessa forma, não apenas as integrações orgânicas dos níveis altos, como as sociedades complexas, mas também as de níveis baixos da matéria, estritamente biológicos, como o ordenamento funcional do próprio corpo físico, se desmancham no ar. Ao separar por partes a esfera física da simbólica, a integração baixa e alta, a ciência incompreende a relação causal nos descompassos entre esses conceitos, já que o sistema social condiciona o biológico e vice-versa.

Ao crer no indivíduo atomizado, a sociedade induz à falta de coesão social, o que cria distúrbios na saúde física e mental. A subjetividade dessa economia moral faz crer na ascensão do indivíduo em detrimento do social, sem perceber o conflito e a instância estrutural que o individualismo impõe, sob o neoliberalismo econômico, em que lhe escapa o primordial de qualquer ação humana – *per se* coletiva, talvez pela força vital da integração enquanto coletividade de átomos num ecossistema funcional. O indivíduo, embora legal e moralmente instituído, é também um tipo ideal. Isso pois, na natureza, nenhum organismo

vive completamente isolado; assim, todos precisam interagir tanto com o ambiente ao seu redor quanto com outros seres vivos - fundamentos básicos da ecologia. Assim, são as conexões e suas interdependências que os mantêm vivos.

As entrevistas e a bibliografia citadas demarcam uma posição: o individualismo não existe senão como ideologia! No processo “descivilizador” que culmina na modernidade tardia, há uma ruptura entre as pulsões controladas e o estado de comunidade. Creio, como Bauman, que a modernidade tenha passado de um aspecto sólido para o líquido, mas não de forma linear e estática; em momentos críticos, há um movimento gasoso, disperso, tenso, incerto, que vai e vem. Se no estado gasoso da matéria as moléculas têm um espaçamento entre elas e alta energia cinética, fazendo uma analogia para agrupamentos de alto nível de integração, esse estado pode compreender um momento de crise no qual as distâncias entre os seres geram tensões entre eles, tendendo a um próximo passo de transformação rumo à solidez ou ao retorno ao líquido, mas também a um nível perene e constante de gaseificação, um estado de exceção permanente (AGAMBEN, 2010).

A solução para o problema da solidez mecânica, que levaram aos traumas leviatânicos da Segunda Guerra Mundial foi a de um individualismo puro, liberal e/ou progressista. Considerando que o líquido não possui forma definida, apresentando mais energia cinética que um material sólido e um menor espaçamento entre as moléculas que os materiais gasosos, podemos interpretar os indivíduos modernos como próximos entre si, respeitando seus espaços individuais, mas mantendo alguma energia potencial da sociedade sem necessariamente ter uma forma bem definida. Porém, em crise, o indivíduo busca qualquer forma que lhe caiba, quer aproximação, mas, com tanta energia, dispersa o sistema, aquece em ebulição, bem como seu próprio corpo individual. Num estado de exceção permanente, o indivíduo se encontra em efervescência constante, explodindo em si mesmo (doenças da psique) ou em seu entorno (violências). Portanto, em momentos críticos, ou em nosso termo, gasosos, são frequentemente acompanhados de agravamento das condições de saúde das populações (BARRETO, 2017; DURKHEIM, 1897).

Pode-se considerar que o período entre a Segunda Guerra Mundial e o momento atual tenha causado a sensação de certa estabilidade no sistema social ocidental, mas, para Beck (1986), o superdesenvolvimento das forças produtivas na pós-modernidade inerentemente cria

potenciais auto ameaças civilizatórias e riscos. Aqui, os riscos são interiorizados e individualizados. Neste período, entre os riscos advindos da Guerra Fria, Elias compreende que a bomba nuclear funcionou “como uma espécie de feitiço, como um objeto no qual projetamos os nossos medos, enquanto o perigo real na hostilidade recíproca manifestada por grupos de pessoas nas suas relações umas com as outras.” (Elias, 1980). Essa projeção de actantes humanos por meio de não humanos é própria da internalização de uma separação conceitual ocidental entre o “eu” e o “outro”, entre o indivíduo “livre”, consumidor, e a coletividade “coercitiva”, simbolizada no Estado “malvado”,⁵⁷ que ativa a bomba, e o indivíduo “mocinho”, que reproduz as hostilidades de forma descompromissada, numa espécie de “agressão flutuante” parsoniana – no contexto de tensões e conflitos que emergem quando indivíduos ou grupos experimentam frustrações ou se sentem incapazes de alcançar certos objetivos devido a barreiras estruturais e culturais (1951).

Essa agressão flutuante, para Parsons, é o que explica a ascensão do nazifascismo na Europa, e por ora, em sua constante banalização do mal (ARENDETT, 2017), o neoliberalismo autocrático se aproxima da extrema direita, enquanto o sofrimento é internalizado pelo excesso de zelo dos “trabalhadores sujos” que aderem ou são obrigados a aderir ao estado da arte, sedados pela indústria da felicidade numa sociedade cansada e paliativa. Assim “de algum modo, diante das portas do inferno, zelo e estado de exceção permanente se reforçavam mutuamente” (ARANTES, 2011), enquanto os indivíduos atomizados buscam superar os sofrimentos a partir das armadilhas subjetivas e conceituais pelas quais permanecem enclausurados. Destarte, em vez de integração, há uma sociedade dos riscos que, no processo de individualização pós-moderna, aponta a patologização sobre os indivíduos, não para seus condicionantes sociais, interiorizando assim a responsabilização de suas tragédias. Nessa dicotomia da coletividade ampla em “provável” descaso e o indivíduo atomizado, ascende a sociedade do cansaço (HAN, 2015).

Como infere Guattari:

Não apenas a crise permanente atual, financeira e econômica, pode desembocar em importantes transtornos do *status quo* social e do imaginário da mídia que lhe serve de base, como também certos temas veiculados pelo neoliberalismo, relativos por exemplo à

⁵⁷ “A demonização do Estado corrupto e a divinização do mercado como reino da virtude” (SOUZA, 2007).

flexibilidade de trabalho, às desregulações etc, podem perfeitamente voltar-se contra ele. (GUATTARI, 2013, p. 11)

Ora, senão a crise atual do pilar principal da modernidade, a democracia, se esvai justamente quando as palavras se distanciam das coisas (FOUCAULT, 1999)? A modernidade tardia então se caracterizaria pelo fim da ilusão de “indivíduo”, e assim o “rei” egocentrado se vê nu, despido de direitos e proteções legais e políticas. Numa condição permanente de exceção, a vida nua é vista então como ela de fato é, em que *zoé* (a vida natural, biológica) e *bios* (a vida qualificada, com significados políticos e culturais) não se separam, enquanto ambas se encontram suspensas.

Se a democracia se legitima enquanto equilíbrio entre as forças em jogo, o cenário de desigualdade nesse tabuleiro, sobretudo a partir da implosão do Estado pelas classes dominantes, a desqualificam a tal ponto de torná-la inconfiável, desencaixada e irreflexiva. Nessa perspectiva neoliberal, o Estado, cada vez mais opaco, perde suas forças quanto à prevenção de doenças e desastres, até mesmo nas ações mitigadoras de seus efeitos. Vimos que o sofrimento social apresentado pelos atingidos por um rompimento de barragem de mineradora de ferro é similar àquele dos atingidos pela iminência deste. É preciso um sistema de suporte integrado e multidisciplinar para o cuidado com as vítimas de desastres. Esse cuidado é dever do Estado, e é preciso arranjos políticos institucionais coesos e duradouros, convictos do papel primordial da saúde pública e de seus objetivos preventivos. Mesmo em cenários catastróficos, como o pandêmico e os desastres tecnológicos e naturais recentes, ainda assim, o SUS se manteve como apoio incondicional às populações infortunadas – apesar de todas as dificuldades diante de ataques incessantes sobre seu financiamento. Como linha de frente da saúde pública brasileira, o SUS resiste diante do estrangulamento de seu financiamento a partir dos ataques ultraliberais ocorridos pela Emenda Constitucional (EC) nº 95. Um sistema de saúde integral e preventivo, como o próprio fundamento do SUS, deve estar sempre à disposição dos cidadãos, sobretudo a partir das intersectorialidades e multidisciplinaridades que o baseia, para lidar minimamente com as grandes consequências da modernidade.

Tais preceitos também alicerçam as instituições de assessoria técnica independente, que vêm desempenhando ótimos trabalhos em Minas Gerais diante das fragilidades do poder estatal em contexto. O trabalho da AEDAS em Itatiaiuçu é percussor no que se refere ao apoio às

peessoas atingidas por lama invisível no estado, desde a primazia no suporte multidisciplinar ao sofrimento social até os resultados sobre os pagamentos indenizatórios individuais de um caso de risco. Em conjunto com as redes de assistência médica, como os postos de saúde de Pinheiros e Vieiras, e social, como o CRAS, desenvolvem papéis importantes no cuidado às pessoas afetadas. Assim, é primordial que todo o suporte aos cidadãos seja interdisciplinar, multifacetado e transversal, que englobe todos os tipos de conhecimento para alcançar o dinamismo intrínseco da vida nua, sobretudo do sofrimento social, visto que apenas dessa forma ateremos a “natureza” das coisas e o “social” das palavras em intersecção, sem quaisquer reduções processuais que reifique as dores das pessoas atingidas.

Assim, verifica-se a importância das noções interdisciplinares como formas de atender as demandas biopsicossociais das comunidades afetadas, entendendo toda a multicausalidade do processo saúde-doença. Nessa situação em que há desequilíbrio repentino do sistema social, ocasionando numa epidemia de ordem biopsicossocial, como no caso da lama invisível em Itatiaiuçu, pode-se compreender qual a relação entre a desintegração social e a individual, entendendo-as numa rede de integração, sem, contudo, reduzi-la aos indivíduos *per se*, ou à estrutura isolada, mas ambas em interdependência e, no caso, em colapso mútuo. No plano microcômico dessas comunidades atingidas, dentre outras experiências traumáticas vivenciadas pelas Minas, verifica-se a necessidade de previsão de desastres, mas sobretudo o controle e a regulação de órgãos estatais acerca das atividades minerárias a fim de evitar os desastres tecnológicos – e seus des[em]pre[e]ndimentos criminosos. Os prognósticos devem servir para uma realocação ordenada das comunidades, quando esses desastres se mostrarem inevitáveis, respeitando suas redes de interdependência de origem, pois, como se verificou nas entrevistas, o dismantelamento das sociabilidades locais e suas integrações é essencialmente fomentador do sofrimento social. Portanto, nos casos inevitáveis, faz-se urgente a efetivação de um reassentamento organizado das pessoas afetadas, ouvindo-as democraticamente e buscando reintegrá-las socialmente, a partir de uma proximidade com suas redes de apoio e com equipamentos públicos de qualidade. Em tempos inequívocos, de instabilidades sociais e ambientais, os desastres cada vez mais rotineiros exigem maior organização e assertividade nas decisões das instituições estatais, a fim de salvaguardar suas populações em risco. A crise recente não é ambiental e sim socioambiental ou mesmo civilizatória, portanto, é necessária uma organização coletiva assertiva. Os riscos e a banalização do mal condicionam um estado permanente de exceção,

um estado crítico perene como consequências da modernidade, e é preciso uma nova alternativa político-social para o enfrentamento dos desastres tecnológicos e naturais inerentes ao superdesenvolvimento atual das forças produtivas e seu Estado neoliberal autofágico.

Por fim, as ciências e suas instituições habitadas devem romper com os enclausuramentos próprios de suas alíneas, principalmente no intuito de entender a dinâmica própria da vida, tomando os indivíduos como interpenetrados pelas instituições sociais e vice-versa. As divisões conceituais e metodológicas só fazem sentido no plano epistêmico das ciências, portanto, seus objetos de estudo estão sempre em intersecção, tornando a transversalidade de saberes um ponto essencial para suas compreensões. No fim, os corpos e seus ambientes estão sempre em movimento e interpenetração, afinal as matérias e seus meios não se separam, atuam como partes integrantes de um todo em relação. Ademais, os próprios indivíduos necessitam se entender como actantes políticos e sociais. A ilusão reducionista do egocentrismo moderno se prende à noção de indivíduos como seres atomizados e completamente livres e autônomos em relação ao social (LANDINI, 2005). Essa ilusão do “eu” remete à caixa fechada do *Homo clausus* (Elias, 1994), fruto das dualidades herdadas entre o bem e o mal de uma sociedade maniqueísta de tradições religiosas de outrora que, ainda que secularizada, reproduz fórmulas binárias de pensamentos, como na Ciência, entre sujeito e objeto, e especificamente na Sociologia, entre indivíduo e sociedade. Se o líquido moderno foi encaixotado pela jaula de ferro da burocracia, o indivíduo enclausurado então tenta enxergar a si pela água fluida do mercado ou através da pedra sólida dos costumes, sem solução aparentemente profunda. Mas, na prática sociológica, a disciplina deve buscar conceitos que abarquem a complexidade dos fenômenos sem reificá-los, nem petrificar no tempo as interdependências em jogo. É, portanto, missão de uma Sociologia Processual e atuante descortinar o véu que cobre essa jaula “moderna” dissonante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

ACSELRAD, Henri. Pressão do agronegócio se junta a preconceito em novo antiambientalismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, dez. 2018. Ilustradíssima. Disponível em: <https://bit.ly/2BkhMLh>. Acesso em: 1 jul. 2020

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBARELLO, L; Digneffe, F; Hiernaux, J; Maroy, C; Ruquoy, D; Saint-Georges, P. (1995). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. 1ª Edição. Lisboa. Gradiva-Publicações, Ltda.

ALDERMAN K, TURNER LR, TONG S. Floods and human health: A systematic review. *Environment International*, 2012; 47: 37- 47.

ALFONSO-GOLDFARB, AM; AMARAL, MT; WAISSE, S. Raízes do vitalismo francês: Bordeu e Barthez, entre Paris e Montpellier. *Manguinhos: História, Ciências, Saúde*, v. 18, n. 3, 2011.

ALMEIDA, M. H. T. (1995). *O Estado e a economia no Brasil: alternativas de desenvolvimento no final do século XX*. Editora Unesp.

ALVES, Ana Alexandra Marinho; RODRIGUES, Nuno Filipe Reis. Determinantes sociais e económicos da Saúde Mental. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, v. 28, n. 2, p. 127-131, 2010.

AMARANTE, P. *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. 2007; 15. Rio de Janeiro: Fiocruz.

ANAYA, F. C.; SANTOS, S. M. S. B. M.; PAULA, A. M. N. R. de; GOMES, F. S.; SOUZA, R. G. T. de; RIBEIRO, L. M. M.; ARAÚJO, R. G. de. Protocolos de Consulta e Consentimento: diálogos interculturais junto às comunidades tradicionais vazanteiras e quilombolas no médio Rio São Francisco, Minas Gerais. *Revista Campo-Território, Uberlândia*, v. 18, n. 52, p. 1–13, 2023. DOI: 10.14393/RCT185270004. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/70004>. Acesso em: 11 nov. 2024.

ARANTES, Paulo Eduardo. Sale boulot: uma janela sobre o mais colossal trabalho sujo da história (uma visão no laboratório francês do sofrimento social). 2011.

ARÁOZ, H. M. Agua y minería transnacional. Desigualdades hídricas e implicaciones biopolíticas. *Proyección*, v. 9, p. 61-90, 2010.

ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: uma reportagem sobre a banalidade do mal. 1963. Ítaca, 2017.

ARCELORMITTAL BRASIL S/A. Estudo de Impacto Ambiental - EIA: Ampliação da Lavra. Processo COPAM 00366/1990. DNPM nº 812.593/1973. Geomil, 2014.

ARCELORMITTAL. Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração: Seção I – Barragem Serra Azul, Mina Serra Azul. Código PSB VOL V PAEBM. Emissão 01/11/10; Revisão 03/09/2019

BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. 4. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

BALSADI, Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, v. 15, p. 155-165, 2001.

BARBOSA, W A. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Editôra Saterb, 1971.

BARRETO, Mauricio Lima. Desigualdades en salud: una perspectiva global. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 2097-2108, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.

BAZZO, M. L.; POZZA, R. Gestão do Conhecimento e o Paradigma Ontopsicológico. O conceito atual de psicossomática: a busca da causalidade psíquica. Recanto Maestro, 2014.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERGSON, Henri. *L'évolution créatrice* (1907). Paris, Puf, v. 8, p. 38, 2007.

BERTAUX, D. 1999 [1980]. “El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades”. In *Proposiciones* 29(4): 1-23

BINKLEY, S. (2014). *Happiness as Enterprise: An Essay on Neoliberal Life*.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BODGAN, R, BIKLENS, S (1994). *Investigação qualitativa em educação - Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora

BRASIL. Decreto nº 37.049, de 17 de março de 1955. Dispõe sobre a concessão à Siderúrgica Itatiaia S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

BRASIL. Decreto nº 80.999, de 12 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a autorização à Siderúrgica Oeste de Minas S.a. - Somisa, a Lavrar Minerio de Ferro, No Município de Itauna, Estado de Minas Gerais.

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007, p.3. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1999). Reforma do Estado e Privatizações no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 14(41).

BUSS, P. M.; PELLEGRINI F, A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: revista de saúde coletiva, v. 17, p. 77-93, 2007.

CAMF – Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (PUC/Minas) e Assessorias Técnicas Independentes. Relatório preliminar da situação de acesso à água pelas comunidades da Bacia do Paraopeba. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20201127144630.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022.

CAMPOS, Maria Verônica. Governo de Mineiros, “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, 1693 a 1737. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

CARNEIRO EJ. A oligarquização da “política ambiental” mineira. In: Zhouri A, Laschefski K, Pereira DB, organizadores. A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais, 2005.

CASTRO, Celso. A proclamação da República. Zahar, 2000.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem. Editora Cosac Naify, 2014.

Coordenação Geral de Saúde Mental, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

CHURCH, J.S. The Buffalo Creek disaster: Extent and range of emotional and/or behavioral problems. OMEGA-Journal of Death and Dying, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 61–63, 1974.

COSTA, E. V. (1998). *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. Companhia das Letras.

COSTA, L. R., & SANTOS, Y. G. dos. (2020). O “relato de vida” como método das ciências sociais: Entrevista com Daniel Bertaux. *Tempo Social*, 32(1), 319–346. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.159702>

CPRM. Relatório anual 2016. Brasília: Serviço Geológico do Brasil, Ministério de Minas e Energia, 2017.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. Confiança e segurança ontológica na sociedade de risco. *Revista LEVS*, n. 7, 2011.

DAS, V. *A vida e as palavras: violência e descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DAS, V. Preface to the Issue, In "Social Suffering". U of California P, 1996.

DAVID, Ana Paula Sawaya Pereira do Vale B. O surgimento do risco na sociedade contemporânea : A necessidade do pensamento complexo. *Revista Jus Navegando*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5507, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/65200/o-surgimento-do-risco-na-sociedade-contemporanea-a-necessidade-do-pensamento-complexo>

DAYEH, T., & LING, C. (2015). Does epigenetic dysregulation of skeletal muscle play a role in type 2 diabetes? *Current Diabetic Reports*, 15(10), 28.

DEJOURS, Christophe. *O corpo entre a biologia e a psicanálise*. 1988.

DELEUZE, Gilles & Félix GUATTARI. *O anti-Édipo*[1972], Tradução de Luiz Orlandi, São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs—Capitalismo e esquizofrenia* [1980], v. 1. São Paulo: Editora 34, 2014.

DELEUZE, G. e GUATTARI. 1992. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34.

DEMAZIÈRE, Didier e DUBAR, Claude. *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple des récits d'insertion*. Laval: Les Presses de l'Université de Laval, 2007.

DIAS, Cláudia Franco de Salles; MANCIN, R. C.; PIOLI, M. S. M. B. *Gestão para a sustentabilidade na mineração: 20 anos de história*. Instituto Brasileiro de Mineração, v. 1, 2013.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1981.

DURKHEIM, Émile. O Suicídio. (1897). Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1973

ELIAS, N. Introdução à Sociologia. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 77-112

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 1939. Edição Zahar, 1993.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Engel GL. The need for a new medical model: a challenge for biomedicine. *Science*. 1977; 196(4286): 129–36.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto brasiliensis. v. 1. Tradução de Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, p. 43, 1979.

FARMER, P. Pathologies of power: Health, human rights, and the new war on the poor. Berkeley: University of California Press, 2003.

FAVRET-SAADA, Jeanne; SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEAM: FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (FEAM); Projeto A Mineração de Ferro na Serra do Itatiaiuçu. PJ.017.2010.MI.RF.02.07.2012.R0. Minas Gerais. 2012.

FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. Moving targets: displacement, impoverishment, and development. In: *International Social Science Journal*, 55, issue 175, 7-13, 2003. doi:10.1111/1468-2451.5501001.

FERNANDES, R., LIMA, S., & CAMPOS, R. (2019). *A Gestão de Riscos e as Lições do Caso Mariana*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FERRARI DE LIMA, J. M.; FLORES FIALHO, C.; TAMIÃO SANTANA, M. I.; MOURA SOALHEIRO, M. E se a barragem romper? O extrativismo e os “efeitos derrame de risco” no Município de Raposos/MG. *Revista de Ciências do Estado*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-29, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e16073>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FERREIRA, Francisco Ignacio. *Diccionario geographico das minas do Brazil*. Impr. Nacional, 1885.

FERREIRA, Ricardo Carlos. *Réquiem para uma cidade: um olhar sobre as alterações do Núcleo Histórico Urbano de Bonfim-MG*. 2014.

FIGUEIREDO, J. (2007). Mineração e autoritarismo: impactos socioambientais do regime militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, 27(53), 25-43.

FIOCRUZ. Desastre é um processo: precisamos falar sobre isso. Impactos à saúde decorrentes de barragens de mineração. 2022.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 16, p. 34-82, 2014.

FOUCAULT, M. História da loucura na idade clássica. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. Em Defesa da Sociedade (1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT M. 1979. Microfísica do poder. Ed. Graal, Rio de Janeiro.

FOUCAULT M. 1998. O nascimento da clínica. Ed. Forense, Rio de Janeiro.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, 2019.

FREITAS, Carlos Machado de et al. Desastres naturais e saúde no Brasil. 2014.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FRITZ, C. E. (1961), "Disasters". In: MERTON, R. & NISBET, R. (eds.). *Social problems* Nova York, Harcourt Brace.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. Códice Costa Matoso. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, CEHC, 1999. Doc. 61, p. 530.

FURTADO, C. (2001). Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional.

FURTADO, Juarez Pereira et al. A concepção de território na Saúde Mental. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 32, 2016.

FURTOS, Jean. Les effets cliniques de la souffrance psychique d'origine sociale. *Mental'idées*, v. 11, n. 9, p. 24-33, 2007.

GAULEJAC, V. (2011). Travail, les raisons de la colère. Paris: Seuil.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina (1971). L&PM Editores, 2010.

GREGOR, M. F., & HOTAMISLIGIL, G. S. (2011). Inflammatory mechanisms in obesity. *Annual Review of Immunology*, 29, 415-445.

- GIDDENS, Anthony. (1991) As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
- GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim. Neoextrativismo Liberal-Conservador: a política mineral e a questão agrária no governo Temer. Revista OKARA: Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 348-395, 2018.
- GOMES, Filipe de Melo et al. A Guerra dos Emboabas: as figurações sociais no alvorecer do Leviatã mineiro. 2020.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. 2ª ed., São Paulo: Papyrus, 2013.
- GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur y sus efectos derrame. La Revista, boletín Sociedad Suiza Americanistas, N° 76, pp. 13-23, 2015
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão, quilombos e seguro no Códice Costa Matoso. 1999
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & antropologia**, v. 1, p. 151-180, 2011.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, p. 16, 2004.
- HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Editora Vozes Limitada, 2015.
- HAN, Byung-Chul. (2021). Sociedade paliativa: O ocidente em declínio. Vozes.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, v. 26, p. 61-73, 2014.
- HOGENBOOM, Barbara (2012). “Depoliticized and Repoliticized Minerals in Latin America. Journal of Developing Societies,28(2)
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. Censo Demográfico 1960: Resultados gerais da população. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1961.
- IBGE. Cidades 2024: informações sobre os municípios brasileiros. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itatiaiuacu/historico>; acesso em: 12/09/2024.
- IBGE. Recenseamento do Brazil em 1872, Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d. [prov. 1875].

ITATIAIUÇU. Lei Complementar nº 146, de 21 de outubro de 2020. Disposições Preliminares e Princípios do Plano Diretor. Prefeitura de Itatiaiuçu, MG

JACINTO, Miguel Ângelo et al. Influência da aptidão física na percepção de bem-estar físico e qualidade de vida em indivíduos com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental. Motricidade, v. 18, n. 3, p. 379-387, 2022.

JOSÉ, Marina Lima de São et al. A necropolítica nos territórios minerários em Minas Gerais. 2021.

JUNIOR, J. M. P.; DIAS, L. C.; OLIVEIRA, C. G.. Caracterização Geomorfológica e Potencial Geoturístico do Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 16, n. 2, p. 277-293, 2015.

JUNIOR, R. T.; NASCIMENTO, E. L. M.; RODRIGUES, I. M. M. Contexto arqueológico e longa duração nas serras do Paraopeba, Negra e do Itabira, MG. Belo Horizonte, Brazil, 3i Editora, v. 1, 2015.

KATON, W., LIN, E., & KROENKE, K. (2007). The association of depression and anxiety with medical symptom burden in patients with chronic medical illness. *General Hospital Psychiatry*, 29(2), 147-155.

KATTAH, E. Mittal compra London Mining Brasil. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 ago. 2008. Caderno B, p. 23. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/335177/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>

KLEINMAN, Arthur & KLEINMAN, Joan. Suffering and its professional transformation: toward an ethnography of interpersonal experience. In. *Culture, Medicine & Psychiatry*, vol. 15, n. 3, 1991, pp. 275-301.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. Social suffering. Berkeley: University of California Press, 1997.

KOFES, S.; MANICA, D. Biografia e etnografia: resposta às (mesmas) aflições? *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 21-42, 2015.

LACAN, Jacques. O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LANDINI, Tatiana Savoia. A sociologia processual de Norbert Elias. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador-Tecnologia e Civilização, 2005.

LASCHEFSKI K A. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: Zhouri A, organizador. *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2011. p. 21-60.

LASCHEFSKI, K. A. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): Desastres como meio de acumulação por despossessão. 2020.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do ator-rede*. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Eduscl, 2012.

LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. Perfil epidemiológico da morbi-mortalidade masculina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 35-46, 2005.

LEAVELL, H.; CLARK, E.G. *Medicina Preventiva*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

LE BLANC, G. (2007). *Vies ordinaires, vies précaires*. Paris: Seuil.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

LEITE, Jose Rubens Morato et al. *Dano ambiental do individual ao coletivo extrapatrimonial*. 1999.

LEME, L. G. S. *Genealogia paulistana*. Duprat & comp., 1904.

LIBÂNIO, Clarice. Um olhar sobre Itatiaiuçu e sua cultura, IN DRUMMOND, Alessandra (org.). *Cidades e políticas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições*. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. 216 p.

Libanio, Clarice; Soares, Maria Clara Ribeiro. Itatiaiuçu in: *Guia da cidadania e identidade metropolitana na RMBH*. TRIGGER, Alexsandro et al. 2018.

LIMA, Graziely et al. *A lama invisível em Barão de Cocais-MG: neoextrativismo, neodesenvolvimentismo e riscos no caso da elevação do nível de emergência da barragem sul superior, mina de Gongo Soco*. 2023.

LIMA, José Arnaldo Coelho de Aguiar; OLIVEIRA, Ronald Polito de. (orgs.). *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudo Históricas e Culturais, 1998.

MAGNO, Lucas et al. *Territórios corporativos da mineração: barragens de rejeito, reconfiguração espacial e deslocamento compulsório em Minas Gerais–Brasil/Corporate mining territories: tailing dams, spatial reconfiguration and forced displacement in Minas Gerais–Brazil/Territoires corporatifs de l’exploitation minière: barrages de résidus, reconfiguration spatiale et déplacements obligatoires dans le Minas Gerais–Brésil*. *REVISTA NERA*, v. 26, n. 66, 2023.

MANUELZÃO, revista. 2019. QUANTO VALE A VIDA? <https://manuelzao.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/03/Revista-Manuelz%C3%A3o-n%C2%BA84.pdf>

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da Província de Minas Gerais, 1837. Editora Itatiaia Limitada, 1981.

MATTOS, O. N. (1989). Guerra dos emboabas. In *Historia Geral da Civilizacao Brasileira. a Epoca Colonial. do Descobrimento a Expansao Territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MBEMBE, A. Entrevista: Achille Mbembe. Entrevista concedida a Diogo Bercito. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da ‘necropolítica’. Folha de São Paulo, 30 mar. 2020a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica-ck8fpqew2000e01ob8utoadx0.html>

MELENDI, Lucila Paula; MARTINS LOPO, Rafael. A Fundação Renova como forma corporativa: estratégias empresariais e arranjos institucionais no desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton no Rio Doce, Mariana (MG). 2021.

MELO, José Soares de. Emboabas. São Paulo Editora: São Paulo, 1979.

MENDES, Letícia Rodrigues Guimarães. Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro. 2009. 260 f. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Linguística) -Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

MENDO, J. O governo reformista do Presidente Temer e a mineração. 01 Fev 2017a. Disponível em: < <http://revistamineracao.com.br/2017/02/01/o-governo-reformista-dopresidente-temer-e-a-mineracao/>>. Acesso em: 10 Abr 2018.

MENNELL, Stephen. Norbert Elias – an introduction. Dublin: University College Dublin Press, 1998.

MÉSZÁROS, I. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; PINTO, Raquel Giffoni. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de saúde pública*, v. 35, p. e00051219, 2019.

MILANEZ, B. & SANTOS, R. S. (2014). *O Legado Ambiental do Regime Militar no Setor Minerário: Análise dos Impactos e das Políticas Públicas*. Editora FGV.

MINAS GERAIS. (2019). Primeiro Termo de Acordo Complementar - TAC. Recuperado em 13 de novembro de 2024 em https://www.mpmg.mp.br/data/files/CB/77/CA/B2/1D44A7109CEB34A7760849A8/Itatiaiu_u%20-%20TAP%20-%20verbas%20emergenciais.pdf

MINAS GERAIS. (2019). Sobre revitimização in: *Brumadinho - AÇÃO CIVIL PÚBLICA*. Recuperado em 13 de novembro de 2024 em https://www.mpmg.mp.br/data/files/21/F4/E1/51/2D44A7109CEB34A7760849A8/Brumadinho%20-%20ACP%20Principal%20-%20rea%20socioec_nomica%20.pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Saúde Mental. Cadernos de Atenção Básica. Brasília: MS, 2013. p. 09-170. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf>. Acesso em: 27 julho 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS); Coordenação Geral de Saúde Mental, Secretaria de Atenção à Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

MOREIRA, Rodrigo Cotta. Desagregação de rejeito de minério de ferro proveniente de uma mineradora da região da Serra do Itatiaiuçu–MG. 2018.

MOTA, Paula Junqueira et al. Prevalência dos níveis de metais acima dos valores de referência em município atingido pelo rompimento de barragem de rejeitos da mineração: Projeto Saúde Brumadinho. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 25, 2022.

NARVÁEZ L, LAVELL A, ORTEGA GP. La gestión del riesgo de desastres: un enfoque basado en procesos. San Isidro: Secretaría General de la Comunidad Andina; 2009.

NERI, Daniel da Mota. Terrorismo de barragens: estratégias de despossessão produzidas pela mineração de ferro em Minas Gerais. 2023. Tese de Doutorado. [sn].

NIETZSCHE, F. Assim falou Zarathustra. Parte III, o convalescente; “Do Grande Anseio” (1985).

NIETZSCHE, F. Die Teleologie seit Kant. In: MARQUES, A. A filosofia perspectivista de Nietzsche. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, 2003, p. 59.

NIXON, Rob. Postcolonial Ecocriticism and the Environmentalism of the Poor. In. Chronicle of Higher Education, 26/06/2011, 2011a, B1-3. Disponível em: <http://chronicle.com/article/Slow-Violence/127968/> Acesso em: 04/12/12.

NIXON, Rob. Slow Violence, Gender and The Environmentalism of the Poor. In. Journal of Commonwealth and Postcolonial Studies. Vol. 13.2 – 14.1, 2006, p. 14-37.

NOAL, Débora da Silva; RABELO, Ionara Vieira Moura; CHACHAMOVICH, Eduardo. O impacto na saúde mental dos afetados após o rompimento da barragem da Vale. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.

OLIVEIRA, C. R. Quem é quem nas discussões do novo código da mineração. Rio de Janeiro: IBASE, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos do Homem, Debates Sociais, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p. 4, 1968

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Plan de acción integral sobre salud mental 2013-2030 [Internet]. Genebra: OMS; 2013 [consultado em 20 de dezembro de 2021]. Disponível em: <https://www.who.int/es/publications/i/item/9789240031029>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Constitución de la Organización Mundial de la Salud [Internet]. Genebra: OMS; 1946. Disponível em: https://apps.who.int/gb/bd/pdf_files/BD_49th-sp.pdf#page=7.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE et al. Saúde mental e COVID-19: evidências iniciais do impacto da pandemia: informe científico, 2 de março de 2022. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022. DISPONÍVEL EM <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/352189/WHO-2019-nCoV-Sci-Brief-Mental-health-2022.1-eng.pdf?sequence=1>

OTA, Nilton Ken. Breve inventário francês do sofrimento social. *Psicologia USP*, v. 25, p. 51-62, 2014.

PARSONS, T. (1951). *The Social System*. New York: Free Press.

PAULA, P., DIAS C, COUTO F, MARTINS D., MAGALHÃES-TIMOTIO J. A importância da ontologia e epistemologia na pesquisa qualitativa: refletindo o método de estudo de caso. *REVISTA PONTO DE VISTA* ISSN: 1983-2656 Vol. 13 – n. 3 – 2024

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. *Notas sobre o processo de industrialização de Minas Gerais*. 2001.

PELAEZ, Carlos Manuel. Itabira Iron e a exportação do minério de ferro do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n. 4, p. 139-156, 1970.

PORTOCARRERO, V. Vitalismo e Constituição da Biologia segundo Jacob, Canguilhem e Foucault. In: *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009, pp. 105-125. ISBN 978-85-7541-410-1. <https://doi.org/10.7476/9788575414101.0007>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2003). *Geopolítica da Amazônia: Desafios do Desenvolvimento Sustentável*. Editora FGV.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

PRADO Jr., C. (1999). *Formação do Brasil Contemporâneo*. Companhia das Letras.

PRATA, Pedro Reginaldo. A transição epidemiológica no Brasil. **Cadernos de Saúde pública**, v. 8, p. 168-175, 1992.

PUSSETTI, Chiara & BRAZZABENI, Micol. (2011), “Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo”, *Etnográfica*, Lisboa, 15, 3.

PUTTINI, Rodolfo Franco; PEREIRA JUNIOR, Alfredo; OLIVEIRA, Luiz Roberto de. Modelos explicativos em saúde coletiva: abordagem biopsicossocial e auto-organização. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 20, p. 753-767, 2010.

QUARANTELLI, Enrico Louis (Ed.). **What is a disaster?: perspectives on the question.** Psychology Press, 1998.

RAMOS, Ana Carolina Lima et al. Cobertura vacinal e o movimento antivacina: o impacto na saúde pública no Brasil. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 47, n. 1, p. 210-226, 2023.

RANGEL, Felipe; MAGALDI, Tiago. Sobre a legitimação do trabalho precário: autonomia e justiça como categorias de engajamento. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 13, n. 1, 2023.

RESENDE, Caio César Assis de. Discriminação no cuidado gravídico: uma análise a partir do PMAQ-AB; 2019; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Abi - Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais; Orientador: Cláudio Santiago Dias Júnior;

ROBERTSON, Roland. “Glocalización: tiempo-espacio y homogeneidade heterogeneidad”. In: MODEDERO, Juan Carlos (coord.). *Cansancio del Leviatán: problemas políticos de la mundialización*. 2003, pp. 261-284.

RODRIGUES, G. C. (2015). Minas Gerais: o ciclo do ouro e a Guerra dos Emboabas. *Revista Brasileira de História*, 15(30), 12-30.

ROMEIRO, Adriana. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, p. 106-117, 2009.

ROSE, N. *Governing the soul: The shaping of the private self*. 1990.

RUCHKYS, U.; MENDES, I. C.; CORDEIRO, F. V.; MACHADO, R.; TAVARES, R. L. M. Geossítios e geodiversidade no Quadrilátero Ferrífero: potencial para o geoparque Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais, Brasil. *Geologia USP - Série Científica*, v. 13, n. 2, p. 45-60, 2013.

RUSSELL-WOOD, Anthony John. Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso. *Varia Historia*, v. 21, p. 100-118, 1999.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C.(Org.) ÁVILA, Alana Aragão. São Paulo: Autêntica, 2020. 286 p. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 24, n. 2, p. 241-245, 2022.

SAINT-ADOLPHE, JCR Milliet. *Diccionario geographico, historico e descriptivo, do imperio do Brazil...: obra colligida e composta..* JP Aillaud, 1845.

SANTANA, Hernani Ciro et al. Os riscos na mineração: o caso da barragem da Mina de Gongo Soco em Barão de Cocais. Minas Gerais. 2022.

SANTANA, M. A. (2001). *O Brasil Privatizado: Um Balanço do Desempenho das Empresas Desestatizadas*. Rio de Janeiro: Garamond.

SANTOS, Camila et al. Desastre socioambiental: condições de saúde dos atingidos na perspectiva dos profissionais de saúde e gestores. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 13, p. e25-e25, 2023.

SANTOS, José Alides Figueiredo; BERNARDINO, Bianca Souza. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 75, p. 27-55, 2011.

SANTOS, M. (2002). As Reformas Neoliberais e o Setor Público em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 87-105.

SANTOS, M. (2003). Privatizações e Desigualdade Social em Minas Gerais. *Economia e Desenvolvimento*, 5(1), 101-118.

SANTOS, M. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. 2000.

SENNA, Gabriel de Melo; CARNEIRO, Karine Gonçalves; DE SOUZA, Tatiana Ribeiro. A gestão mineral do risco analisada sob a governamentalidade neoliberal: as Zonas de Auto Salvamento (ZAS) no distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto/MG1. 2023.

SENNA, Nelson de. Traços de ethnologia brasileira sobre onomástica indígena. *Alguns Estudos Brasileiros*. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. Volume 25 – Fascículo 1. Julho. 1937.

SETIÉN, Maria Luisa. *Indicadores sociales de calidad de vida*. Madrid: Siglo veintiuno, 1993.

SILVA & JUNIOR; ASSOCIAÇÃO Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental–ABES. *Levantamento de Passivos Ambientais e Diagnóstico Ambiental das Mineradoras da Serra do Itatiaiuçu*. 1995. 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.

SILVA, Mauri Antônio da. Análise crítica da proposta de reforma da previdência social no Brasil entre os anos 2016 e 2018. *Serviço Social & Sociedade*, n. 135, p. 213-230, 2019.

SILVA, N. A. (2006). *Expedições e Descobrimientos no Brasil Colonial*. Editora Unesp.

SILVA, O. P. *A mineração em Minas Gerais: passado, presente e futuro*. Geonomos, 1995.

SILVA, R. C. M. *Práticas educativas como estratégia para promoção da saúde e reorientação do modelo assistencial no Programa Saúde da Família*. 2014.

SIMMEL, G. (2005). *A Metrópole e a Vida Mental e O Estrangeiro*. In D. N. Levine (Ed.), *Georg Simmel on Individuality and Social Forms* (pp. 324-339). Chicago: University of Chicago Press.

SÓFOCLES. A. Tradução de Mário da Gama Kury. 3ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

SOUZA, J. *A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive*, Belo Horizonte: UFMG, 2009. p.307.

SOUZA¹, LUCAS FRAGA DE MELO et al. *CRISE DE ANSIEDADE: COMO ELA AFETA A QUALIDADE DE VIDA*, 2024.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 103, p. 9-24, 2014.

STARFIELD, B. *Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 23 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=14609>. Acesso em: 3 jun. 2020.

STROHL, Hélène et al. *Une souffrance qu'on ne peut plus cacher*. Division, 1995.

TAVARES, M. C. (1999). *Globalização e Reestruturação Produtiva: Impactos na Economia Brasileira*. UFRJ.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. *A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte-MG*. 2014.

THOMAS, Allan Lavell (1993). “Ciencias Sociales y Desastres Naturales en America Latina: um encuentro inconcluso”. MASKREY, Andrew. *Los Desastres No Son Naurales*. LA RED-ITG, Colombia: Tecer Mundo Editores.

TUAN, Y. (1980). *Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel.

UCHIMURA, Guilherme Cavicchioli. *O reassentamento da comunidade de Gesteira em movimento (2015-2022): crítica à moderna alquimia mineromercantil e à forma jurídica da dissolução comunitária*. Universidade Federal do Paraná. P. 15 2022. https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=2egim04AAAAJ&citation_for_view=2egim04AAAAJ:QIV2ME_5wuYC

ULMER, S. A.. *Instituição habitada*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

UNITED NATIONS ORGANIZATION; HUMAN RIGHTS COUNCIL. *Visit to Brazil: Report of the Special Rapporteur on the implications for human rights of the environmentally sound management and disposal of hazardous substances and wastes*. 45th session. New York: 2020, p. 1-25.

VALENCIO, N. F. L. S. *Desastres: tecnicismo e sofrimento social*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 3631-3644, 2014.

VALENCIO, N. F. L. S. *Entre sirenes, rotas de fuga e exercícios de simulação: vida cotidiana sob os riscos de desastres*. *Saúde em Debate*, v. 44, n. spe2, p. 20-32, 2020.

VALENCIO N. F. L. S; VALENCIO, A. *O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres*. *Lumina*, v. 12, n. 2, p. 19-39, 2018.

VALENCIO, N; SIENA, M (Orgs.). Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas. São Carlos: RiMA, 2014, v. 4, p.6.

VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira et al. História antiga das Minas Gerais. 1904.

VILELAS, J, (2009) Investigação - O processo de construção do Conhecimento. Lisboa: Edições Sílabo

VITTI, Gustavo Schiavinatto. Um dano que se RENOVA”: Estado e Fundação de processos de neoliberalização na bacia do Rio Doce. 2017. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIVEIROS, J. F. M. Serra do Itatiaiuçu – O Futuro do Minério no Quadrilátero Ferrífero–Panorama e desafios após aquisições. XIII Congresso Brasileiro de Mineração, set. 2009.

WACQUANT, Loïc. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, v. 157, 2008.

WALKER, R. J., SMALLS, B. L., HERNANDEZ-TEJADA, M. A., & EGEDE, L. E. (2014). Social determinants of health in adults with diabetes: An overview of the literature. *Social Work in Public Health*, 29(6), 481-492.

WANDERLEY, L. J. Do boom ao pós-boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2017.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WERLANG, Rosângela. Pra que mexer nisso. Suicídio e sofrimento social no meio rural [tese]. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. *Serviço Social & Sociedade*, p. 743-768, 2013.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e cultura*, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

ZHOURI, Andréa et al. The Rio Doce Mining Disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 14, 2017.